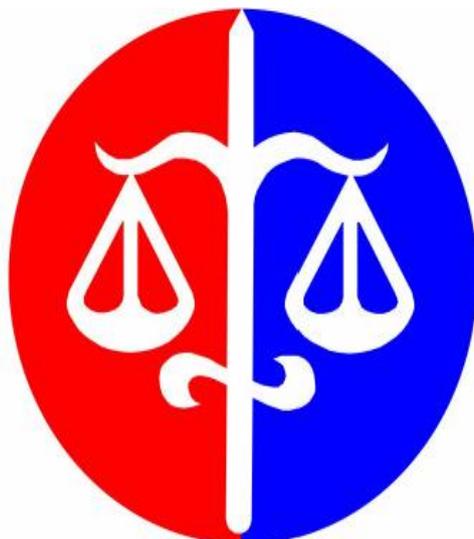


MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório Anual
2013



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

Relatório Anual de Atividades 2013

São Luís
2014

Organização

Luiz Gonzaga Martins Coêlho
Diretor-Geral

Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

Cláudio Marcelo Araújo Amorim
Assessor de Planejamento Geral

Lusélias Soares Sales Lopes
Analista Ministerial

Carla Antonio Sidrim Bezerra Lima
Secretária Executiva da ASPLAN

Rafael Rocha Ribeiro
Analista Ministerial

Supervisão editorial

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Revisão

Lusélias Soares Sales Lopes
Analista Ministerial

Carla Antonio Sidrim Bezerra Lima
Secretária Executiva da ASPLAN

Cláudio Marcelo Araújo Amorim
Assessor de Planejamento Geral

Normalização

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Diagramação e arte

Raimundo Nonato Penha Soares
Chefe da Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Rua Osvaldo Cruz, 1396 – Centro.

São Luís – Maranhão – CEP: 65.020-910

Fone: (98) 3219 1600 – www.mpma.mp.br

Maranhão. Ministério Público.
Relatório de atividades 2013. – São Luís: Procuradoria
Geral de Justiça, 2013.

201 pág.: il.

1. Ministério Público – Maranhão – Relatório I. Título.

CDU

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA

Procuradora-Geral de Justiça

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Diretor-Geral

TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

ANDRÉ FIGUEIREDO

Coordenador de Assuntos Estratégicos e Inteligência

SUVAMY VIVEKANANDA MEIRELES

Corregedor-Geral do Ministério Público

ABELARDO TEIXEIRA BALUZ

Secretário Administrativo-Financeiro

RITA DE CÁSSIA MAIA BAPTISTA MOREIRA

Subcorregedora-Geral do Ministério Público

ROSEANE BRANDÃO PANTOJA

Coordenadora de Administração

MARILÉA CAMPOS DOS SANTOS COSTA

Ouvidora-Geral do Ministério Público

IVONEIDE QUEIROZ SANTOS

Coordenadora de Gestão de Pessoas

SIRLEI CASTRO AIRES RODRIGUES

Chefe de Gabinete da PGJ

TATIANA ALVES DE PAULA

Coordenadora de Orçamento e Finanças

LAERT PINHO DE RIBAMAR

Chefe da Assessoria Especial da PGJ

MARIA DOS REMÉDIOS RIBEIRO DOS SANTOS

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

THEMIS MARIA PACHECO DE CARVALHO

Diretora da Escola Superior do Ministério Público

JOSÉ LUIZ DINIZ

Coordenador de Comunicação

MÁRCIO THADEU SILVA MARQUES

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

ANDREA DE MELO NOGUEIRA DUARTE

Chefe de Cerimonial

LUIS FERNANDO CABRAL BARRETO JUNIOR

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

ALAN ROBERT DA SILVA RIBEIRO

Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

JOSÉ HENRIQUE MARQUES MOREIRA

Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Probidade Administrativa e Defesa do Patrimônio Público

ANA MARIA ÁLVARES NUNES DO REGO

Coordenadora de Recebimento e Distribuição de Processos

SANDRA LÚCIA MENDES ALVES ELOUF

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

JOSÉ DE RIBAMAR RODRIGUES FURTADO

Coordenador de Serviços Gerais

FRANCISCO DAS CHAGAS BARROS DE SOUSA

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

GILBERTO DUAILIBE MOUCHEREK

Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

PAULO SILVETRE AVELAR SILVA

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação

JOSÉ WALTER GONÇALVES SILVA JÚNIOR

Coordenador da Folha de Pagamento

RONALD PEREIRA DOS SANTOS

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência

VICEMIR TEIXEIRA MOTA FONTENELLE

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

JOSÉ CLÁUDIO ALMADA LIMA CABRAL MARQUES

Coordenador dos Centros de Apoio Operacional Criminal e do Controle Externo da Atividade Policial

CARLOS ALBERTO PINHEIRO BARROS JÚNIOR

Assessor-Chefe de Auditoria

LÍTIA TERESA COSTA CAVALCANTI

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional do Consumidor

CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA

Assessora-Chefe de Controle Interno

FABÍOLA FERNANDES FAHEÍNA FERREIRA

Diretora da Secretaria para Assuntos Institucionais

WALTER DA CONCEIÇÃO ANDRADE BRAGA

Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

LUCAS ARAÚJO DUAILIBE PINHEIRO

Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

CLÁUDIO MARCELO ARAÚJO AMORIM

Assessor-Chefe do Planejamento Geral

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Biênio (2013 -2015)

TITULARES

Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha – Procuradora-Geral

Dr. Suvamy Vivekananda Meireles – Corregedor-Geral

Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa – Conselheiro

Dr. Joaquim Henrique de carvalho Lobato – Conselheiro

Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho – Conselheiro

Dra. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira – Conselheira

Dra. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf - Conselheira

SUPLENTE

Dr. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau – Conselheiro

Dra. Domingas de Jesus Fróz Gomes – Conselheira

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Dra. Regina Lúcia de Almeida Rocha – Presidente

Ana Lúcia de Mello e Silva Morais

César Queiroz Ribeiro

Clodenilza Ribeiro Ferreira

Domingas de Jesus Froz Gomes

Eduardo Jorge Hiluy Nicolau

Flávia Tereza de Viveiros Vieira

Francisco das Chagas Barros de Sousa

Iraci Martins Figueiredo Aguiar

Joaquim Henrique de Carvalho Lobato

José Antonio Oliveira Bents

José Henrique Marques Moreira

Krishnamurti Lopes Mendes França

Lígia Maria da Silva Cavalcanti

Marco Antonio Anchieta Guerreiro

Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro

Maria dos Remédios Figueiredo Serra

Maria Luiza Ribeiro Martins Cutrim

Mariléa Campos dos Santos Costa

Paulo Roberto Saldanha Ribeiro

Raimundo Nonato de Carvalho Filho

Regina Maria da Costa Leite

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira

Sâmara Ascar Sauaia

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf

Selene Coelho de Lacerda

Suvamy Vivekananda Meireles

Teodoro Peres Neto

Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim

Themis Maria Pacheco de Carvalho

APRESENTAÇÃO

Ao se iniciar um novo ano de trabalho, o Ministério Público do Estado do Maranhão apresenta o relatório referente a sua atuação Administrativa e Institucional no ano de 2013.

O objetivo de sempre e melhor servir à sociedade maranhense e brasileira anima e encoraja os membros do Ministério Público a buscar o máximo de sua capacidade de trabalho, almejando sempre os resultados mais proveitosos possíveis para a população.

Tais esforços têm inequívoco reflexo no cotidiano do maranhense, seja na constante e incansável busca pela melhoria da qualidade dos serviços públicos e de relevância pública, seja na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, seja na promoção da ação penal pública ou na defesa do regime democrático e da ordem jurídica.

O Ministério Público progride, ano após ano, sempre visando, no horizonte, a melhoria da qualidade de vida da população, ciente de que este é o nosso papel constitucional.

O presente relatório renova o compromisso do Ministério Público com suas missões constitucionais e reitera a postura de serviço e compromisso com a sociedade e com os nossos membros e servidores, à qual buscamos sempre prestar contas de nossa atuação.

Não há como pensar no futuro sem definição clara do que realmente queremos. Esta é a realidade que está a desafiar neste momento a Instituição.

Não há espaços para amadorismo e para os impulsos que transbordam dos ideais e dos sonhos. O futuro tem a marca da necessidade do planejamento. Todavia, já não basta apenas planejar. Aliás, nunca bastou. Deve haver o necessário planejamento, efetivo, objetivo e democrático, que sirva de suporte à gestão necessária e estratégica que o implantará.

No ano passado, importantes questionamentos chegaram às Promotorias e Procuradorias de Justiça do Estado do Maranhão. O Ministério Público pautou sua atuação na garantia dos Direitos à Educação, Saúde, Segurança Pública, Meio Ambiente, Direitos à Mulher vítima de violência, Infância e Juventude.

Também não se descurou, a Instituição, do cotidiano das pessoas, como se pode perceber através da enorme quantidade de atendimento realizado e soluções obtidas em questões tão díspares como o acesso a medicamentos ou a garantia de acessibilidade a edifícios, falta de atendimento em hospitais, garantia de leitões.

A atuação do Ministério Público no combate à corrupção continuou firme e constante, tendo sido alcançado o maior número de ajuizamentos de ações penais contra autoridades detentoras de prerrogativas de foro dos últimos anos, bem como

trabalho profícuo na área da transparência fiscal e cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

Sob o ponto de vista administrativo, é mister que se diga que as finanças da Instituição estão rigorosamente equilibradas, com os passivos financeiros e sociais devidamente satisfeitos, e que se iniciou, ainda em 2013, diversos processos licitatórios para melhoria do sistema de tecnologia da informação, melhorando assim o parque tecnológico do Ministério Público do Maranhão. Cumpre ainda destacar a finalização e entrega da 1ª etapa do Prédio das promotorias da Capital, com a conclusão da reforma estrutural e início da licitação da segunda etapa da reforma. Ainda em 2013 foram realizadas diversas licitações e assinaturas de contratos visando a contratação de segurança armada e vigilância eletrônica para as Promotorias de Justiça do Estado.

Com isso, o Ministério Público ruma, firmemente, para consolidar uma estrutura que garantirá a todos os membros e servidores do Ministério Público e à população maranhense sempre a melhor qualidade na prestação dos serviços da Instituição.

O Ministério Público do Maranhão, com maior satisfação, vem, portanto, renovar seu compromisso com a República e a Democracia, apresentando seu relatório anual de atividades para conhecimento da sociedade à qual serve com infindável denodo, buscando a excelência na sua atuação.

REGINA LÚCIA DE ALMEIDA ROCHA
Procuradora-Geral de Justiça

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| <i>1. MISSÃO INSTITUCIONAL</i> | <i>11</i> |
| <i>2. O ESTADO DO MARANHÃO</i> | <i>12</i> |
| <i>3. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO</i> | <i>15</i> |
| <i>4. A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR</i> | <i>16</i> |
| <i>4.1 A Procuradoria Geral de Justiça</i> | <i>16</i> |
| <i>4.2 A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos</i> | <i>16</i> |
| <i>4.3 A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos</i> | <i>11</i> |
| <i>4.4 O Colégio de Procuradores de Justiça</i> | <i>17</i> |
| <i>4.5 O Conselho Superior do Ministério Público</i> | <i>17</i> |
| <i>4.6 A Corregedoria Geral do Ministério Público</i> | <i>18</i> |
| <i>4.7 Promotorias de Justiça</i> | <i>18</i> |
| <i>5. DADOS DA ATIVIDADE FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2013</i> | <i>22</i> |
| <i>5.1 ATUAÇÃO NO 1º GRAU</i> | <i>22</i> |
| <i>5.2 ATUAÇÃO NO 2º GRAU</i> | <i>59</i> |
| <i>5.3 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CORREGEDORIA GERAL</i> | <i>63</i> |
| <i>6. ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS AUXILIARES</i> | <i>64</i> |
| <i>6.1 SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS (SECINST)</i> | <i>64</i> |
| <i>6.2 CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPs)</i> | <i>69</i> |
| <i>6.2.1 Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOP/DHC)</i> | <i>69</i> |
| <i>6.2.2 Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOP/SAÚDE)</i> | <i>71</i> |
| <i>6.2.3 Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP)</i> | <i>72</i> |
| <i>6.2.4 Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp/CRIM)</i> | <i>75</i> |
| <i>6.2.5 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação (CAOp/EDUCAÇÃO)</i> | <i>76</i> |
| <i>6.2.6 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ)</i> | <i>78</i> |
| <i>6.2.7 Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural (CAOUMA)</i> | <i>83</i> |
| <i>6.2.8 Centro de Apoio Operacional de Defesa do Consumidor (CAOP/CONSUMIDOR)</i> | <i>87</i> |
| <i>7. GESTÃO DO CONHECIMENTO</i> | <i>89</i> |
| <i>7.1 Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP)</i> | <i>89</i> |
| <i>7.2 Coordenadoria de Documentação e Biblioteca – CDB</i> | <i>100</i> |
| <i>8. APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE</i> | <i>106</i> |
| <i>8.1 Ouvidoria Geral do Ministério Público</i> | <i>106</i> |
| <i>8.2 Coordenadoria de Comunicação (CCOM)</i> | <i>110</i> |
| <i>8.3 Programa Memória Institucional do MPMA</i> | <i>120</i> |
| <i>8.4 Promotoria Comunitária Itinerante</i> | <i>121</i> |
| <i>8.5 Portal da Transparência</i> | <i>122</i> |
| <i>9. GESTÃO ADMINISTRATIVA</i> | <i>124</i> |
| <i>9.1 Diretoria Geral</i> | <i>124</i> |
| <i>9.2 Assessoria Jurídica da Administração</i> | <i>126</i> |
| <i>9.3 Assessoria de Planejamento Geral</i> | <i>126</i> |

| | |
|---|------------|
| 10. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA | 129 |
| <i>10.1 Coordenadoria de Orçamento e Finanças</i> | <i>129</i> |
| 11. GESTÃO DE PESSOAS | 134 |
| <i>11.1 Coordenadoria de Gestão de Pessoas</i> | <i>134</i> |
| <i>11.2 Coordenadoria de Folha de Pagamento</i> | <i>140</i> |
| 12. GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO | 148 |
| <i>12.1 Coordenadoria de Serviços Gerais</i> | <i>148</i> |
| <i>12.2 Assessoria Técnica</i> | <i>151</i> |
| <i>12.3 Assessoria de Controle Interno</i> | <i>152</i> |
| <i>12.4 Assessoria de Auditoria Interna</i> | <i>154</i> |
| <i>12.5 Comissão de Licitação</i> | <i>156</i> |
| <i>12.6 Chefia de Cerimonial</i> | <i>158</i> |
| 13. GESTÃO DE INFRAESTRUTURA | 162 |
| <i>13.1 Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura</i> | <i>162</i> |
| 14. GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS | 166 |
| <i>14.1 Coordenadoria de Administração</i> | <i>166</i> |
| 15. GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 173 |
| <i>15.1 Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação</i> | <i>173</i> |
| 16 ATOS NORMATIVOS | 189 |
| 17 ANEXOS | 196 |
| <i>17.1 Informações ao Conselho Nacional do Ministério Público - Resolução nº 74/2011</i> | <i>197</i> |
| <i>17.2 Lista de Procuradores e Promotores de Justiça</i> | <i>202</i> |

1 MISSÃO INSTITUCIONAL

*“O Ministério Público é instituição permanente,
essencial à função jurisdicional do Estado,
incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica,
do regime democrático e dos interesses
sociais e individuais indisponíveis”.*
(art. 127 da Constituição Federal/1988).

2 O ESTADO DO MARANHÃO

Do ponto de vista da economia, o Maranhão cresceu, nos últimos quatro anos, contudo figura entre os estados brasileiros com os piores indicadores socioeconômicos. É o penúltimo no ranking do IDH nacional com 0,639. Possui a pior renda per capita média (R\$ 360,43), o 2º pior índice de expectativa de vida (70,4), o 6º pior percentual da população de 18 a 20 anos de idade com o ensino médio completo (29,60) e o 9º na faixa de 15 a 17 anos com fundamental completo (47,84) - dados PNUD/IPEA 2013.

Com relação à participação do Estado no Produto Interno Bruto do Brasil, registrou-se no ano de 2011 uma participação de 1,3%. Para os anos anteriores essa participação foi de: 1,2% em 2010, 1,2% em 2009; 1,3% em 2008; 1,2% em 2007.

Tabela 1 - Participação do Nordeste, Maranhão, no Produto Interno Bruto do Brasil - 2007 - 2011.

| Abrangência Geográfica | Participação no Produto Interno Bruto do Brasil (%) | | | | |
|------------------------|---|------|------|------|------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| Brasil | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Nordeste | 13,1 | 13,1 | 13,5 | 13,5 | 13,4 |
| Maranhão | 1,2 | 1,3 | 1,2 | 1,2 | 1,3 |

Fonte: IBGE; IMESC

No âmbito interno, os cinco maiores PIBs municipais (São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas e Timon) concentram 51,40% da economia maranhense e os 212 municípios restantes respondem por 48,60%, caracterizando a enorme desigualdade na distribuição da renda, o que se reflete em vários outros indicadores sociais e econômicos.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, divulgado pelo Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), aponta que o Maranhão tem o segundo pior IDH do País, atrás apenas de Alagoas. O índice, calculado com base em dados de 2010, leva em conta a expectativa de vida, a escolaridade e a renda da população. A taxa do Maranhão é semelhante à obtida em 2012 pela Síria, país que vive em guerra civil.

Indicadores sociais do estado do Maranhão - Ano 2010



Quadro 1: Indicadores socioeconômicos do Estado do Maranhão 2010

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, mais da metade da riqueza do Maranhão concentra-se nas mãos dos 10% mais ricos. Os dados, de 2010, apontam que 39% dos moradores do Estado vivem na pobreza. E uma em cada cinco pessoas com 15 anos ou mais não sabem ler e escrever.

As causas dessas iniquidades são atribuídas a uma profunda desigualdade econômica, a uma histórica concentração de renda e de poder político, gerador de uma brutal segregação social, que priva milhares de maranhenses de terem acesso a condições mínimas de sobrevivência.

Contraditoriamente, esse mesmo estado violador dos direitos humanos de grande parte de sua população, é rico de recursos naturais, possuidor de uma das mais

importantes bacias hidrográficas do país, bem como imensas faixas de terras agricultáveis, grandes jazidas de gás e campos com possibilidades de extração de petróleo, dentre outros. Possui ainda um patrimônio histórico e cultural reconhecido nacional e internacionalmente, tendo São Luís, a capital do estado, recebido o título de Patrimônio Histórico da Humanidade, outorgado pela UNESCO.

3 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Maranhão é o órgão estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

Sua organização e funcionamento é estabelecida pela Lei Federal nº 8.625/95 e, no âmbito estadual, pela Lei Complementar nº 013/91. Conta com seus órgãos de Administração Superior (Procuradoria-Geral de Justiça, Colégio de Procuradores, Conselho Superior, Corregedoria-Geral), de Administração (Procuradorias e Promotorias de Justiça) e de Execução (Procurador-Geral, Conselho Superior, Procuradores e Promotores de Justiça).

Por fim, também fazem parte da estrutura organizacional do Ministério Público, como Órgãos Auxiliares, a Secretaria para Assuntos Institucionais (SECINST), a Ouvidoria, os Centros de Apoio Operacional, a Comissão de Concurso, a Escola Superior do Ministério Público (ESMP), os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo e os Estagiários.

4 A ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

A Lei Complementar Estadual n. 013/97 definiu a estrutura do Ministério Público do Estado do Maranhão, compreendendo Órgãos de Administração Superior, de Administração, de Execução e Órgãos Auxiliares.

São Órgãos da Administração Superior do Ministério Público: a Procuradoria-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

4.1 A Procuradoria Geral de Justiça

É órgão da Administração Superior do Ministério Público. A chefia da Instituição cabe ao **Procurador-Geral de Justiça**, nomeado pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice formada em eleição pelos membros da Instituição, dentre Procuradores e Promotores de Justiça com mais de 10 anos de carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Além das funções de natureza administrativa, o Procurador-Geral de Justiça atua como Órgão de Execução. Nessa qualidade, age perante a segunda instância do Poder Judiciário Estadual, sendo legitimado ativo para os feitos de competência originária do Tribunal de Justiça. Além disso, atua na revisão do arquivamento de inquérito policial e nos casos de não formulação de propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, quando houver a remessa dos feitos pelos diversos Juízos de Direito do Estado, dentre outras atribuições legais.

O Procurador-Geral de Justiça, para o desempenho de suas atribuições, conta com o auxílio da Assessoria Especial, a qual é constituída preferencialmente por membros do Ministério Público de sua livre escolha e chefiada por um deles.

Em casos de afastamentos e impedimentos, o Procurador-Geral de Justiça é substituído pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

4.2 A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos tem, dentre suas principais funções estabelecidas pelo Ato Regulamentar nº 20/2008, que coordenar os serviços da Assessoria do Procurador-Geral de Justiça, podendo subscrever quaisquer manifestações no processo judicial e nos autos de procedimento administrativo; ajuizar as ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça, cabendo-lhe,

ainda, interpor todos os recursos previstos na legislação processual e constitucional, sem prejuízo da prioridade de atribuição conferida ao Procurador-Geral de Justiça.

4.3 A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

A Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos tem um importante papel junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desenvolvimento da política administrativa da Instituição e supervisionando o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público.

4.4 O Colégio de Procuradores de Justiça

O Colégio de Procuradores de Justiça é formado por todos os Procuradores de Justiça em atividade e presidido pelo Procurador-Geral, cabendo-lhe, dentre outras importantes atribuições, opinar sobre matérias relativas à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional; propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça; eleger e destituir o Corregedor-Geral e o Ouvidor-Geral do Ministério Público; recomendar a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público; propor a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais, dentre outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

4.5 O Conselho Superior do Ministério Público

O Conselho Superior do Ministério Público é integrado pelo Procurador-Geral de Justiça e pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, como membros natos, e por cinco Procuradores de Justiça, como membros eleitos para um mandato de dois anos, possuindo atribuições como Órgão da Administração Superior e como Órgão de Execução.

Compete-lhe, entre outras atividades, elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, *caput*, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal e o artigo 77 da Constituição Estadual; indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento, bem como o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade; indicar Promotores de Justiça para substituição por convocação na 2ª instância;

aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do *Parquet* na carreira; decidir sobre vitaliciamento de membro na carreira; determinar a disponibilidade e a remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público; aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre as reclamações formuladas a respeito; regulamentar o processo de escolha dos candidatos do Ministério Público para membros do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, bem como exercer outras atribuições previstas em lei.

4.6 A Corregedoria Geral do Ministério Público

A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro do Ministério Público na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução;

Cabe-lhe instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro do Ministério Público, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, assegurada ampla defesa; encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que incumba a este decidir; manter prontuário atualizado dos membros da Instituição; remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Também deve apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça relativas ao ano anterior; elaborar a escala de férias dos Promotores de Justiça e das respectivas substituições, submetendo-a em prazo oportuno ao Procurador-Geral de Justiça.

4.7 Promotorias de Justiça

São Órgãos de Administração do Ministério Público com atribuições fixadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça e exercidas por Promotores de Justiça para o desempenho das funções institucionais do *Parquet* nas Comarcas, nas esferas judicial e extrajudicial. As Promotorias de Justiça, com exclusividade ou cumulativamente, têm atribuição nas diversas áreas, tais como: criminal, da ordem tributária, da infância e juventude, da moralidade administrativa, da cidadania e fundações, do meio ambiente, do consumidor, da famí-

lia, da Fazenda Pública, dos registros públicos, dos Juizados Especiais Cíveis, entre outras.

Tabela 2: Quadro de Distribuição das Promotorias de Justiça no Estado do Maranhão – 2013

| | |
|----------------------------------|------------|
| Nº MUNICÍPIOS | 217 |
| Nº COMARCAS | 112 |
| Nº PROMOTORIAS DE JUSTIÇA | 312 |
| Nº PROMOTORES DE JUSTIÇA | 268 |

Fonte: Corregedoria-Geral/PGJ-MA, 2013.

Tabela 3: Número de Comarcas por Entrância no Estado do Maranhão - 2013

| ENTRÂNCIA | Nº DE | Nº DE | Nº DE |
|----------------------|------------|-------------|------------|
| | COMARCAS | PROMOTORIAS | PROMOTORES |
| FINAL | 1 | 117 | 115 |
| INTERMEDIÁRIA | 35 | 119 | 92 |
| INICIAL | 76 | 76 | 61 |
| TOTAL | 112 | 312 | 268 |

Fonte: Corregedoria-Geral/PGJ-MA, 2013.

4.7.1 Promotorias de Justiça distribuídas por regiões

Tabela 4: Distribuição das Promotorias de Justiça no Estado do Maranhão por regiões

| 1ª REGIÃO – METROPOLITANA (04 Comarcas) | |
|--|----------------------|
| São Luís (Capital) | Raposa |
| Paço do Lumiar | São José de Ribamar |
| 2ª REGIÃO – PRÉ-AMAZÔNICA (13 Comarcas) | |
| Buriticupu | Pindaré-Mirim |
| Bom Jardim | Santa Inês |
| Cândido Mendes | Santa luzia do Paruá |
| Carutapera | Santa luzia |
| Governador Nunes Freire | Turiçu |
| Maracaçumé | Zé doca |
| Monção | |
| 3ª REGIÃO – BAIXADA (16 Comarcas) | |
| Alcântara | Olinda Nova |
| Bacuri | Pinheiro |
| Bequimão | Penalva |
| Cururupu | Santa Helena |

| | |
|---|---------------------------|
| Cedral | São Vicente Ferrer |
| Guimarães | São João Batista |
| Matinha | São Bento |
| Mirinzal | Viana |
| 4ª REGIÃO – COCAIS (24 Comarcas) | |
| Barão de Grajaú | Passagem Franca |
| Buriti bravo | Presidente Dutra |
| Caxias | Paraibano |
| Codó | Parnarama |
| Colinas | Santo Antônio dos Lopes |
| Coroatá | São Francisco do Maranhão |
| Coelho neto | São João dos Patos |
| Dom Pedro | São Domingos do Maranhão |
| Governador Eugênio Barros | Sucupira do norte |
| Matões | Timbiras |
| Mirador | Timon |
| Pastos Bons | Tuntum |
| 5ª REGIÃO – MEARIM (16 Comarcas) | |
| Arari | Paulo Ramos |
| Anajatuba | Pedreiras |
| Bacabal | Pio XII |
| Barra do Corda | Poção de Pedras |
| Esperantinópolis | São Mateus |
| Igarapé Grande | São Luís Gonzaga |
| Joselândia | Vitorino Freire |
| Lago da Pedra | Vitória do Mearim |
| 6ª REGIÃO – BAIXO PARNAÍBA (18 Comarcas) | |
| Araioses | Morros |
| Barreirinhas | Magalhães de Almeida |
| Brejo | Rosário |
| Buriti | Santa Rita |
| Cantanhede | Santa Quitéria |
| Chapadinha | São Benardo |
| Humberto de Campos | Tutóia |
| Icatu | Urbanos Santos |
| Itapecuru-Mirim | Vargem Grande |
| 7ª REGIÃO – TOCANTINA (11 Comarcas) | |
| Açailândia | Itinga do Maranhão |
| Arame | João Lisboa |
| Amarante do Maranhão | Montes Altos |

| | |
|--|------------------------------|
| Estreito | Porto Franco |
| Grajaú | Senador La Roque |
| Imperatriz | |
| 8ª REGIÃO – SUL DO MARANHÃO (08 Comarcas) | |
| Alto Parnaíba | Riachão |
| Balsas | São Domingos do Azeitão |
| Carolina | São Raimundo das Mangabeiras |
| Loreto | Tasso Fragoso |

Fonte: Corregedoria-Geral/PJG-MA, 2013.

5 DADOS DA ATIVIDADE FUNCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO EM 2013

5.1 ATUAÇÃO NO 1º GRAU

Tabela 5: Comparativo das Ações Penais

QUADRO COMPARATIVO DAS AÇÕES PENAIS 2010 - 2013

| INQUÉRITOS POLICIAIS E NOTÍCIAS CRIMINAIS | | | | | | | |
|---|------|------|---|------|------|---|-------------|
| DOS CRIMES | 2010 | 2011 | Aument o de 2010 a 2011 (%) | 2012 | 2013 | Aument o de 2012 a 2013 (%) | TOTAL |
| ABORTO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 44 | 8 | -81,8% | 7 | 7 | 0,0% | 66 |
| Despachados | 41 | 7 | -82,9% | 5 | 9 | 80,0% | 62 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Saldo sem prazo vencido | 2 | 1 | -50,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |
| Transações Penais | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Arquivados | 14 | 1 | -92,9% | 0 | 3 | 0,0% | 18 |
| Denúncias oferecidas | 14 | 4 | -71,4% | 2 | 2 | 0,0% | 22 |
| Baixados para diligência | 5 | 5 | 0,0% | 6 | 4 | -33,3% | 20 |
| HOMICÍDIO DOLOSO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 1658 | 1951 | 17,7% | 2253 | 3206 | 42,3% | 9068 |
| Despachados | 1574 | 1897 | 20,5% | 1944 | 3102 | 59,6% | 8517 |
| Saldo com prazo vencido | 33 | 4 | -87,9% | 3 | 7 | 133,3% | 47 |
| Saldo sem prazo vencido | 387 | 449 | 16,0% | 306 | 402 | 31,4% | 1544 |
| Transações Penais | 12 | 12 | 0,0% | 20 | 6 | -70,0% | 50 |
| Arquivados | 73 | 218 | 198,6% | 340 | 274 | -19,4% | 905 |
| Denúncias oferecidas | 970 | 935 | -3,6% | 830 | 982 | 18,3% | 3717 |
| Baixados para diligência | 615 | 815 | 32,5% | 762 | 1769 | 132,2% | 3961 |
| HOMICÍDIO CULPOSO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 210 | 137 | -34,8% | 235 | 288 | 22,6% | 870 |
| Despachados | 214 | 130 | -39,3% | 221 | 284 | 28,5% | 849 |
| Saldo com prazo vencido | 4 | 7 | 75,0% | 3 | 3 | 0,0% | 17 |
| Saldo sem prazo vencido | 57 | 22 | -61,4% | 11 | 54 | 390,9% | 144 |
| Transações Penais | 12 | 22 | 83,3% | 3 | 1 | -66,7% | 38 |
| Arquivados | 31 | 17 | -45,2% | 43 | 26 | -39,5% | 117 |
| Denúncias oferecidas | 96 | 57 | -40,6% | 101 | 87 | -13,9% | 341 |
| Baixados para diligência | 77 | 50 | -35,1% | 91 | 139 | 52,7% | 357 |

| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | | |
|------------------------------|-----|-----|---------|-----|------|---------|-------------|
| Recebidos e instaurados | 53 | 77 | 45,3% | 58 | 143 | 146,6% | 331 |
| Despachados | 47 | 71 | 51,1% | 49 | 134 | 173,5% | 301 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 1 | 0,0% | 9 | 7 | -22,2% | 18 |
| Saldo sem prazo vencido | 12 | 7 | -41,7% | 0 | 37 | 0,0% | 56 |
| Transações Penais | 1 | 2 | 100,0% | 1 | 14 | 1300,0% | 18 |
| Arquivados | 7 | 7 | 0,0% | 13 | 11 | -15,4% | 38 |
| Denúncias oferecidas | 27 | 40 | 48,1% | 34 | 67 | 97,1% | 168 |
| Baixados para diligências | 13 | 18 | 38,5% | 20 | 41 | 105,0% | 92 |
| ORDEM TRIBUTÁRIA | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 128 | 142 | 10,9% | 82 | 250 | 204,9% | 602 |
| Despachados | 169 | 135 | -20,1% | 62 | 220 | 254,8% | 586 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 3 | 200,0% | 3 | 5 | 66,7% | 12 |
| Saldo sem prazo vencido | 19 | 59 | 210,5% | 20 | 105 | 425,0% | 203 |
| Transações Penais | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Arquivados | 34 | 27 | -20,6% | 26 | 19 | -26,9% | 106 |
| Denúncias oferecidas | 9 | 16 | 77,8% | 18 | 16 | -11,1% | 59 |
| Baixados para diligências | 41 | 34 | -17,1% | 28 | 154 | 450,0% | 257 |
| ORDEM ECONÔMICA | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 2 | 11 | 450,0% | 5 | 7 | 40,0% | 25 |
| Despachados | 9 | 10 | 11,1% | 3 | 6 | 100,0% | 28 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Saldo sem prazo vencido | 8 | 3 | -62,5% | 2 | 6 | 200,0% | 19 |
| Transações Penais | 1 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Arquivados | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Denúncias oferecidas | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 2 | 100,0% | 5 |
| Baixados para diligências | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 6 | 0,0% | 8 |
| TORTURA | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 43 | 22 | -48,8% | 15 | 23 | 53,3% | 103 |
| Despachados | 44 | 18 | -59,1% | 11 | 22 | 100,0% | 95 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 3 |
| Saldo sem prazo vencido | 5 | 9 | 80,0% | 4 | 1 | -75,0% | 19 |
| Transações Penais | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Arquivados | 7 | 3 | -57,1% | 4 | 2 | -50,0% | 16 |
| Denúncias oferecidas | 12 | 8 | -33,3% | 2 | 12 | 500,0% | 34 |
| Baixados para diligências | 21 | 6 | -71,4% | 7 | 7 | 0,0% | 41 |
| MEIO AMBIENTE | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 588 | 723 | 23,0% | 618 | 1239 | 100,5% | 3168 |
| Despachados | 553 | 661 | 19,5% | 550 | 1197 | 117,6% | 2961 |
| Saldo com prazo vencido | 2 | 3 | 50,0% | 1 | 2 | 100,0% | 8 |
| Saldo sem prazo vencido | 167 | 136 | -18,6% | 67 | 166 | 147,8% | 536 |
| Transações Penais | 56 | 17 | -69,6% | 26 | 38 | 46,2% | 137 |
| Arquivados | 54 | 89 | 64,8% | 90 | 234 | 160,0% | 467 |
| Denúncias oferecidas | 112 | 124 | 10,7% | 158 | 87 | -44,9% | 481 |
| Baixados para diligências | 119 | 231 | 94,1% | 241 | 615 | 155,2% | 1206 |

| CRIANÇA E ADOLESCENTE | | | | | | | |
|-----------------------------------|-----|-----|---------|-----|-----|---------|-------------|
| Recebidos e instaurados | 205 | 219 | 6,8% | 251 | 533 | 112,4% | 1208 |
| Despachados | 179 | 221 | 23,5% | 233 | 513 | 120,2% | 1146 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 37 | 0,0% | 38 |
| Saldo sem prazo vencido | 21 | 23 | 9,5% | 18 | 31 | 72,2% | 93 |
| Transações Penais | 5 | 4 | -20,0% | 0 | 2 | 0,0% | 11 |
| Arquivados | 7 | 15 | 114,3% | 22 | 31 | 40,9% | 75 |
| Denúncias oferecidas | 102 | 71 | -30,4% | 118 | 226 | 91,5% | 517 |
| Baixados para diligências | 45 | 39 | -13,3% | 58 | 224 | 286,2% | 366 |
| CONSUMIDOR | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 44 | 60 | 36,4% | 73 | 75 | 2,7% | 252 |
| Despachados | 57 | 40 | -29,8% | 62 | 40 | -35,5% | 199 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Saldo sem prazo vencido | 47 | 56 | 19,1% | 11 | 52 | 372,7% | 166 |
| Transações Penais | 1 | 2 | 100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 4 |
| Arquivados | 15 | 6 | -60,0% | 11 | 1 | -90,9% | 33 |
| Denúncias oferecidas | 22 | 20 | -9,1% | 24 | 21 | -12,5% | 87 |
| Baixados para diligências | 12 | 13 | 8,3% | 32 | 12 | -62,5% | 69 |
| MILITARES | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 185 | 77 | -58,4% | 133 | 159 | 19,5% | 554 |
| Despachados | 183 | 72 | -60,7% | 133 | 157 | 18,0% | 545 |
| Saldo com prazo vencido | 21 | 2 | -90,5% | 0 | 0 | 0,0% | 23 |
| Saldo sem prazo vencido | 85 | 0 | -100,0% | 0 | 70 | 0,0% | 155 |
| Transações Penais | 5 | 0 | -100,0% | 0 | 1 | 0,0% | 6 |
| Arquivados | 76 | 12 | -84,2% | 24 | 2 | -91,7% | 114 |
| Denúncias oferecidas | 38 | 12 | -68,4% | 22 | 27 | 22,7% | 99 |
| Baixados para diligências | 62 | 53 | -14,5% | 78 | 40 | -48,7% | 233 |
| ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 129 | 44 | -65,9% | 74 | 48 | -35,1% | 295 |
| Despachados | 123 | 43 | -65,0% | 67 | 47 | -29,9% | 280 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Saldo sem prazo vencido | 64 | 12 | -81,3% | 7 | 4 | -42,9% | 87 |
| Transações Penais | 3 | 2 | -33,3% | 2 | 1 | -50,0% | 8 |
| Arquivados | 8 | 5 | -37,5% | 9 | 2 | -77,8% | 24 |
| Denúncias oferecidas | 87 | 46 | -47,1% | 35 | 15 | -57,1% | 183 |
| Baixados para diligências | 32 | 26 | -18,8% | 28 | 18 | -35,7% | 104 |
| ESTUPRO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 561 | 693 | 23,5% | 755 | 938 | 24,2% | 2947 |
| Despachados | 537 | 656 | 22,2% | 685 | 899 | 31,2% | 2777 |
| Saldo com prazo vencido | 2 | 3 | 50,0% | 2 | 3 | 50,0% | 10 |
| Saldo sem prazo vencido | 146 | 121 | -17,1% | 68 | 107 | 57,4% | 442 |
| Transações Penais | 3 | 8 | 166,7% | 9 | 2 | -77,8% | 22 |
| Arquivados | 30 | 56 | 86,7% | 55 | 57 | 3,6% | 198 |
| Denúncias oferecidas | 381 | 373 | -2,1% | 392 | 460 | 17,3% | 1606 |
| Baixados para diligências | 141 | 210 | 48,9% | 255 | 349 | 36,9% | 955 |

| ESTELIONATO | | | | | | | |
|---------------------------|------|------|---------|------|------|---------|-------------|
| Recebidos e instaurados | 575 | 556 | -3,3% | 576 | 722 | 25,3% | 2429 |
| Despachados | 523 | 545 | 4,2% | 518 | 675 | 30,3% | 2261 |
| Saldo com prazo vencido | 6 | 9 | 50,0% | 10 | 38 | 280,0% | 63 |
| Saldo sem prazo vencido | 146 | 136 | -6,8% | 48 | 170 | 254,2% | 500 |
| Transações Penais | 6 | 10 | 66,7% | 11 | 0 | -100,0% | 27 |
| Arquivados | 78 | 50 | -35,9% | 60 | 59 | -1,7% | 247 |
| Denúncias oferecidas | 269 | 230 | -14,5% | 233 | 227 | -2,6% | 959 |
| Baixados para diligências | 243 | 215 | -11,5% | 238 | 389 | 63,4% | 1085 |
| FURTO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 2032 | 1884 | -7,3% | 2075 | 2472 | 19,1% | 8463 |
| Despachados | 1873 | 1749 | -6,6% | 1919 | 2341 | 22,0% | 7882 |
| Saldo com prazo vencido | 7 | 5 | -28,6% | 10 | 36 | 260,0% | 58 |
| Saldo sem prazo vencido | 401 | 394 | -1,7% | 146 | 582 | 298,6% | 1523 |
| Transações Penais | 45 | 41 | -8,9% | 45 | 7 | -84,4% | 138 |
| Arquivados | 153 | 177 | 15,7% | 182 | 233 | 28,0% | 745 |
| Denúncias oferecidas | 1447 | 1156 | -20,1% | 1208 | 1202 | -0,5% | 5013 |
| Baixados para diligências | 416 | 466 | 12,0% | 477 | 825 | 73,0% | 2184 |
| ESTORSÃO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 50 | 26 | -48,0% | 49 | 30 | -38,8% | 155 |
| Despachados | 38 | 23 | -39,5% | 49 | 27 | -44,9% | 137 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Saldo sem prazo vencido | 6 | 2 | -66,7% | 0 | 8 | 0,0% | 16 |
| Transações Penais | 3 | 2 | -33,3% | 1 | 0 | -100,0% | 6 |
| Arquivados | 4 | 2 | -50,0% | 2 | 2 | 0,0% | 10 |
| Denúncias oferecidas | 28 | 27 | -3,6% | 31 | 18 | -41,9% | 104 |
| Baixados para diligências | 21 | 14 | -33,3% | 16 | 7 | -56,3% | 58 |
| RACISMO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | | | 0,0% | | 4 | 0,0% | 4 |
| Despachados | | | 0,0% | | 4 | 0,0% | 4 |
| Saldo com prazo vencido | | | 0,0% | | 0 | 0,0% | 0 |
| Saldo sem prazo vencido | | | 0,0% | | 0 | 0,0% | 0 |
| Transações Penais | | | 0,0% | | 0 | 0,0% | 0 |
| Arquivados | | | 0,0% | | 1 | 0,0% | 1 |
| Denúncias oferecidas | | | 0,0% | | 1 | 0,0% | 1 |
| Baixados para diligências | | | 0,0% | | 2 | 0,0% | 2 |
| RECEPTAÇÃO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 338 | 291 | -13,9% | 346 | 438 | 26,6% | 1413 |
| Despachados | 305 | 263 | -13,8% | 325 | 406 | 24,9% | 1299 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 0 | -100,0% | 2 | 9 | 350,0% | 14 |
| Saldo sem prazo vencido | 82 | 73 | -11,0% | 19 | 82 | 331,6% | 256 |
| Transações Penais | 11 | 9 | -18,2% | 17 | 11 | -35,3% | 48 |
| Arquivados | 18 | 28 | 55,6% | 26 | 24 | -7,7% | 96 |
| Denúncias oferecidas | 227 | 160 | -29,5% | 170 | 225 | 32,4% | 782 |
| Baixados para diligências | 89 | 70 | -21,3% | 105 | 119 | 13,3% | 383 |

| ROUBO | | | | | | | |
|---------------------------|------|------|--------|------|------|---------|-------------|
| Recebidos e instaurados | 1735 | 1773 | 2,2% | 2070 | 2604 | 25,8% | 8182 |
| Despachados | 1612 | 1736 | 7,7% | 1925 | 2491 | 29,4% | 7764 |
| Saldo com prazo vencido | 2 | 7 | 250,0% | 5 | 57 | 1040,0% | 71 |
| Saldo sem prazo vencido | 343 | 466 | 35,9% | 140 | 733 | 423,6% | 1682 |
| Transações Penais | 9 | 31 | 244,4% | 37 | 4 | -89,2% | 81 |
| Arquivados | 73 | 84 | 15,1% | 82 | 121 | 47,6% | 360 |
| Denúncias oferecidas | 1449 | 1236 | -14,7% | 1340 | 1369 | 2,2% | 5394 |
| Baixados para diligências | 312 | 386 | 23,7% | 460 | 891 | 93,7% | 2049 |
| LESÃO CORPORAL | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 1266 | 1147 | -9,4% | 1235 | 1192 | -3,5% | 4840 |
| Despachados | 1195 | 1070 | -10,5% | 1163 | 1114 | -4,2% | 4542 |
| Saldo com prazo vencido | 25 | 5 | -80,0% | 6 | 11 | 83,3% | 47 |
| Saldo sem prazo vencido | 301 | 265 | -12,0% | 66 | 188 | 184,8% | 820 |
| Transações Penais | 78 | 69 | -11,5% | 77 | 36 | -53,2% | 260 |
| Arquivados | 86 | 72 | -16,3% | 75 | 73 | -2,7% | 306 |
| Denúncias oferecidas | 660 | 568 | -13,9% | 570 | 523 | -8,2% | 2321 |
| Baixados para diligências | 347 | 323 | -6,9% | 385 | 466 | 21,0% | 1521 |
| RESPONSABILIDADE | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 24 | 31 | 29,2% | 34 | 35 | 2,9% | 124 |
| Despachados | 23 | 23 | 0,0% | 24 | 31 | 29,2% | 101 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 2 | 0,0% | 2 |
| Saldo sem prazo vencido | 5 | 8 | 60,0% | 10 | 6 | -40,0% | 29 |
| Transações Penais | 1 | 2 | 100,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |
| Arquivados | 11 | 7 | -36,4% | 7 | 0 | -100,0% | 25 |
| Denúncias oferecidas | 17 | 39 | 129,4% | 43 | 27 | -37,2% | 126 |
| Baixados para diligências | 13 | 7 | -46,2% | 15 | 21 | 40,0% | 56 |
| CÓDIGO DE TRÂNSITO | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 1052 | 896 | -14,8% | 1076 | 1877 | 74,4% | 4901 |
| Despachados | 962 | 849 | -11,7% | 996 | 1760 | 76,7% | 4567 |
| Saldo com prazo vencido | 14 | 3 | -78,6% | 0 | 14 | 0,0% | 31 |
| Saldo sem prazo vencido | 274 | 189 | -31,0% | 80 | 476 | 495,0% | 1019 |
| Transações Penais | 43 | 49 | 14,0% | 82 | 35 | -57,3% | 209 |
| Arquivados | 195 | 105 | -46,2% | 150 | 254 | 69,3% | 704 |
| Denúncias oferecidas | 515 | 390 | -24,3% | 415 | 763 | 83,9% | 2083 |
| Baixados para diligências | 239 | 267 | 11,7% | 320 | 716 | 123,8% | 1542 |
| ENTORPECENTES | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 1723 | 1700 | -1,3% | 1985 | 1825 | -8,1% | 7233 |
| Despachados | 1643 | 1631 | -0,7% | 1793 | 1663 | -7,3% | 6730 |
| Saldo com prazo vencido | 15 | 4 | -73,3% | 1 | 7 | 600,0% | 27 |
| Saldo sem prazo vencido | 307 | 289 | -5,9% | 190 | 185 | -2,6% | 971 |
| Transações Penais | 25 | 29 | 16,0% | 30 | 22 | -26,7% | 106 |
| Arquivados | 31 | 54 | 74,2% | 62 | 57 | -8,1% | 204 |
| Denúncias oferecidas | 1179 | 1145 | -2,9% | 1146 | 1207 | 5,3% | 4677 |
| Baixados para diligências | 193 | 199 | 3,1% | 220 | 266 | 20,9% | 878 |

| ELEITORAL | | | | | | | |
|---------------------------|------|------|---------|------|------|---------|-------------|
| Recebidos e instaurados | 196 | 223 | 13,8% | 168 | 813 | 383,9% | 1400 |
| Despachados | 226 | 216 | -4,4% | 153 | 815 | 432,7% | 1410 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Saldo sem prazo vencido | 64 | 68 | 6,3% | 15 | 36 | 140,0% | 183 |
| Transações Penais | 17 | 5 | -70,6% | 8 | 5 | -37,5% | 35 |
| Arquivados | 23 | 7 | -69,6% | 5 | 35 | 600,0% | 70 |
| Denúncias oferecidas | 119 | 62 | -47,9% | 63 | 73 | 15,9% | 317 |
| Baixados para diligências | 47 | 41 | -12,8% | 43 | 99 | 130,2% | 230 |
| IMPrensa | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 6 | 8 | 33,3% | 1 | 0 | -100,0% | 15 |
| Despachados | 6 | 8 | 33,3% | 1 | 0 | -100,0% | 15 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Saldo sem prazo vencido | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Transações Penais | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Arquivados | 1 | 3 | 200,0% | 0 | 0 | 0,0% | 4 |
| Denúncias oferecidas | 0 | 4 | 0,0% | 2 | 0 | -100,0% | 6 |
| Baixados para diligências | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| LICITAÇÕES | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 26 | 18 | -30,8% | 20 | 27 | 35,0% | 91 |
| Despachados | 22 | 17 | -22,7% | 15 | 21 | 40,0% | 75 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Saldo sem prazo vencido | 15 | 1 | -93,3% | 5 | 0 | -100,0% | 21 |
| Transações Penais | 0 | 0 | 0,0% | 2 | 0 | -100,0% | 2 |
| Arquivados | 6 | 1 | -83,3% | 1 | 0 | -100,0% | 8 |
| Denúncias oferecidas | 18 | 16 | -11,1% | 13 | 26 | 100,0% | 73 |
| Baixados para diligências | 1 | 1 | 0,0% | 2 | 6 | 200,0% | 10 |
| LEI MARIA DA PENHA | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 1553 | 1493 | -3,9% | 2142 | 4159 | 94,2% | 9347 |
| Despachados | 1488 | 1425 | -4,2% | 2008 | 4093 | 103,8% | 9014 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 4 | 33,3% | 8 | 7 | -12,5% | 22 |
| Saldo sem prazo vencido | 255 | 223 | -12,5% | 126 | 221 | 75,4% | 825 |
| Arquivados | 213 | 135 | -36,6% | 180 | 135 | -25,0% | 663 |
| Denúncias oferecidas | 1045 | 843 | -19,3% | 1096 | 1568 | 43,1% | 4552 |
| Baixados para diligências | 352 | 437 | 24,1% | 738 | 1596 | 116,3% | 3123 |
| PORTE DE ARMA | | | | | | | |
| Recebidos e instaurados | 1301 | 1077 | -17,2% | 1221 | 1603 | 31,3% | 5202 |
| Despachados | 1192 | 1019 | -14,5% | 1159 | 1587 | 36,9% | 4957 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 2 | -33,3% | 1 | 16 | 1500,0% | 22 |
| Saldo sem prazo vencido | 215 | 246 | 14,4% | 145 | 332 | 129,0% | 938 |
| Transações Penais | 11 | 27 | 145,5% | 29 | 3 | -89,7% | 70 |
| Arquivados | 62 | 49 | -21,0% | 52 | 54 | 3,8% | 217 |
| Denúncias oferecidas | 985 | 731 | -25,8% | 815 | 994 | 22,0% | 3525 |
| Baixados para diligências | 304 | 274 | -9,9% | 278 | 482 | 73,4% | 1338 |
| DIVERSOS | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|---|-------|-------|---------|-------|-------|---------|--------------|
| Recebidos e instaurados | 3868 | 3515 | -9,1% | 3735 | 4154 | 11,2% | 15272 |
| Despachados | 3588 | 3255 | -9,3% | 3332 | 3813 | 14,4% | 13988 |
| Saldo com prazo vencido | 340 | 822 | 141,8% | 11 | 178 | 1518,2% | 1351 |
| Saldo sem prazo vencido | 913 | 826 | -9,5% | 545 | 866 | 58,9% | 3150 |
| Transações Penais | 132 | 160 | 21,2% | 163 | 60 | -63,2% | 515 |
| Arquivados | 384 | 422 | 9,9% | 338 | 432 | 27,8% | 1576 |
| Denúncias oferecidas | 950 | 921 | -3,1% | 965 | 1005 | 4,1% | 3841 |
| Baixados para diligências | 1257 | 1298 | 3,3% | 1370 | 1798 | 31,2% | 5723 |
| AUDIÊNCIAS REALIZADAS | | | | | | | |
| Judiciais | 14840 | 17900 | 20,6% | 19942 | 15613 | -21,7% | 68295 |
| Extrajudiciais | 982 | 730 | -25,7% | 950 | 684 | -28,0% | 3346 |
| EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE | | | | | | | |
| Prescrição | 678 | 340 | -49,9% | 357 | 394 | 10,4% | 1769 |
| Decadência | 83 | 104 | 25,3% | 110 | 27 | -75,5% | 324 |
| Outras causas | 416 | 353 | -15,1% | 387 | 242 | -37,5% | 1398 |
| PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS ADM. CRIMINAL | | | | | | | |
| Instaurados | 366 | 152 | -58,5% | 132 | 51 | -61,4% | 701 |
| Concluídos | 303 | 241 | -20,5% | 95 | 67 | -29,5% | 706 |
| Andamento | 3103 | 2031 | -34,5% | 1350 | 722 | -46,5% | 7206 |
| Atendimento ao público criminal | 6522 | 5631 | -13,7% | 4988 | 3921 | -21,4% | 21062 |
| PROEÇOS CRIMINAIS DE 1º GRAU DOS CRIMES | | | | | | | |
| ABORTO | | | | | | | |
| Recebidos | 23 | 10 | -56,5% | 70 | 15 | -78,6% | 118 |
| Despachados | 24 | 7 | -70,8% | 70 | 15 | -78,6% | 116 |
| Saldo com prazo vencido | 5 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 5 |
| Saldo sem prazo vencido | 3 | 3 | 0,0% | 4 | 0 | -100,0% | 10 |
| Suspensão do processo | 2 | 0 | -100,0% | 0 | 1 | 0,0% | 3 |
| Alegações finais | 7 | 11 | 57,1% | 28 | 0 | -100,0% | 46 |
| Aditamentos | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Recursos | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 3 |
| Contra razões | 3 | 3 | 0,0% | 6 | 0 | -100,0% | 12 |
| Absoluções de acordo | 0 | 0 | 0,0% | 3 | 0 | -100,0% | 3 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 1 | 0 | -100,0% | 3 | 0 | -100,0% | 4 |
| Condenações parciais ao pedido | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 4 |
| Condenações conforme pedido | 1 | 3 | 200,0% | 7 | 1 | -85,7% | 12 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 2 | 7 | 250,0% | 13 | 1 | -92,3% | 23 |
| Extinção de punibilidade decadência | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 5 | 0 | -100,0% | 2 | 1 | -50,0% | 8 |
| HOMICÍDIO DOLOSO | | | | | | | |
| Recebidos | 2413 | 2403 | -0,4% | 2515 | 3004 | 19,4% | 10335 |

| | | | | | | | |
|--|------|------|---------|------|------|---------|-------------|
| Despachados | 2312 | 2336 | 1,0% | 2350 | 2952 | 25,6% | 9950 |
| Saldo com prazo vencido | 7 | 10 | 42,9% | 18 | 17 | -5,6% | 52 |
| Saldo sem prazo vencido | 423 | 518 | 22,5% | 199 | 327 | 64,3% | 1467 |
| Suspensão do processo | 14 | 29 | 107,1% | 16 | 30 | 87,5% | 89 |
| Alegações finais | 685 | 622 | -9,2% | 595 | 589 | -1,0% | 2491 |
| Aditamentos | 49 | 33 | -32,7% | 51 | 58 | 13,7% | 191 |
| Recursos | 42 | 30 | -28,6% | 59 | 65 | 10,2% | 196 |
| Contra razões | 185 | 204 | 10,3% | 197 | 233 | 18,3% | 819 |
| Absoluções de acordo | 24 | 34 | 41,7% | 36 | 7 | -80,6% | 101 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 14 | 16 | 14,3% | 13 | 9 | -30,8% | 52 |
| Condenações parciais ao pedido | 22 | 43 | 95,5% | 11 | 22 | 100,0% | 98 |
| Condenações conforme pedido | 128 | 108 | -15,6% | 68 | 94 | 38,2% | 398 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 69 | 66 | -4,3% | 49 | 100 | 104,1% | 284 |
| Extinção de punibilidade decadência | 5 | 1 | -80,0% | 1 | 0 | -100,0% | 7 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 58 | 85 | 46,6% | 79 | 119 | 50,6% | 341 |
| HOMICÍDIO CULPOSO | | | | | | | |
| Recebidos | 209 | 151 | -27,8% | 280 | 231 | -17,5% | 871 |
| Despachados | 202 | 137 | -32,2% | 225 | 227 | 0,9% | 791 |
| Saldo com prazo vencido | 6 | 4 | -33,3% | 10 | 3 | -70,0% | 23 |
| Saldo sem prazo vencido | 79 | 37 | -53,2% | 45 | 49 | 8,9% | 210 |
| Suspensão do processo | 9 | 3 | -66,7% | 3 | 1 | -66,7% | 16 |
| Alegações finais | 73 | 27 | -63,0% | 55 | 39 | -29,1% | 194 |
| Aditamentos | 20 | 7 | -65,0% | 17 | 9 | -47,1% | 53 |
| Recursos | 5 | 2 | -60,0% | 0 | 4 | 0,0% | 11 |
| Contra razões | 13 | 6 | -53,8% | 9 | 11 | 22,2% | 39 |
| Absoluções de acordo | 5 | 22 | 340,0% | 12 | 7 | -41,7% | 46 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 2 | 100,0% | 5 |
| Condenações parciais ao pedido | 2 | 0 | -100,0% | 0 | 3 | 0,0% | 5 |
| Condenações conforme pedido | 14 | 2 | -85,7% | 3 | 8 | 166,7% | 27 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 3 | 6 | 100,0% | 4 | 24 | 500,0% | 37 |
| Extinção de punibilidade decadência | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 11 | 47 | 327,3% | 41 | 15 | -63,4% | 114 |
| ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | | | | | | | |
| Recebidos | 92 | 104 | 13,0% | 76 | 173 | 127,6% | 445 |
| Despachados | 86 | 83 | -3,5% | 73 | 179 | 145,2% | 421 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 6 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 6 |
| Saldo sem prazo vencido | 11 | 21 | 90,9% | 3 | 43 | 1333,3% | 78 |
| Suspensão do processo | 4 | 1 | -75,0% | 1 | 2 | 100,0% | 8 |
| Alegações finais | 19 | 18 | -5,3% | 22 | 53 | 140,9% | 112 |

| | | | | | | | |
|--|-----|-----|---------|-----|----|---------|-----|
| Aditamentos | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 3 | 0,0% | 4 |
| Recursos | 4 | 3 | -25,0% | 2 | 4 | 100,0% | 13 |
| Contra razões | 1 | 3 | 200,0% | 4 | 4 | 0,0% | 12 |
| Absoluções de acordo | 3 | 3 | 0,0% | 3 | 3 | 0,0% | 12 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 6 | 1 | -83,3% | 1 | 2 | 100,0% | 10 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Condenações conforme pedido | 3 | 3 | 0,0% | 5 | 8 | 60,0% | 19 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 9 | 15 | 66,7% | 12 | 6 | -50,0% | 42 |
| Extinção de punibilidade decadência | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 11 | 10 | -9,1% | 12 | 7 | -41,7% | 40 |
| ORDEM TRIBUTÁRIA | | | | | | | |
| Recebidos | 127 | 112 | -11,8% | 120 | 71 | -40,8% | 430 |
| Despachados | 134 | 99 | -26,1% | 98 | 70 | -28,6% | 401 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 1 | -66,7% | 3 | 0 | -100,0% | 7 |
| Saldo sem prazo vencido | 6 | 14 | 133,3% | 19 | 19 | 0,0% | 58 |
| Suspensão do processo | 10 | 1 | -90,0% | 1 | 0 | -100,0% | 12 |
| Aditamentos | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Alegações finais | 3 | 9 | 200,0% | 12 | 1 | -91,7% | 25 |
| Recursos | 7 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 8 |
| Contra razões | 6 | 10 | 66,7% | 13 | 3 | -76,9% | 32 |
| Absoluções de acordo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Absolução contrárias ao pedido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Condenações parciais ao pedido | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Condenações conforme pedido | 1 | 4 | 300,0% | 3 | 0 | -100,0% | 8 |
| Ext. de punibilidade por prescrição | 3 | 0 | -100,0% | 3 | 1 | -66,7% | 7 |
| Ext. de punibilidade por decadência | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Ext. de punibilidade por outras causas | 1 | 1 | 0,0% | 3 | 6 | 100,0% | 11 |
| TORTURA | | | | | | | |
| Recebidos | 29 | 30 | 3,4% | 31 | 20 | -35,5% | 110 |
| Despachados | 25 | 27 | 8,0% | 27 | 20 | -25,9% | 99 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Saldo sem prazo vencido | 6 | 7 | 16,7% | 8 | 5 | -37,5% | 26 |
| Suspensão do processo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Alegações finais | 9 | 15 | 66,7% | 19 | 7 | -63,2% | 50 |
| Aditamentos | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Recursos | 1 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Contra razões | 2 | 5 | 150,0% | 6 | 4 | -33,3% | 17 |
| Absoluções de acordo | 2 | 0 | -100,0% | 0 | 1 | 0,0% | 3 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 2 |
| Condenações parciais ao pedido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Condenações conforme pedido | 2 | 1 | -50,0% | 1 | 2 | 100,0% | 6 |

| | | | | | | | |
|--|-----|-----|---------|-----|-----|---------|------|
| Extinção de punibilidade por prescrição | 0 | 1 | 0,0% | 2 | 0 | -100,0% | 3 |
| Extinção de punibilidade por decadência | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| MEIO AMBIENTE | | | | | | | |
| Recebidos | 157 | 148 | -5,7% | 185 | 181 | -2,2% | 671 |
| Despachados | 161 | 137 | -14,9% | 176 | 182 | 3,4% | 656 |
| Saldo com prazo vencido | 2 | 1 | -50,0% | 0 | 1 | 0,0% | 4 |
| Saldo sem prazo vencido | 26 | 26 | 0,0% | 23 | 26 | 13,0% | 101 |
| Suspensão do processo | 1 | 3 | 200,0% | 3 | 5 | 66,7% | 12 |
| Alegações finais | 10 | 30 | 200,0% | 32 | 10 | -68,8% | 82 |
| Aditamentos | 2 | 4 | 100,0% | 2 | 2 | 0,0% | 10 |
| Recursos | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 3 | 200,0% | 6 |
| Contra razões | 2 | 3 | 50,0% | 5 | 0 | -100,0% | 10 |
| Absolvição de acordo | 2 | 3 | 50,0% | 2 | 0 | -100,0% | 7 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 1 | 2 | 100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 3 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações conforme pedido | 2 | 0 | -100,0% | 1 | 2 | 100,0% | 5 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 2 | 3 | 50,0% | 2 | 12 | 500,0% | 19 |
| Extinção de punibilidade por decadência | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 13 | 5 | -61,5% | 5 | 10 | 100,0% | 33 |
| CRIANÇA E ADOLESCENTE | | | | | | | |
| Recebidos | 243 | 164 | -32,5% | 222 | 668 | 200,9% | 1297 |
| Despachados | 198 | 147 | -25,8% | 204 | 573 | 180,9% | 1122 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 5 | 9 | 80,0% | 15 |
| Saldo sem prazo vencido | 20 | 17 | -15,0% | 23 | 41 | 78,3% | 101 |
| Suspensão do processo | 10 | 3 | -70,0% | 2 | 3 | 50,0% | 18 |
| Alegações finais | 68 | 43 | -36,8% | 48 | 51 | 6,3% | 210 |
| Aditamentos | 1 | 2 | 100,0% | 1 | 4 | 300,0% | 8 |
| Recursos | 4 | 2 | -50,0% | 3 | 6 | 100,0% | 15 |
| Contra razões | 5 | 3 | -40,0% | 9 | 23 | 155,6% | 40 |
| Absolvição de acordo | 0 | 1 | 0,0% | 2 | 1 | -50,0% | 4 |
| Absolvição contrárias ao pedido | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 2 | 100,0% | 5 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações conforme pedido | 2 | 5 | 150,0% | 9 | 2 | -77,8% | 18 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 4 | 0 | -100,0% | 0 | 5 | 0,0% | 9 |
| Extinção de punibilidade por decadência | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 4 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 13 | 12 | -7,7% | 15 | 9 | -40,0% | 49 |

| | | | | | | | |
|--|-----|-----|---------|-----|----|---------|------------|
| causas | | | | | | | |
| CONSUMIDOR | | | | | | | |
| Recebidos | 15 | 55 | 266,7% | 62 | 8 | -87,1% | 140 |
| Despachados | 10 | 43 | 330,0% | 55 | 7 | -87,3% | 115 |
| Saldo com prazo vencido | 4 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 4 |
| Saldo sem prazo vencido | 14 | 14 | 0,0% | 10 | 2 | -80,0% | 40 |
| Suspensão do processo | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Alegações finais | 2 | 3 | 50,0% | 8 | 0 | -100,0% | 13 |
| Aditamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recursos | 2 | 3 | 50,0% | 2 | 0 | -100,0% | 7 |
| Contra razões | 0 | 0 | 0,0% | 9 | 0 | -100,0% | 9 |
| Absolvição de acordo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Absolvição contrárias ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações conforme pedido | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por decadência | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 0 | 0 | 0,0% | 6 | 0 | -100,0% | 6 |
| MILITARES | | | | | | | |
| Recebidos | 133 | 132 | -0,8% | 137 | 15 | -89,1% | 417 |
| Despachados | 133 | 121 | -9,0% | 127 | 15 | -88,2% | 396 |
| Saldo com prazo vencido | 13 | 10 | -23,1% | 0 | 0 | 0,0% | 23 |
| Saldo sem prazo vencido | 118 | 12 | -89,8% | 19 | 0 | -100,0% | 149 |
| Suspensão do processo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Alegações finais | 1 | 6 | 500,0% | 15 | 1 | -93,3% | 23 |
| Aditamentos | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Recursos | 3 | 6 | 100,0% | 4 | 0 | -100,0% | 13 |
| Contra razões | 2 | 1 | -50,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |
| Absolvição de acordo | 1 | 0 | -100,0% | 3 | 0 | -100,0% | 4 |
| Absolvição contrárias ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações conforme pedido | 0 | 0 | 0,0% | 11 | 0 | -100,0% | 11 |
| Extinção de punibilidade por prescrição | 0 | 15 | 0,0% | 12 | 1 | -91,7% | 28 |
| Extinção de punibilidade por decadência | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por outras causas | 1 | 23 | 2200,0% | 26 | 0 | -100,0% | 50 |
| ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR | | | | | | | |
| Recebidos | 130 | 125 | -3,8% | 117 | 42 | -64,1% | 414 |
| Despachados | 128 | 114 | -10,9% | 110 | 41 | -62,7% | 393 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 2 | 100,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |

| | | | | | | | |
|--|-----|-----|---------|-----|-----|---------|-------------|
| Saldo sem prazo vencido | 23 | 33 | 43,5% | 19 | 5 | -73,7% | 80 |
| Suspensão do processo | 1 | 4 | 300,0% | 2 | 2 | 0,0% | 9 |
| Alegações finais | 56 | 43 | -23,2% | 55 | 4 | -92,7% | 158 |
| Aditamentos | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 4 |
| Recursos | 6 | 4 | -33,3% | 4 | 1 | -75,0% | 15 |
| Contra razões | 8 | 13 | 62,5% | 15 | 5 | -66,7% | 41 |
| Absoluções de acordo | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 3 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Condenações parciais ao pedido | 3 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 3 |
| Condenações conforme pedido | 7 | 2 | -71,4% | 2 | 1 | -50,0% | 12 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 2 | 2 | 0,0% | 3 | 2 | -33,3% | 9 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 2 | 2 | 0,0% | 2 | 3 | 50,0% | 9 |
| ESTUPRO | | | | | | | |
| Recebidos | 634 | 770 | 21,5% | 786 | 733 | -6,7% | 2923 |
| Despachados | 625 | 717 | 14,7% | 690 | 713 | 3,3% | 2745 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 9 | 200,0% | 12 | 3 | -75,0% | 27 |
| Saldo sem prazo vencido | 91 | 105 | 15,4% | 85 | 114 | 34,1% | 395 |
| Suspensão do processo | 5 | 2 | -60,0% | 3 | 6 | 100,0% | 16 |
| Alegações finais | 237 | 252 | 6,3% | 232 | 202 | -12,9% | 923 |
| Aditamentos | 8 | 13 | 62,5% | 9 | 18 | 100,0% | 48 |
| Recursos | 9 | 14 | 55,6% | 12 | 11 | -8,3% | 46 |
| Contra razões | 34 | 47 | 38,2% | 55 | 48 | -12,7% | 184 |
| Absoluções de acordo | 7 | 10 | 42,9% | 9 | 4 | -55,6% | 30 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 5 | 2 | -60,0% | 2 | 5 | 150,0% | 14 |
| Condenações parciais ao pedido | 5 | 0 | -100,0% | 1 | 2 | 100,0% | 8 |
| Condenações conforme pedido | 27 | 20 | -25,9% | 21 | 21 | 0,0% | 89 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 16 | 7 | -56,3% | 12 | 7 | -41,7% | 42 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 0 | -100,0% | 2 | 1 | -50,0% | 4 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 24 | 32 | 33,3% | 28 | 19 | -32,1% | 103 |
| ESTELIONATO | | | | | | | |
| Recebidos | 322 | 381 | 18,3% | 353 | 288 | -18,4% | 1344 |
| Despachados | 319 | 359 | 12,5% | 332 | 280 | -15,7% | 1290 |
| Saldo com prazo vencido | 2 | 0 | -100,0% | 0 | 2 | 0,0% | 4 |
| Saldo sem prazo vencido | 32 | 57 | 78,1% | 35 | 74 | 111,4% | 198 |
| Suspensão do processo | 9 | 17 | 88,9% | 5 | 15 | 200,0% | 46 |
| Alegações finais | 74 | 110 | 48,6% | 115 | 81 | -29,6% | 380 |
| Aditamentos | 3 | 5 | 66,7% | 6 | 11 | 83,3% | 25 |
| Recursos | 4 | 3 | -25,0% | 4 | 4 | 0,0% | 15 |

| | | | | | | | |
|--|------|------|---------|------|------|---------|-------------|
| Contra razões | 28 | 18 | -35,7% | 23 | 7 | -69,6% | 76 |
| Absoluções de acordo | 12 | 4 | -66,7% | 5 | 3 | -40,0% | 24 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 4 | 4 | 0,0% | 3 | 1 | -66,7% | 12 |
| Condenações parciais ao pedido | 4 | 2 | -50,0% | 1 | 1 | 0,0% | 8 |
| Condenações conforme pedido | 28 | 41 | 46,4% | 45 | 18 | -60,0% | 132 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 61 | 26 | -57,4% | 28 | 15 | -46,4% | 130 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 4 | 300,0% | 1 | 0 | -100,0% | 6 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 27 | 33 | 22,2% | 39 | 25 | -35,9% | 124 |
| FURTO | | | | | | | |
| Recebidos | 2033 | 2210 | 8,7% | 1963 | 1981 | 0,9% | 8187 |
| Despachados | 2034 | 2135 | 5,0% | 1800 | 1898 | 5,4% | 7867 |
| Saldo com prazo vencido | 11 | 11 | 0,0% | 5 | 10 | 100,0% | 37 |
| Saldo sem prazo vencido | 241 | 420 | 74,3% | 230 | 411 | 78,7% | 1302 |
| Suspensão do processo | 91 | 54 | -40,7% | 33 | 40 | 21,2% | 218 |
| Alegações finais | 612 | 684 | 11,8% | 605 | 556 | -8,1% | 2457 |
| Aditamentos | 28 | 54 | 92,9% | 33 | 32 | -3,0% | 147 |
| Recursos | 27 | 29 | 7,4% | 18 | 16 | -11,1% | 90 |
| Contra razões | 41 | 66 | 61,0% | 112 | 59 | -47,3% | 278 |
| Absolução de acordo | 33 | 39 | 18,2% | 40 | 38 | -5,0% | 150 |
| Absolução contrárias ao pedido | 23 | 25 | 8,7% | 10 | 18 | 80,0% | 76 |
| Condenações parciais ao pedido | 35 | 17 | -51,4% | 11 | 20 | 81,8% | 83 |
| Condenações conforme pedido | 116 | 184 | 58,6% | 155 | 186 | 20,0% | 641 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 126 | 120 | -4,8% | 86 | 93 | 8,1% | 425 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 2 | 6 | 200,0% | 3 | 1 | -66,7% | 12 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 131 | 109 | -16,8% | 96 | 120 | 25,0% | 456 |
| EXTORSÃO | | | | | | | |
| Recebidos | 48 | 34 | -29,2% | 35 | 26 | -25,7% | 143 |
| Despachados | 44 | 34 | -22,7% | 32 | 25 | -21,9% | 135 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 2 | 100,0% | 0 | 1 | 0,0% | 4 |
| Saldo sem prazo vencido | 7 | 19 | 171,4% | 5 | 13 | 160,0% | 44 |
| Suspensão do processo | 2 | 0 | -100,0% | 2 | 0 | -100,0% | 4 |
| Alegações finais | 20 | 24 | 20,0% | 16 | 8 | -50,0% | 68 |
| Aditamentos | 0 | 1 | 0,0% | 2 | 0 | -100,0% | 3 |
| Recursos | 1 | 4 | 300,0% | 1 | 0 | -100,0% | 6 |
| Contra razões | 4 | 3 | -25,0% | 8 | 2 | -75,0% | 17 |
| Absoluções de acordo | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 4 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 1 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Condenações parciais ao pedido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Condenações conforme pedido | 1 | 3 | 200,0% | 5 | 4 | -20,0% | 13 |

| | | | | | | | |
|--|------|------|---------|------|------|---------|-------|
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 2 | 4 | 100,0% | 3 | 0 | -100,0% | 9 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 1 | 3 | 200,0% | 2 | 4 | 100,0% | 10 |
| RECEPTAÇÃO | | | | | | | |
| Recebidos | 288 | 274 | -4,9% | 265 | 274 | 3,4% | 1101 |
| Despachados | 282 | 269 | -4,6% | 260 | 263 | 1,2% | 1074 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Saldo sem prazo vencido | 22 | 64 | 190,9% | 9 | 54 | 500,0% | 149 |
| Suspensão do processo | 11 | 16 | 45,5% | 7 | 13 | 85,7% | 47 |
| Alegações finais | 76 | 67 | -11,8% | 68 | 67 | -1,5% | 278 |
| Aditamentos | 7 | 6 | -14,3% | 3 | 7 | 133,3% | 23 |
| Recursos | 5 | 9 | 80,0% | 5 | 2 | -60,0% | 21 |
| Contra razões | 10 | 21 | 110,0% | 15 | 6 | -60,0% | 52 |
| Absolvição de acordo | 1 | 2 | 100,0% | 1 | 5 | 400,0% | 9 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 3 | 12 | 300,0% | 4 | 1 | -75,0% | 20 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 4 | 0,0% | 2 | 2 | 0,0% | 8 |
| Condenações conforme pedido | 15 | 15 | 0,0% | 17 | 20 | 17,6% | 67 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 17 | 8 | -52,9% | 7 | 12 | 71,4% | 44 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 20 | 25 | 25,0% | 30 | 31 | 3,3% | 106 |
| ROUBO | | | | | | | |
| Recebidos | 2969 | 3200 | 7,8% | 3410 | 3172 | -7,0% | 12751 |
| Despachados | 2816 | 3026 | 7,5% | 3265 | 3065 | -6,1% | 12172 |
| Saldo com prazo vencido | 11 | 24 | 118,2% | 20 | 41 | 105,0% | 96 |
| Saldo sem prazo vencido | 348 | 648 | 86,2% | 285 | 865 | 203,5% | 2146 |
| Suspensão do processo | 21 | 28 | 33,3% | 16 | 23 | 43,8% | 88 |
| Alegações finais | 866 | 932 | 7,6% | 1180 | 1045 | -11,4% | 4023 |
| Aditamentos | 45 | 51 | 13,3% | 39 | 37 | -5,1% | 172 |
| Recursos | 54 | 38 | -29,6% | 37 | 51 | 37,8% | 180 |
| Contra razões | 267 | 302 | 13,1% | 350 | 388 | 10,9% | 1307 |
| Absolvição de acordo | 69 | 45 | -34,8% | 45 | 62 | 37,8% | 221 |
| Absolvição contrárias ao pedido | 31 | 24 | -22,6% | 17 | 32 | 88,2% | 104 |
| Condenações parciais ao pedido | 37 | 32 | -13,5% | 25 | 21 | -16,0% | 115 |
| Condenações conforme pedido | 310 | 370 | 19,4% | 366 | 505 | 38,0% | 1551 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 42 | 62 | 47,6% | 68 | 29 | -57,4% | 201 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 3 | 5 | 66,7% | 2 | 0 | -100,0% | 10 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 70 | 97 | 38,6% | 109 | 118 | 8,3% | 394 |

| | | | | | | | |
|--|------|-----|--------|-----|-----|---------|-------------|
| causas | | | | | | | |
| LESÃO CORPORAL | | | | | | | |
| Recebidos | 1009 | 954 | -5,5% | 850 | 693 | -18,5% | 3506 |
| Despachados | 986 | 890 | -9,7% | 750 | 682 | -9,1% | 3308 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 3 | 0,0% | 3 | 3 | 0,0% | 12 |
| Saldo sem prazo vencido | 125 | 185 | 48,0% | 112 | 83 | -25,9% | 505 |
| Suspensão do processo | 32 | 21 | -34,4% | 12 | 23 | 91,7% | 88 |
| Alegações finais | 271 | 226 | -16,6% | 215 | 180 | -16,3% | 892 |
| Aditamentos | 15 | 14 | -6,7% | 15 | 23 | 53,3% | 67 |
| Recursos | 5 | 8 | 60,0% | 5 | 4 | -20,0% | 22 |
| Contra razões | 26 | 29 | 11,5% | 24 | 17 | -29,2% | 96 |
| Absolvição de acordo | 11 | 8 | -27,3% | 11 | 5 | -54,5% | 35 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 5 | 8 | 60,0% | 3 | 15 | 400,0% | 31 |
| Condenações parciais ao pedido | 4 | 7 | 75,0% | 4 | 5 | 25,0% | 20 |
| Condenações conforme pedido | 34 | 28 | -17,6% | 38 | 36 | -5,3% | 136 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 77 | 44 | -42,9% | 39 | 24 | -38,5% | 184 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 8 | 3 | -62,5% | 2 | 2 | 0,0% | 15 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 57 | 78 | 36,8% | 75 | 62 | -17,3% | 272 |
| RESPONSABILIDADE | | | | | | | |
| Recebidos | 38 | 49 | 28,9% | 22 | 19 | -13,6% | 128 |
| Despachados | 33 | 41 | 24,2% | 18 | 21 | 16,7% | 113 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 3 | 200,0% | 0 | 0 | 0,0% | 4 |
| Saldo sem prazo vencido | 15 | 10 | -33,3% | 8 | 3 | -62,5% | 36 |
| Suspensão do processo | 1 | 4 | 300,0% | 2 | 0 | -100,0% | 7 |
| Alegações finais | 16 | 18 | 12,5% | 8 | 4 | -50,0% | 46 |
| Aditamentos | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 2 | 0,0% | 4 |
| Recursos | 1 | 2 | 100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 4 |
| Contra razões | 1 | 4 | 300,0% | 1 | 0 | -100,0% | 6 |
| Absolvição de acordo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Absoluções contrárias | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Condenações parciais ao pedido | 1 | 4 | 300,0% | 0 | 0 | 0,0% | 5 |
| Condenações conforme pedido | 10 | 2 | -80,0% | 3 | 3 | 0,0% | 18 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 1 | 3 | 200,0% | 1 | 0 | -100,0% | 5 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 2 | 1 | -50,0% | 4 | 2 | -50,0% | 9 |
| CÓDIGO DE TRÂNSITO | | | | | | | |
| Recebidos | 482 | 531 | 10,2% | 625 | 576 | -7,8% | 2214 |
| Despachados | 458 | 495 | 8,1% | 590 | 554 | -6,1% | 2097 |
| Saldo com prazo vencido | 4 | 11 | 175,0% | 2 | 13 | 550,0% | 30 |

| | | | | | | | |
|--|------|------|---------|------|------|---------|--------------|
| Saldo sem prazo vencido | 40 | 88 | 120,0% | 48 | 86 | 79,2% | 262 |
| Suspensão do processo | 20 | 20 | 0,0% | 26 | 66 | 153,8% | 132 |
| Alegações finais | 116 | 143 | 23,3% | 135 | 102 | -24,4% | 496 |
| Aditamentos | 7 | 12 | 71,4% | 22 | 20 | -9,1% | 61 |
| Recursos | 6 | 13 | 116,7% | 3 | 7 | 133,3% | 29 |
| Contra razões | 22 | 37 | 68,2% | 27 | 18 | -33,3% | 104 |
| Absoluções de acordo | 24 | 9 | -62,5% | 18 | 9 | -50,0% | 60 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 4 | 10 | 150,0% | 3 | 0 | -100,0% | 17 |
| Condenações parciais ao pedido | 2 | 5 | 150,0% | 4 | 0 | -100,0% | 11 |
| Condenações conforme pedido | 13 | 15 | 15,4% | 25 | 34 | 36,0% | 87 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 29 | 17 | -41,4% | 23 | 22 | -4,3% | 91 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 2 | 100,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 35 | 27 | -22,9% | 44 | 71 | 61,4% | 177 |
| ENTORPECENTES | | | | | | | |
| Recebidos | 3161 | 3663 | 15,9% | 3610 | 2981 | -17,4% | 13415 |
| Despachados | 3132 | 3597 | 14,8% | 3451 | 2917 | -15,5% | 13097 |
| Saldo com prazo vencido | 8 | 9 | 12,5% | 3 | 27 | 800,0% | 47 |
| Saldo sem prazo vencido | 205 | 482 | 135,1% | 301 | 196 | -34,9% | 1184 |
| Suspensão do processo | 10 | 13 | 30,0% | 17 | 29 | 70,6% | 69 |
| Alegações finais | 479 | 682 | 42,4% | 906 | 888 | -2,0% | 2955 |
| Aditamentos | 20 | 38 | 90,0% | 25 | 15 | -40,0% | 98 |
| Recursos | 30 | 44 | 46,7% | 65 | 51 | -21,5% | 190 |
| Contra razões | 124 | 215 | 73,4% | 305 | 239 | -21,6% | 883 |
| Absoluções de acordo | 32 | 27 | -15,6% | 29 | 49 | 69,0% | 137 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 19 | 19 | 0,0% | 40 | 71 | 77,5% | 149 |
| Condenações parciais ao pedido | 39 | 23 | -41,0% | 54 | 48 | -11,1% | 164 |
| Condenações conforme pedido | 181 | 147 | -18,8% | 217 | 237 | 9,2% | 782 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 43 | 66 | 53,5% | 73 | 70 | -4,1% | 252 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 3 | 1 | -66,7% | 3 | 1 | -66,7% | 8 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 53 | 61 | 15,1% | 95 | 56 | -41,1% | 265 |
| ELEITORAL | | | | | | | |
| Recebidos | 659 | 298 | -54,8% | 470 | 298 | -36,6% | 1725 |
| Despachados | 675 | 290 | -57,0% | 460 | 293 | -36,3% | 1718 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 5 | 66,7% | 1 | 1 | 0,0% | 10 |
| Saldo sem prazo vencido | 30 | 53 | 76,7% | 18 | 22 | 22,2% | 123 |
| Suspensão do processo | 4 | 0 | -100,0% | 0 | 27 | 0,0% | 31 |
| Alegações finais | 85 | 52 | -38,8% | 74 | 49 | -33,8% | 260 |
| Aditamentos | 10 | 12 | 20,0% | 22 | 11 | -50,0% | 55 |
| Recursos | 7 | 12 | 71,4% | 8 | 5 | -37,5% | 32 |

| | | | | | | | |
|--|----|----|---------|----|----|---------|------------|
| Contra razões | 9 | 7 | -22,2% | 13 | 11 | -15,4% | 40 |
| Absoluções de acordo | 10 | 8 | -20,0% | 0 | 2 | 0,0% | 20 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 3 | 2 | -33,3% | 0 | 0 | 0,0% | 5 |
| Condenações parciais ao pedido | 8 | 12 | 50,0% | 4 | 0 | -100,0% | 24 |
| Condenações conforme pedido | 2 | 0 | -100,0% | 8 | 4 | -50,0% | 14 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 3 | 2 | -33,3% | 2 | 0 | -100,0% | 7 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 89 | 13 | -85,4% | 19 | 11 | -42,1% | 132 |
| IMPrensa | | | | | | | |
| Recebidos | 12 | 12 | 0,0% | 6 | 0 | -100,0% | 30 |
| Despachados | 10 | 11 | 10,0% | 5 | 0 | -100,0% | 26 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Saldo sem prazo vencido | 1 | 2 | 100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 4 |
| Suspensão do processo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Alegações finais | 1 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Aditamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recursos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Contra razões | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Absoluções de acordo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações conforme pedido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 2 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 3 |
| LICITAÇÕES | | | | | | | |
| Recebidos | 13 | 35 | 169,2% | 36 | 52 | 44,4% | 136 |
| Despachados | 12 | 35 | 191,7% | 29 | 48 | 65,5% | 124 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Saldo sem prazo vencido | 4 | 14 | 250,0% | 7 | 5 | -28,6% | 30 |
| Suspensão do processo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Alegações finais | 5 | 9 | 80,0% | 8 | 17 | 112,5% | 39 |
| Aditamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 3 | 0,0% | 3 |
| Recursos | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| Contra razões | 1 | 3 | 200,0% | 3 | 2 | -33,3% | 9 |
| Absoluções de acordo | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 2 | 0,0% | 2 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Condenações parciais ao pedido | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Condenações conforme pedido | 1 | 4 | 300,0% | 0 | 0 | 0,0% | 5 |

| | | | | | | | |
|--|------|------|--------|------|------|---------|------|
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 1 | 3 | 200,0% | 2 | 0 | -100,0% | 6 |
| LEI MARIA DA PENHA | | | | | | | |
| Recebidos | 1041 | 957 | -8,1% | 1582 | 2734 | 72,8% | 6314 |
| Despachados | 1015 | 944 | -7,0% | 1450 | 2710 | 86,9% | 6119 |
| Saldo com prazo vencido | 4 | 3 | -25,0% | 2 | 11 | 450,0% | 20 |
| Saldo sem prazo vencido | 72 | 113 | 56,9% | 96 | 66 | -31,3% | 347 |
| Suspensão do processo | 25 | 24 | -4,0% | 28 | 7 | -75,0% | 84 |
| Alegações finais | 275 | 279 | 1,5% | 393 | 306 | -22,1% | 1253 |
| Aditamentos | 17 | 24 | 41,2% | 48 | 31 | -35,4% | 120 |
| Recursos | 29 | 29 | 0,0% | 38 | 110 | 189,5% | 206 |
| Contra razões | 26 | 27 | 3,8% | 31 | 24 | -22,6% | 108 |
| Absoluções de acordo | 11 | 6 | -45,5% | 6 | 5 | -16,7% | 28 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 3 | 5 | 66,7% | 3 | 6 | 100,0% | 17 |
| Condenações parciais ao pedido | 3 | 5 | 66,7% | 4 | 5 | 25,0% | 17 |
| Condenações conforme pedido | 86 | 23 | -73,3% | 38 | 65 | 71,1% | 212 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 18 | 20 | 11,1% | 16 | 13 | -18,8% | 67 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 3 | 2 | -33,3% | 6 | 8 | 33,3% | 19 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 24 | 25 | 4,2% | 39 | 35 | -10,3% | 123 |
| PORTE DE ARMA | | | | | | | |
| Recebidos | 1372 | 1207 | -12,0% | 1231 | 1152 | -6,4% | 4962 |
| Despachados | 1301 | 1169 | -10,1% | 1186 | 1144 | -3,5% | 4800 |
| Saldo com prazo vencido | 4 | 12 | 200,0% | 4 | 1 | -75,0% | 21 |
| Saldo sem prazo vencido | 126 | 256 | 103,2% | 117 | 219 | 87,2% | 718 |
| Suspensão do processo | 19 | 23 | 21,1% | 12 | 21 | 75,0% | 75 |
| Alegações finais | 558 | 435 | -22,0% | 400 | 384 | -4,0% | 1777 |
| Aditamentos | 45 | 15 | -66,7% | 8 | 10 | 25,0% | 78 |
| Recursos | 16 | 13 | -18,8% | 12 | 7 | -41,7% | 48 |
| Contra razões | 39 | 52 | 33,3% | 57 | 46 | -19,3% | 194 |
| Absoluções de acordo | 32 | 31 | -3,1% | 14 | 8 | -42,9% | 85 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 7 | 3 | -57,1% | 1 | 18 | 1700,0% | 29 |
| Condenações parciais ao pedido | 9 | 7 | -22,2% | 4 | 2 | -50,0% | 22 |
| Condenações conforme pedido | 106 | 86 | -18,9% | 98 | 123 | 25,5% | 413 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 56 | 41 | -26,8% | 44 | 31 | -29,5% | 172 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 11 | 9 | -18,2% | 7 | 0 | -100,0% | 27 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 57 | 53 | -7,0% | 70 | 64 | -8,6% | 244 |

| | | | | | | | |
|--|------|------|--------|------|------|---------|--------------|
| causas | | | | | | | |
| DIVERSOS | | | | | | | |
| Recebidos | 4005 | 3902 | -2,6% | 3980 | 4016 | 0,9% | 15903 |
| Despachados | 3838 | 3839 | 0,0% | 3760 | 3817 | 1,5% | 15254 |
| Saldo com prazo vencido | 14 | 33 | 135,7% | 30 | 10 | -66,7% | 87 |
| Saldo sem prazo vencido | 859 | 450 | -47,6% | 580 | 538 | -7,2% | 2427 |
| Suspensão do processo | 97 | 97 | 0,0% | 80 | 39 | -51,3% | 313 |
| Alegações finais | 519 | 650 | 25,2% | 450 | 524 | 16,4% | 2143 |
| Aditamentos | 49 | 112 | 128,6% | 70 | 40 | -42,9% | 271 |
| Recursos | 58 | 49 | -15,5% | 35 | 37 | 5,7% | 179 |
| Contra razões | 95 | 108 | 13,7% | 111 | 80 | -27,9% | 394 |
| Absoluções de acordo | 33 | 37 | 12,1% | 20 | 36 | 80,0% | 126 |
| Absoluções contrárias ao pedido | 27 | 22 | -18,5% | 28 | 18 | -35,7% | 95 |
| Condenações parciais ao pedido | 19 | 17 | -10,5% | 9 | 9 | 0,0% | 54 |
| Condenações conforme pedido | 115 | 119 | 3,5% | 120 | 120 | 0,0% | 474 |
| Extinção de punibilidade por Prescrição | 166 | 128 | -22,9% | 98 | 126 | 28,6% | 518 |
| Extinção de punibilidade por Decadência | 53 | 20 | -62,3% | 16 | 11 | -31,3% | 100 |
| Extinção de punibilidade por Outras causas | 214 | 224 | 4,7% | 247 | 253 | 2,4% | 938 |
| TRIBUNAL DO JÚRI | | | | | | | |
| Absoluções requeridas do MP | 98 | 112 | 14,3% | 115 | 91 | -20,9% | 416 |
| Absoluções não requeridas do MP | 103 | 90 | -12,6% | 70 | 114 | 62,9% | 377 |
| Condenações | 320 | 238 | -25,6% | 312 | 318 | 1,9% | 1188 |
| Contra razões do MP | 138 | 73 | -47,1% | 66 | 66 | 0,0% | 343 |
| Sessões | 422 | 371 | -12,1% | 358 | 390 | 8,9% | 1541 |
| Recursos do MP | 141 | 97 | -31,2% | 48 | 40 | -16,7% | 326 |
| Outras manifestações | 1281 | 1388 | 8,4% | 656 | 540 | -17,7% | 3865 |
| EXECUÇÃO PENAL | | | | | | | |
| Autorização de saída | 1354 | 1219 | -10,0% | 1100 | 799 | -27,4% | 4472 |
| Extinção de pena | 492 | 1477 | 200,2% | 800 | 775 | -3,1% | 3544 |
| Incidentes da execução | 152 | 428 | 181,6% | 430 | 179 | -58,4% | 1189 |
| Livramento condicional | 671 | 429 | -36,1% | 440 | 284 | -35,5% | 1824 |
| Penas alternativas | 102 | 90 | -11,8% | 80 | 20 | -75,0% | 292 |
| Recursos do MP | 37 | 159 | 329,7% | 139 | 126 | -9,4% | 461 |
| Prog. Regime cump. Pena | 1096 | 1023 | -6,7% | 1150 | 881 | -23,4% | 4150 |
| Remição | 282 | 379 | 34,4% | 367 | 339 | -7,6% | 1367 |
| Sursis | 37 | 33 | -10,8% | 56 | 58 | 3,6% | 184 |
| Outras manifestações | 37 | 133 | 259,5% | 145 | 5484 | 3682,1% | 5799 |
| PARECERES E REQUERIMENTOS | | | | | | | |
| <i>Habeas corpus</i> | 59 | 52 | -11,9% | 53 | 51 | -3,8% | 215 |
| Liberdade provisória | 3927 | 3109 | -20,8% | 2857 | 2330 | -18,4% | 12223 |
| Relaxamento de prisão em flagrante | 1677 | 1585 | -5,5% | 1265 | 1016 | -19,7% | 5543 |
| Prisão preventiva | 1647 | 1942 | 17,9% | 2326 | 3262 | 40,2% | 9177 |

| | | | | | | | |
|---|-------|-------|--------|-------|-------|---------|--------------|
| Prisão temporária | 426 | 291 | -31,7% | 255 | 227 | -11,0% | 1199 |
| Outras manifestações | 11836 | 11819 | -0,1% | 11510 | 14296 | 24,2% | 49461 |
| CONTROLE EXT. DA ATIVIDADE POLICIAL | | | | | | | |
| Visitas a estabel. prisionais del. e outros | 824 | 922 | 11,9% | 1015 | 829 | -18,3% | 3590 |
| Proced. investigativos instaurados | 366 | 366 | 0,0% | 385 | 123 | -68,1% | 1240 |
| Proced. investigativos concluídos | 303 | 241 | -20,5% | 215 | 67 | -68,8% | 826 |
| Proced. investigativos em andamento | 295 | 203 | -31,2% | 185 | 1060 | 473,0% | 1743 |
| Recomendações expedidas | 71 | 92 | 29,6% | 86 | 249 | 189,5% | 498 |
| Denúncias oferecidas | 426 | 289 | -32,2% | 502 | 354 | -29,5% | 1571 |
| Ações penais julgadas procedentes | 80 | 76 | -5,0% | 123 | 75 | -39,0% | 354 |
| Ações penais julgadas improcedentes | 3 | 31 | 933,3% | 47 | 0 | -100,0% | 81 |
| Req. de instauração de inquéritos policiais | 523 | 1021 | 95,2% | 761 | 639 | -16,0% | 2944 |
| IMPROBIDADE DE AUTORIDADES POLICIAIS | | | | | | | |
| Representações recebidas | 116 | 145 | 25,0% | 157 | 147 | -6,4% | 565 |
| Inquéritos civis instaurados | 12 | 122 | 916,7% | 147 | 6 | -95,9% | 287 |
| Ações civis pública | 16 | 15 | -6,3% | 23 | 16 | -30,4% | 70 |
| Pedidos procedentes | 3 | 16 | 433,3% | 26 | 7 | -73,1% | 52 |
| Pedidos improcedentes | 120 | 1 | -99,2% | 1 | 1 | 0,0% | 123 |
| Perda do cargo | 150 | 2 | -98,7% | 4 | 0 | -100,0% | 156 |
| JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL | | | | | | | |
| Termos circunstanciados Recebidos | 7592 | 7171 | -5,5% | 7050 | 7786 | 10,4% | 29599 |
| Audiências realizadas | 9490 | 9106 | -4,0% | 10457 | 8493 | -18,8% | 37546 |
| Absoluções | 112 | 167 | 49,1% | 97 | 41 | -57,7% | 417 |
| Arquivamentos | 2562 | 1341 | -47,7% | 1907 | 1825 | -4,3% | 7635 |
| Condenações | 145 | 147 | 1,4% | 356 | 48 | -86,5% | 696 |
| Composições civis homologadas | 1695 | 1618 | -4,5% | 1741 | 1152 | -33,8% | 6206 |
| Denúncias oferecidas | 1202 | 967 | -19,6% | 1378 | 1047 | -24,0% | 4594 |
| Extinção da punibilidade | 2402 | 1661 | -30,8% | 1663 | 1648 | -0,9% | 7374 |
| Pareceres | 4017 | 4120 | 2,6% | 4395 | 2915 | -33,7% | 15447 |
| Recursos do Ministério Público | 28 | 21 | -25,0% | 35 | 35 | 0,0% | 119 |
| Suspensão do Processo | 123 | 172 | 39,8% | 160 | 96 | -40,0% | 551 |
| Transações penais | 2415 | 2069 | -14,3% | 2173 | 1379 | -36,5% | 8036 |
| Outras manifestações | 2277 | 2267 | -0,4% | 3004 | 4569 | 52,1% | 12117 |
| Atendimento ao público | 2520 | 2399 | -4,8% | 2557 | 1331 | -47,9% | 8807 |

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, 2013.

Tabela 6: Comparativo das Ações Cíveis

QUADRO COMPARATIVO DAS AÇÕES CÍVEIS 2010 - 2013

| INQUÉRITOS CIVIS E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS | | | | | | | |
|--|------|------|----------------------------|------|------|----------------------------|-------------|
| ESPECIFICAÇÕES | 2010 | 2011 | Aumento de 2010 a 2011 (%) | 2012 | 2013 | Aumento de 2012 a 2013 (%) | TOTAL |
| IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA | | | | | | | |
| Instaurados | 685 | 555 | -19,0% | 595 | 483 | -18,8% | 2318 |
| Arquivados sem ajustamento de conduta | 188 | 157 | -16,5% | 120 | 143 | 19,2% | 608 |
| Arquivados com ajustamento de conduta | 10 | 22 | 120,0% | 16 | 3 | -81,3% | 51 |
| Ações civis ajuizadas | 352 | 479 | 36,1% | 441 | 434 | -1,6% | 1706 |
| Saldo com prazo vencido | 34 | 9 | -73,5% | 1 | 34 | 3300,0% | 78 |
| Saldo sem prazo vencido | 200 | 225 | 12,5% | 72 | 551 | 665,3% | 1048 |
| MEIO AMBIENTE | | | | | | | |
| Instaurados | 32 | 84 | 162,5% | 75 | 120 | 60,0% | 311 |
| Arquivados sem ajustamento de conduta | 9 | 21 | 133,3% | 18 | 26 | 44,4% | 74 |
| Arquivados com ajustamento de conduta | 11 | 4 | -63,6% | 2 | 0 | -100,0% | 17 |
| Ações civis ajuizadas | 14 | 32 | 128,6% | 18 | 23 | 27,8% | 87 |
| Saldo com prazo vencido | 1 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Saldo sem prazo vencido | 16 | 22 | 37,5% | 32 | 0 | -100,0% | 70 |
| SAÚDE | | | | | | | |
| Instaurados | 53 | 71 | 34,0% | 55 | 93 | 69,1% | 272 |
| Arquivados sem ajustamento de conduta | 37 | 30 | -18,9% | 34 | 29 | -14,7% | 130 |
| Arquivados com ajustamento de conduta | 11 | 5 | -54,5% | 2 | 36 | 1700,0% | 54 |
| Ações civis ajuizadas | 21 | 36 | 71,4% | 30 | 55 | 83,3% | 142 |
| Saldo com prazo vencido | 3 | 1 | -66,7% | 0 | 4 | 0,0% | 8 |
| Saldo sem prazo vencido | 25 | 24 | -4,0% | 37 | 28 | -24,3% | 114 |
| CONSUMIDOR | | | | | | | |
| Instaurados | 26 | 38 | 46,2% | 52 | 10 | -80,8% | 126 |
| Arquivados sem ajustamento de conduta | 7 | 11 | 57,1% | 16 | 0 | -100,0% | 34 |
| Arquivados com ajustamento de conduta | 0 | 13 | 0,0% | 26 | 1 | -96,2% | 40 |
| Ações civis ajuizadas | 7 | 18 | 157,1% | 22 | 4 | -81,8% | 51 |
| Saldo com prazo vencido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Saldo sem prazo vencido | 9 | 15 | 66,7% | 34 | 0 | -100,0% | 58 |
| OUTROS | | | | | | | |
| Instaurados | 482 | 447 | -7,3% | 503 | 319 | -36,6% | 1751 |
| Arquivados sem ajustamento | 112 | 62 | -44,6% | 31 | 214 | 590,3% | 419 |

| | | | | | | | |
|--|-----|------|---------|------|------|---------|-------------|
| de conduta | | | | | | | |
| Arquivados com ajustamento de conduta | 215 | 197 | -8,4% | 381 | 9 | -97,6% | 802 |
| Ações civis ajuizadas | 211 | 28 | -86,7% | 55 | 64 | 16,4% | 358 |
| Saldo com prazo vencido | 2 | 25 | 1150,0% | 37 | 5 | -86,5% | 69 |
| Saldo sem prazo vencido | 73 | 134 | 83,6% | 138 | 104 | -24,6% | 449 |
| PROCESSOS CÍVEIS DE 1º GRAU | | | | | | | |
| IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA | | | | | | | |
| Recebidos | 828 | 1345 | 62,4% | 1265 | 1429 | 13,0% | 4867 |
| Despachados com prazo vencido | 23 | 41 | 78,3% | 45 | 144 | 220,0% | 253 |
| Despachados sem prazo vencido | 642 | 1161 | 80,8% | 1078 | 1215 | 12,7% | 4096 |
| Saldo | 170 | 143 | -15,9% | 124 | 64 | -48,4% | 501 |
| Julgamentos procedentes conforme parecer | 95 | 101 | 6,3% | 171 | 59 | -65,5% | 426 |
| Julgamentos procedentes parciais ao pedido | 13 | 6 | -53,8% | 13 | 9 | -30,8% | 41 |
| Julgamentos por improcedência contrária | 34 | 22 | -35,3% | 21 | 36 | 71,4% | 113 |
| MEIO AMBIENTE | | | | | | | |
| Recebidos | 60 | 64 | 6,7% | 296 | 321 | 8,4% | 741 |
| Despachados com prazo vencido | 2 | 3 | 50,0% | 5 | 9 | 80,0% | 19 |
| Despachados sem prazo vencido | 59 | 179 | 203,4% | 231 | 299 | 29,4% | 768 |
| Saldo | 0 | 55 | 0,0% | 111 | 12 | -89,2% | 178 |
| Julgamentos procedente conforme parecer | 0 | 4 | 0,0% | 3 | 3 | 0,0% | 10 |
| Julgamentos procedente parcial ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Julgamentos improcedência contrária | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| SAÚDE | | | | | | | |
| Recebidos | 477 | 299 | -37,3% | 312 | 321 | 2,9% | 1409 |
| Despachados com prazo vencido | 0 | 8 | 0,0% | 7 | 41 | 485,7% | 56 |
| Despachados sem prazo vencido | 465 | 387 | -16,8% | 305 | 308 | 1,0% | 1465 |
| Saldo | 5 | 0 | -100,0% | 0 | 15 | 0,0% | 20 |
| Julgamentos procedentes conforme parecer | 82 | 47 | -42,7% | 40 | 64 | 60,0% | 233 |
| Julgamentos procedentes parciais ao pedido | 5 | 1 | -80,0% | 1 | 9 | 800,0% | 16 |
| Julgamentos por | 52 | 2 | -96,2% | 2 | 1 | -50,0% | 57 |

| | | | | | | | |
|--|-------|-------|---------|-------|-------|---------|---------------|
| improcedência contrária | | | | | | | |
| CONSUMIDOR | | | | | | | |
| Recebidos | 84 | 78 | -7,1% | 184 | 30 | -83,7% | 376 |
| Despachados com prazo vencido | 8 | 5 | -37,5% | 5 | 1 | -80,0% | 19 |
| Despachados sem prazo vencido | 72 | 66 | -8,3% | 174 | 26 | -85,1% | 338 |
| Saldo | 13 | 6 | -53,8% | 5 | 7 | 40,0% | 31 |
| Julgamentos procedentes conforme parecer | 2 | 3 | 50,0% | 9 | 0 | -100,0% | 14 |
| Julgamentos procedentes parciais ao pedido | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Julgamentos por improcedência contrária | 4 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 4 |
| OUTROS | | | | | | | |
| Recebidos | 27588 | 25557 | -7,4% | 26660 | 20702 | -22,3% | 100507 |
| Despachados com prazo vencido | 997 | 713 | -28,5% | 755 | 821 | 8,7% | 3286 |
| Despachados sem prazo vencido | 23235 | 23189 | -0,2% | 24159 | 19630 | -18,7% | 90213 |
| Saldo | 3544 | 2526 | -28,7% | 2098 | 2379 | 13,4% | 10547 |
| Julgamentos procedentes conforme parecer | 2069 | 1555 | -24,8% | 904 | 3396 | 275,7% | 7924 |
| Julgamentos procedentes parciais ao pedido | 138 | 45 | -67,4% | 110 | 215 | 95,5% | 508 |
| Julgamentos por improcedência contrária | 25 | 27 | 8,0% | 38 | 103 | 171,1% | 193 |
| AÇÕES PROPOSTAS | | | | | | | |
| Interdição | 347 | 400 | 15,3% | 445 | 314 | -29,4% | 1506 |
| Alimentos | 5759 | 5390 | -6,4% | 4885 | 4103 | -16,0% | 20137 |
| Investigação de paternidade | 1319 | 1285 | -2,6% | 1110 | 878 | -20,9% | 4592 |
| Outras | 2918 | 2496 | -14,5% | 2300 | 2392 | 4,0% | 10106 |
| PARCERES E REQUERIMENTOS | | | | | | | |
| Adoção | 1057 | 979 | -7,4% | 900 | 898 | -0,2% | 3834 |
| Ação popular | 216 | 172 | -20,4% | 180 | 78 | -56,7% | 646 |
| Alimentos | 11705 | 10822 | -7,5% | 11526 | 12290 | 6,6% | 46343 |
| Alvarás | 2733 | 2561 | -6,3% | 2115 | 1949 | -7,8% | 9358 |
| Curatelas | 2078 | 2172 | 4,5% | 2100 | 2291 | 9,1% | 8641 |
| Divórcios | 3661 | 4278 | 16,9% | 4845 | 4809 | -0,7% | 17593 |
| Eleitoral | 4322 | 3459 | -20,0% | 18571 | 13168 | -29,1% | 39520 |
| Falências e concordatas | 40 | 37 | -7,5% | 94 | 7 | -92,6% | 178 |
| Fazenda pública | 2809 | 2841 | 1,1% | 2853 | 2839 | -0,5% | 11342 |
| Guarda e Responsabilidade | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1769 | 0,0% | 1769 |
| Habilitação de casamento | 16064 | 11835 | -26,3% | 5940 | 7362 | 23,9% | 41201 |
| Homologação de acordo | 2140 | 2047 | -4,3% | 2200 | 2016 | -8,4% | 8403 |
| Inventário | 535 | 553 | 3,4% | 635 | 537 | -15,4% | 2260 |

| | | | | | | | |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Investigação de paternidade | 4451 | 4010 | -9,9% | 4280 | 4072 | -4,9% | 16813 |
| Mandado de Segurança | 1276 | 1305 | 2,3% | 1184 | 1606 | 35,6% | 5371 |
| Posse de propriedades | 199 | 182 | -8,5% | 231 | 165 | -28,6% | 777 |
| Processo cautelar | 497 | 342 | -31,2% | 411 | 173 | -57,9% | 1423 |
| Processo execução | 4150 | 4651 | 12,1% | 4950 | 4757 | -3,9% | 18508 |
| Registro público | 7507 | 4834 | -35,6% | 8572 | 8048 | -6,1% | 28961 |
| Responsabilidade civil | 449 | 347 | -22,7% | 602 | 369 | -38,7% | 1767 |
| Separação | 1339 | 603 | -55,0% | 450 | 282 | -37,3% | 2674 |
| Sucessões | 41 | 76 | 85,4% | 83 | 44 | -47,0% | 244 |
| Suprimento judicial | 162 | 179 | 10,5% | 175 | 166 | -5,1% | 682 |
| União estável | 1332 | 1126 | -15,5% | 1335 | 1527 | 14,4% | 5320 |
| Outros assuntos | 10014 | 9437 | -5,8% | 10833 | 7783 | -28,2% | 38067 |
| RECURSOS | | | | | | | |
| Apelação de Razões | 92 | 83 | -9,8% | 116 | 264 | 127,6% | 555 |
| Apelação de Contrarrazões | 129 | 117 | -9,3% | 188 | 93 | -50,5% | 527 |
| Agravo - Razões | 15 | 14 | -6,7% | 7 | 22 | 214,3% | 58 |
| Agravo – Contrarrazões | 49 | 61 | 24,5% | 69 | 47 | -31,9% | 226 |
| Outros recursos e contrarrazões do MP | 35 | 69 | 97,1% | 229 | 151 | -34,1% | 484 |
| AUDIÊNCIAS | | | | | | | |
| Audiências Judiciais | 28004 | 25284 | -9,7% | 25565 | 32977 | 29,0% | 111830 |
| Audiências Extrajudiciais | 3517 | 3876 | 10,2% | 4115 | 5255 | 27,7% | 16763 |
| Atendimento ao público | 29403 | 31980 | 8,8% | 27645 | 31377 | 13,5% | 120405 |
| MATÉRIA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE | | | | | | | |
| ATOS INFRACIONAIS | | | | | | | |
| Boletins de ocorrência outras notícias recebidas | 1515 | 1370 | -9,6% | 2250 | 2333 | 3,7% | 7468 |
| Boletins arquivados sem concessão de remissão | 214 | 170 | -20,6% | 145 | 200 | 37,9% | 729 |
| Representações de atos oferecidas | 1085 | 944 | -13,0% | 993 | 1290 | 29,9% | 4312 |
| Saldo sem prazo vencido | 57 | 117 | 105,3% | 169 | 160 | -5,3% | 503 |
| Saldo com prazo vencido | 51 | 151 | 196,1% | 35 | 10 | -71,4% | 247 |
| Visitas e inspeções a unidade de internação | 26 | 45 | 73,1% | 110 | 88 | -20,0% | 269 |
| REMISSÕES | | | | | | | |
| Sem medida socioeducativa | 172 | 102 | -40,7% | 110 | 220 | 100,0% | 604 |
| Com medida socioeducativa | 271 | 250 | -7,7% | 596 | 625 | 4,9% | 1742 |
| Advertência | 165 | 210 | 27,3% | 336 | 279 | -17,0% | 990 |
| Reparação de dano | 118 | 96 | -18,6% | 170 | 9 | -94,7% | 393 |
| Prestação de serviço | 57 | 139 | 143,9% | 157 | 108 | -31,2% | 461 |
| Liberdade assistida | 27 | 57 | 111,1% | 137 | 225 | 64,2% | 446 |
| Homologadas | 315 | 355 | 12,7% | 770 | 630 | -18,2% | 2070 |
| Não homologadas | 31 | 11 | -64,5% | 12 | 8 | -33,3% | 62 |
| MEDIDAS SOCIOEDUCATIVA | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|------|------|---------|------|------|--------|--------------|
| APLICADA | | | | | | | |
| Internação | 74 | 79 | 6,8% | 110 | 154 | 40,0% | 417 |
| Semiliberdade | 8 | 13 | 62,5% | 23 | 31 | 34,8% | 75 |
| Liberdade assistida | 38 | 38 | 0,0% | 44 | 72 | 63,6% | 192 |
| Prestação de serviço à comunidade | 97 | 115 | 18,6% | 141 | 45 | -68,1% | 398 |
| Reparação de dano | 107 | 56 | -47,7% | 58 | 7 | -87,9% | 228 |
| Advertência | 105 | 51 | -51,4% | 93 | 151 | 62,4% | 400 |
| MEDIDAS DE PROTEÇÃO | | | | | | | |
| Guarda | 716 | 723 | 1,0% | 835 | 465 | -44,3% | 2739 |
| Tutela | 197 | 219 | 11,2% | 244 | 117 | -52,0% | 777 |
| Adoção | 246 | 230 | -6,5% | 294 | 160 | -45,6% | 930 |
| Outras do art. 101 do ECA | 173 | 214 | 23,7% | 247 | 215 | -13,0% | 849 |
| PROCESSOS DA ÁREA INFRACIONAL | | | | | | | |
| Recebidos | 2016 | 1830 | -9,2% | 2217 | 2645 | 19,3% | 8708 |
| Despachados | 1972 | 1855 | -5,9% | 2155 | 2512 | 16,6% | 8494 |
| Julgados com representações procedentes | 111 | 130 | 17,1% | 136 | 71 | -47,8% | 448 |
| Julgados com representações parciais procedentes | 5 | 5 | 0,0% | 6 | 7 | 16,7% | 23 |
| Julgados improcedentes | 9 | 12 | 33,3% | 16 | 5 | -68,8% | 42 |
| Pareceres e Requerimentos | 1093 | 1588 | 45,3% | 1687 | 2208 | 30,9% | 6576 |
| Audiências Judiciais | 1477 | 987 | -33,2% | 1647 | 1482 | -10,0% | 5593 |
| Audiências Extrajudiciais | 694 | 1151 | 65,9% | 818 | 607 | -25,8% | 3270 |
| Atendimento ao público | 3124 | 3969 | 27,0% | 5956 | 887 | -85,1% | 13936 |
| DEFESA DOS DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS | | | | | | | |
| INQ. CIVIS E PROCED. PREPARATÓRIOS | | | | | | | |
| Instaurados | 408 | 443 | 8,6% | 357 | 134 | -62,5% | 1342 |
| Arquivados sem ajustamento de conduta | 9 | 5 | -44,4% | 3 | 22 | 633,3% | 39 |
| Arquivados com ajustamento de conduta | 6 | 0 | -100,0% | 1 | 6 | 500,0% | 13 |
| Ações civis ajuizadas | 45 | 76 | 68,9% | 105 | 34 | -67,6% | 260 |
| Apuração de infração administrativa | 15 | 11 | -26,7% | 12 | 16 | 33,3% | 54 |
| Destituições de pátrio poder | 101 | 103 | 2,0% | 84 | 18 | -78,6% | 306 |
| Processos judiciais recebidos | 5214 | 5020 | -3,7% | 5682 | 4707 | -17,2% | 20623 |
| Processos judiciais devolvidos | 5320 | 4790 | -10,0% | 5332 | 4402 | -17,4% | 19844 |
| Saldo de processos | 263 | 564 | 114,4% | 350 | 387 | 10,6% | 1564 |
| Audiências Judiciais | 3865 | 2290 | -40,8% | 3062 | 1427 | -53,4% | 10644 |
| Audiências Extrajudiciais | 1584 | 1015 | -35,9% | 1054 | 985 | -6,5% | 4638 |
| Pareceres e Requerimentos | 2174 | 1871 | -13,9% | 3075 | 2601 | -15,4% | 9721 |
| Julgamentos procedente | 218 | 381 | 74,8% | 390 | 588 | 50,8% | 1577 |

| | | | | | | | |
|--|--------------|-------------|---------------|--------------|-------------|---------------|--------------|
| Julgamentos c/ procedência parcial | 96 | 69 | -28,1% | 78 | 89 | 14,1% | 332 |
| Julgamentos improcedentes | 11 | 29 | 163,6% | 39 | 113 | 189,7% | 192 |
| Atendimento ao público | 10850 | 9595 | -11,6% | 10200 | 7853 | -23,0% | 38498 |
| PATRIMÔNIO PÚBLICO | | | | | | | |
| Ações de execução | 371 | 468 | 26,1% | 537 | 283 | -47,3% | 1659 |
| Ações civis públicas | 571 | 564 | -1,2% | 535 | 568 | 6,2% | 2238 |
| Notificações e Requisições | 1731 | 1475 | -14,8% | 1965 | 1036 | -47,3% | 6207 |
| Promoções e arquivamentos | 205 | 213 | 3,9% | 250 | 134 | -46,4% | 802 |
| Julgamentos procedentes | 35 | 47 | 34,3% | 61 | 25 | -59,0% | 168 |
| Julgamentos improcedentes | 12 | 18 | 50,0% | 12 | 30 | 150,0% | 72 |
| Recomendações | 108 | 111 | 2,8% | 110 | 79 | -28,2% | 408 |
| Representações | 94 | 132 | 40,4% | 233 | 137 | -41,2% | 596 |
| Termo de ajustamento de conduta | 20 | 29 | 45,0% | 70 | 21 | -70,0% | 140 |
| Audiências Públicas | 84 | 53 | -36,9% | 55 | 12 | -78,2% | 204 |
| Audiências Judiciais | 183 | 102 | -44,3% | 395 | 104 | -73,7% | 784 |
| Audiências Extrajudiciais | 169 | 176 | 4,1% | 186 | 128 | -31,2% | 659 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 881 | 929 | 5,4% | 831 | 135 | -83,8% | 2776 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 812 | 1158 | 42,6% | 719 | 115 | -84,0% | 2804 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 1788 | 2576 | 44,1% | 2930 | 2135 | -27,1% | 9429 |
| Processos recebidos | 437 | 820 | 87,6% | 1350 | 656 | -51,4% | 3263 |
| Processos devolvidos | 397 | 733 | 84,6% | 1237 | 632 | -48,9% | 2999 |
| Saldo de processos | 98 | 47 | -52,0% | 113 | 18 | -84,1% | 276 |
| Atendimento ao público | 1273 | 1008 | -20,8% | 1060 | 838 | -20,9% | 4179 |
| SANÇÕES APLICAÇÃO P/ ATO IMPROB. ADM. | | | | | | | |
| Perdas de bens | 39 | 15 | -61,5% | 30 | 21 | -30,0% | 105 |
| Ressarcimento de dano | 60 | 28 | -53,3% | 32 | 38 | 18,8% | 158 |
| Perda da função pública | 40 | 16 | -60,0% | 23 | 22 | -4,3% | 101 |
| Suspensão dos direitos políticos | 60 | 29 | -51,7% | 44 | 25 | -43,2% | 158 |
| Multas civis | 60 | 31 | -48,3% | 52 | 29 | -44,2% | 172 |
| Proibição de contratar com o poder público | 55 | 25 | -54,5% | 38 | 22 | -42,1% | 140 |
| Proibições de receber créditos ou incentivos | 45 | 27 | -40,0% | 33 | 15 | -54,5% | 120 |
| MEIO AMBIENTE | | | | | | | |
| FLORESTAS | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 3 | 3 | 0,0% | 6 | 1 | -83,3% | 13 |
| Requisições | 60 | 66 | 10,0% | 116 | 129 | 11,2% | 371 |
| Arquivamentos | 6 | 7 | 16,7% | 13 | 14 | 7,7% | 40 |
| Julgamentos procedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |

| | | | | | | | |
|---------------------------------|-----|-----|---------|-----|-----|---------|------------|
| Recomendações | 10 | 19 | 90,0% | 11 | 37 | 236,4% | 77 |
| Audiências públicas | 10 | 13 | 30,0% | 12 | 2 | -83,3% | 37 |
| Termo de ajustamento de conduta | 11 | 2 | -81,8% | 2 | 1 | -50,0% | 16 |
| FAUNA | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 3 | 1 | -66,7% | 0 | 0 | 0,0% | 4 |
| Requisições | 5 | 2 | -60,0% | 4 | 5 | 25,0% | 16 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| Julgamentos procedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recomendações | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Audiências públicas | 4 | 5 | 25,0% | 3 | 0 | -100,0% | 12 |
| Termo de ajustamento de conduta | 2 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| LICENCIAMENTO | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 1 | 0 | -100,0% | 3 | 0 | -100,0% | 4 |
| Requisições | 16 | 40 | 150,0% | 30 | 16 | -46,7% | 102 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Julgamentos procedentes | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 4 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 5 |
| Recomendações | 8 | 3 | -62,5% | 6 | 0 | -100,0% | 17 |
| Audiências públicas | 1 | 3 | 200,0% | 6 | 0 | -100,0% | 10 |
| Termo de ajustamento de conduta | 1 | 1 | 0,0% | 2 | 0 | -100,0% | 4 |
| LOTEAMENTOS | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 1 | 2 | 100,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |
| Requisições | 8 | 3 | -62,5% | 6 | 7 | 16,7% | 24 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 2 |
| Julgamentos procedentes | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recomendações | 2 | 4 | 100,0% | 7 | 2 | -71,4% | 15 |
| Audiências públicas | 2 | 1 | -50,0% | 1 | 0 | -100,0% | 4 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 2 | 0,0% | 3 | 0 | -100,0% | 5 |
| POLUIÇÃO | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 16 | 13 | -18,8% | 16 | 7 | -56,3% | 52 |
| Requisições | 118 | 111 | -5,9% | 190 | 219 | 15,3% | 638 |
| Arquivamentos | 17 | 9 | -47,1% | 22 | 27 | 22,7% | 75 |
| Julgamentos procedentes | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 3 | 0,0% | 4 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 2 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Recomendações | 27 | 32 | 18,5% | 33 | 18 | -45,5% | 110 |
| Audiências públicas | 3 | 7 | 133,3% | 10 | 1 | -90,0% | 21 |
| Termo de ajustamento de conduta | 3 | 2 | -33,3% | 3 | 5 | 66,7% | 13 |
| OUTROS | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 15 | 32 | 113,3% | 33 | 23 | -30,3% | 103 |

| | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
| Requisições | 78 | 161 | 106,4% | 138 | 54 | -60,9% | 431 |
| Arquivamentos | 37 | 49 | 32,4% | 50 | 20 | -60,0% | 156 |
| Julgamentos procedentes | 0 | 2 | 0,0% | 4 | 5 | 25,0% | 11 |
| Julgamentos improcedente | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recomendações | 39 | 21 | -46,2% | 27 | 4 | -85,2% | 91 |
| Termo de ajustamento de conduta | 11 | 8 | -27,3% | 13 | 3 | -76,9% | 35 |
| Audiências Públicas | 63 | 36 | -42,9% | 46 | 2 | -95,7% | 147 |
| Audiências Judiciais | 59 | 67 | 13,6% | 77 | 91 | 18,2% | 294 |
| Audiências Extrajudiciais | 93 | 68 | -26,9% | 88 | 141 | 60,2% | 390 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 122 | 125 | 2,5% | 139 | 85 | -38,8% | 471 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 428 | 321 | -25,0% | 354 | 241 | -31,9% | 1344 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 1298 | 1109 | -14,6% | 1312 | 1264 | -3,7% | 4983 |
| Processos Recebidos | 133 | 156 | 17,3% | 236 | 314 | 33,1% | 839 |
| Processos Devolvidos | 127 | 153 | 20,5% | 228 | 502 | 120,2% | 1010 |
| Saldo de Processos | 14 | 9 | -35,7% | 8 | 12 | 50,0% | 43 |
| Atendimento ao público | 1199 | 1024 | -14,6% | 1036 | 804 | -22,4% | 4063 |
| CONSUMIDOR | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 20 | 23 | 15,0% | 25 | 23 | -8,0% | 91 |
| Notificações e Requisições | 359 | 385 | 7,2% | 375 | 397 | 5,9% | 1516 |
| Promoções e arquivamentos | 8 | 24 | 200,0% | 27 | 52 | 92,6% | 111 |
| Julgamentos procedentes | 5 | 2 | -60,0% | 3 | 6 | 100,0% | 16 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 9 | 0,0% | 8 | 0 | -100,0% | 17 |
| Recomendações | 99 | 168 | 69,7% | 177 | 26 | -85,3% | 470 |
| Representações recebidas | 29 | 46 | 58,6% | 59 | 47 | -20,3% | 181 |
| Termo de ajustamento de conduta | 20 | 11 | -45,0% | 14 | 21 | 50,0% | 66 |
| Audiências Públicas | 4 | 12 | 200,0% | 13 | 3 | -76,9% | 32 |
| Audiências Judiciais | 72 | 70 | -2,8% | 133 | 21 | -84,2% | 296 |
| Audiências Extrajudiciais | 100 | 267 | 167,0% | 279 | 231 | -17,2% | 877 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 53 | 133 | 150,9% | 135 | 491 | 263,7% | 812 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 9 | 45 | 400,0% | 42 | 79 | 88,1% | 175 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 249 | 339 | 36,1% | 292 | 55 | -81,2% | 935 |
| Processos Recebidos | 34 | 111 | 226,5% | 120 | 63 | -47,5% | 328 |
| Processos Devolvidos | 63 | 114 | 81,0% | 112 | 59 | -47,3% | 348 |
| Saldo de Processos | 15 | 17 | 13,3% | 8 | 7 | -12,5% | 47 |
| Atendimento ao público | 1918 | 2080 | 8,4% | 1990 | 1483 | -25,5% | 7471 |
| SAÚDE | | | | | | | |
| Ações civil públicas | 55 | 54 | -1,8% | 58 | 111 | 91,4% | 278 |
| Notificações e Requisições | 1598 | 1060 | -33,7% | 1738 | 1485 | -14,6% | 5881 |

| | | | | | | | |
|---|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Promoções e arquivamentos | 21 | 50 | 138,1% | 74 | 27 | -63,5% | 172 |
| Julgamentos procedentes | 28 | 17 | -39,3% | 38 | 42 | 10,5% | 125 |
| Julgamentos improcedentes | 3 | 5 | 66,7% | 5 | 1 | -80,0% | 14 |
| Recomendações | 91 | 117 | 28,6% | 167 | 125 | -25,1% | 500 |
| Representações recebidas | 35 | 53 | 51,4% | 56 | 32 | -42,9% | 176 |
| Termo de ajustamento de conduta | 44 | 24 | -45,5% | 39 | 2 | -94,9% | 109 |
| Audiências Públicas | 75 | 74 | -1,3% | 79 | 44 | -44,3% | 272 |
| Audiências Judiciais | 192 | 137 | -28,6% | 182 | 20 | -89,0% | 531 |
| Audiências Extrajudiciais | 163 | 95 | -41,7% | 126 | 158 | 25,4% | 542 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 33 | 43 | 30,3% | 56 | 78 | 39,3% | 210 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 31 | 34 | 9,7% | 52 | 40 | -23,1% | 157 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 585 | 622 | 6,3% | 875 | 1213 | 38,6% | 3295 |
| Processos Recebidos | 82 | 159 | 93,9% | 292 | 191 | -34,6% | 724 |
| Processos Devolvidos | 77 | 59 | -23,4% | 282 | 220 | -22,0% | 638 |
| Saldo de Processos | 5 | 0 | -100,0% | 10 | 46 | 360,0% | 61 |
| Atendimento ao público | 1706 | 1355 | -20,6% | 1610 | 1661 | 3,2% | 6332 |
| INSPEÇÃO SANITÁRIA DE COMPLEXIDADE | | | | | | | |
| Baixa | 14 | 20 | 42,9% | 20 | 17 | -15,0% | 71 |
| Média | 16 | 21 | 31,3% | 32 | 17 | -46,9% | 86 |
| Alta | 25 | 15 | -40,0% | 30 | 19 | -36,7% | 89 |
| Procedimentos de investigação prévia | 21 | 28 | 33,3% | 20 | 178 | 790,0% | 247 |
| MATÉRIA CIVEL - IDOSO | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 24 | 12 | -50,0% | 15 | 36 | 140,0% | 87 |
| Notificações e Requisições | 233 | 322 | 38,2% | 961 | 843 | -12,3% | 2359 |
| Promoções e arquivamentos | 51 | 63 | 23,5% | 221 | 87 | -60,6% | 422 |
| Julgamentos procedentes | 4 | 0 | -100,0% | 10 | 2 | -80,0% | 16 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recomendações | 45 | 32 | -28,9% | 61 | 33 | -45,9% | 171 |
| Representações recebidas | 5 | 19 | 280,0% | 28 | 12 | -57,1% | 64 |
| Fiscalização e atendimento em entidade | 8 | 5 | -37,5% | 6 | 8 | 33,3% | 27 |
| Procedimentos de investigação prévia | 46 | 48 | 4,3% | 50 | 19 | -62,0% | 163 |
| Termo de ajustamento de conduta | 6 | 4 | -33,3% | 3 | 3 | 0,0% | 16 |
| Palestras | 35 | 24 | -31,4% | 37 | 16 | -56,8% | 112 |
| Audiências Públicas | 3 | 8 | 166,7% | 14 | 10 | -28,6% | 35 |
| Audiências Judiciais | 55 | 77 | 40,0% | 84 | 54 | -35,7% | 270 |
| Audiências Extrajudiciais | 48 | 100 | 108,3% | 136 | 201 | 47,8% | 485 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis | 0 | 13 | 0,0% | 22 | 9 | -59,1% | 44 |

| | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
| Instaurados | | | | | | | |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 10 | 31 | 210,0% | 47 | 21 | -55,3% | 109 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 338 | 439 | 29,9% | 488 | 792 | 62,3% | 2057 |
| Processos Recebidos | 7 | 55 | 685,7% | 82 | 66 | -19,5% | 210 |
| Processos Devolvidos | 7 | 49 | 600,0% | 80 | 66 | -17,5% | 202 |
| Saldo de processos | 0 | 6 | 0,0% | 2 | 3 | 50,0% | 11 |
| Atendimento ao público | 1024 | 1120 | 9,4% | 1199 | 1363 | 13,7% | 4706 |
| PORTADORES DE DEFICIÊNCIA | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 17 | 12 | -29,4% | 17 | 28 | 64,7% | 74 |
| Notificações e Requisições | 576 | 949 | 64,8% | 972 | 481 | -50,5% | 2978 |
| Promoções e arquivamentos | 124 | 198 | 59,7% | 121 | 11 | -90,9% | 454 |
| Julgamentos procedentes | 12 | 19 | 58,3% | 10 | 15 | 50,0% | 56 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recomendações | 20 | 23 | 15,0% | 38 | 22 | -42,1% | 103 |
| Representações recebidas | 0 | 44 | 0,0% | 47 | 15 | -68,1% | 106 |
| Fiscalização e atendimento em entidade | 3 | 7 | 133,3% | 8 | 8 | 0,0% | 26 |
| Procedimentos de investigação prévia | 0 | 7 | 0,0% | 5 | 10 | 100,0% | 22 |
| Termo de ajustamento de conduta | 6 | 10 | 66,7% | 10 | 1 | -90,0% | 27 |
| Palestras | 11 | 17 | 54,5% | 17 | 7 | -58,8% | 52 |
| Audiências Públicas | 2 | 9 | 350,0% | 14 | 12 | -14,3% | 37 |
| Audiências Judiciais | 29 | 39 | 34,5% | 46 | 25 | -45,7% | 139 |
| Audiências Extrajudiciais | 139 | 213 | 53,2% | 222 | 70 | -68,5% | 644 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 139 | 95 | -31,7% | 92 | 8 | -91,3% | 334 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 109 | 52 | -52,3% | 57 | 62 | 8,8% | 280 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 1049 | 1719 | 63,9% | 1488 | 946 | -36,4% | 5202 |
| Processos Recebidos | 52 | 99 | 90,4% | 82 | 122 | 48,8% | 355 |
| Processos Devolvidos | 50 | 99 | 98,0% | 80 | 119 | 48,8% | 348 |
| Saldo de processos | 1 | 0 | -100,0% | 2 | 6 | 200,0% | 9 |
| Atendimento ao público | 436 | 716 | 64,2% | 599 | 512 | -14,5% | 2263 |
| EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 7 | 21 | 200,0% | 27 | 19 | -29,6% | 74 |
| Notificações e Requisições | 504 | 315 | -37,5% | 372 | 344 | -7,5% | 1535 |
| Promoções e arquivamentos | 59 | 62 | 5,1% | 73 | 16 | -78,1% | 210 |
| Julgamentos procedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Recomendações | 56 | 59 | 5,4% | 65 | 26 | -60,0% | 206 |
| Representações recebidas | 113 | 81 | -28,3% | 84 | 17 | -79,8% | 295 |
| Procedimentos de investigação | 32 | 84 | 162,5% | 85 | 178 | 109,4% | 379 |

| | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|---------------|-------------|-------------|---------------|-------------|
| prévia | | | | | | | |
| Inspeções | 430 | 115 | -73,3% | 118 | 51 | -56,8% | 714 |
| Termo de ajustamento de conduta | 7 | 3 | -57,1% | 7 | 4 | -42,9% | 21 |
| Palestras | 31 | 36 | 16,1% | 38 | 58 | 52,6% | 163 |
| Audiências Públicas | 10 | 5 | -50,0% | 9 | 1 | -88,9% | 25 |
| Audiências Judiciais | 2 | 6 | 200,0% | 12 | 5 | -58,3% | 25 |
| Audiências Extrajudiciais | 192 | 84 | -56,3% | 175 | 273 | 56,0% | 724 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 39 | 39 | 0,0% | 54 | 176 | 225,9% | 308 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 44 | 17 | -61,4% | 15 | 19 | 26,7% | 95 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 765 | 265 | -65,4% | 227 | 207 | -8,8% | 1464 |
| Processos Recebidos | 16 | 55 | 243,8% | 83 | 23 | -72,3% | 177 |
| Processos Devolvidos | 16 | 50 | 212,5% | 80 | 22 | -72,5% | 168 |
| Saldo de processos | 0 | 5 | 0,0% | 3 | 7 | 133,3% | 15 |
| Atendimento ao público | 2111 | 1732 | -18,0% | 1888 | 1769 | -6,3% | 7500 |
| ORDEM TRIBUTÁRIA | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 8 | 2 | -75,0% | 3 | 7 | 133,3% | 20 |
| Notificações e Requisições | 14 | 47 | 235,7% | 50 | 5 | -90,0% | 116 |
| Promoções e arquivamentos | 1 | 6 | 500,0% | 8 | 1 | -87,5% | 16 |
| Julgamentos procedentes | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Julgamentos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 2 | 0,0% | 2 |
| Recomendações | 11 | 14 | 27,3% | 15 | 0 | -100,0% | 40 |
| Representações recebidas | 13 | 20 | 53,8% | 21 | 2 | -90,5% | 56 |
| Procedimentos de investigação prévia | 43 | 20 | -53,5% | 28 | 5 | -82,1% | 96 |
| Inspeções | 10 | 14 | 40,0% | 12 | 0 | -100,0% | 36 |
| Termo de ajustamento de conduta | 1 | 11 | 1000,0% | 18 | 0 | -100,0% | 30 |
| Palestras | 3 | 5 | 66,7% | 5 | 0 | -100,0% | 13 |
| Audiências Públicas | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 1 | 0,0% | 4 |
| Audiências Judiciais | 12 | 4 | -66,7% | 6 | 26 | 333,3% | 48 |
| Audiências Extrajudiciais | 27 | 44 | 63,0% | 55 | 2 | -96,4% | 128 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 5 | 7 | 40,0% | 10 | 13 | 30,0% | 35 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 14 | 43 | 207,1% | 40 | 7 | -82,5% | 104 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 65 | 46 | -29,2% | 55 | 276 | 401,8% | 442 |
| Processos Recebidos | 2 | 3 | 50,0% | 4 | 15 | 275,0% | 24 |
| Processos Devolvidos | 2 | 2 | 0,0% | 4 | 15 | 275,0% | 23 |
| Saldo de processos | 0 | 0 | 0,0% | 4 | 4 | 0,0% | 8 |
| Atendimento ao público | 135 | 168 | 24,4% | 170 | 4 | -97,6% | 477 |
| FUNDAÇÕES | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|--|------------|------------|---------------|------------|------------|---------------|-------------|
| Acordos Judiciais | 1 | 2 | 100,0% | 2 | 0 | -100,0% | 5 |
| Acordos Extrajudiciais | 21 | 11 | -47,6% | 14 | 1 | -92,9% | 47 |
| Análise de estatuto | 9 | 4 | -55,6% | 10 | 4 | -60,0% | 27 |
| Análise de prestação de contas | 26 | 16 | -38,5% | 14 | 3 | -78,6% | 59 |
| Petições iniciais ajuizadas | 2 | 2 | 0,0% | 5 | 0 | -100,0% | 9 |
| Pedidos procedentes | 2 | 0 | -100,0% | 1 | 0 | -100,0% | 3 |
| Pedidos improcedentes | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| Notificações e requisições | 150 | 345 | 130,0% | 573 | 44 | -92,3% | 1112 |
| Audiências públicas | 2 | 6 | 200,0% | 8 | 0 | -100,0% | 16 |
| Audiências Judiciais | 103 | 109 | 5,8% | 177 | 17 | -90,4% | 406 |
| Audiências Extrajudiciais | 89 | 104 | 16,9% | 121 | 20 | -83,5% | 334 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 30 | 140 | 366,7% | 256 | 12 | -95,3% | 438 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 11 | 135 | 1127,3% | 157 | 2 | -98,7% | 305 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 44 | 25 | -43,2% | 25 | 4 | -84,0% | 98 |
| Processos Recebidos | 11 | 5 | -54,5% | 13 | 0 | -100,0% | 29 |
| Processos Devolvidos | 11 | 5 | -54,5% | 13 | 0 | -100,0% | 29 |
| Saldo de processos | 0 | 2 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 3 |
| Atendimento ao público | 711 | 626 | -12,0% | 785 | 178 | -77,3% | 2300 |
| CIDADÃO | | | | | | | |
| Ações civis públicas | 96 | 239 | 149,0% | 244 | 241 | -1,2% | 820 |
| Notificações e Requisições | 845 | 1383 | 63,7% | 1216 | 1520 | 25,0% | 4964 |
| Promoções e arquivamentos | 79 | 94 | 19,0% | 106 | 51 | -51,9% | 330 |
| Julgamentos procedentes | 19 | 2 | -89,5% | 3 | 31 | 933,3% | 55 |
| Julgamentos improcedentes | 11 | 1 | -90,9% | 2 | 97 | 4750,0% | 111 |
| Recomendações | 131 | 167 | 27,5% | 171 | 68 | -60,2% | 537 |
| Representações recebidas | 37 | 50 | 35,1% | 106 | 54 | -49,1% | 247 |
| Procedimentos de investigação prévia | 22 | 19 | -13,6% | 22 | 23 | 4,5% | 86 |
| Inspeções | 61 | 62 | 1,6% | 68 | 44 | -35,3% | 235 |
| Termo de ajustamento de conduta | 13 | 12 | -7,7% | 22 | 34 | 54,5% | 81 |
| Palestras | 129 | 52 | -59,7% | 66 | 19 | -71,2% | 266 |
| Audiências Públicas | 3 | 17 | 466,7% | 22 | 42 | 90,9% | 84 |
| Audiências Judiciais | 349 | 344 | -1,4% | 353 | 276 | -21,8% | 1322 |
| Audiências Extrajudiciais | 123 | 207 | 68,3% | 240 | 424 | 76,7% | 994 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 96 | 76 | -20,8% | 89 | 66 | -25,8% | 327 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 35 | 32 | -8,6% | 36 | 8 | -77,8% | 111 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 1665 | 2290 | 37,5% | 2095 | 172 | -91,8% | 6222 |
| Processos Recebidos | 276 | 180 | -34,8% | 375 | 755 | 101,3% | 1586 |
| Processos Devolvidos | 259 | 177 | -31,7% | 345 | 770 | 123,2% | 1551 |

| | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|---------------|--------------|
| Saldo de processos | 17 | 23 | 35,3% | 30 | 21 | -30,0% | 91 |
| Atendimento ao público | 6756 | 6859 | 1,5% | 7345 | 8057 | 9,7% | 29017 |
| MATÉRIA CIVEL - ITINERANTE | | | | | | | |
| EDUCAÇÃO | | | | | | | |
| Audiências | 14 | 17 | 21,4% | 12 | 36 | 200,0% | 79 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 3 | 0 | -100,0% | 3 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Notificações e Requisições | 4 | 5 | 25,0% | 6 | 8 | 33,3% | 23 |
| Recomendações e solicitações | 4 | 7 | 75,0% | 17 | 10 | -41,2% | 38 |
| Reuniões externas | 2 | 4 | 100,0% | 5 | 4 | -20,0% | 15 |
| Procedimentos Administrativos Instaurados | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 2 | 0,0% | 3 |
| Procedimentos Administrativos Concluídos | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 2 | 0,0% | 3 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 3 | 0 | -100,0% | 0 | 13 | 0,0% | 16 |
| Atendimento ao público | 58 | 66 | 13,8% | 71 | 118 | 66,2% | 313 |
| TRANSPORTE | | | | | | | |
| Audiências | 2 | 5 | 150,0% | 5 | 0 | -100,0% | 12 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Termo de ajustamento de conduta | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 3 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Notificações e Requisições | 2 | 5 | 150,0% | 11 | 0 | -100,0% | 18 |
| Recomendações e solicitações | 2 | 8 | 300,0% | 14 | 7 | -50,0% | 31 |
| Reuniões externas | 1 | 1 | 0,0% | 2 | 1 | -50,0% | 5 |
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Procedimentos Administrativos Concluídos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 2 | 0,0% | 2 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 3 | 1 | -66,7% | 1 | 0 | -100,0% | 5 |
| Atendimento ao público | 13 | 12 | -7,7% | 14 | 6 | -57,1% | 45 |
| SEGURANÇA | | | | | | | |
| Audiências | 6 | 5 | -16,7% | 6 | 0 | -100,0% | 17 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Termo de ajustamento de conduta | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 2 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Notificações e Requisições | 27 | 20 | -25,9% | 23 | 5 | -78,3% | 75 |
| Recomendações e solicitações | 10 | 9 | -10,0% | 10 | 7 | -30,0% | 36 |
| Reuniões externas | 2 | 2 | 0,0% | 2 | 2 | 0,0% | 8 |
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 6 | 3 | -50,0% | 5 | 3 | -40,0% | 17 |

| | | | | | | | |
|--|-----|-----|---------|-----|----|---------|-----|
| Procedimentos Administrativos Concluídos | 1 | 1 | 0,0% | 2 | 2 | 0,0% | 6 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 3 | 2 | -33,3% | 2 | 3 | 50,0% | 10 |
| Atendimento ao público | 25 | 23 | -8,0% | 25 | 27 | 8,0% | 100 |
| INFRA-ESTRUTURA | | | | | | | |
| Audiências | 4 | 6 | 50,0% | 0 | 0 | 0,0% | 10 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Notificações e Requisições | 0 | 8 | 0,0% | 12 | 3 | -75,0% | 23 |
| Recomendações e solicitações | 3 | 5 | 66,7% | 4 | 17 | 325,0% | 29 |
| Reuniões externas | 1 | 1 | 0,0% | 2 | 2 | 0,0% | 6 |
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 3 | 200,0% | 6 |
| Procedimentos Administrativos Concluídos | 1 | 2 | 100,0% | 2 | 1 | -50,0% | 6 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 14 | 6 | -57,1% | 6 | 7 | 16,7% | 33 |
| Atendimento ao público | 8 | 13 | 62,5% | 16 | 21 | 31,3% | 58 |
| CONSUMIDOR | | | | | | | |
| Audiências | 39 | 56 | 43,6% | 54 | 0 | -100,0% | 149 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Notificações e Requisições | 22 | 3 | -86,4% | 4 | 0 | -100,0% | 29 |
| Recomendações e solicitações | 2 | 2 | 0,0% | 2 | 0 | -100,0% | 6 |
| Reuniões externas | 1 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 3 | 0 | -100,0% | 0 | 0 | 0,0% | 3 |
| Procedimentos Administrativos Concluído | 1 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 3 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 2 | 2 | 0,0% | 4 | 1 | -75,0% | 9 |
| Atendimento ao público | 87 | 59 | -32,2% | 98 | 41 | -58,2% | 285 |
| FAMILIA | | | | | | | |
| Audiências | 238 | 300 | 26,1% | 317 | 95 | -70,0% | 950 |
| Arquivamentos | 5 | 4 | -20,0% | 5 | 2 | -60,0% | 16 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Execução - TAC | 0 | 1 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 2 |
| Notificações e Requisições | 40 | 53 | 32,5% | 100 | 13 | -87,0% | 206 |
| Recomendações e solicitações | 13 | 12 | -7,7% | 18 | 2 | -88,9% | 45 |
| Reuniões externas | 7 | 1 | -85,7% | 1 | 1 | 0,0% | 10 |

| | | | | | | | |
|--|------------|------------|---------------|------------|-------------|---------------|-------------|
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Procedimentos Administrativos Concluído | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Atendimento ao público | 260 | 486 | 86,9% | 785 | 1016 | 29,4% | 2547 |
| INFÂNCIA E JUVENTUDE | | | | | | | |
| Audiências | 62 | 80 | 29,0% | 88 | 6 | -93,2% | 236 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 1 |
| Execução - TAC | 1 | 1 | 0,0% | 0 | 1 | 0,0% | 3 |
| Notificações e Requisições | 15 | 22 | 46,7% | 55 | 18 | -67,3% | 110 |
| Recomendações e solicitações | 9 | 9 | 0,0% | 14 | 6 | -57,1% | 38 |
| Reuniões externas | 5 | 2 | -60,0% | 5 | 3 | -40,0% | 15 |
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Procedimentos Administrativos Concluído | 0 | 1 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 1 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 2 | 1 | -50,0% | 0 | 0 | 0,0% | 3 |
| Atendimento ao público | 115 | 260 | 126,1% | 802 | 131 | -83,7% | 1308 |
| SAÚDE | | | | | | | |
| Audiências | 8 | 8 | 0,0% | 9 | 2 | -77,8% | 27 |
| Arquivamentos | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Termo de ajustamento de conduta | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Notificações e Requisições | 11 | 12 | 9,1% | 13 | 38 | 192,3% | 74 |
| Recomendações e solicitações | 14 | 15 | 7,1% | 33 | 15 | -54,5% | 77 |
| Reuniões externas | 1 | 3 | 200,0% | 5 | 6 | 20,0% | 15 |
| Procedimentos Administrativos Instaurado | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 3 | 0,0% | 3 |
| Procedimentos Administrativos Concluído | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0 |
| Procedimentos Administrativos em andamento | 0 | 0 | 0,0% | 0 | 6 | 0,0% | 6 |
| Atendimento ao público | 27 | 16 | -40,7% | 41 | 65 | 58,5% | 149 |
| OUTROS | | | | | | | |
| Arquivamentos | 0 | 10 | 0,0% | 53 | 0 | -100,0% | 63 |
| Termo de ajustamento de conduta | 14 | 1 | -92,9% | 1 | 0 | -100,0% | 16 |
| Execução - TAC | 0 | 0 | 0,0% | 1 | 0 | -100,0% | 1 |
| Notificações e Requisições | 7 | 16 | 128,6% | 59 | 77 | 30,5% | 159 |
| Recomendações e solicitações | 16 | 47 | 193,8% | 95 | 52 | -45,3% | 210 |

| | | | | | | | |
|--|-------------|------------|---------------|------------|------------|---------------|-------------|
| Reuniões externas | 16 | 15 | -6,3% | 29 | 38 | 31,0% | 98 |
| Audiências Públicas | 28 | 11 | -60,7% | 16 | 1 | -93,8% | 56 |
| Audiências Judiciais | 48 | 70 | 45,8% | 72 | 57 | -20,8% | 247 |
| Audiências Extrajudiciais | 25 | 27 | 8,0% | 33 | 12 | -63,6% | 97 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Instaurados | 32 | 5 | -84,4% | 0 | 21 | 0,0% | 58 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis Concluídos | 1 | 2 | 100,0% | 0 | 14 | 0,0% | 17 |
| Proced. Adm. e Inq. Civis em andamento | 116 | 52 | -55,2% | 54 | 21 | -61,1% | 243 |
| Processos Recebidos | 144 | 72 | -50,0% | 80 | 0 | -100,0% | 296 |
| Processos Devolvidos | 109 | 40 | -63,3% | 50 | 0 | -100,0% | 199 |
| Saldo de processos | 35 | 32 | -8,6% | 30 | 0 | -100,0% | 97 |
| Atendimento ao público | 328 | 718 | 118,9% | 635 | 498 | -21,6% | 2179 |
| JUNTO AS TURMAS RECURSAIS | | | | | | | |
| PROCESSOS CRIMINAIS | | | | | | | |
| Recebidos | 333 | 198 | -40,5% | 195 | 22 | -88,7% | 748 |
| Devolvidos | 295 | 186 | -36,9% | 186 | 22 | -88,2% | 689 |
| Saldo | 71 | 15 | -78,9% | 9 | 0 | -100,0% | 95 |
| Manifestações e pareceres | 158 | 100 | -36,7% | 114 | 15 | -86,8% | 387 |
| PROCESSOS CÍVEIS | | | | | | | |
| Recebidos | 633 | 517 | -18,3% | 526 | 134 | -74,5% | 1810 |
| Devolvidos | 723 | 499 | -31,0% | 506 | 158 | -68,8% | 1886 |
| Saldo | 186 | 18 | -90,3% | 20 | 4 | -80,0% | 228 |
| Manifestação e pareceres | 403 | 121 | -70,0% | 132 | 61 | -53,8% | 717 |
| Sessões | 70 | 34 | -51,4% | 36 | 15 | -58,3% | 155 |
| Atendimento ao público | 359 | 92 | -74,4% | 100 | 18 | -82,0% | 569 |
| JUIZADO ESPECIAL CÍVEL | | | | | | | |
| Processos Recebidos | 526 | 299 | -43,2% | 326 | 215 | -34,0% | 1366 |
| Processos Devolvidos | 546 | 243 | -55,5% | 310 | 198 | -36,1% | 1297 |
| Saldo processos | 73 | 58 | -20,5% | 16 | 18 | 12,5% | 165 |
| Audiências | 591 | 852 | 44,2% | 817 | 184 | -77,5% | 2444 |
| Pareceres | 452 | 188 | -58,4% | 343 | 175 | -49,0% | 1158 |
| Atendimento ao público | 1577 | 858 | -45,6% | 870 | 527 | -39,4% | 3832 |

Fonte: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão, 2013.

5.2 ATUAÇÃO NO 2º GRAU

5.2.1 – Procuradoria de Justiça Cível

Em 2013 a Procuradoria de Justiça Cível apresentou a seguinte movimentação processual:

Tabela 7: Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Cível

| ANO | Saldo Ano Anterior | Recebidos no Período | Devolvidos com Parecer | Saldo Final | Sessões |
|------|--------------------|----------------------|------------------------|-------------|---------|
| 2009 | 354 | 7.005 | 7.063 | 296 | - |
| 2010 | 296 | 8.854 | 8.685 | 465 | 202 |
| 2011 | 465 | 10.347 | 10.383 | 429 | 191 |
| 2012 | 429 | 13.541 | 12.946 | 1024 | 194 |
| 2013 | 1024 | 17.291 | 17.952 | 363 | 244 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

5.2.1.1 - Atividade processual dos membros das Procuradorias de Justiça Cíveis em 2013

Tabela 8: Atividade Processual 1ª Procuradoria Cível

| 1ª. PROCURADORIA CÍVEL | | | | | |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------|---------|--------|
| Procurador(a) | Mandado de Segurança | Agravo de Instrumento | Apelação Cível | Remessa | Outros |
| José Antônio Oliveira Bents | 40 | 114 | 506 | 36 | 16 |
| Domingas de Jesus Froz Gomes | 51 | 151 | 711 | 56 | 385 |
| Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim | 42 | 127 | 600 | 47 | 31 |
| Marco Antonio Anchieta Guerreiro | 55 | 151 | 733 | 46 | 41 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

Tabela 9: Atividade Processual 2ª Procuradoria Cível

2ª. PROCURADORIA CÍVEL

| Procurador(a) | Mandado de Segurança | Agravo de Instrumento | Apelação Cível | Remessa | Outros |
|------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------|----------------|---------------|
| Raimundo Nonato de Carvalho Filho | 34 | 114 | 605 | 38 | 26 |
| Clodenilza Ribeiro Ferreira | 45 | 129 | 725 | 49 | 38 |
| Maria Luíza Ribeiro Martins Cutrim | 20 | 64 | 381 | 28 | 17 |
| Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf | 43 | 112 | 582 | 47 | 24 |
| Eduardo Daniel Pereira Filho | 2 | 3 | 39 | 1 | 2 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

Tabela 10: Atividade Processual 3ª Procuradoria Cível

3ª. PROCURADORIA CÍVEL

| Procurador(a) | Mandado de Segurança | Agravo de Instrumento | Apelação Cível | Remessa | Outros |
|-----------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------|----------------|---------------|
| Iracy Martins Figueiredo Aguiar | 40 | 122 | 562 | 34 | 34 |
| Ana Lúcia de Mello e Silva Moraes | 31 | 105 | 473 | 23 | 30 |
| Themis Maria Pacheco de Carvalho | 33 | 112 | 545 | 44 | 33 |
| Mariléa Campos dos Santos Costa | 36 | 94 | 594 | 51 | 28 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

Tabela 11: Atividade Processual 4ª Procuradoria Cível

4ª. PROCURADORIA CÍVEL

| Procurador(a) | Mandado de Segurança | Agravo de Instrumento | Apelação Cível | Remessa | Outros |
|--------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|-----------------------|----------------|---------------|
| José Henrique Marques Moreira | 33 | 97 | 631 | 33 | 44 |
| Francisco das Chagas Barros de Sousa | 36 | 84 | 502 | 42 | 104 |
| César Queiroz Ribeiro | 42 | 96 | 550 | 41 | 367 |
| Paulo Roberto Saldanha Ribeiro | 41 | 138 | 776 | 49 | 45 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

Tabela 12: Atividade Processual 5ª Procuradoria Cível

5ª. PROCURADORIA CÍVEL

| Procurador(a) | Mandado de Segurança | Agravo de Instrumento | Apelação Cível | Remessa | Outros |
|-------------------------------------|----------------------|-----------------------|----------------|---------|--------|
| Teodoro Peres Neto | 62 | 161 | 877 | 61 | 115 |
| Sâmara Ascar Sauáia | 45 | 119 | 666 | 39 | 28 |
| Joaquim Henrique de Carvalho Lobato | 52 | 132 | 873 | 57 | 122 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

5.2.2 Procuradoria de Justiça Criminal

Em 2013 a Procuradoria de Justiça Criminal apresentou a seguinte movimentação processual:

Tabela 13: Movimentação Processual da Procuradoria de Justiça Criminal

| ANO | Saldo Ano Anterior | Recebidos no Período | Devolvidos com Parecer | Saldo Final | Sessões |
|-------------|--------------------|----------------------|------------------------|-------------|---------|
| 2009 | 84 | 2915 | 2935 | 64 | - |
| 2010 | 64 | 3366 | 3385 | 45 | 157 |
| 2011 | 45 | 3572 | 3553 | 64 | 148 |
| 2012 | 64 | 4860 | 4807 | 117 | 162 |
| 2013 | 117 | 4556 | 4645 | 28 | 156 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

5.2.2.1 - ATIVIDADE PROCESSUAL DOS MEMBROS DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CRIMINAIS EM 2013

Tabela 14: Atividade Processual 1ª Procuradoria Criminal

1ª. PROCURADORIA CRIMINAL

| Procurador(a) | Habeas Corpus | Apel. Criminal | Rec. Habeas Corpus | Rec. Sent. Estrito | Rec. Criminal | Outros |
|-------------------------------------|---------------|----------------|--------------------|--------------------|---------------|--------|
| Maria dos Remédios Figueiredo Serra | 94 | 126 | - | 17 | - | 46 |
| Eduardo Jorge Hiluy Nicolau | 255 | 337 | - | 59 | - | 86 |
| Suvamy Vivekananda Meireles | - | - | - | - | - | - |
| Selene Coelho de Lacerda | 90 | 96 | - | 17 | - | 35 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

Tabela 15: Atividade Processual 2ª Procuradoria Criminal

2ª. PROCURADORIA CRIMINAL

| Procurador(a) | Habeas Corpus | Apel. Criminal | Rec. Habeas Corpus | Rec. Sent. Estrito | Rec. Criminal | Outros |
|----------------------------------|---------------|----------------|--------------------|--------------------|---------------|--------|
| Regina Lúcia de Almeida Rocha | - | - | - | - | - | - |
| Lígia Maria da Silva Cavalcanti | 118 | 117 | - | 25 | - | 28 |
| Krishnamurti Lopes Mendes França | 200 | 236 | - | 41 | - | 66 |
| Regina Maria da Costa Leite | 102 | 124 | - | 18 | - | 45 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

Tabela 16: Atividade Processual 3ª Procuradoria Criminal

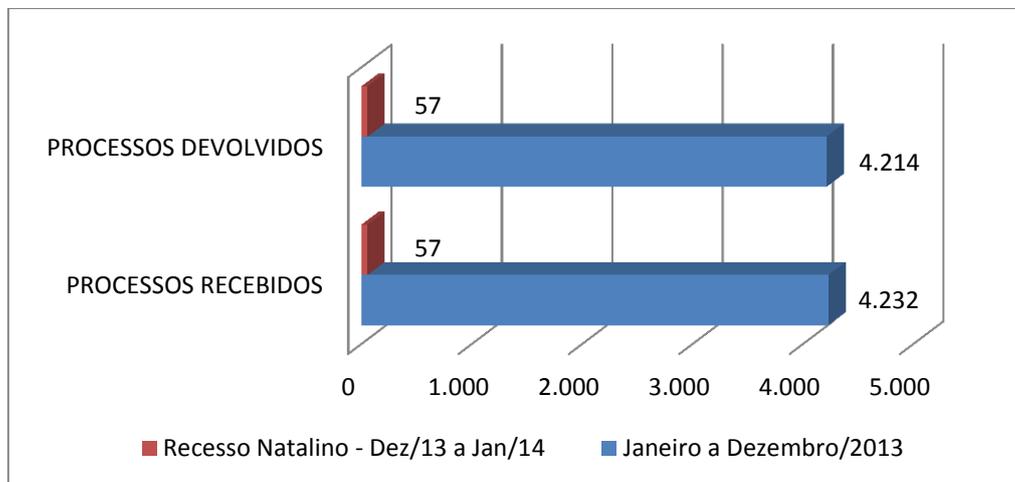
3ª. PROCURADORIA CRIMINAL

| Procurador(a) | Habeas Corpus | Apel. Criminal | Rec. Habeas Corpus | Rec. Sent. Estrito | Rec. Criminal | Outros |
|--|---------------|----------------|--------------------|--------------------|---------------|--------|
| José Argolo Ferrão Coelho | 240 | 235 | - | 44 | - | 139 |
| Flávia Teresa de Viveiros Vieira | 304 | 245 | - | 43 | - | 102 |
| Rita de Cassia Maia Baptista Moreira | 216 | 229 | - | 27 | - | 54 |
| Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro | 110 | 146 | - | 16 | - | 28 |

Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

5.2.2.2 - Movimentação processual da Procuradora Geral de Justiça em 2013

Gráfico 1: Movimentação Processual da PGJ-MA em 2013



Fonte: Coord. de Recebimento e Dist. Processos /PGJ-MA, 2013.

5.3 Atividades administrativas da Corregedoria Geral do Ministério Público em 2013

Tabela 17: Atividades da Corregedoria Geral em 2013

| SETORES | ATIVIDADES | 2013 |
|--------------------------------|--|-------------|
| Corregedoria e Subcorregedoria | Correições e Visitas de Inspeção de 1ª instância | 99 |
| Assessoria | Notificações | 5 |
| Assessoria | Pareceres da Assessoria | 715 |
| Assessoria | Processos Administrativos Disciplinares | 2 |
| Assessoria | Sindicâncias | 3 |
| Assessoria | Vitaliciamento | 33 |
| Assessoria | Estágio Probatório | 3 |
| Assessoria | Atos de Recomendações | 6 |
| Assessoria | Exercício no Magistério | 15 |
| Gabinete | Comunicação Interna | 186 |
| Gabinete | Ofícios Recebidos | 2080 |
| Gabinete | Ofícios Expedidos | 967 |
| Gabinete | Ofícios Circulares | 38 |
| Gabinete | Memorandos | 368 |
| Gabinete | Processos Administrativos Despachados | 1215 |
| Estatística | Mapas de Produtividade | 2313 |
| Estatística | Relatório de Promoção e Remoção | 64 |

Fonte: Corregedoria-Geral/PGJ-MA, 2013.

6 Atividades dos Órgãos Auxiliares

6.1 SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS (SECINST)

O Ministério Público do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Assuntos Institucionais desenvolve suas atribuições em parceria com a Assessoria Especial de Assuntos Legislativos e Institucionais, Diretoria-Geral do Ministério Público, CAOPs e Coordenadorias primando pelo cumprimento da Lei Complementar 013/91, Regimento Interno da Procuradoria-Geral de Justiça e das diretrizes do Planejamento Estratégico 2012-2016.

Diante deste contexto, durante o ano de 2013 foram realizadas ações e

desenvolvidos projetos institucionais nas áreas da Educação, Saúde, Probidade Administrativa, Criminal, Meio Ambiente e Criança e Adolescente sendo cumpridas as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico e plano de ações delineado pela Administração Superior.

Também foram priorizadas ações nas áreas de melhoria salarial dos membros e servidores, com a produção de projetos de leis, todos sancionados pelo Governo do Estado, bem como criação de novos cargos na estrutura administrativa do Ministério Público, primando assim, pela melhoria da prestação do serviço à sociedade, e acima de tudo dos membros e servidores.

Na área institucional a prioridade foi realizar projetos com o objetivo de garantir a efetividade do direito à Saúde, Educação, Segurança Pública e na garantia dos direitos à Infância e Adolescência.

6.1.1 Área Legislativa Institucional

- Foram apresentados **06 (seis)** Projetos de Lei pela Procuradora-Geral de Justiça ao Colégio de Procuradores e sancionados pela Governadora do Estado do Maranhão, que dizem respeito às garantias e vantagens dos membros e servidores do Ministério Público, bem como Minutas de Resolução, Atos Regulamentares e Ordem de Serviços (ver Atos Normativos).

Parcerias Institucionais/Convênios

- Foram estabelecidos acordos de cooperação técnica, científica e operacional com Instituições de ensino superior, como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Associação Teresinense de Ensino (ATE); Conselhos de classe (Conselho Regional de Medicina – CRM, Regional de Contabilidade - CRC, Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, Regional de Nutricionistas da 6ª Região – CRN/6); órgãos públicos estaduais e municipais (tribunal de Justiça do Estado do Maranhão – TJ/MA; Instituto Médico Legal – IML; Instituto de Criminalística do Estado do Maranhão – ICRIM; Secretaria de Estado da Mulher; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Corpo de Bombeiros Militar dos Estado do Maranhão; Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ) e com outros Ministério Públicos, como o Ministério Público do Estado do Paraná e Ministério Público Federal.

6.1.2 Área Institucional

- **Criação de Comissão Especial de Promotores de Justiça** para apurar não pagamento dos salários dos servidores municipais de São Luís no mês de dezembro de 2012;

- **Assinatura de ato regulamentar para uso de Sistema de Investigações Bancárias de Movimentações Bancárias (Simba);**
- **Realização de visitas itinerantes às promotorias de Justiça do interior do Estado,** como parte do projeto de interiorização da administração do Ministério Público do Maranhão;
- **Contratação de empresa para realização de concurso para servidores;**
- **Discussão da campanha “Brasil Contra a Impunidade” com profissionais da imprensa,** num café da manhã, na sede da AMPEM.
- **Formalização de doação de veículos oriundos de TAC.** Para a Procuradoria Geral de Justiça.
- **Discussão da Campanha contra PEC 37 com a sociedade civil;**
- **Comemoração pelo Dia da Mulher em Brasília/DF.** O Ministério Público do Estado do Maranhão através da Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, participou da solenidade de comemoração pelo Dia da Mulher, programada pelo Governo Federal para Brasília, no dia 8 de março de 2013.
- **Reuniões do Fórum Permanente;**
- **Encontro com gestores públicos.** Durante o IV Encontro de Gestores Públicos, realizado no Centro de Convenções Pedro Neiva de Santana, com o tema "Desenvolvimento local, transparência e controle: o desafio da nova gestão municipal". O evento foi promovido pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Sebrae.
- **Lançamento da Campanha "Conte até 10" em Santa Inês;**
- **PGJ anuncia obras nas Promotorias de Santa Inês, Pindaré e Bacabal.** Para garantir melhores condições de trabalho a membros e servidores, ampliando o atendimento à comunidade.
- **Designação de comissão para revisar Plano de Cargos e Salários dos servidores da PGJ;**
- **Lançamento da Campanha Brasil contra a Impunidade em São Luís.**
- **PGJ recebe projeto para criação de novos cargos de promotor de justiça.** A Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, recebeu uma proposta de criação de novas promotorias na estrutura do Ministério Público do Maranhão. O projeto foi entregue pelo procurador de justiça Raimundo Nonato de Carvalho Filho, presidente da comissão que elaborou o documento
- **Participação na mobilização nacional contra PEC 37 em Brasília/DF;**
- **Realização do II Encontro Estadual de Educação do Ministério Público do Maranhão;**
- **Proposta de renovação de convênio de combate à evasão fiscal entregue à SEFAZ;**
- **Assinado Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça** para a cessão do Digidoc, sistema de informática de tramitação de documentos e processos de gestão administrativa, orçamentária e financeira;

- **PGJ recebe visita de presidente do Conselho Regional de Engenharia do Maranhão** visando a proposição de um Termo de Cooperação Técnica entre as instituições, com a finalidade de assegurar o acompanhamento pelo CREA dos projetos e obras de engenharia e arquitetura do Ministério Público do Maranhão;
- **Visita da secretária de estado da Igualdade Racial, Claudett Ribeiro;**
- **Inauguração do novo prédio do Memorial do MPMA.**
- **Procuradora-Geral de justiça é eleita vice-presidente do CNPG.** A Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha, foi eleita, por unanimidade, no dia 30 de julho, vice-presidente da região nordeste do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais (CNPG). A posse foi realizada em Brasília, na sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A procuradora-geral do MPDFT, Eunice Carvalhido, é a nova presidente do CNPG.
- **Reinauguração da sede das Promotorias de Justiça de Timon;**
- **PGJ pede apoio do Ministério da Justiça para combater violência no Maranhão.** O Ministério Público do Estado do Maranhão através da Procuradora-Geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, reuniu-se com a secretária nacional de Segurança Pública, Regina Minc, na sede do Ministério da Justiça, em Brasília, para debater a situação do sistema de segurança pública estadual. A representante do Ministério Público pediu o investimento do Governo Federal em ações que previnam a violência e combatam a impunidade.
- **MPMA recebe visita de superintendente do Banco do Brasil;**
- **Emissão de Recomendação** aos promotores de justiça da capital e do interior para que incluam, nos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) que forem firmados, cláusula que informe as formas de contato com a Ouvidoria do Ministério Público do Maranhão;
- **Representação contra advogado que ofendeu nordestinos;**
- **Lançamento do Programa Interinstitucional por Educação de Qualidade;**
- **Parceria com empresa de telefonia no combate a corrupção;**
- **Reunião com secretarias de Planejamento e de Justiça e Administração Penitenciária,** com o objetivo de tomar conhecimento das medidas a serem adotadas na área da Execução Penal no Maranhão;
- **Realização do I Encontro Estadual de Inteligência;**
- **CNMP realiza inspeção no sistema carcerário a pedido do MPMA.** A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou visita ao Maranhão. A vinda da comissão atendeu à solicitação da procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha e teve como objetivo verificar as condições do Complexo

Penitenciário de Pedrinhas e da Central de Custódia de Presos da Justiça (CCPJ) do Bairro do Anil. A penitenciária de Pedrinhas foi palco de várias rebeliões em 2013, que resultou em mais de nove detentos mortos e mais de 20 feridos.

- **Discussão da violência com lideranças empresárias;**
- **Homologação da licitação para construção da futura sede das Promotorias de Imperatriz;**
- **Criação do grupo de promotores itinerantes.** A procuradora-geral de justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, e o corregedor-geral do Ministério Público do Maranhão, Suvamy Vivekananda Meireles, assinaram o Ato Regulamentar Conjunto nº 16/2013, que instituiu o Grupo de Promotores de Justiça Itinerantes (GPI). O grupo vai auxiliar no desempenho das atividades processuais e extraprocessuais junto às Promotorias de Justiça, na capital e no interior, quando o elevado número de procedimentos administrativos justificar a sua atuação.
- **Comandante da PM visita Procuradoria-Geral de Justiça.** O objetivo do encontro foi estreitar os laços entre o MPMA e a Polícia Militar e aumentar a parceria institucional nas ações de prevenção e combate à criminalidade.
- **MPMA adere à campanha Papai Noel dos Correios.** A escola adotada para receber doações de membros e servidores da instituição foi a Unidade de Ensino Básico Rio Grande, localizada no Distrito Industrial, que enviou 273 cartas de alunos endereçadas a Papai Noel, solicitando brinquedos;
- **MPMA realizou ação social no Bairro de Fátima.** O projeto MP em Ação promoveu no Centro de Ensino Médio Gonçalves Dias, no Bairro de Fátima, uma série de serviços gratuitos aos moradores da região nas áreas de saúde, cidadania e justiça. O evento foi realizado em alusão ao Dia do Ministério Público, comemorado em 14 de dezembro.
- **Realização de Audiência com moradores de povoado de Grajaú;**
- **Realização de palestras sobre a Campanha de Segurança Institucional no MPMA.**

6.1.3 **Reuniões externas e Audiências Públicas com Órgãos Públicos e Parceiros Institucionais (Poder Judiciário, Executivo e Legislativo, Conselhos Estaduais e Sociais).**

- Visita ao Congresso Nacional para tratar sobre a PEC 37 – PEC DA IMPUNIDADE.
- Participação das reuniões do PROVITA- Programa Estadual de Proteção às Vítimas e Testemunhas;
- Participação das Reuniões do Plano Estadual de Combate ao trabalho escravo e Plano Estadual de Combate à Tortura.
- Participação das reuniões da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão.
- Participação em Reuniões do CNMP.

- Participação no Fórum Nacional de Gestão do CNMP, sendo integrante titular do Fórum Nacional de Gestão.
- Articulação com órgãos públicos e Instituições Privadas acerca de assuntos institucionais.
- Acompanhamento dos promotores de justiça em reuniões externas.
- Reuniões internas com membros e servidores para o aperfeiçoamento das normas internas, fluxogramas de trabalho e elaboração de metas.
- Organização dos eventos Institucionais do Ministério Público.

6.2 CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPs)

Os Centros de Apoio Operacionais são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público e a eles cumpre estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns; promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias, adotando as providências necessárias para supri-las.

Incumbe-lhes remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade; estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções; remeter anualmente ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas a sua área de atuação; exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, inclusive o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, vedada a expedição de atos normativos.

6.2.1 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA (CAOP/DHC)

No decorrer de 2013, o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOP/DHC) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Co-coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações raciais, idosos, apoio às vítimas de violência e defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano;
- Envio de Comunicações e Ofícios Circulares, via *e-mail*, a todos os Promotores de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do **Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNPG** e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- Encaminhamento e confirmação, via *e-mail*, de informações relevantes aos Promotores (as) das Comarcas do Interior do Estado, para reforçar e incentivar

o trabalho destes na garantia dos direitos humanos, como participar de eventos e encontros. Um exemplo desse tipo de ação foi o encaminhamento do convite feito ao CAOP-DHC para participar do lançamento do *Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes de Cururupu*;

- Participação na Audiência Pública sobre “**Os números da criminalidade na Grande São Luis**”, ocorrida no dia 18.12.13, junto com a SMDH, SEDIHC, OAB/MA, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Movimento sem Terra, União por Moradia Popular, Defensoria Pública do Maranhão; Movimento Justiça nos Trilhos; Movimento Quilombola; CEBS – Comunidades Eclesiais de Base; ASP – Associação de Saúde da Periferia;
- Aproximação e estreitamento das relações com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, para implementação dos Conselhos Municipais de Direitos Humanos pelo interior do Maranhão;
- Divulgação de notícias relacionadas à garantia dos direitos humanos na página do CAOP/DHC na internet;
- Reformulação da página do CAOP/DHC no site do Ministério Público;
- Atendimento à população, mesmo não sendo o CAOP/DHC um órgão de execução, mas sim de apoio aos membros do Ministério Público. Casos de desrespeito aos direitos humanos e de tortura foram recebidos, tomadas as devidas providências e posteriormente acompanhados até que se tenha alcançado a solução satisfatória da demanda.

6.2.1.1 **Participação do CAOP/DHC em eventos, encontros e reuniões no ano de 2013.**

- Participação nas reuniões preparatórias para o **Forum Mundial de Direitos Humanos – Seção Maranhão**, na sede da SMDH – Sociedade Maranhense de Direitos Humanos;
- Participação na Mesa de Diálogo: ***A Política de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas enquanto mecanismo de combate à impunidade no Maranhão***;
- Participação nas reuniões ordinárias do CEDDH/MA;

- Participação da coordenadora do CAOP/DHC, Dra. Sandra Elouf, compondo a mesa da **Solenidade de lançamento do Selo Unicef Município Aprovado Edição 2013**, bem como assinatura do Termo de Compromisso de Construção e Consolidação da **Agenda Criança Amazônia**, um pacto pela infância na Amazônia Legal Brasileira;
- Participação na solenidade de abertura do **III Encontro Estadual de Mulheres de Axé: desafios e compromissos na implementação das políticas públicas**;
- Participação no Forum Mundial de Direitos Humanos – Seção Maranhão, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Maranhão;
- Participação no lançamento do **Programa “Maranhão sem Homofobia”** e do Plano Estadual de Promoção da Cidadania e de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Maranhão, um evento promovido pela Vice-Governadoria e Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania – SEDIHC;
- Reunião Técnica do CAOP/DHC com a Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial – SEIR e representantes de religiões e cultos de matriz africana, para tratar do **Direito à Liberdade de Consciência e Crença e ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos**;
- Participação na 1ª Reunião da Comissão Estadual de Gestão Integrada para desenvolvimento da **Agenda Social Quilombola/Programa Brasil Quilombola**, comissão instituída pelo Decreto Estadual nº 29.486/2013.

6.2.2 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO DIREITO À SAÚDE (CAOP/SAÚDE)

No decorrer de 2013, o Centro de Apoio Operacional da Saúde (CAOP/SAÚDE) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Apoio às atividades desenvolvidas no âmbito das **Promotorias de Justiça das diversas comarcas do Estado do Maranhão**, com atribuição na defesa do direito à saúde, amplamente intensificado, conforme as solicitações encaminhadas ao CAOP/SAÚDE, mais especificamente às referentes à marcação de consultas e cirurgias na rede pública de saúde, daqueles casos em que havia necessidade da intervenção do Ministério Público, bem como nas articulações com os demais órgãos governamentais como a Secretaria de Estado da Saúde,

Secretarias Municipais de Saúde, Unidades Básicas de Saúde e outras instituições ligadas ao segmento;

- Iniciadas várias parcerias importantes, como por exemplo, com a **UFMA/UNASUS**, na construção de ações voltadas para a capacitação de membros e servidores do Ministério Público, assim como para os conselheiros e agentes comunitários de saúde vinculados aos municípios maranhenses;
- Realização do **I Encontro Regional de Saúde da Região Tocantina**, na Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (Unisulma), nos dias 23 e 24 de outubro de 2013, em parceria com a SECINST e com as Promotorias de Justiça Especializadas no Direito à Saúde de São Luís e Imperatriz. Na oportunidade foi lançado o **Programa Institucional “Direito à Saúde: prevenção, controle e combate à corrupção”**. Contou com a participação do Procurador de Justiça e coordenador do CAOp do Paraná, Dr. José Adalberto Dazzi, dos Promotores de Justiça interantes do CAOp/Saúde do Maranhão, Drs. Herberth Costa Figueiredo, Maria da Glória Mafra Silva e Emannuella de Sousa Bello Peixoto, integrantes da equipe do CAOP/SAÚDE e da Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, coordenadora de projetos da Faculdade de Direito de Vitória (ES);
- Capacitação sobre **Sistemas de Informação da Saúde**, realizada nos dias 28 e 29 de novembro de 2013, como resultado do **I Encontro Regional de Saúde da Região Tocantina**, em parceria com a **SECINST** e **Planejamento do MPMA**, e com a colaboração do **Ministério da Saúde** e **UNASUS/UFMA**;
- Apoio às Promotorias de Justiça no que se refere aos problemas de gestão dos municípios na saúde pública, nas diversas áreas, como por exemplo: as marcações de consultas em hospitais públicos de São Luís nas várias especialidades médicas, nos tratamentos fora de domicílio, enfim, em muitas deficiências do **SUS** no âmbito municipal;
- Atualização da página do **CAOp/Saúde**, no site do **Ministério Público**, com mais informações sobre legislação, recomendações, peças jurídicas e diversas orientações para dar maior efetividade na atuação dos Promotores de Justiça e fortalecer atuação institucional do Ministério Público, através do **CAOp/Saúde**.

6.2.3 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL (CAOP-CEAP)

No decorrer de 2013, o Centro de Apoio Operacional do Controle Externo da Atividade Policial (CAOp-CEAP) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

- Envio de sugestões à Procuradora-Geral de Justiça para elaboração da política institucional e de programas específicos, inclusive alterações legislativas e edições de normas jurídicas, visando contribuir para a melhoria da atuação do CEAP, por meio de ações coordenadas, para dar efetividade ao exercício da função constitucional do Ministério Público no controle externo da atividade policial, buscando uma maior integração entre Ministério Público e órgãos policiais;
- Envio de ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (Delegada-Geral de Polícia e Superintendente de Polícia Civil da Capital) a fim de que a SSP/MA expedisse recomendação a todos os Delegados de Polícia no sentido de que fosse encaminhado ao Ministério Público do Maranhão o inteiro teor das cópias dos autos da prisão em flagrante, e não somente as comunicações por meio de ofícios, visando melhorar a atuação do controle externo da atividade policial em nossa capital e atendendo ao disposto à recomendação n.º 002/2013 da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão;
- Realização de oficina com os Promotores de Justiça com atuação na área criminal da Capital e do Interior visando ao aperfeiçoamento dos referidos membros no exercício do controle externo da atividade policial, no mês de junho/13;
- Participação do coordenador do CAOp/CEAP no **I Fórum Permanente do Ministério Público do Maranhão**, na cidade de Timon, no mês de agosto/13, sendo realizada na ocasião oficina de trabalho acerca do controle externo da atividade policial;
- Realização de visita institucional ao **Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do Ceará (CAOCRIM/MPCE)** para conhecer práticas êxitosas na área do controle externo da atividade policial, bem como a participação do coordenador do CAOp/CEAP no I Encontro de Coordenadores do Controle Externo da Atividade Policial.

6.2.3.1 **Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados a sua atividade.**

- Envio aos Promotores de Justiça com atuação na área criminal de modelo para manifestação em Inquérito Policial concedendo à autoridade policial a dilação de prazo.

6.2.3.2 **Colaborar com os órgãos do Estado, notadamente na área de**

segurança, na identificação dos principais problemas relativos à violência, tais como levantamento das áreas de maior incidência de criminalidade, assim como dos crimes mais frequentes, identificando, ainda, o perfil do criminoso e da vítima.

- Realização do **I Fórum de Justiça Criminal** em parceria com o Tribunal de Justiça (TJMA), Defensoria Pública (DPE), Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA), OAB/MA e Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP), dia 17 de julho de 2013, por iniciativa do coordenador do CAOp-CEAP, para reunir e discutir proposições visando à melhoria da Segurança Pública no Estado do Maranhão;
- Realização de **Audiência Pública**, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça, dia 18 de dezembro de 2013, visando discutir, com entidades públicas (Judiciário Estadual, Justiça Federal, OABMA, SEJAP, PMMA e MPMA) e a Sociedade Civil organizada, propostas para o combate à criminalidade no Maranhão.

6.2.3.3 Apresentar aos órgãos da administração superior do Ministério Público sugestões visando estabelecer política institucional para funcionamento das Promotorias de Justiça de Investigação Criminal e daquelas que possuam atribuição nessa área de atuação, inclusive no que concerne a programas específicos;

- Nesse item foi encaminhado ofício à Sra. Procuradoa-Geral de Justiça a fim de que houvesse adoção de providências contra a portaria nº 440/2012, da Delegacia Geral de Polícia Civil do Maranhão, pois em tal expediente constava que cabiam somente as autoridades policiais do Estado, requisitar o exame de corpo de delito respectivo, após investigação prévia do fato noticiado como acidente de trânsito, verificados indícios de crime;
- Enviado ofício ao Corregedor-Geral solicitando encaminhamento de recomendação aos promotores das Varas Criminais e dos Juizados Especiais Criminais da capital para cumprimento no disposto da Resolução vigente em junho de 2013 (Resolução nº 002/2011-CPMP), especificamente naquilo que dizia respeito ao cumprimento das atribuições das Promotorias do Controle Externo da Atividade Policial. Dentre as recomendações estão: que a distribuição de todos Inquéritos Policiais instaurados pelas Delegacias de Polícia da Capital fosse realizada diretamente ao CAOp-CEAP, e não mais ao setor de protocolo; a unificação dos CAOp-CEAP e do CAOP CRIM e a elaboração de ato conjunto que previsse a obrigatoriedade de alimentação,

por parte dos Promotores de Justiça da área Criminal, dos sistemas informatizados disponibilizados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Maranhão;

- Realizada a atualização da página do CAOp/CEAP no sítio do MPMA na internet.

6.2.4 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL (CAOP/CRIM)

6.2.4.1 Representar o Ministério Público, quando cabível e por delegação do Procurador-Geral de Justiça nos órgãos que atuem na respectiva área (Item VI da Resolução 02/97 - CPMP).

- Visando ao cumprimento da respectiva atribuição, a Procuradora-Geral de Justiça designou o Coordenador do CAOP Crim., Dr. José Cláudio Cabral Marques, como representante do Ministério Público do Maranhão junto à **Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública do CNMP – ENASP**, na qualidade de gestor de metas, afetas à área do crime.

6.2.4.2 Colaborar junto aos setores públicos ou privados em campanhas educativas à sua área de atuação (Item VII da Resolução 02/97 - CPMP).

- Realização da campanha educativa “Conte até 10”, de iniciativa do CNMP e parceria da ENASP, com realização de palestras em escolas, empresas, órgãos públicos, visando sensibilizar a sociedade para evitar os homicídios cometidos por impulso, que ocorrem em situações como brigas em bares, discussões no trânsito ou entre vizinhos.

6.2.4.3 Divulgar atividades do Ministério Público na área de sua atuação (Item XI da Resolução 02/97 - CPMP).

- Constante no inciso XI da norma que instituiu o CAOP Crim, o canal utilizado para divulgação via Internet das atividades dos trabalhos do Ministério Público na área afeta ao crime, à Execução Penal e ao Tribunal do Júri foi o sítio da Instituição criado específico ao CAOP Crim.

6.2.4.4 Sugerir a edição de atos e instruções tendentes à melhoria dos serviços do Ministério Público (Item XII da Resolução 02/97 - CPMP).

- Envio de ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão (Delegada-Geral de Polícia e Superintendente de Polícia Civil da Capital) a fim

de que a SSP /MA expedisse recomendação a todos os Delegados de Policia no sentido de fosse encaminhado ao Ministério Público do Maranhão o inteiro teor das cópias dos autos da prisão em flagrante, e não somente as comunicações por meio de ofícios.

6.2.4.5 Prestar orientação técnico-jurídica aos órgãos de execução do Ministério Público no exercício de suas atividades institucionais. (Item XV da Resolução 02/97 - CPMP).

- Envio aos Promotores de Justiça com atuação na área criminal de modelo para manifestação em Inquérito Policial concedendo à autoridade policial a dilação de prazo.

6.2.5 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO (CAOP/EDUCAÇÃO)

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação foi criado pela Resolução nº. 12/2013-CPMP, publicada no Diário Oficial do dia 18 de janeiro de 2013, e implementado em agosto de 2013, na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público. Apesar de sua recente implementação, está desenvolvendo importantes atividades em sua área de atuação, inclusive a título de monitoramento dos indicadores sociais, com o intuito de promover um mapeamento da educação no Estado do Maranhão.

O CAOP/EDUCAÇÃO, juntamente com a Secretaria para Assuntos Institucionais, trabalha na formalização de uma parceria com a Escola de Formação de Governantes para a implantação do **Programa SOMA – Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação**, cujo objetivo é a avaliação dos projetos e planos de ação na área da educação, e a criação de um banco de dados de indicadores sociais, alimentado por comissões de monitoramento a serem instituídas em todos os municípios maranhenses, de modo a subsidiar a elaboração de políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida no Estado (Processo nº.10562AD/2013).

Além desse importante trabalho, há que se destacar a implementação do **Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”**, promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e das Promotorias de Justiça em Defesa do Direito à Educação, cujo objetivo é estimular o Órgão Ministerial e demais parceiros a assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, por meio da realização de encontros regionais e audiências públicas em diversos municípios, visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos índices da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar e educação infantil, além do combate à corrupção.

6.2.5.1 Participação em eventos, encontros, seminários, palestras.

- **Reunião do Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.** Neste evento, o Coordenador do CAOp Educação foi convidado a participar da referida reunião, com o objetivo de discutir pontos importantes acerca da aplicação e do gerenciamento dos recursos advindos do referido fundo;
- **II Seminário Educacional de Cooperação Estado e Municípios.** O evento, promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Maranhão (Undime/Ma) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contou com a participação deste Centro de Apoio Operacional;
- Reunião do CAOp Educação, com a participação de representantes da Assessoria de Planejamento do MPMA e da Escola de Formação de Governantes – EFG;
- **Conferência Maranhense de Educação – COMAE.** Realizada no Centro de Convenções, o evento teve como objetivo debater proposições norteadoras para o Plano Estadual de Educação, que orientarão a Política Nacional obedecendo à indicação de responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas, também com a importante contribuição deste CAOp;
- **Lançamento do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”.** Realizado pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e das Promotorias de Justiça em Defesa do Direito à Educação, no auditório do Ministério Público Federal, em São Luís, o Programa foi lançado com a participação de diversas entidades relacionadas à área da educação;
- **I Reunião Técnica dos Programas Federais da Educação.** Este evento, realizado pela Controladoria-Geral da União Regional/MA e pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA), teve a participação do CAOp/Educação e apresentou como objetivo o esclarecimento de dúvidas dos gestores públicos municipais acerca da operacionalização de programas, tais como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE);

- **Encontro Regional da Educação - Programa Interinstitucional do Ministério Público do Maranhão “Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses” - REGIONAL PEDREIRAS.** Também promovido pelo Ministério Público do Maranhão, por meio do CAOp/Educação e das Promotorias de Justiça em Defesa do Direito à Educação, o evento foi realizado na Faculdade de Educação São Francisco, em Pedreiras-MA, e reuniu diversas autoridades da região para discutir as diretrizes educacionais e garantir o cumprimento do direito à educação de qualidade em todos os níveis naquela região;
- **III Seminário Educacional de Cooperação Estado e Municípios.** O evento, promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (Uema), a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Maranhão (Undime/Ma) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), contou com a participação deste Centro de Apoio Operacional, inclusive na mesa de abertura do evento, com a presença do Coordenador deste CAOp Paulo Silvestre Avelar Silva;
- **IV Encontro Maranhense Sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero no Cotidiano Escolar (EMEMCE) e o IV Simpósio Maranhense de Pesquisadores sobre Mulher, Relações de Gênero e Educação.** Tendo como tema as “Diversas Faces da Violência contra a Mulher no cotidiano Escolar”, nos aspectos físico, psicológico, simbólico, dentre outros, o evento contou com a participação e importantes contribuições deste Centro de Apoio;
- **Estruturação do sítio eletrônico do CAOp/EDUCAÇÃO,** com informações relacionadas à área da educação, legislação temática, notícias, termos de ajustamento de conduta, banco de peças, acompanhamento dos projetos educacionais em execução, dentre outras atividades essenciais à efetivação e à consolidação do Centro de Apoio.

6.2.6 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE (CAOP/IJ)

Durante o ano de 2013, o Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOP/IJ) desenvolveu e participou das seguintes atividades:

6.2.6.1 Realização de eventos formativos, mobilizações e articulações, promovidos pelo CAOp/IJ, sobre os direitos de crianças e adolescentes para Promotores de Justiça com atuação na infância e juventude, demais servidores do Ministério Público e com a participação de organizações do Sistema de Garantia de Direitos.

- **Reunião de Trabalho com Promotores de Justiça integrantes do CAOp/IJ**, na sala dos Órgãos Colegiados, com a participação dos Promotores de Justiça das comarcas de Santa Inês e Matinha, com o objetivo de traçar o Plano Anual de Trabalho do CAOp/IJ;
- **Capacitação sobre a utilização da ferramenta SIMEC (Sistema de Monitoramento)** atrelado ao Disque 100, na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília-DF;
- **Campanha “Violência Sexual Deixa Marcas!”**, uma iniciativa do Ministério Público do Maranhão, através do CAOp/IJ, em parceria com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), entre outras organizações. Diversas ações de mobilização social foram realizadas na capital e em diversos municípios em alusão ao “18 de Maio” - Dia Nacional de Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. O CAOp/IJ forneceu às promotorias materiais da campanha (panfletos, cartazes, camisas, cartilhas e banners) para fortalecer as ações municipais;
- **Audiência Pública sobre o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes do Maranhão**, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e das Minorias da Assembleia Legislativa e com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-MA), ação preliminar e preparativa ao “18 de Maio”;
- Apresentar a **Rede Estadual pela Primeira Infância do Maranhão**, na plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Luís (CMDCA-SL), pautar a temática e propor ao conselho a elaboração conjunta do Plano Municipal pela Primeira Infância da Capital;
- **Seminário “Justiça Restaurativa – Tecendo a Rede”**, idealizado e organizado em conjunto pelo CAOP/IJ e outras instituições integrantes da Rede Maranhense de Justiça Juvenil, a partir do Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa, cujo objetivo geral consistiu em sensibilizar Juízes, Promotores de Justiça, Defensores Públicos e Policiais, no sentido de proporcionar uma aproximação ao conceito e aplicabilidade da Justiça Restaurativa, a fim de fomentar a implantação em suas práticas;

- **Palestra “O Sistema de Justiça juvenil e a Escola”**, proferida em escolas públicas de São Luís pela Promotora de Justiça da Infância e Juventude, Fernanda Helena Nunes Ferreira, integrante do CAOP/IJ. A intenção é divulgar o trabalho que é feito pelo MP e pela Justiça para proteger os direitos das crianças e adolescentes;
- **Reunião de Trabalho com os Promotores Integrantes do CAOP/IJ**, 19 e 20 de setembro/2012, no auditório do Tribunal de Contas Estadual, tendo como pauta: conselho tutelar, atendimento socioeducativo no Maranhão, acolhimento familiar e institucional, rede de atendimento e Disque 100, estratégias de investigação e publicização de Nota Técnica;

6.2.6.2 Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão:

- Orientações e acompanhamento em inspeções realizadas nas **Unidades de Atendimento Socioeducativo da Capital, São José de Ribamar e Imperatriz**, para contribuir com a instauração de inquérito policial, bem como, com Ação Civil Pública contra o Estado do Maranhão e a Fundação da Criança e do Adolescente – Funac e representação ao Ministério Público do Trabalho para averiguar as condições de insalubridade a que estão submetidos os servidores da instituição;
- Acompanhar inspeções no **Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA)**, órgão que integra o Centro de Proteção à Criança e ao Adolescente (CPCA), elaborar relatório das vistorias realizadas no CPTCA, a fim de levantar a forma como o mesmo vem funcionando e apontar os déficits e encaminhamentos a serem tomados;
- Orientações às Promotorias de Justiça sobre a implantação, funcionamento, eleição e adequações das leis municipais dos Conselhos Tutelares;
- Reuniões com a **Empresa Vale e parceiros sobre a Ação Civil Pública realizada pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Santa Luzia**, e sobre Plano de Segurança elaborado pela Empresa Vale S/A visando minimizar e/ou sanar o problema do transporte clandestino de crianças e adolescentes nos vagões dos trens da empresa. Indicar perito para fazer a crítica do Plano de Segurança, bem como, mobilizar parceiros para custear as despesas do profissional indicado para realizar o serviço.
- Socializar **Recomendações** sobre diversos assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando

divulgar as ações das comarcas e subsidiar os Promotores de Justiça;

- **CAOPIJ INFORMA**, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e Servidores;
- **Serviço de Consulta**, atender demandas apresentadas pelos Promotores de Justiça ao CAOp/IJ, via e-mail e contato telefônico, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios.

6.2.6.3 Elaboração de Notas Técnicas, para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça:

- **Nota Técnica nº 01/2013-CAOPIJ**, para Promotoria de Justiça de Estreito. Ementa: Composição do Conselho Tutelar – Ausência de suplentes – desnecessária a convocação de nova eleição, dada a existência de outros candidatos que concorreram no processo eleitoral e que podem assumir o encargo da suplência;
- **Nota Técnica nº 02/2013-CAOPIJ**, para PJIJ de Açailândia. Ementa: Eleição do Conselho Tutelar – Vedação de formação de chapas – Resolução nº 139 do CONANDA – Fiscalização;
- **Nota Técnica nº 04/2013-CAOPIJ**. Ementa: Origem e importância do DISQUE 100, como ferramenta de denúncia e, posterior, apuração de situações de abuso e exploração contra crianças e adolescentes. Sugestões de procedimentos para apuração das denúncias;

6.2.6.4 Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:

- **IV Encontro com Gestores Públicos "O desenvolvimento local, transparência e controle. O desafio da nova gestão municipal"**, realizado pelo Ministério Público do Maranhão, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE) e o Sebrae, em São Luís;
- **Seminário de Construção do Plano Estadual de Prevenção do Trabalho Infantil**, realizado pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Maranhão (FEPETIMA), em São Luís;

- **I e II Worskop de Construção do Plano Estadual pela Primeira Infância**, realizado pela Ong BEMFAM, em São Luís;
- **Seminário “Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos e Obras e Técnicas de Investigações Psíquicas de Crianças e Adolescentes”**, realizado pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNPG, em Brasília-DF;
- **II Encontro Estadual de Educação do Ministério Público**, em São Luís;
- **Seminário Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil**, realizado pela Plan International e Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETIMA), em São Luís.

6.2.6.50 Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, participa sistematicamente dos seguintes Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:

- **Comitê de Monitoramento da Violência Sexual**, do qual o CAOp/IJ é integrante e tem por finalidade monitorar as ações do Plano Estadual de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. É articulado pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Maranhão (CEDCA-MA) e conta com a participação de organizações governamentais e não-governamentais. Elaborada em 2013 a revisão do Plano Estadual;
- **Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA)**, da qual o CAOp/IJ compõem o Grupo Gestor com as atribuições de coordenação e secretaria-executiva. A rede realiza plenárias mensais, é formada por um conjunto de instituições da sociedade civil e poder público, atuantes na promoção e defesa dos direitos da primeira infância no Maranhão. A rede estadual integra um movimento nacional que tem como missão fomentar a elaboração, o aprimoramento e a integração das políticas nacionais para as crianças até os 6 anos de idade, monitorando e avaliando sua implementação; além de consolidar e disseminar conhecimento e informações sobre as temáticas dessa faixa etária e organizar ações de mobilização social e política visando à defesa e promoção de seus direitos. Durante 2013, o CAOp/IJ representou a REPI-MA em diversas ações de articulação, sensibilização e mobilização de parceiros, bem como, na construção do Plano Estadual pela Primeira Infância e na sensibilização para construção dos Planos Municipais;

- **Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa**, composta pelo Ministério Público e por mais 21 organizações governamentais e não-governamentais, desde 2009. Tem como objetivo ampliar e qualificar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, o desenvolvimento de práticas restaurativas e a implementação de políticas públicas voltadas a adolescentes em conflito com a lei. A dinâmica de funcionamento é através de plenárias mensais e dos grupos de trabalho específicos para aprofundar os debates e operacionalizar as deliberações. O CAOp/IJ acompanha e apoia as ações do Grupo de Trabalho sobre Justiça Restaurativa que desenvolve diversas ações para difundir o paradigma restaurativo no sistema de justiça e de atendimento ao adolescente em conflito com a lei;
- **Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ), do Grupo Nacional de Direitos Humanos, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça**, que tem como objetivo proporcionar o intercâmbio de experiências entre Membros do Ministério Público, por meio das comissões permanentes. O CAOp/IJ participou das reuniões da COPEIJ e realizou o levantamento estadual do atendimento socioeducativo para subsidiar as ações da COPEIJ junto à Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República na implementação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo.

6.2.7 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL (CAOUMA)

6.2.7.1 Atividades previstas na lei complementar nº013/91.

6.2.7.2 Estimular a integração e o intercâmbio entre os órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e tenham atribuições comuns.

Em 2013 foram retomadas as reuniões técnicas e de capacitação dos Promotores de Justiça, sem prejuízo do contato direto. Assim, foram realizadas as seguintes reuniões temáticas, que nominamos como **Oficinas de Trabalho**:

- **Oficina sobre Resíduos sólidos e valoração de danos ambientais;**

As duas oficinas foram realizadas na Escola Superior do Ministério Público nos dias 25 e 26 de março de 2013, em regime de 8h (oito) horas cada oficina.

No dia 25/03/2013 foi realizada a **Oficina de trabalho sobre Resíduos Sólidos e Saneamento**, demandas permanentes dos Promotores de Justiça e que constam do Planejamento Estratégico em execução. A oficina foi ministrada pelo Procurador de Justiça Saint-Clair Honorato dos Santos, do Ministério Público do Estado do Paraná e pelo Promotor de Justiça da Paraíba, José Farias de Souza Filho.

Foram abordados aspectos da Lei nº12.305/2010 e apresentadas experiências exitosas em municípios do Paraná e da Paraíba, que adotaram a coleta seletiva e a gestão por cooperativas de catadores.

Participaram **21 (vinte e um)** Promotores de Justiça dessa oficina e os Promotores de Açaílândia e de Pedreiras demonstraram interesse em implementar modelos sustentáveis de resíduos sólidos em suas comarcas.

- **Oficina de Valoração de Serviços e Danos Ambientais**

No dia 26 de abril de 2013 foi realizada a **Oficina de Valoração de Serviços e Danos Ambientais** ministrada por peritos do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente do Ministério Público de Minas Gerais, Luciano Alvarenga e Nivaldo Caetano a qual teve a presença de **21 (vinte e um)** Promotores de Justiça. A realização dessa oficina se deu em continuidade a palestra sobre esse tema realizada no Congresso Estadual de 2012 e que encerra assunto de importância vital para atuação do Ministério Público no campo da responsabilidade civil.

- **Proteção das florestas.**

Sobre esse tema foram realizadas **duas oficinas de trabalho**, respectivamente nos dias 27 e 28 de maio de 2013 e no dia 08 de novembro de 2013.

Nos dias 27 e 28 de maio de 2013, na sede da Associação do Ministério Público, foram realizadas **oficinas sobre o novo Código Florestal**, as quais foram ministradas pelos Promotores de Justiça Carlos Alberto Valera e Adriano Andrade de Souza, respectivamente dos Ministérios Públicos de Minas Gerais e de São Paulo.

As oficinas discutiram as inconstitucionalidades do novo Código Florestal e a aplicação do princípio da proibição de retrocesso, e delas participaram **16 (dezesesseis) Promotores de Justiça** com 12 (doze) horas de oficina.

No dia 08 de novembro de 2013 foi a oportunidade de discussão e apresentação aos Promotores de Justiça sobre o **Cadastro Ambiental Rural**

e o Sistema de Documento de Origem Florestal (DOF). O primeiro deve ser instalado em 2014 e substituirá a averbação da reserva florestal legal e o segundo vem sendo objeto de constantes dúvidas pelos Promotores de Justiça quanto à persecução dos crimes de tráfico ilegal de madeira e outros produtos florestais, com a participação de **22 (vinte e dois) Promotores de Justiça.**

- **Planos de Resíduos Sólidos.**

Seguindo a meta de *“garantir o saneamento ambiental em todos os municípios do Estado”* prevista no **Planejamento Estratégico de 2012/2016**, foram realizadas mais **duas reuniões de trabalho** com os Promotores de Justiça visando o cumprimento da Lei nº12.305/2010. As reuniões ocorreram na sede do Colégio de Procuradores de Justiça nos dias 30 de agosto de 2013 e 27 de setembro de 2013.

Na primeira dessas reuniões participaram **23 (vinte e três)** Promotores de Justiça e na segunda **25 (vinte e cinco)** Promotores de Justiça, com os quais foram debatidas estratégias de atuação conjunta do Ministério Público sobre o tema.

Na primeira reunião, em 30/08/2013, foi apresentado um diagnóstico feito pelos técnicos do **CAOUMA** e que avaliou **34 (trinta e quatro) Planos Municipais de Resíduos Sólidos.**

Demonstrando a má qualidade dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos elaborados pelos prefeitos cujos mandatos se encerraram em 31/12/2012, decidiu-se pela elaboração de um **pacote de modelos** que incluiu **ações civis por improbidade** contra ex-prefeitos, **fluxogramas para investigação** e **modelos de TACs** a serem propostos aos novos prefeitos.

Até o final de 2013 foram contabilizadas a assinatura de **15 (quinze) TACs** celebrados por Promotores de Justiça com os atuais prefeitos para a **elaboração de novos Planos Municipais de Resíduos Sólidos.**

Para 2014, o CAOUMA pretende atuar sobre o tema com os Promotores de Justiça em pólos regionais enfatizando a implementação da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos nos municípios com mais de 20.000 habitantes.

- **Sistemas Municipais de Cultura e de Meio Ambiente.**

Sequenciando recomendações enviadas em anos anteriores, em 28 de junho de 2013 foi realizada reunião com os Promotores tratando dos Sistemas Municipais de Cultura e de Meio Ambiente.

6.2.7.3 Remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade.

A norma prevê que o centro de apoio forneça material técnico-jurídico que subsidie a atuação dos órgãos de execução. Essa atividade vem sendo desempenhada através dos seguintes instrumentos: **Notas Técnicas; Bancos de Pesquisa; Remessa espontânea de informações e atendimento a consultas.**

Além do atendimento no dia-a-dia, o CAO-UMA respondeu a solicitações de pesquisa e modelos sobre matéria ambiental. Foram remetidas informações técnicas de doutrina, legislação e jurisprudência por e-mail, incluindo **04 (quatro) livros**, inseridos na página do CAOUMA.

Foram elaborados **10 (dez) pareceres técnicos e 01 (um) laudo pericial** atendendo consultas e solicitações de vistorias e perícias. Desses, 08 (oito) pareceres técnicos atenderam Promotores de Justiça em comarcas do interior do Estado do Maranhão.

A página do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente foi atualizada com a inclusão de novos julgados e legislação além da atualização do calendário de pesca e a inserção de 04 livros eletrônicos.

6.2.7.4 Estabelecer intercâmbio permanente com órgãos ou entidades públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções.

Renovamos o **convênio firmado com o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro** para a adesão do Ministério Público do Maranhão no projeto da Rede Ambiental Participativa, que se encontra na fase de implantação do comitê gestor.

O Centro de Apoio participou de **três reuniões do Conselho Nacional dos Centros de Apoio de Meio Ambiente e Urbanismo** tendo destacada atuação nas medidas relacionadas ao Código Florestal, inclusive se reunindo com o Min. Luiz Fux, no dia **07/05/2013**, relator das ADINs sobre o Código Florestal que se encontram no Supremo Tribunal Federal.

Além disso, estivemos reunidos em 04/11/2013, na 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente responsáveis pela implantação do Cadastro Ambiental Rural.

6.2.7.5 Atividades previstas no Termo de Referência de Política Institucional e no Plano Estratégico.

As primeiras medidas relacionadas ao Planejamento Estratégico 2012-2016 se concentraram na remessa dos ofícios circulares relacionados aos

Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, cujos primeiros dados vem sendo compilados conforme as respostas prestadas pelos órgãos de execução.

O Ministério Público está engajado no projeto de mapeamento e análise dos Planos Municipais de Saneamento Básico capitaneado pela ABRAMPA e pelo Instituto Trata Brasil.

Além das atividades já relatadas sobre a implementação da Lei de Política Nacional de Resíduos Sólidos, os Promotores de Justiça estiveram presentes às conferências regionais de meio ambiente, notadamente em São Luís, Caxias e Imperatriz, as quais trataram de resíduos sólidos.

Ainda sobre o Planejamento Estratégico o CAOUA participou da oficina regional de planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público realizada em São Luís nos dias 25 e 26/04/2013, onde foi apresentado o projeto “Planos Diretores” o qual se encontra cadastrado no Banco Nacional de projetos do CNMP.

6.2.8 CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CAOP/CONSUMIDOR).

Atividades desenvolvidas em 2013:

- Capacitação realizada em 28 de fevereiro de 2013 sobre **“Mercados de GLP, Combustíveis Líquidos e Cartel”** dirigida aos Promotores de Justiça das Comarcas do interior do Estado, em parceria com a Agência Nacional de Petróleo, Biocombustíveis e Gás Natural, Polícia Civil/MA, Corpo de Bombeiros, INMEQ-MA e PROCON/MA;
- Capacitação realizada em 08 de julho de 2013 sobre **“Fiscalização do transporte, fabricação e comercialização de produtos de origem animal e seus derivados”**, realizada em parceria com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária – AGED/MA, tendo como público-alvo os Promotores de Justiça das Comarcas do interior do Estado;
- Articulação junto a Secretaria Nacional do Consumidor da execução do **projeto de municipalização dos PROCON’s**;
- Fornecimento de modelos de **peças jurídicas, TAC’s, informações, estudos, jurisprudência e outros materiais de apoio** aos Promotores de Justiça das Comarcas do interior, para auxílio da consecução das atividades de execução;

- Assessoramento da Procuradora-Geral de Justiça na **formalização do Termo de Cooperação Técnica** celebrado em 22 de março de 2013, entre o Ministério Público do Estado do Maranhão, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão;
- Organização, em conjunto com o Ministério Público Federal, do **Encontro Regional – Região Nordeste**, promovido pela 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ocorrido nos dias 13 e 14 de novembro de 2013.

7 GESTÃO DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento representa a prática de agregar valor à informação e de distribuí-la, envolvendo um conjunto de processos que visa colaborar para a criação, captura e compartilhamento do conhecimento entre as pessoas que compõem o Ministério Público do Maranhão, oferecendo ferramentas que auxiliem na disseminação destes conhecimentos dentro da instituição.

7.1 ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO (ESMP)

A Escola Superior do Ministério Público do Maranhão, criada através da Lei Complementar nº 013 de 25 de outubro de 1991, entidade sem fins lucrativos, é um dos órgãos auxiliares do *Parquet* maranhense, destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, fórum de estudos, conferências, palestras, dentre outras atividades, visando o aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição bem como, a preparação de candidatos ao concurso público para ingresso na carreira.

Tem na sua estrutura um Conselho Pedagógico, um Colegiado do Programa de Pós-Graduação, uma Coordenação do Programa de Pós-Graduação, uma Coordenação do Núcleo de Pesquisa da Pós-Graduação, além de coordenações dos Cursos de Pós-Graduação e secretaria de Registro e Controle Acadêmico. No ano de 2013, teve como diretora a Procuradora de Justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho, assessorada pelo Promotor de Justiça Cláudio Alberto Gabriel Guimarães.

Um total de **1.332 (mil trezentos e trinta e duas)** pessoas participou das atividades promovidas pela ESMP ou em parceria com demais outros órgãos da Administração Superior do Ministério Público e parceiros.

7.1.1 Cursos realizados pela ESMP em 2013

Tabela 18: Cursos realizados pela ESMP em 2013

| CURSOS/CARGA HORÁRIA | REGENTES | DATA | PÚBLICO / ALVO | LOCAL |
|---|----------------|------|-------------------------|---------|
| 1 - XV Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências | Professor Msc. | 21 a | Membros e servidores do | ESMP-MA |

| | | | | |
|--|--|-----------------|--|---------|
| Criminais “Tópicos em Hermenêutica Constitucional Penal e do Processo Penal” | Américo Bedê Freire Júnior | 25.01.2013 | MP/MA e outros | |
| Carga horária: 45h | | | 25 participantes | |
| 2 - Curso de extensão em “Tópicos em Hermenêutica Constitucional Penal e do Processo Penal” | Professor Msc. Américo Bedê Freire Júnior | 21 a 25.01.2013 | Membros e servidores do MP/MA e outros | ESMP-MA |
| 3 - XIX Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA | Professor Msc. Américo Bedê Freire Júnior | 21 a 25.01.2013 | Membros do MP-MA em vitaliciamento | ESMP-MA |
| Carga horária: 45h | | | 06 participantes | |
| 4 - Reunião de Trabalho na área da Saúde | Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional de Defesa da Saúde | 04.02.2013 | Membros do MP-MA das 19 Regionais da Saúde | ESMP-MA |
| Carga horária: 05h | | | 15 participantes | |
| 5 - XVI Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Direito Processual Penal, Constitucional e Direitos Fundamentais” | Professor Dr. Paulo de Tarso Brandão | 21 a 23.02.2013 | Membros do MP-MA das 19 Regionais da Saúde | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 24 participantes | |
| 6 - XX Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA | Professor Dr. Paulo de Tarso Brandão | 21 a 23.02.2013 | - Membros do MP-MA em vitaliciamento | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 02 participantes | |
| 7 - Reunião de Trabalho na área do Consumidor, servindo como XXI etapa de vitaliciamento | Paulo Fraga, Eduardo Zana, Lúcio Vasconcelos e a promotora de Justiça Lítia Cavalcanti | 28.02.2013 | Membros do MP-MA com atuação na área do consumidor, em vitaliciamento. bombeiros, Inmep e Procon | ESMP-MA |
| Carga horária: 08h | | | 50 participantes | |

| | | | | |
|--|---|-----------------|--|---------|
| 8 - Curso sobre “Recursos Cíveis” | Dr. Cássio Scarpinella Bueno e Msc. Alexandre Reis Siqueira | 11 a 15.03.2013 | Membros e servidores do MP-MA, Defensores Públicos e magistrados | ESMP-MA |
| Carga horária: 30h | | | 65 participantes | |
| 9 - XVII Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Tópicos em Filosofia e Política” | Professor Dr. Francisco José Araújo | 04 e 05.04.2013 | Membros e servidores do MP-MA e outros | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 25 participantes | |
| 10 - XVIII Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Crimes Ambientais” | Professor Msc. Cleopas Isaías Santos | 25 e 26.04.2013 | Membros e servidores do MP-MA | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 23 participantes | |
| 11 - XXII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do MP-MA | Professor Msc. Cleopas Isaías Santos | 25 e 26.04.2013 | Membros do MP-MA em vitaliciamento | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 02 participantes | |
| 12 - Curso de extensão em “Crimes Ambientais” | Professor e Msc. Cleopas Isaías Santos | 25 e 26.04.2013 | - Servidores do MP-MA | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 07 participantes | |
| 13 - Curso sobre “A atuação do Ministério Público no âmbito criminal” | Promotor de Justiça Dr. Ednarg Fernandes Marques | 06 a 08.05.2013 | Servidores do MP-MA | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 14 participantes | |
| 14 - XIX Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Tribunal do Júri” | Professor Dr. Márcio Augusto Friggi de Carvalho | 23 e 24.05.2013 | Membros do MP-MA em vitaliciamento | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 25 participantes | |
| 15 - Curso de extensão em “Tribunal do Júri” | Professor Dr. Márcio Augusto Friggi de Carvalho | 23 e 24.05.2013 | Membros e servidores do MP-MA | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | 16 participantes | |

| | | | | |
|---|--|------------------------|---|--|
| <p>16- XX Módulo do Curso de Pós-Graduação “Lei Maria da Penha” Carga horária: 15h</p> | <p>Professora Mestra Karla Adriana Holanda Farias Vieira</p> | <p>27 e 28.06.2013</p> | <p>- Membros e servidores do MP-MA 25 participantes</p> | <p>ESMP-MA</p> |
| <p>17 - Curso de extensão sobre a “Lei Maria da Penha” Carga horária: 15h</p> | <p>Professora Mestra Karla Adriana Holanda Farias Vieira</p> | <p>27 e 28.06.2013</p> | <p>Membros e servidores do MP-MA 13 participantes</p> | <p>ESMP-MA</p> |
| <p>18 - 3ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas dos MPs do Brasil</p> | <p>Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; Dra. Regina Lúcia de A Rocha; Dr. Mário Luiz Sarrubbo; Dr. Cássius G. Chai; Dra. Selma Regina S. Martins</p> | <p>27 e 28.06.2013</p> | <p>Membros do MP-MA e Mps do Brasil 14 participantes</p> | <p>Sala do Colégio de Procuradores da PGJ-MA</p> |
| <p>19 - Curso sobre “Noções Introdutórias de Direito Constitucional e Direito Administrativo” Carga horária: 15h</p> | <p>Professor Dr. Cássius Guimarães Chai</p> | <p>01 a 03.07.2013</p> | <p>Servidores do MP-MA 20 participantes</p> | <p>ESMP-MA</p> |
| <p>20 - XXI Módulo do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Estatuto da Criança e do Adolescente” Carga horária: 15h</p> | <p>Professor Dr. Osmair Chamma Júnior</p> | <p>25 e 26.07.2013</p> | <p>Membros e servidores do MP-MA 25 participantes</p> | <p>ESMP-MA</p> |
| <p>21 - Curso de extensão sobre “Estatuto da Criança e do Adolescente” Carga horária: 15h</p> | <p>Professor Dr. Osmair Chamma Júnior</p> | <p>25 e 26.07.2013</p> | <p>Membros e servidores do MP-MA 14 participantes</p> | <p>ESMP-M</p> |
| <p>22 - XXIII Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento</p> | <p>Professor Dr. Osmair Chamma Júnior</p> | <p>25 e 26.07.2013</p> | <p>Membro do MP-MA</p> | <p>ESMP-MA</p> |

| | | | | | |
|--|---|--------------------|---------------------------------|-------------------------|---------------------------|
| na Carreira do MP-MA | | | | 01 participante | |
| Carga horária: 15h | | | | | |
| 23 - Eleição do Conselho Pedagógico da ESMP-MA | Professores Cleopas Isaías Santos, Francisco José de Araújo e Roberto Mauro Gurgel Rocha | 01 a 07.08.2013 | Corpo docente da ESMP-MA | 03 participantes | ESMP-MA |
| 24 - I Módulo Especial do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Metodologia da Pesquisa e Didática do Ensino Superior” | Professor Msc. Bruno da Silva Azevedo | 08 a 10.08.2013 | Membros e servidores do MP-MA | 08 participantes | ESMP-MA |
| Carga horária: 30h | | | | | |
| 25- Posse do Conselho Pedagógico da ESMP-MA | Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; Dr. José Antonio Oliveira Bents; Dr. Francisco das Chagas Barros de Sousa; | 15.08.2013 | Conselheiros da ESMP-MA | | Sala do Conselho do MP-MA |
| 26 - II Módulo Especial do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Tópicos em Sociologia Criminal” | Dra. Martha Helena Costa Ribeiro Professor Msc. Bruno da Silva Azevedo | 29 e 30.08.2013 | Membros e servidores do MP-MA | 16 participantes | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | | | |
| 27 - Curso de extensão sobre “Tópicos em Sociologia Criminal” | Professor Msc. Bruno da Silva Azevedo | 29 e 30.08.2013 | Membros e servidores do MP-MA | 04 participantes | ESMP-MA |
| Carga horária: 15h | | | | | |
| 28 - III Módulo Especial do Curso de Pós-Graduação em Ciências Criminais “Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos” | Professor Dr. Cássius Guimarães Chai | 19 e 20.08.2013 | Membros e servidores do MP-MA | 14 participantes | ESMP-MA |

Carga horária: 15h

29 - Curso de extensão sobre “Mecanismos Internacionais de Proteção aos Direitos Humanos”

Professor Dr. Cássius Guimarães Chai

19 e 20.09.2013

Membros e servidores do MP-MA

ESMP-MA

Carga horária: 15h

06 participantes

Fonte: ESMP, 2013.

7.1.2 Parcerias da ESMP com outras Instituições para oferta de Cursos, Workshops e Palestras em 2013.

Tabela 19: Atividades de Formação realizadas em parceria pela ESMP em 2013

| CURSOS / CARGA HORÁRIA | REGENTES | DATA | PÚBLICO / ALVO | PARCERIA E LOCAL DE REALIZAÇÃO |
|---|--|-------------------------|---|--|
| 1 - I Workshop para preparação do Plano Estadual pela 1ª Infância Carga horária: 05h | Coordenadores da BEMFAM e (Bem-Estar Familiar do Brasil) | 01.03.2013 | Coordenadores da BEMFAM, UNICEF, PLAN Internacional, CAOP, gestores públicos, sociedade civil organizada, diretores de hospitais / maternidades e outras instituições | CAOP/IJ; BEMFAM ESMP-MA |
| 2 - Curso de Inteligência Institucional Carga horária: 40h | Professor Msc. Carlos Alberto de Souza | 25.03 a 20.05.2013 | Membros do MP-MA | Escola Virtual do CDEMP |
| 3 - Curso de Direito Previdenciário e Acidentário Carga horária: 07h | Giuliano Antunes Damasceno | 22.03.2013 | Servidores do MP-MA | Escola Superior da Defensoria Pública-MA |
| 4 - Curso sobre “Inquérito Civil: Teoria e Prática à | Professor Dr. Marcelo Sciolli | 13.05.2013 a 15.07.2013 | Membros e servidores do MP-MA | Escola Virtual do Centro de Estudos e |

| | | | | |
|--|--|-------------------------|---|--|
| Distância” | | | 60 participantes | Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do MPSP |
| 5 - Curso sobre “Formação Básica em Licitação à Distância” | Professor João Batista Nardocci Neto | 13.05.2013 a 22.05.2013 | Membros e servidores do MP-MA 67 participantes | Escola Virtual do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional da Escola Superior do MPSP |
| 6 - Oficina de Mobilização para a 10ª Edição do Prêmio ITAU / UNICEF | Eliana Almeida | 20.05.2013 | 60 participantes | UNICEF-MA |
| 7 - I Curso Modular de Criminologia e Direito Penal | Dr. Jacson Zílio | 07 e 08.06.2013 | Membros e servidores do MP-MA 08 participantes | Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão |
| 8 - Curso de Capacitação em Língua Portuguesa à distância | | 05.06.2013 | Membros e servidores do MP-MA 104 participantes | UFMA / UNASUS |
| 9 - Curso “Significando a infância em documentos acostados a autos processuais” | Professor Dr. Cassius Guimarães Chai; Professora Dra. Artenira da Silva Silva Sauaia; | 13 e 14.06.2013 | Membros e servidores do MP-MA 15 participantes | Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão |
| 10 - Cursos sobre “Crime de formação de cartel, fraude à licitação e crimes contra a administração pública” | Dra. Sara Fernanda Gama Dr. Pedro Abi-Eçab; Dr. Ricardo Félix Herberstrith; Dr. Felipe Leitão V. Roquete; | 24 e 25.06.2013 | Membros do MP-MA 46 participantes | Programa Nacional da Escola GNCOC / GAECO-MP-MA/ ESMP-MA |
| Carga horária: 16h | Dr. Alexandre | | | |

| | | | | |
|--|---|-------------------------|---|---|
| | Coelho | | | |
| | Dra. Regina Lúcia de A Rocha; | | | |
| | Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; | | | PGJ-MA / AMPEM-MA |
| 11 - Campanha institucional “Não Aceito Corrupção” | Dr. Cláudio Alberto G. Guimarães; | 28.06.2013 | Membros e servidores do MP-MA e outros convidados | Local de realização: Auditório da PGJ-MA |
| | Dr. José Augusto Cutrim Gomes; | | 150 participantes | |
| | Dr. Mário Luiz Sarrubbo | | | |
| | Dra. Regina Lúcia de A Rocha; | | | |
| | Dra. Themis Maria Pacheco de Carvalho; | | | |
| 12 - I Corrida Nacional do MP “Não Aceito Corrupção” | Dr. Cláudio Alberto G. Guimarães; | 29.06.2013 | Membros , servidores do MP-MA e outros convidados | PGJ-MA / AMPEM-MA |
| | Dr. José Augusto Cutrim Gomes; | | 200 participantes | Local: Avenida Litorânea |
| | Dr. Mário Luiz Sarrubbo | | | |
| 13 - II Curso Modular de Criminologia e Direito Penal | Dr. Fábio Bozza | 28 e 29.06.2013 | Membros e servidores do MP-MA | Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão |
| 14 - Curso “Violência contra a Mulher” | Professora Dra. Valéria Diez Scarance Fernandes | 09.09.2013 a 18.11.2013 | Membros do MP-MA | Escola Virtual do CDEMP |
| Carga horária: 50h | | | 01 participante | |
| 15 - Curso Prático de Execução Penal | Professor Dr. Pedro de Jesus Juliotti | 09.09.2013 a 18.11.2013 | Membros do MP-MA | Escola Virtual do CDEMP |
| Carga horária: 50h | | | 05 participantes | |
| 16 - Projeto Cinema e | Dr. Luis Armando de Menezes; | 23.08.2013 | Membros e servidores do MP- | Escola Superior da |

| | | | | |
|--|-------------------------------|-----------------|--|---|
| Direito | Lindevânia Martins; | | MA 02 participantes | Defensoria Pública do Estado do Maranhão |
| | Dr. Rômulo Sawaia Maranhão | | | |
| 17 - III Curso Modular de Criminologia e Direito Penal | Dr. Juarez Cirino | 30 e 31.08.2013 | Servidores do MP-MA 02 participantes | Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Maranhão |
| 18 - I Módulo do Curso de Mediação Comunitária “A Cultura da Paz” | Profª. Maria da Glória Aquino | 13 e 14.09.2013 | Representantes de comunidades 22 participantes | PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMPMA |
| 19 - II Módulo do Curso de Mediação Comunitária “A Teoria do Conflito” | Prof. Thiago Allisson | 20 e 21.09.2013 | Representantes de comunidades 22 participantes | PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMPMA |
| 20 - III Módulo do Curso de Mediação Comunitária “Teoria da Comunicação e Ação Comunicativa na Resolução de Controvérsia” | Profª. Núbia da Luz | 04 e 05.10.2013 | Representantes de comunidades 22 participantes | PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP |
| 21 - IV Módulo do Curso de Mediação Comunitária “A Mediação de Conflitos” | Prof. Thiago Allisson | 22 e 23.10.2013 | Representantes de comunidades 22 participantes | PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP |
| 22 - V Módulo do Curso de Mediação Comunitária “O Mediador” | Prof. Clara Tereza Barros | 08 e 09.11.2013 | Representantes de comunidades 22 participantes | PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP |
| 23 - VI Módulo do Curso de Mediação Comunitária “O Mediador” | Profª. Maria da Glória | 22 e 23.11.2013 | Representantes de comunidades 22 participantes | PGJ/ Promotoria Itinerante Local: ESMP |

| | | | | |
|--|--------------------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|
| 24 - VII Módulo do Curso de Mediação Comunitária "O Mediador" | Profª Hilza Maria Paixão | 29 e 30.11.2013 | Representantes de comunidades | PGJ/ Promotoria Itinerante |
| | | | 22 participantes | Local: ESMP |

Fonte: ESMP, 2013.

7.1.3 Preparação e aperfeiçoamento destinados ao ingresso de novos Promotores de Justiça - 2013

Tabela 20: Atividades de Formação dos novos Promotores de Justiça

| FACILITADOR(A) / Membro do MPMA | ASSUNTO | DIA | HORÁRIO TURNO | LOCAL | HORAS LECIONADAS |
|--|--|------------------|----------------------|--------------|-------------------------|
| Raimundo Nonato de Carvalho Filho | Estrutura organizacional do MP, órgãos da Administração Superior, órgãos de Administração, órgãos Auxiliares (ESMP, CAOPs, Ouvidoria-Geral, Memorial), rotinas administrativas da PGJ, órgãos de Execução (1º e 2º graus), sistema de informação e gestão do MP, gestão de Promotorias de Justiça, Planejamento Estratégico. | 06/12/13 (sexta) | Matutino 10h | PGJ-MA | 06h |
| Jose Henrique Marques Moreira | Improbidade Administrativa e Recursos | 09/12/13 | Matutino | PGJ-MA | 05h |
| Sandra Lúcia M. Alves Elouf | Fundações, Registros Públicos e Alvarás Judiciais | 03/12/13 (terça) | Matutino 10h | PGJ-MA | 03h |
| Themis Maria de P. Carvalho | | 17/12/13 | | | |

| | | | | | |
|---|---|--------------------|------------------|---|-----|
| Litia Teresa Costa Cavalcanti | Termos de Ajustamento de Conduta e Direito do Consumidor | 04/12/13 (quarta) | Vespertino 14h30 | Promotoria do Consumidor Praça Dom Pedro II | 04h |
| Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues | Técnicas de investigação, tecnologia da informação e inteligência, Segurança Institucional | 04/12/13 (quarta) | Matutino 9h | PGJ-MA/GAECO | 04h |
| Cláudio Alberto Gabriel Guimarães | Controle Externo da Atividade Policial e Juizado Especiais Criminais | 05/12/13 (quinta) | Matutino 9h | PJC | 04h |
| José Osmar Alves | Feitos da Fazenda Pública e Proteção da Ordem Tributária | 10/12/13 (terça) | Matutino 09h | PJC | 04h |
| Raimundo Nonato S. Cavalcante | Adolescente Infrator | 16/12/13 (segunda) | Matutino | PJ do Gavião Madre Deus | 04h |
| Elyjeane Alves de Carvahó | Direitos do Cidadão e Lei Antidrogas / Audiência de Instrução e Julgamento / Entorpercentes | 17/12/13 (terça) | Vespertino 09h | PJC | 04h |
| Maria de Jesus Rodrigues Araujo Heilmann | Lei Antidrogas | 18/12/13 | Matutino | FÓRUM | 07h |
| Márcio Thadeu Silva Marques | CAOP/IJ | 19/12/13 | Matutino | CAOP | 02h |
| Selma Regina Souza Martins | Lei Maria da Penha | 19/12/13 (quarta) | Matutino 09h | PJC | 02h |
| Marcio Thadeu Silva Marques | CAOP/IJ | 10/01/13 | Matutino | | 04h |

Fonte: ESMP, 2013.

7.1.4 Realização de oficinas de trabalho durante as comemorações da Semana do Ministério Público Estadual

Tabela 21: Atividades de Capacitação realizadas durante Semana do Ministério Público

| FACILITADOR(A) / Membro do MPMA | ASSUNTO | DIA | HORÁRIO TURNO | LOCAL | HORAS LECIONADAS |
|---|--|----------|------------------|-------|---------------------|
| Dr. Gerson Luis Daiello Moreira | Oficina de Trabalho – Plataforma de Comunicação e Colaboração Institucional | 11/12/13 | Matutino | PJC | 02h |
| Dr. José Carlos Junior e Camel Farah | Oficina de Trabalho – coordenada pelo GAECO | 11/12/13 | Vespertino | PJC | 02h |
| Roberto Tardelli | | 13/12/13 | | | 01h |

Fonte: ESMP, 2013.

7.2 COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA – CDB

A Coordenadoria de Documentação e Biblioteca – CDB desenvolve as suas competências de acordo com os artigos 76 a 80 do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, especialmente, zelando pela gestão da política documental do Ministério Público, garantindo a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional, além da supervisão das ações executadas pela Biblioteca e pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação.

Na área de Gestão de Documentos, a requerimento desta unidade administrativa e com o apoio da Administração Superior do MPMA, foi custeado o curso *“Controle e Gerenciamento Documental do Protocolo ao Arquivo”*, para contemplar a permanente necessidade de aprimoramento das atividades e processos de trabalho relacionados com o gerenciamento documental, desde o seu recebimento e autuação até seu arquivamento final, classificação e eventual eliminação.

Assim, no decorrer do ano de 2013, a CDB – em consonância com a renovação institucional dos processos de trabalho implementada pela gestão da Procuradora-Geral de Justiça, Dr^a Regina Lúcia de Almeida Rocha – participou de ações ligadas à disseminação seletiva do conhecimento jurídico e normativo institucional, à publicidade oficial de matérias de interesse institucional, à autuação, documentação e preservação histórica junto a nossos clientes (Membros, Servidores e comunidade em geral), através dos seguintes produtos e serviços oferecidos:

7.2.1 **GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS:** Iniciativa e acompanhamento dos processos administrativos, que visam promover a eficiência no cumprimento dos contratos e atas de registro de preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria:

7.2.1.1 – Aquisição de Vade Mecum de Legislação aos Membros do MPMA (Editora Saraiva, 2013 – 2º semestre);

7.2.1.2 – Atualização do Acervo Bibliográfico da Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ) e da Biblioteca da Escola Superior do Ministério Público (ESMP);

7.2.1.3 – Assinatura e Renovação de Periódicos Jurídicos Impressos (Editoras: Revista dos Tribunais, Fórum, IOB-Síntese, Consulex e Dialética);

7.2.1.4 – Assinatura e Renovação de Sistemas de Pesquisa Virtuais:

- Boletim de Licitações e Contratos “BLC – NDJ”: à Assessoria/PGJ, Comissão Permanente de Licitação, à Assessoria de Controle Interno e à Assessoria Jurídica da Administração;
- Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de Sentença Trabalhista “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PJMA);

7.2.1.5 – Fiscalização da prestação de serviço de PUBLICIDADE DE AVISOS, EDITAIS, COMUNICADOS E NOTAS OFICIAIS NOS JORNAIS LOCAIS;

7.2.1.6 – Fiscalização da prestação de serviço de FORNECIMENTO DE JORNAIS LOCAIS à Procuradoria Geral de Justiça, à Escola Superior do MP, Promotorias da Capital, de Bacabal, de Santa Inês e de Imperatriz;

7.2.1.7 – Fiscalização da prestação de Serviço de GUARDA E GERENCIAMENTO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS – Sistema GED ARQUIVAR;

7.2.1.8 – Fiscalização da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS (Lotes referentes às publicações institucionais).

7.3 SUPERVISÃO EDITORIAL DE OBRAS INSTITUCIONAIS: Objetiva suprir as necessidades de organização, publicação e divulgação dos atos e programas institucionais.

- a) “Revista do MPMA - *Juris Itinera* nº. 20, 2013 (anual);
- b) Normalização do “*Relatório de Atividades MPMA – 2012*”;
- c) “*Agenda MPMA 2014*”;
- d) “*Caderno de Anotações MPMA 2014*”;
- e) “*Calendário MPMA 2014*”;
- f) “*Coletânea das Principais Normas Internas: Período - agosto de 2011 a julho de 2013*” – Volume 2, 2013.

Ressalta-se como inovação desta edição, o Índice de Assuntos – instrumento de orientação na indexação de informações dos volumes 1 e 2 desta série – perfaz ferramenta de fácil consulta pelos Membros e Servidores do *Parquet* maranhense, no exercício de suas atribuições.

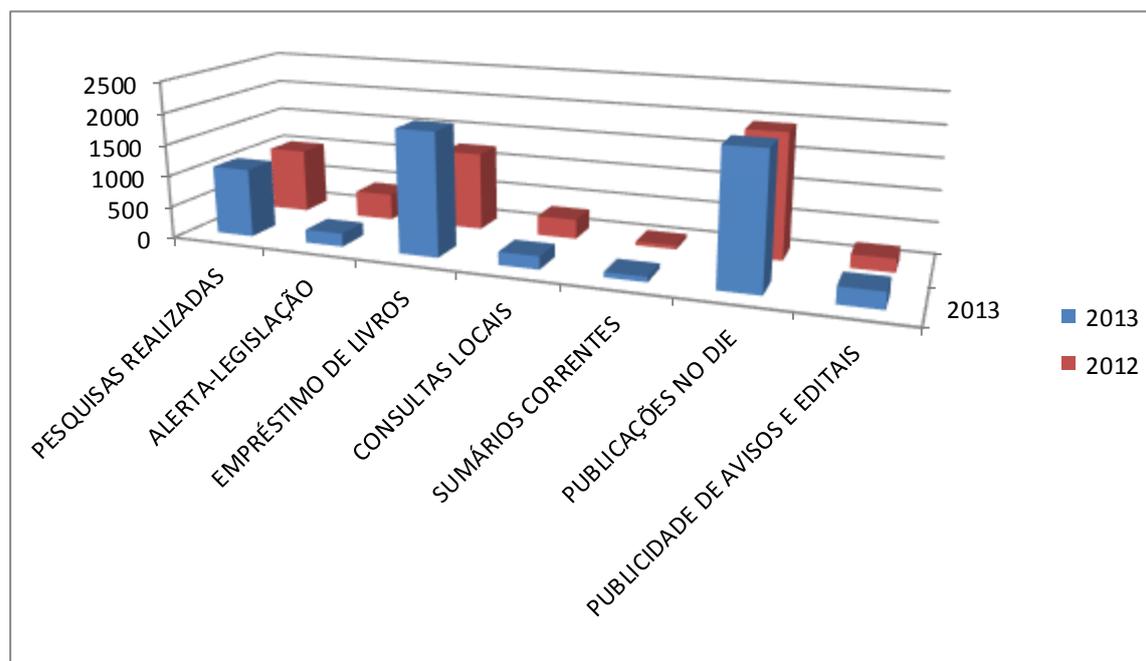
7.4 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS: Abaixo, expõe-se o comparativo anual (2013-2012) desses produtos e serviços.

Tabela 22 – Utilização de Serviços e Produtos

| ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS | 2012 | 2013 |
|--|-------------|-------------|
| <i>Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência</i> (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral) | 1.030 | 1.085 |
| <i>Serviço de Alerta-legislação</i> (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA) | 421 | 209 |
| <i>Serviço de Empréstimo de livros</i> (jurídicos, técnicos e literários) | 1.238 | 1.939 |
| <i>Consultas locais ao acervo bibliográfico</i> | 309 | 203 |
| <i>Sumários Correntes</i> (Disponibilização <i>on line</i>) | 61 | 80 |
| <i>Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão</i> (recebimento, formatação e envio à Supervisão do Diário Oficial do Maranhão) | 1.961 | 2.069 |

Fonte: CDB, 2013.

Gráfico 2 - Comparativo anual dos produtos e serviços 2012-2013



Fonte: CDB, 2013.

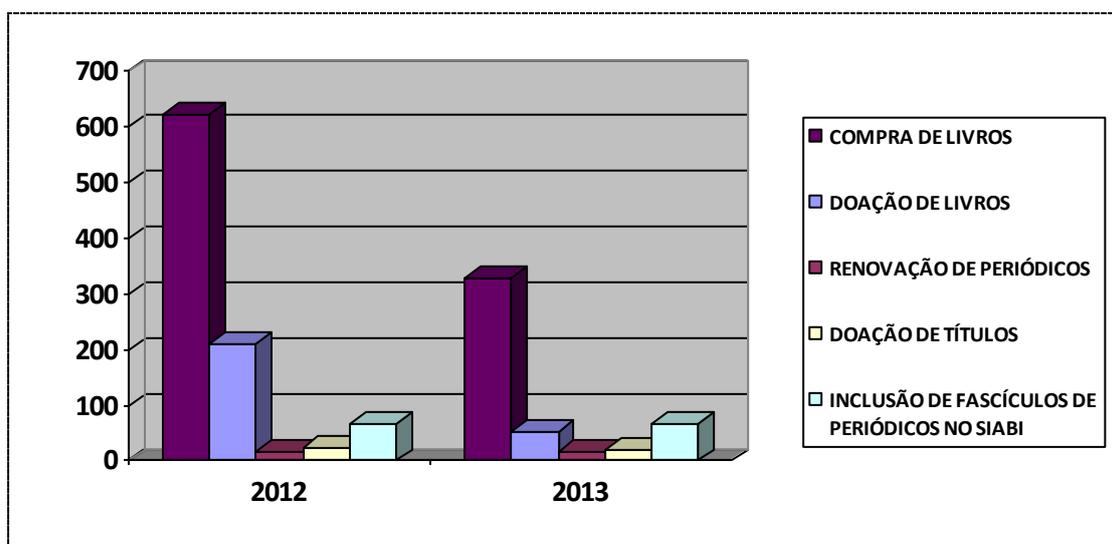
7.5 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DE COLEÇÕES

Tabela 23 – Evolução das coleções bibliográficas

| DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS | 2012 | 2013 |
|--|------|------|
| Compra de Livros | 622 | 327 |
| Doação de Livros | 209 | 51 |
| Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos | 16 | 16 |
| Doação de Periódicos Jurídicos | 24 | 20 |
| Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIAB) | 67 | 67 |

Fonte: CDB, 2013.

Gráfico 3 - Comparativo anual de produtos e serviços 2012-2013



Fonte: CDB, 2013.

7.6 LINK VIRTUAL DA BIBLIOTECA DO MPMA

(<http://www.mp.ma.gov.br/index.php/apresentacao-biblioteca>)

Em contínua atualização funcional das informações disponíveis, compreendendo, além dos informativos da Biblioteca, os seguintes serviços e produtos: a) **Legislação interna**; b) **Sumários correntes de direito**; c) **Publicações institucionais**; d) **Diários oficiais**; e) **Links de acesso às bases de dados do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Ministério Público**; f) **Sugestões de leitura**; g) **Últimas aquisições**.

7.7 OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES

Tabela 24 – Ações e Iniciativas de relevo - CDB (comparativo anual)

| AÇÕES DE DESTAQUE | 2012 | 2013 |
|--|------|------|
| <i>Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do Ministério Público (CS)</i> | 221 | 315 |
| <i>Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual</i> | 620 | 87 |
| <i>Atualização – Link virtual de Legislação Interna</i> | 57 | 65 |

Fonte: CDB, 2013.

Tabela 25 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ (comparativo anual)

| DISCRIMINAÇÃO | 2013 | 2012 |
|--|-------------|-------------|
| <i>Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)</i> | 11.736 | 11.298 |
| <i>Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)</i> | 2.317 | 2.956 |
| <i>Recebimento/Autuação de outros Processos</i> | 265 | 319 |
| <i>Expedição de Correspondências</i> | 8.430 | 18.278 |
| <i>Expedição de Processos e Documentos por GED's</i> | 859 | 859 |

OBS.: Cabe ressaltar a sugestão da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca quanto à **desconcentração dos serviços de postagem de documentos aos Correios da Seção de Protocolo para as próprias unidades administrativas emittentes**, que foi implementada pela Diretoria Geral/PGJ.

Fonte: CDB, 2013.

Tabela 26 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ (comparativo anual)

| DISCRIMINAÇÃO | 2012 | 2013 |
|---|-------------|-------------|
| <i>Recebimento de documentos das unidades administrativas, Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, memorandos, dossiês e certidões).</i> | 10.903 | 8.341 |
| <i>Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, memorandos, dossiês e certidões).</i> | 538 | 2.755 |
| <i>Remessa e solicitações de devolução de documentos para consulta (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, clippings, portarias, atos, ofícios, memorandos, dossiês e certidões) à Empresa AC Suporte e Serviços Ltda. (representante exclusivo da marca ARQUIVAR, que presta os serviços de guarda e gerenciamento de arquivos intermediários).</i> | 166 | 223 |

Fonte: CDB, 2013.

8 APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Como todas as demais instituições, o Ministério Público tem de buscar formas mais adequadas e eficientes de atender o público, orientando-o como cidadão, procurando desenvolver-se dentro do espaço constitucional demarcado pelos princípios norteadores da Administração Pública. Nesse contexto, as modernas tecnologias de informação e comunicação são ferramentas valiosas que auxiliam os membros e servidores do Parquet a garantir aos cidadãos e cidadãs maranhenses um atendimento de excelência e, conseqüentemente, viabilizar a luta pela efetivação de seus direitos.

8.1 OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Ouvidoria é um órgão auxiliar do Ministério Público. Foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 83, de 3 de junho de 2005, com o objetivo de contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Maranhão. Sua criação decorreu de exigência da Emenda Constitucional nº 45/2004, também conhecida como Reforma do Judiciário.

No ano de 2013, a Ouvidoria Geral recebeu um total de **1.050 manifestações**, sendo: **605 reclamações**, **226 denúncias**, **91 crítica**, **2 sugestão**, **110 solicitação de providência e/ou informação** e **16 elogios**.

8.1.1 As manifestações subdividem-se em:

Tabela 27: Descrição dos Tipos de Manifestações Atendidas em 2013

| DESCRIÇÃO | TOTAL |
|----------------------------|-------|
| Crimes / Execução penal | 101 |
| Educação | 92 |
| Saúde | 81 |
| Idoso | 10 |
| Pessoas com Deficiência | 5 |
| Eleitoral | 0 |
| Improbidade Administrativa | 110 |
| Concurso Público | 10 |

| | |
|--|-----|
| Irregularidades Trabalhistas | 10 |
| Controle Externo da Atividade Policial | 3 |
| Demanda Alheia à Competência da Ouvidoria | 48 |
| Consultas e Dúvidas Jurídicas | 361 |
| Residência na Comarca / Lotação de Membros | 0 |
| Administração e Funcionamento do Ministério Público | 10 |
| Infração disciplinar de Membro e Servidor / Inércia ou morosidade na atuação funcional | 25 |
| Infância e Juventude | 20 |
| Lei de Acesso à Informação / Remuneração de Membros e Servidores | 0 |
| Consumidor | 5 |
| Serviços Públicos | 46 |
| Meio Ambiente | 29 |
| Outros | 84 |

Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMA, 2013

8.1.2 Meio de Recebimento das Manifestações:

Tabela 28: Meio de Recebimento das Manifestações

| MEIO DE RECEBIMENTO | TOTAL |
|---|-------|
| Cadastro de Manifestação | 97 |
| Denúncias por E-mail (ouvidoria@mpma.mp.br) | 557 |
| Disque Denúncia (Disque 100 e 180) | 292 |
| Ocorrência Pessoalmente | 104 |

Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMA, 2013

8.1.3 Quanto à Identificação:

Tabela 29: Identificação das Manifestações

| QUANTO À IDENTIFICAÇÃO | TOTAL |
|-----------------------------|-------|
| Manifestações Identificadas | 178 |
| Manifestações Sigilosas | 872 |

Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMA, 2013

8.1.4 Denúncias Resolvidas:

Das **1.050 manifestações** recebidas no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2013, foram **resolvidas 852**, correspondendo assim **81,14%**.

8.1.5 Meio de Resposta:

Tabela 30: Meio de utilizado para responder às manifestações

| MEIO DE RESPOSTA | TOTAL |
|------------------|-------|
| Por Telefone | 214 |
| Por E-mail | 638 |

Fonte: Ouvidoria-Geral do MPMA, 2013

8.1.6 Destino das Manifestações:

- Órgãos da Administração Superior do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Conselho Nacional do Ministério Público;
- Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público;
- Centros de Apoio Operacional;
- Grupo de Atuação Especial no Combate a Organizações Criminosas do Ministério Público do Estado do Maranhão – GAECO;
- Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão – AMPEM;
- Promotorias de Justiça da capital e do interior do Estado do Maranhão,
- Ouvidorias de outros Órgãos Público do Estado e do Município;
- Secretarias Estaduais e Municipais;
- Superintendências de Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais;
- Delegacias de Polícia;
- Outros (Hospital Socorrão I, Hospital Socorrão II, Comando Geral da Polícia Militar, Reitoria da UFMA, Reitoria da UEMA, Reitoria do IFMA, Reitoria da FAMA, Gerencia Procon-MA, Corregedoria da PMMA, Corregedoria Geral de Justiça, Diretoria do DETRAN-MA, Presidente da OAB-MA, Comando Geral do Corpo de Bombeiros).

8.1.7 Participação em Eventos:

- Visita à nova sede da Procuradoria-Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça da capital, bem como o Memorial do Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Participação de toda equipe de funcionários da Ouvidoria-Geral em audiência pública realizada em parceria com a Promotoria Itinerante no bairro da Vila Cruzado, em São Luís/MA;
- Abertura do Curso de Proteção às Autoridades Públicas, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão;
- Encontro com os(as) Ouvidores(as)-Gerais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança do Estado, Secretaria

de Direitos Humanos, Coordenação dos Idosos e da Secretaria de Estado da Mulher;

- Inauguração do Centro de Apoio Integrado à Pessoa com Deficiência (CIAPD) na Sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão, contando com a participação de várias entidades representativas dos deficientes do Estado;
- Posse solene da nova Ouvidora-Geral da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Maranhão;
- Campanha "Brasil contra a impunidade", realizada no auditório na Sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, manifestando apoio e opinião contrária à PEC 37;
- XVI Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público, na cidade de Fortaleza-CE;
- Comissão Eleitoral para escolha do novo Corregedor-Geral do Ministério Público do Maranhão;
- Abertura oficial da Campanha de Combate a PEC 37 na sede da OAB- MA;
- Reunião de Ouvidores Públicos do Estado do Maranhão, na Secretaria Estadual da Mulher.
- Reunião do Comitê de Políticas de Tecnologia da Informação do MP ocorrido em Brasília- DF;
- Comemoração de 03 anos da Ouvidoria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;
- Abertura da Semana de Combate à Violência contra o Idoso, na Defensoria Pública do Estado do Maranhão;
- Seminário Nacional de Acesso a Justiça da População em Situação de Rua, realizado pela Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Ministério da Justiça no auditório central da Universidade Federal do Maranhão;
- Audiência Pública na Associação de Moradores do Bairro Santa Efigênia, em parceria com a Promotoria de Justiça Itinerante;
- No dia 25 de junho de 2013, o trabalho da Ouvidoria Geral do Ministério Público do Maranhão foi selecionado pelo Prêmio Innovare 2013 para representar a categoria Ministério Público;
- Apresentação e instalação do novo Sistema Tecnológico da Ouvidoria.
- Participação no lançamento da Campanha "Não Aceito Corrupção" e na I Corrida e I Passeio Ciclístico da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (AMPEM) e Escola Superior do Ministério Público (ESMP) ocorrida em julho de 2013;
- Participação no programa Estação MP no dia 06 de julho de 2013, CCOM/PGJ sobre a importância do poder público melhorar e ampliar o diálogo com a sociedade;

- 19ª Reunião do Conselho Nacional de Ouvidores do Ministério Público (CNOMP), do dia 21 ao dia 23 de agosto do corrente ano, na Cidade de Boa Vista – RR;
- Abertura do Programa Interinstitucional "Educação de Qualidade: Direito de todos os Maranhenses" realizado pela Promotoria de Justiça de Educação-Capital;

8.2 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO (CCOM)

A Coordenadoria de Comunicação (CCOM) pauta sua atuação dividida em três seções: Seção de Imprensa, Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica.

8.2.1 Seção de Imprensa

8.2.1.1 Dados do clipping

O trabalho de clipping (clipagem) visa a acompanhar a imagem de uma pessoa ou instituição nos meios de comunicação. No caso do Ministério Público do Maranhão, esse trabalho é realizado pelos profissionais da Coordenadoria de Comunicação, apenas nos jornais impressos. Com o objetivo de subsidiar o trabalho de promotores e procuradores de justiça, o clipping da instituição é amplo e engloba todas as notícias sobre fatos que possam ensejar alguma ação do Ministério Público.

Além do trabalho diário, distribuído a setores estratégicos da instituição, a Coordenadoria de Comunicação faz clippings especiais, mediante demanda de promotores ou procuradores de justiça, sobre temas e/ou períodos específicos. Esse trabalho objetiva, muitas vezes, contribuir com as ações dos membros do MPMA e embasar a atuação destes com informações estratégicas.

Por iniciativa desta Coordenadoria, encontra-se em tramitação o processo de licitação para contratação de empresa terceirizada para a realização do serviço de clipping. A contratação do serviço trará como benefícios principais a liberação de servidores para a realização de outras atividades e a expansão do material analisado, englobando jornais, rádios, programas de TV, *blogs* e *sites* na internet, inclusive do interior do estado.

Outro benefício da contratação é garantir aos integrantes do Ministério Público do Maranhão acesso imediato aos fatos relativos à instituição publicados nos veículos de comunicação, oferecendo possibilidade de resposta, quando for conveniente.

Atualmente, os profissionais na CCOM acompanham as notícias divulgadas em *sites* e *blogs*, levando ao conhecimento da Secretaria para Assuntos Institucionais (Secinst) os casos que tragam ou possam trazer problemas à imagem do Ministério Público do Maranhão.

Tabela 31: Aparições do MPMA em mídia impressa – 2013

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAIO | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
|--------------------|-----------|------------|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|-----------|------------|------------|-----------|--------------|
| Positivas | 63 | 106 | 56 | 116 | 127 | 77 | 100 | 112 | 76 | 134 | 98 | 85 | 1.150 |
| Negativas | 5 | 14 | 10 | 8 | 24 | 11 | 4 | 2 | 2 | 7 | 14 | 5 | 106 |
| Geradas | 38 | 87 | 39 | 64 | 69 | 37 | 60 | 84 | 41 | 91 | 51 | 45 | 706 |
| Espontâneas | 30 | 33 | 27 | 60 | 82 | 51 | 44 | 30 | 37 | 50 | 61 | 45 | 550 |
| Total | 68 | 120 | 66 | 124 | 151 | 88 | 104 | 114 | 78 | 141 | 112 | 90 | 1.256 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

8.2.1.2 Atendimento à imprensa

Ao entrar em contato com a Coordenadoria de Comunicação do MPMA, o jornalista tem sua solicitação catalogada, incluindo os contatos e a emissora ou veículo de comunicação. Em seguida, a equipe faz contato com o promotor ou procurador de justiça, a fim de agendar a entrevista, quando solicitada, ou dirimir as dúvidas da imprensa.

Após o contato com o promotor/procurador, retorna-se ao jornalista para confirmar a entrevista e o local. Normalmente, quando há discordância de horário, é feito novo contato para acertar a entrevista. Também é comum o contato da imprensa solicitando a indicação de um entrevistado sobre determinado tema. A indicação é feita de acordo com as atribuições estabelecidas pela Corregedoria Geral do Ministério Público do Maranhão.

A política da Coordenadoria de Comunicação não permite repassar os contatos dos membros aos jornalistas, sem prévia autorização. O objetivo é resguardar a privacidade de promotores/procuradores e garantir o atendimento com o máximo de rapidez.

Além dos pedidos de entrevista, a Coordenadoria de Comunicação é acionada, frequentemente, pela imprensa, para a elucidação de dúvidas relacionadas a aspectos jurídicos ou legais constantes nas matérias.

Da mesma forma, a Coordenadoria de Comunicação é consultada quando o departamento de produção (na maioria das vezes, pelas televisões) pretende realizar matéria mais aprofundada ou repercutir temas da agenda diária da capital maranhense. Isso reforça a credibilidade da instituição e mantém um canal permanente com os veículos de comunicação.

Como resultado prático, quando é necessário divulgar uma ação ou notícia de caráter institucional, o diálogo com produtores, repórteres e editores permite emplacar essas informações na mídia de forma bastante satisfatória.

O maior número de atendimentos é proveniente das televisões, jornais impressos, rádios e *blogs*.

Tabela 32: Atendimentos realizados em 2013

| | ATENDIMENTOS | DIAS ÚTEIS | MÉDIA DIÁRIA |
|--------------|--------------|------------|--------------|
| JAN | 50 | 22 | 2,72 |
| FEV | 45 | 19 | 2,36 |
| MAR | 55 | 20 | 2,75 |
| ABR | 63 | 22 | 2,86 |
| MAIO | 49 | 21 | 2,33 |
| JUN | 52 | 20 | 2,61 |
| JUL | 82 | 23 | 3,56 |
| AGO | 70 | 22 | 3,18 |
| SET | 77 | 21 | 3,66 |
| OUT | 98 | 23 | 4,26 |
| NOV | 90 | 20 | 4,5 |
| DEZ | 55 | 19 | 2,89 |
| TOTAL | 786 | 252 | 3,11 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

Tabela 33: Veículos atendidos em 2013

| EMISSORAS DE TV | |
|-----------------|---------------|
| LOCAIS | TV Assembleia |
| | TV Cidade |
| | TV Mirante |
| | TV Difusora |
| | TV Guará |
| | TV Brasil |
| NACIONAIS | Rede Globo |
| | Rede Record |

| EMISSORAS DE RÁDIO | |
|--------------------|-----------------------|
| LOCAIS | Mirante AM |
| | Rádio Universidade FM |
| | Rádio Capital |
| | Rádio Timbira |
| | Rádio Educadora |
| | Difusora AM e FM |
| NACIONAIS | Rádio Justiça |

| JORNAIS | |
|-----------|-----------------------|
| LOCAIS | O Estado do Maranhão |
| | O Imparcial |
| | Debate |
| | Jornal Pequeno |
| | Atos & Fatos |
| | Extra |
| | Aqui Maranhão |
| NACIONAIS | O Estado de São Paulo |
| | Folha de São Paulo |
| | O Globo |
| | JC Concursos |
| | Folha Dirigida |

| REVISTAS | |
|-----------|------|
| NACIONAIS | Veja |

| PORTAIS | |
|-----------|----------------------------|
| LOCAIS | Imirante.com |
| | G1 Maranhão |
| | O Imparcial <i>On Line</i> |
| NACIONAIS | Globo.com |
| | Folha <i>On Line</i> |
| | UOL |
| | R7 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

8.2.1.3 Programa Estação Ministério Público

Para divulgar ações institucionais à sociedade, a Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público do Maranhão produz um programa radiofônico. O Programa Estação Ministério Público vai ao ar todos os sábados na Rádio São Luís AM 1340 KHz, no horário das 9h às 10h da manhã. O espaço para veiculação do programa foi gentilmente cedido pelo grupo Zildene Falcão, proprietário da Rádio São Luís AM, sem qualquer ônus ao Ministério Público do Maranhão.

A estrutura do programa está fundada em entrevistas de um ou dois convidados, normalmente membros do Ministério Público. Esporadicamente, são convidados integrantes de outros poderes/instituições, desde que inseridos num contexto de ação do MP. As notícias da semana do Ministério Público, campanhas institucionais e notas de utilidade pública, tais como a divulgação de telefones importantes, também são divulgadas no programa.

O programa Estação Ministério Público vem demonstrando gradativa consolidação junto à comunidade (este item pode ser comprovado pelo número de participações de ouvintes por telefone e pelo interesse da imprensa escrita) e aos membros do *Parquet* maranhense. A Ouvidoria do MP também relata crescimento do número de demandas registradas por meio do seu telefone gratuito, devido à sua divulgação em todos os programas.

Produzido pela Coordenadoria de Comunicação do Ministério Público, o programa preocupa-se com o cunho educativo e, além disso, com a diversidade, traduzida, sobretudo, pelo modo como contempla os entrevistados do MP maranhense por entrância.

O áudio de todas as edições do programa é postado no site institucional, juntamente com fotos dos entrevistados e pequeno texto de apresentação.

A tabela a seguir detalha o período de 12 de janeiro a 14 de dezembro, data em que o programa entrou de recesso. Em 2013, foram ao ar **46 edições**. Apenas nas datas referentes a feriados, o programa deixou de acontecer, como no Carnaval, Corpus Christi, Semana Santa, Independência, Finados e Nossa Senhora Aparecida.

Tabela 34: Entrevistados do Programa Estação Ministério Público

| ENTREVISTADOS | ENTRÂNCIA INICIAL | ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA | ENTRÂNCIA FINAL | TOTAL |
|---------------|-------------------|-------------------------|-----------------|-------|
| PROMOTORES | 11 | 20 | 17 | 48 |
| PROCURADORES | | | | 4 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

8.2.1.4 Registros fotográficos

As coberturas fotográficas são parte importante do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Comunicação. São registrados eventos, reuniões de trabalho e inspeções, com o objetivo de garantir a divulgação das ações do Ministério Público do Maranhão.

Cabe ressaltar que os registros fotográficos foram realizados apenas em eventos de interesse institucional e que resultassem em matéria jornalística.

Tabela 35: Registros fotográficos realizados em 2013

| | JAN | FEV | MAR | ABR | MAIO | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ | TOTAL |
|----------------|-----|------|------|------|------|-----|------|------|-----|------|------|------|---------------|
| Eventos | 33 | 46 | 37 | 74 | 62 | 42 | 46 | 31 | 25 | 45 | 64 | 64 | 569 |
| Fotos | 846 | 1739 | 2240 | 1986 | 1364 | 802 | 1108 | 1196 | 541 | 1771 | 1927 | 1720 | 17.240 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

8.2.1.5 Site institucional

O endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão é uma das principais ferramentas de divulgação das informações relativas à instituição. Passou por reformulação em 27 de junho de 2013, havendo mudança total de *layout*, substituindo o que existia desde 2012.

O objetivo foi dar um aspecto mais institucional ao endereço eletrônico, priorizando informações de maior relevância à sociedade e dando destaque às campanhas do Ministério Público.

O desenvolvimento do *site*, no entanto, é constante, estando continuamente sendo aprimorado e recebendo novos conteúdos.

Outra mudança ocorrida nesta área foi a entrada em vigor, em 28 de fevereiro de 2013, da Resolução CNMP nº 91, que dispõe sobre a utilização do domínio “.mp.br” pelo Ministério Público. Os domínios visam à identificação do respectivo órgão do MP e deverão dar acesso a todas as unidades pertencentes à sua estrutura, observando o disposto na resolução.

Abaixo, alguns dados estatísticos a respeito do *site* do Ministério Público do Maranhão em 2013¹:

Tabela 36: Dados estatísticos do Site

| NOTÍCIAS | |
|-------------------------|---------|
| Publicadas | 975 |
| Total de acessos | 649.818 |

¹ Com informações da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação; números em 15 de julho de 2013.

| | |
|--|--|
| Média de acessos | 666,48 |
| Mais acessada | “Edital do concurso para promotor” (23/03 - 10.801 acessos) |
| AVISOS | |
| Publicadas | 123 |
| Total de acessos | 78.308 |
| Média de acessos | 636,65 |
| Mais acessada | “Uso da frente e verso das folhas impressas” (21/05 - 2.873 acessos) |
| PROGRAMA ESTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| Publicadas | 46 |
| Total de acessos | 25.974 |
| Média de acessos | 604,04 |
| Mais acessada | “Mobilização contra a PEC 37” (17/06 - 2.483 acessos) |
| INFORMATIVO EM DIA | |
| Publicados | 36 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

8.2.3 Seção de Comunicação Interna e Produção Gráfica

Como parte das atribuições do setor, definidas em norma específica, estão:

- Clipagem diária das notícias veiculadas sobre o Ministério Público na mídia impressa;
- Suporte aos eventos internos, junto ao Cerimonial;
- Planejamento de eventos comemorativos, como Dia da Mulher, Dia das Mães, Semana do Servidor, Caminhada “Maria da Penha em Ação”, Passeio ao Parque da Vale;
- Planejamento, execução e avaliação das duas edições do “Ministério Público em Ação”;
- Planejamento, diagramação e produção dos informativos internos “Em Dia”;
- Planejamento, execução e avaliação das campanhas institucionais;
- Atualização permanente do Facebook institucional;
- Atualização permanente dos murais da instituição.

8.2.3.1 Informativo Em Dia

O Informativo Em Dia é um dos principais meios de comunicação interna com o público institucional. Com edição semanal, o informativo reúne os principais acontecimentos do Ministério Público do Maranhão.

Até dezembro de 2013, foram produzidas **36 edições** do Em Dia, todas disponibilizadas no endereço eletrônico do Ministério Público do Maranhão e encaminhadas via *e-mail* institucional a membros e servidores do órgão.

8.2.3.2 Eventos Internos

O planejamento e execução dos eventos internos são resultado de parceria entre a Coordenadoria de Comunicação e outros setores, como a Secretaria para Assuntos Institucionais e o Cerimonial.

Tabela 37: Eventos realizados pela CCOM em 2013

| MÊS | EVENTO |
|-----------------|---|
| Março | Dia Internacional da Mulher |
| | MP em Ação (1ª edição) |
| Mai | Dia das Mães |
| Outubro | Semana do Servidor |
| | Passeio ao Parque da Vale |
| Novembro | Caminhada campanha “Maria da Penha em Ação” |
| Dezembro | MP em Ação (2ª edição) |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

a) Dia Internacional Da Mulher

Foi comemorado na sede da Procuradoria Geral de Justiça. A programação, voltada para servidoras, promotoras e procuradoras de justiça teve início com apresentação do Coral da PGJ, que interpretou as canções “Maria, Maria”, de Milton Nascimento, e “Quem ama abraça”, como parte de campanha homônima que objetiva combater a violência contra a mulher.

A programação incluiu um café da manhã oferecido às mulheres. Também foram expostos produtos das empresas Cacau Show, Mary Kay e Arezzo; e oferecidas massagens, feitas por massoterapeutas do Senac.

b) MP em Ação

A iniciativa surgiu da necessidade da instituição se aproximar da comunidade, especialmente, a mais carente. A primeira edição do evento aconteceu

na Cidade Operária, no Colégio São José Operário. Foram firmadas várias parcerias para oferecer serviços em diversas áreas de saúde, cidadania, beleza, assistência jurídica, dentre outras.

Foram oferecidas consultas nas áreas de oftalmologia (já com a doação dos óculos, caso houvesse indicação), pediatria, clínica geral, nutrição, ginecologia (com realização de exames preventivos) e odontologia (com aplicação de flúor e orientações sobre higiene bucal). O projeto Cozinha Brasil – que orienta como reaproveitar alimentos – também esteve presente.

Promotores de Justiça prestaram orientação jurídica à população. No total, mais de **1.500 atendimentos** foram realizados durante a primeira edição do evento.

Como parte da programação da Semana do Ministério Público, foi realizada a segunda edição do evento, que ocorreu no Centro de Ensino Gonçalves Dias, no Bairro de Fátima. Foram atendidos alunos, professores e funcionários da escola, além da população dos bairros adjacentes.

Foram oferecidas consultas nas áreas de pediatria, clínica geral, nutrição, ginecologia (com realização de exames preventivos); vacinação; aplicação de flúor e orientações sobre higiene bucal; projeto Cozinha Brasil – que orienta a reaproveitar alimentos; negociação de débitos e atualização cadastral com a CEMAR, que também orientou sobre economia de energia e riscos elétricos; emissão de carteira de identidade e corte de cabelo.

Promotores de Justiça realizaram palestras educativas e atendimentos à população. Nessa edição, mais de **800 atendimentos** foram realizados.

c) Dia das Mães

Foram realizados dois dias de homenagens às mães que trabalham na instituição, nos dias 9 e 10 de maio. A comemoração ocorreu na sede das Promotorias de Justiça da Capital (dia 9) e na sede da Procuradoria Geral de Justiça (dia 10).

A programação incluiu oferecimento de café da manhã, distribuição de rosas às mães e sorteios de brindes. Além disso, foram montados estandes nos quais mães e filhos puderam comprar presentes.

d) Semana do Servidor

O objetivo da Semana do Servidor foi integrar e valorizar os servidores da instituição. Foi montada uma programação especial. No dia 21 de outubro, foi apresentada, no Teatro Arthur Azevedo, a comédia stand up “Em pé com Tedd Mac”. No dia 25 de outubro, a Ampem ofereceu um almoço comemorativo especial para os servidores.

e) Passeio ao Parque Botânico da Vale

O passeio ao Parque Botânico da Vale marcou a comemoração pelo Dia das Crianças. O objetivo foi proporcionar um momento de lazer aos filhos dos servidores da instituição. Pais e filhos participaram do passeio, que aconteceu em dois sábados de outubro. Para maior comodidade, foram oferecidos transporte e lanche para todos.

f) Caminhada campanha “Maria da Penha em Ação”

Em novembro, o Ministério Público promoveu uma caminhada contra a violência. A ação fez parte da campanha “Maria da Penha em Ação”.

O evento, em alusão ao Dia Internacional de Combate à Violência Doméstica, aconteceu no bairro do Cohatrac e contou com a participação de autoridades, estudantes e professores da rede pública de ensino, além de centenas de moradores da região.

8.2.3.3 Campanhas institucionais

Foram realizadas **09 (nove)** campanhas institucionais com a participação da Coordenadoria de Comunicação, dentre elas destacamos: Queimadas, o fogo pega a vida acaba; Maria da Penha em Ação; e Não aceito corrupção.

a) Queimadas, o fogo pega a vida acaba

Iniciativa das Promotorias de Justiça de Grajaú. Objetivou combater as queimadas na região. Para esta campanha, foram desenvolvidas identidade visual, slogan, camisas, cartazes e banner eletrônico.

b) Maria da Penha em Ação

Iniciativa da 15ª e 16ª Promotorias Especializadas na Defesa da Mulher de São Luís. Objetiva abordar a formação de cidadãos mais conscientes na prevenção da violência doméstica com foco nas instituições de ensino e contribuir para a erradicação da violência doméstica.

Para a campanha, foram desenvolvidos identidade visual, cartaz, folder, cartilha, banner impresso, banner eletrônico, camisa e vídeo.

c) Não aceito corrupção

Com o objetivo de promover a reflexão sobre os efeitos devastadores da corrupção e mobilizar a sociedade, foi lançada no dia 28 de junho de 2013, no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça, com a participação de membros do Ministério Público, dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de representantes da sociedade civil.

Em nível nacional, a campanha é realizada pelo Movimento do Ministério Público Democrático (MPD). No Maranhão, a iniciativa é da Escola Superior do

Ministério Público (ESMP) e Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem).

No dia 29 de junho de 2013, na Avenida Litorânea, foram promovidos a I Corrida Nacional do Ministério Público e um passeio ciclístico, para divulgar a campanha “Não Aceito Corrupção”.

8.2.3.4 Criação

Na área de criação, entre os serviços realizados pela Coordenadoria de Comunicação está a criação de identidade visual, *layouts* para impressos e mídia eletrônica, capas de relatórios e publicações, além de projetos gráficos.

Tabela 38: Criação e arte

| TIPO | CRIAÇÕES | DIAGRAMAÇÃO | TOTAL |
|---------------------------------|----------|-------------|------------|
| Campanhas | 5 | 4 | 9 |
| Ilustrações | 36 | - | 36 |
| Logomarcas | 9 | - | 9 |
| Programas institucionais | 3 | - | 3 |
| Web design | 12 | 35 | 47 |
| Outros layout's | - | 158 | 158 |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

a) Diagramação e confecção

Em 2013, para divulgação das atividades do Ministério Público, como as campanhas institucionais, Congresso Estadual, programas e projetos, foram criados, diagramados e confeccionados materiais gráficos como: folders, panfletos, *banners*, cartazes, *layout* para camisas, cartilhas, convites, cartões e outros.

Parte desse material foi confeccionado por empresas privadas, licitadas pelo Ministério Público ou empresas que prestam serviços a entidades parceiras da Instituição. A outra parte foi produzida na própria Coordenadoria de Comunicação.

Tabela 39: Produção de Material Gráfico

| Descrição | Layout | Quantidade impressa na CCOM | Quantidade impressa em grafica |
|-------------------------|--------|-----------------------------|--------------------------------|
| Banner | 12 | - | 248 |
| Camisas | 8 | - | 1.500 |
| Cartaz | 11 | 350 | 6.500 |
| Cartão | 8 | 1.100 | 1.000 |
| Cartão de Visita | 26 | 1.300 | - |
| Certificado | 18 | 1.200 | - |
| Convite | 29 | 11.000 | - |
| Crachá | 5 | 1.600 | 1.000 |
| Faixa | 8 | - | 8 |
| Folder | 20 | 10.000 | 16.000 |
| Etiqueta | 26 | 780 | - |

Fonte: CCOM/MPMA, 2013

8.3 PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DO MPMA

Em 2013, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ e da Secretaria para Assuntos Institucionais e o auxílio da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca no desenvolvimento das atividades e na relatoria das reuniões da Comissão Gestora, foi possível implementar várias ações do **Projeto de Revitalização do Programa *Memória Institucional* do MPMA**, tais como:

- Publicação da Resolução nº 15/2013-CPMP, que dá nova redação ao art. 3º, *caput* e parágrafo único da Resolução 04/2004-CPMP, e alteração da Comissão Gestora do Programa Memória tendo como novo coordenador o Procurador de Justiça, Dr. Raimundo Nonato de Carvalho Filho;
- Revitalização do Memorial MPMA com atualização e restauração do seu acervo e reinauguração da nova sede, localizada na Rua Newton Prado, Centro. A solenidade aconteceu no dia 9 de agosto de 2013 com programação formal e artística e contou com a participação de membros e servidores do Ministério Público, além de outras autoridades estaduais;
- Continuação das pesquisas históricas e transcrições referentes aos volumes da série "*Correspondência Ativa dos Promotores Públicos*" no período de 1888/1890 e revisão dos documentos referentes ao período de 1884/1887, feita pela Historiadora-Assessora do Programa Memória, no Arquivo Público do Estado do Maranhão;

- Desenvolvimento de *site* para o Programa *Memória Institucional* do MPMA, com atualizações de itens, conteúdos e arquivos, por servidora do programa em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/PGJ;
- Disposição de Bacharel em História (Técnico Ministerial) para contribuir com as atividades a serem desenvolvidas no Programa Memória;
- Participação de servidora do Programa Memória no IV Encontro de Memoriais do Ministério Público, realizado na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, nos dias 22 e 23 de agosto de 2013.

8.4 PROMOTORIA COMUNITÁRIA ITINERANTE

Agraciado, em 2013, com o **3º Lugar** na Categoria “*Unidade e Eficiência da Atuação Institucional e Operacional*” da **1ª Edição do Prêmio Nacional de Programas e Projetos do Ministério Público brasileiro**, concedido pelo **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**, o projeto “**Promotoria Comunitária Itinerante - Garantindo Acesso aos Cidadãos e Cidadãs Maranhenses**” nasceu da necessidade de levar o Ministério Público às comunidades mais carentes e desassistidas pelo Poder Público.

A Promotoria Comunitária Itinerante é um canal de aproximação do Ministério Público com a sociedade, que se instala em determinado bairro da capital maranhense, por no mínimo 90 dias, em uma estrutura móvel (ônibus), com dois Promotores de Justiça, um motorista e uma equipe multidisciplinar capacitada.

Ao longo desse período trabalha com as lideranças locais na defesa dos direitos coletivos, a partir de diagnóstico da própria comunidade em audiência pública, prestando ainda orientação jurídica e resolvendo conflitos de menor complexidade através da mediação e da conciliação.

A ação da Promotoria é desencadeada a partir de um diagnóstico feito durante a audiência pública de instalação, quando os moradores e suas lideranças apresentam os principais problemas enfrentados em cada comunidade.

Segundo o Promotor de Justiça da Itinerante, Dr. Vicente de Paulo Silva Martins, o trabalho desenvolvido visa, sobretudo, garantir acessibilidade do cidadão aos instrumentos de controle social, indicar caminhos, propor idéias e promover a participação efetiva da comunidade nas decisões de cunho público. “É um elo canalizador de idéias para encontrar soluções e ajudar a comunidade do bairro nas

soluções dos seus problemas, no desenvolvimento da cidadania e na construção de um ambiente democrático”, declara.

A Promotoria começou a funcionar em setembro de 1998, contribuindo decisivamente para a efetivação de diversas políticas públicas, ocorrendo **mais de 21 instalações**, abrangendo cerca de **150 comunidades**, nas quais contribuiu para a implementação de diversas políticas públicas e efetuou **mais de 3.000 atendimentos individuais**.

O órgão trabalha como mediador no encaminhamento de demandas coletivas aos gestores públicos em áreas como segurança pública, saneamento básico, pavimentação, educação e saúde. Recebe também demandas individuais como pedidos de pensão alimentícia, reconhecimento de união estável e investigação de paternidade.

Para concretização dos direitos dos cidadãos (saúde, consumidor, educação, meio ambiente, etc.) nos bairros, a Promotoria Itinerante conta com a participação dos conselhos legalmente constituídos, associação de moradores, igrejas e moradores.

Os benefícios ocasionados pela prática são que hoje o Ministério Público do Estado do Maranhão está mais resolutivo e mais próximo do cidadão. Com esta prática, evitam-se ações judiciais e o aumento da criminalidade, os problemas da comunidade podem ser solucionados por ações administrativas e com o diálogo e no próprio local, além de melhorar substancialmente os indicadores sociais da comunidade.

Nos últimos anos, a Itinerante já percorreu os bairros do Anjo da Guarda, Vila Embratel, Jardim América, Ilhinha, Vicente Fialho, Jardim São Cristóvão, Bequimão, Pão de Açúcar, Recanto dos Pássaros, João de Deus, Coroadinho, Sol e Mar, Angelim, Vila Nova, entre outros atendendo milhares de pessoas na região metropolitana de São Luís/MA.

8.5 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Para intensificar a integração do Ministério Público com a sociedade brasileira, o *Parquet* maranhense instituiu em seu *site* na internet, o Portal da Transparência, ferramenta de acesso às informações sobre a gestão administrativa. Por meio dessa comunicação direta, o cidadão pode fiscalizar a utilização de bens e recursos públicos, analisar os gastos e sugerir mudanças de rumos.

O Portal da Transparência atende ao princípio da publicidade dos atos da Administração e à [Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público de nº. 86](#).

As informações disponibilizadas foram divididas nas seguintes seções: Execução Orçamentária e Financeira; Licitações, Contratos e Convênios e Gestão de Pessoas. Em cada um desses links, os dados estão subdivididos por ano, para facilitar a

navegação. O Portal da Transparência não exige senha do usuário.

9 GESTÃO ADMINISTRATIVA

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Maranhão. Essas atividades são imprescindíveis para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da Instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

9.1 DIRETORIA GERAL

No ano de 2013 a Diretoria Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão continuou agindo em prol de uma de suas principais diretrizes, qual seja, a desburocratização dos processos, tornando-os mais céleres e eficientes, notadamente através do aperfeiçoamento das rotinas internas da PGJ.

Em janeiro de 2013 foram publicadas **15 (quinze) Ordens de Serviço** que disciplinam algumas das principais rotinas das unidades administrativas da PGJ, contendo os respectivos fluxogramas. Inclusive já está em curso a elaboração de um **Manual de Rotinas Administrativas** (PA nº 5998AD/2013) com todos esses normativos e que incluirá novos fluxos de processos administrativos.

Em julho de 2013 foi homologada a Ordem de Serviço nº 017/2013-DG disciplinando o uso dos veículos oficiais de representação no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão. A Ordem de Serviço foi elaborada em função do Ministério Público dispor de uma frota de veículos oficiais, cujo uso deve ser pautado para a satisfação exclusiva das finalidades da instituição no desempenho das atribuições de seus órgãos, assegurando probidade e transparência na gestão da coisa pública.

Outro importante normativo é a Ordem de Serviço nº 018/2013-DG, que disciplinou o prazo para autuação dos processos administrativos referentes aos certames licitatórios ou aditivos contratuais, de modo a evitar a interrupção dos serviços de natureza continuada, a prestação de serviços sem cobertura contratual ou recorrência à contratação direta.

A partir de comissão instituída pela Diretoria Geral, no dia 28.01.2013, após aprovação da Administração Superior, foi publicado o Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ, disciplinando a concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, contendo os respectivos fluxogramas que tornaram o processo menos burocrático e

mais célere. Entre as melhorias destaca-se a possibilidade de concessão de adiantamento para despesas com reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens móveis e imóveis, em caráter emergencial, devidamente justificadas e até o limite de R\$ 3.000,00 (três mil reais), bem como a possibilidade de uso do adiantamento para aquisição de material permanente nos casos devidamente reconhecidos e autorizados pela Administração Superior, até o valor limite estipulado em portaria.

No ano de 2013 foi efetivada a contratação de empresa para realização dos serviços de manutenção predial, suprimindo as necessidades de reparo e manutenção das unidades ministeriais da capital e interior do Estado. Também houve a contratação de empresa especializada de segurança armada para a sede da PGJ, Promotorias da Capital e algumas Promotorias do interior do Estado.

Em 2013, a Diretoria Geral expediu **23 (vinte e três) notificações** para empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria-Geral de Justiça, visando a regularização do fornecimento ou mesmo a aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Três empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

Dando continuidade à política de valorização dos servidores, manteve-se um diálogo contínuo com as entidades representativas dos servidores (SINDSEMP e ASFUPEMA), encaminhando todos os seus pleitos para análise pela Administração Superior, resultado dos trabalhos da **comissão instituída** pela Portaria nº 1138/2013-GPGJ, presidida pelo Diretor-Geral e que objetiva a **revisão e atualização do Plano de Cargos e Salários dos Servidores** (Lei nº 8.077/2004).

No decorrer do ano de 2013 a Diretoria Geral manteve seu calendário de reuniões de trabalho com as diversas unidades gestoras da PGJ, tudo com a finalidade de mantê-las sempre alinhadas com as diretrizes da Administração Superior, tais como planejamento, proatividade e compromisso com resultados.

O ano de 2013 também foi de intenso trabalho em prol da **mudança do prédio das Promotorias de Justiça da Capital**, a qual foi concretizada em janeiro de 2014, estando as Promotorias instaladas em novo endereço, na rua dos Pinheiros, Loteamento Jardim Renascença, São Francisco. Trata-se de um ambiente estruturado que apresenta condições dignas de trabalho para membros e servidores, além de ser adequado para o atendimento da sociedade que utiliza os serviços do Ministério Público Estadual.

Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos na ordem de 19 (dezenove) milhões de reais para aquisição de equipamentos de armazenamento de dados e processamento eletrônico, citando como exemplos a estruturação do *DATACENTER*, construção de sala cofre, aquisição de equipamentos de proteção elétrica (grupo gerador e **Nobreaks** de 20KVA), *storage* de armazenamento, *Blade Server*, servidor de *backup*, aquisição de licenças de *softwares* novos, serviço de

comunicação baseado em nuvem, com a inclusão de novos serviços, a saber: *web conferência*, comunicador institucional de alto nível via correio eletrônico.

Também houve importante avanço no sentido de implantar novos sistemas informatizados, tais como o SIMP (Sistema Integrado do Ministério Público), E-cidade (Sistema de gestão administrativa integrada) e o Digidoc (Sistema de tramitação de processos administrativos), todos em fase de implantação.

Novos veículos foram adquiridos durante o ano de 2013, no total de **24 (vinte e quatro)**, renovando a frota tanto na capital quanto no interior do Estado, aguardando-se o recebimento de outros **24 (vinte e quatro)** veículos para o início de 2014.

Destaca-se também que está em andamento a construção de novas sedes do Ministério Público nos municípios de Maracaçumé, Colinas, Governador Eugênio Barros, Pindaré Mirim, Imperatriz e Paço do Lumiar. Foram reformados os prédios das Promotorias de Dom Pedro, Açailândia, Santo Antônio dos Lopes, Imperatriz, Timon, e em andamento as reformas de Santa Inês e Loreto.

Por fim, cabe ressaltar que a Diretoria Geral da PGJ não tem medido esforços no sentido de dotar o Ministério Público da melhor estrutura possível de trabalho e atendimento ao público, tendo em vista os importantes investimentos em tecnologia da informação, na aquisição de bens, na construção de sedes de Promotorias de Justiça no interior do Estado, bem como reformas em outras sedes, dentre várias outras ações, tudo com o intuito de fortalecer ainda mais a nossa instituição, construindo um Ministério Público moderno e resolutivo.

9.2 Assessoria Jurídica da Administração

Atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração, referente ao exercício de 2013. O resultado obtido após a totalização das informações são os seguintes:

Tabela 40: Movimentação de Processos em 2013

| Movimentação Processual | TOTAL |
|--------------------------------|--------------|
| Processos recebidos | 970 |
| Processos devolvidos | 924 |
| Processos remanescentes | 46 |

Fonte: AJAdm/MPMA, 2013

9.3 Assessoria de Planejamento Geral

Criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ, a Assessoria de Planejamento Geral (ASPLAN) está vinculada à Diretoria Geral.

A ASPLAN desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN em 2013 estão:

- Reunião de trabalho com o Diretor Geral, a Secretária para Assuntos Institucionais, os Promotores de Justiça da Comarca de Timon, Eduardo Borges Oliveira e Elda Borges, e o representante da empresa 3GEN que elaborou o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão com o objetivo de identificar documentos para a revisão do referido planejamento;
- Produção do Relatório Anual de Atividades do MPMA de 2012;
- Participação no 3º CONAGESP - Congresso Nacional de Gestão Pública, realizado em Brasília/DF;
- Participação no Curso Gestão da Estratégia com BSC – Balanced Scored Card;
- Participação no Ato Público contra a pec 37, ocorrido no auditório da OAB-MA;
- Reunião de trabalho com a Secretária para Assuntos Institucionais, o Procurador de Justiça e Coordenador do CAOp/Saúde e a equipe de coordenação da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) ligada à Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para discussão de implementação de um projeto de capacitação de membros, servidores do MPMA e de conselheiros e gestores municipais de saúde, visando o aperfeiçoamento do controle social e combate à corrupção;
- Inscrição de 15 projetos desenvolvidos por membros do MPMA no Banco de Projetos do CNMP e na 1ª edição do Concurso Nacional de Projetos do Ministério Público brasileiro;
- Participação nas reuniões de trabalho do Fórum Nacional de Gestão do CNMP;
- Participação na organização do II Encontro Estadual de Educação do MPMA - Educação de Qualidade: Direito de todos os maranhenses, ocorrido no Rio Poty Hotel, em São Luís/MA;
- Participação no Curso de Operadores do SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal, realizado pela Escola de Governo do Estado do Maranhão (EGMA);
- Participação na solenidade de entrega do **Prêmio do CNMP**, em Brasília/DF, criado para dar visibilidade aos programas e projetos do Ministério Público brasileiro que mais se destacaram na concretização dos objetivos do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público. Na solenidade, o Projeto da Promotoria Comunitária Itinerante recebeu o prêmio de 3º lugar na categoria “Unidade de Eficiência e Atuação Institucional e Operacional”;
- Participação no curso à distância de Introdução ao Gerenciamento de Projeto, ministrado pela equipe do MPMG;

- Participação no 4º Congresso Brasileiro de Gestão do CNMP, em Brasília/DF;
- Participação na organização e lançamento do Programa Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão na área da Saúde – “Direito à Saúde: Prevenção, controle e combate à corrupção”, no município de Imperatriz/MA, reunindo todos os promotores de Justiça da Região Tocantina;
- Participação na capacitação sobre Sistema de Informações do SUS, ministrada pelo Supervisor do DATASUS/RJ, Norberto Peçanha, destinada aos membros e servidores do MP e conselheiros e gestores municipais de saúde da Região Tocantina, em Imperatriz/MA.
- Realização de oficinas e palestras sobre Controle Social e Direitos da Criança e do Adolescente, a pedido dos promotores de Justiça das comarcas de Codó, Lima Campos, Pedreiras, Colinas.

10 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Gestão Orçamentária e Financeira trata do ciclo da gestão pública, sob o enfoque da execução das despesas e receitas do Ministério Público do Maranhão, de modo a permitir o efetivo controle e avaliação da execução orçamentária, sempre obedecendo ao princípio da transparência que rege as instituições públicas. A atuação orçamentária e financeira envolve a elaboração e aprovação do orçamento que passa pela receita, despesas e sistema de controle, escrituração contábilística, execução de orçamento e prestação de contas.

10.1 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (COF)

A Coordenação de Orçamento e Finanças (COF) realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2013, com orçamento aprovado, mais suplementações, no valor de **R\$ 364.547.016,94**.

Do total aprovado, **69,78%** foram destinados a despesas com **Pessoal e Encargos**; **16,08%** a **Outras Despesas Correntes**, e **14,14%** com **Investimento**. No exercício de 2013, foram executados **88,47%** do Orçamento desta PGJ, sendo **73,43%** com Pessoal e Encargos Sociais; **15,84%** com Outras Despesas Correntes, e **10,73%** com Investimento, considerando os valores liquidados, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 41: Detalhamento da Despesa – 2013

| Descrição | R\$ |
|--|-----------------------|
| ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 364.547.016,94 |
| PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual. | 329.521.033,94 |
| Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa | 279.371.632,00 |

| | |
|---|----------------------|
| Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital maranhense | 23.605.315,00 |
| Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público | 25.544.086,94 |
| Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade. | 1.000.000,00 |
| PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação | 23.394.755,00 |
| Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 19.604.069,00 |
| Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 3.790.686,00 |
| PROGRAMA: 0499 - Operação Especial Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação | 11.631.228,00 |
| Ação: 0904 – Ação de Indenização Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais | 11.631.228,00 |

Fonte: COF/PGJ-MA, 2013

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou **88,47%**, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 42: Execução do Orçamento por Programa/Atividade em 2013

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

| Descrição | Autorizado | Empenhado | % Execução |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 364.547.016,94 | 322.509.301,88 | 88,47 |
| 0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça | 329.521.033,94 | 287.719.963,37 | 87,31 |
| 0411 - Apoio Administrativo | 23.394.755,00 | 23.166.929,92 | 99,03 |
| 0499 - Operação Especial | 11.631.228,00 | 11.622.404,61 | 99,92 |

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

| Descrição | Autorizado | Empenhado | % Execução |
|---|-----------------------|-----------------------|-------------------|
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 364.547.016,94 | 322.509.301,88 | 88,47 |
| PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. | 329.521.033,94 | 287.719.963,37 | 87,31 |
| Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça | 279.371.632,00 | 254.611.217,86 | 91,14 |
| Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital maranhense. | 23.605.315,00 | 16.151.465,95 | 68,42 |
| Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público | 25.544.086,94 | 16.295.102,43 | 63,79% |
| Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria-Geral de Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição. | 1.000.000,00 | 662.181,13 | 66,22% |
| PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação | 23.394.755,00 | 23.166.929,90 | 99,03% |
| Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 19.604.069,00 | 19.380.470,92 | 98,86% |
| Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores | 3.790.686,00 | 3.786.458,98 | 99,89% |
| PROGRAMA: 0499 - Operação Especial Objetivo: Garantir ao servidor público estadual, direitos previdenciários de acordo com a legislação | 11.631.228,00 | 11.622.404,61 | 99,92% |

| | | | |
|---|---------------|---------------|--------|
| Ação: 0904 – Ação de Indenização Finalidade: Garantir o cumprimento de sentenças judiciais | 11.631.228,00 | 11.622.404,61 | 99,92% |
|---|---------------|---------------|--------|

Fonte: COF/PGJ-MA, 2013

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 43: Distribuição do Orçamento por Grupo de Despesa

| EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA | | | | | |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--------------|--------------|
| Descrição | Autorizado | Empenhado (B) | Liquidado (C) | %B/A | % C/A |
| ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 364.547.016,94 | 322.509.301,88 | 293.831.351,30 | 88,47 | 80,60 |
| 1 - PESSOAL E ENCARGOS | 254.380.414,00 | 236.829.739,35 | 236.829.789,35 | 93,10 | 93,10 |
| 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 58.617.201,00 | 51.075.709,38 | 47.925.428,32 | 87,13 | 81,76 |
| 4 - INVESTIMENTOS | 51.549.401,94 | 34.603.803,15 | 9.076.133,63 | 67,13 | 17,61 |

Fonte: COF/PGJ-MA, 2013

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 44: Execução do Orçamento por Elemento de Despesa

| EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA | | |
|---|-----------------------|-----------------------|
| Descrição | Empenhado | Liquidado |
| ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO | 322.509.301,88 | 293.831.351,30 |
| 07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN | 19.380.470,92 | 19.380.470,92 |
| 09 - SALÁRIO-FAMÍLIA | 4.929,57 | 4.929,57 |
| 11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL | 170.247.374,71 | 170.247.374,71 |
| 13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS | 3.786.458,98 | 3.786.458,98 |
| 14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL | 900.123,09 | 900.123,09 |
| 16- AJUDA DE CUSTO | 10.107,96 | 10.107,96 |
| 30 - MATERIAL DE CONSUMO | 2.717.995,94 | 2.313.932,42 |
| 33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO | 547.573,11 | 527.988,55 |
| 36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA | 1.430.409,21 | 1.471.399,21 |

| | | |
|---|---------------|---------------|
| 37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA | 2.380.818,38 | 2.340.298,38 |
| 39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA | 14.467.813,36 | 11.781.700,38 |
| 46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO | 17.896.676,62 | 17.896.676,62 |
| 51 - OBRAS E INSTALAÇÕES | 21.729.134,04 | 4.609.019,91 |
| 52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 12.858.997,94 | 4.462.768,72 |
| 91 - SENTENÇA JUDICIAL | 11.642.940,83 | 11.642.940,83 |
| 92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 34.108.820,03 | 34.097.493,86 |
| 93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES | 6.848.874,89 | 6.848.874,89 |
| 94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS | 1.508.792,30 | 1.508.792,30 |

Fonte: COF/PGJ-MA, 2013

A seguir, demonstramos alguns indicadores decorrentes da execução orçamentária 2013.

Tabela 45: Indicadores da Execução Orçamentária em 2013

| INDICADORES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | |
|---|----------|
| Descrição | % |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 88,47 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 93,10 |
| Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada | 73,43 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 87,13 |
| Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada | 15,84 |
| ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM IMOBILIZAÇÕES | |
| Despesa Realizada / Despesa Autorizada | 67,13 |
| Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada | 10,73 |

Fonte: COF/PGJ-MA, 2013

Através de sua *home page*, o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extra orçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras, a Procuradoria-Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

11 GESTÃO DE PESSOAS

Fazer frente às demandas da sociedade impõe mudanças, revisão de prioridades e ampliação de ações. Assim, em 2013, a Administração Superior do MPMA avançou significativamente em questões relativas ao seu maior ativo, seu quadro de pessoal, reestruturando-o, fortalecendo-o e ampliando-o conforme a necessidade.

11.1 COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS - CGP

Dentre as principais ações destacam-se:

- Criação de 29 cargos de Promotor de Justiça (21 de Entrância Final, 05 de Entrância Intermediária e 03 de Entrância Inicial) pela Lei Complementar nº 155, de 01 de agosto de 2013;
- Criação de 14 cargos de Técnico Ministerial (08 na área administrativa e 06 na área de Execução de Mandados) pela Lei nº 9.885, de 02 de agosto de 2013;
- Criação de 29 (vinte e nove) cargos comissionados de Assessor de Promotor de Justiça pela Lei nº 9.885, de 02 de agosto de 2013;
- Reajuste salarial no percentual de 6% para os servidores a partir de 01 de janeiro de 2013 (Lei nº 9.809/2013, DO 30/04/13);
- Realização do Concurso Público para provimento de 108 cargos efetivos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo do MPMA (22 Analistas Ministeriais, 50 Técnicos Ministeriais – área Administrativa, 32 Técnicos Ministeriais – área Execução de Mandados e 04 Técnicos Ministeriais – área Edificações) com a contratação da Fundação Carlos Chagas.
- Nomeação de todos os candidatos aprovados dentro das vagas do referido Concurso Público para servidores e mais uma convocação pela vacância ocasionada na forma do disposto no art. 39, X da Lei 6.107/94, conforme atos

de nomeação de nº 709/2013 a 817/2013-GPGJ, de 23 de dezembro de 2013, publicados no Diário da Justiça de 26/12/13.

- Lançamento do Concurso Público para o provimento de 25 cargos de Promotor de Justiça Substituto a ser realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
- Realização do 2º Concurso de Remoção com a oferta de 21 cargos de Técnicos Ministeriais, sendo 11 na área Administrativa e 10 na área de Execução de Mandados, em 12 comarcas localizadas na Capital e no interior, conforme Edital de Remoção nº 01/2013, de 05/12/13 e de Retificação nº 01/2013, de 23/12/13.
- Instituição do Adicional de Qualificação – AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores estáveis do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do Art. 17-B, “caput” da Lei nº 8.077/2004, e regulamentada por esta Procuradoria Geral de Justiça pelo Ato Regulamentar nº 14/2013-GPGJ, de 02 de outubro de 2013;
- Concessão do Adicional de Qualificação – AQ a 338 servidores, correspondendo a 73% do quadro atual de 464 cargos efetivos providos;

Tabela 46: Perfil dos atendidos pela CGP/PGJ-MA em 2013

| Vinculação | TOTAL | % |
|------------------------------|--------------|------------|
| Membros | 301 | 17,62 |
| Servidores Efetivos | 464 | 27,17 |
| Exclusivamente Comissionados | 427 | 25 |
| Requisitados | 329 | 19,26 |
| Aposentados /Pensionistas | 172 | 10,07 |
| Estagiários não obrigatórios | 15 | 0,88 |
| TOTAL | 1.708 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Os quadros abaixo refletem os atos de provimento e vacância no quadro de pessoal registrados em 2013:

Tabela 47: Quadro de Pessoal 2010-2013

| NOMEAÇÕES – CARGOS EFETIVOS | Quantidade de Nomeações | | | |
|------------------------------------|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Promotor de Justiça | 3 | 2 | 33 | 23 |
| Analista Ministerial | 23 | - | - | 7 |
| Técnico Ministerial | 86 | - | - | 32 |
| Auxiliar Ministerial | - | - | - | - |
| TOTAL | 112 | 2 | 33 | 62 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 48: Nomeações de Cargos Comissionados de que trata a Lei nº 8.824/2008

| NOMEAÇÕES – CARGOS COMISSIONADOS | Quantidade de Nomeações | | | |
|--|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
| De indicação da Procuradora-Geral de Justiça | 37 | 114 | 37 | 52 |
| De indicação de Procurador de Justiça | 87 | 33 | 44 | 37 |
| De indicação de Promotor de Justiça | 132 | 193 | 22 | 86 |
| TOTAL | 256 | 340 | 103 | 175 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 49: Vacâncias Cargos Efetivos

| CARGOS EFETIVOS | Quantidade de Vacâncias | | | |
|------------------------|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
| Procurador de Justiça | 1 | 1 | - | 2 |
| Promotor de Justiça | 4 | 7 | 3 | 3 |
| Analista Ministerial | 1 | - | 3 | 6 |
| Técnico Ministerial | 6 | 7 | 12 | 29 |
| Auxiliar Ministerial | - | 1 | 1 | 1 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 50: Movimentação na Carreira de Membros

| Movimentação | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|-------------|------|------|------|
| Promoção para Procurador de Justiça | 2 | - | - | 2 |
| Promoção de Promotor de Justiça | 23 | 47 | 2 | 2 |
| Titularidade de Promotor de Justiça | 1 | 26 | 22 | 16 |
| Remoção | 35 | 59 | 18 | 25 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 51: Movimentação na Carreira - Servidores

| Movimentação na Carreira | 2013 | 2012 | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Homologação de estágio probatório | 34 | 17 | 38 | 182 |
| Promoções e Progressões | 437 | 528 | 325 | 403 |
| Remoções | 9 | 16 | 10 | 24 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 52: Escolaridade dos Servidores Efetivos 2013

| Cargo efetivo e escolaridade mínima exigida | | Analista Ministerial (Graduação) | Técnico Ministerial (Ensino Médio) | Auxiliar Ministerial (Ensino Fundamental) | TOTAL | % |
|--|---------------------------|---|---|--|--------------|------------|
| Escolaridade Apresentada | Graduação | 18 | 150 | 3 | 171 | 36,85 |
| | Especialização | 73 | 90 | 5 | 168 | 36,21 |
| | Ensino Médio | | 96 | 14 | 110 | 23,71 |
| | Mestrado | 8 | 3 | | 11 | 2,37 |
| | Ensino Fundamental | - | - | 3 | 3 | 0,65 |
| | Doutorado | 1 | - | - | 1 | 0,22 |
| Total de cargos providos | | 100 | 339 | 25 | 464 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 53: Gestão do Estágio Não-Obrigatório

| Descrição | Nº de Estagiários 2013 | Nº de Estagiários 2012 | Nº de Estagiários 2011 | Nº de Estagiários 2010 |
|--|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | Ato Regulamentar 03/2013 | Ato Regulamentar 14/2011 | Ato Regulamentar 02/2010 | Ato Regulamentar 02/2010 |
| Vagas para Estagiários | 132 | 132 | 91 | 91 |
| Admitidos | 4 | 29 | 69 | 41 |
| Renovação de Estágio | 19 | 36 | 26 | 44 |
| Desligados | 41 | 61 | 64 | 33 |
| Qt de estagiários em exercício em dezembro | 15 | 52 | 86 | 79 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013.

Tabela 54: Capacitação de Membros e Servidores

| Quantidade | 2013* | 2012* | 2011 | 2010 |
|-----------------------------------|------------|-------|------|-------|
| Nº Membros / Servidores Treinados | 374 | 207 | 966 | 1.529 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

(não considera os treinados pela ESMP)*

Tabela 55: Programa de Qualidade de Vida

| AÇÃO | 2013 | 2012 | 2011 |
|---|--------------|-------|-------|
| Vacinação | 305 | 72 | 211 |
| Atendimento Médico - consultas | 2.501 | 1.688 | 1.763 |
| Atendimento Odontológico – nº pacientes | 961 | 558 | 421 |
| Atendimento Odontológico – nº procedimentos | 3.603 | 1.601 | 2.192 |
| Análise de Processos Administrativos | 711 | 606 | 745 |
| Exames admissionais/rotina | 185 | 150 | 63 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 56: Composição atual dos Servidores (todas as categorias)

| Descrição | TOTAL | % |
|--------------------------|--------------|------------|
| Cargos Efetivos | 593 | 38,68 |
| Cargos Comissionados | 611 | 39,86 |
| Cedidos de outros Órgãos | 329 | 21,46 |
| TOTAL | 1.533 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 57: Analistas Ministeriais distribuídos por Especialidades em 2013

| ANALISTAS MINISTERIAIS POR ESPECIALIDADE | | Distribuição | | |
|--|---------------------------------------|--------------|----------|-------|
| ÁREAS | Especialidade | São Luís | Interior | Total |
| Administrativo = 28 | Administrativo | 21 | 1 | 22 |
| | Administração | 4 | 2 | 6 |
| Economia/Contabilidade = 25 | Auditoria | 1 | 0 | 1 |
| | Contábil | 14 | 0 | 14 |
| | Economia | 10 | 0 | 10 |
| Engenharia = 9 | Arquitetura | 2 | 0 | 2 |
| | Engenharia Civil | 6 | 0 | 6 |
| | Engenharia Elétrica | 1 | 0 | 1 |
| Processual Direito = 11 | Processual Direito | 8 | 3 | 11 |
| Assistente Social = 15 | Assistente Social | 6 | 9 | 15 |
| Comunicação = 8 | Comunicação - Jornalismo | 4 | 1 | 5 |
| | Comunicação - Relações Públicas | 2 | 0 | 2 |
| | Comunicação - Radialismo | 1 | 0 | 1 |
| Informática = 12 | Analista Sistema Programador | 4 | 0 | 4 |
| | Analista Sistema Suporte | 3 | 0 | 3 |
| | Banco de Dados | 1 | 0 | 1 |
| | Rede e Infraestrutura | 1 | 0 | 1 |
| | Segurança da Informação | 1 | 0 | 1 |
| | Análise e Desenvolvimento de Sistemas | 1 | 0 | 1 |
| | Teste e Qualidade de Software | 1 | 0 | 1 |
| Biblioteconomia = 5 | Biblioteconomia | 5 | 0 | 5 |
| Médica = 5 | Medicina | 2 | 0 | 2 |
| | Odontologia | 2 | 0 | 2 |
| | Perícia Criminal - Medicina | 1 | 0 | 1 |
| Meio Ambiente e Urbanismo = | Eng Sanitária e Ambiental | 1 | 0 | 1 |

| | | | | |
|---------------------------|-------------------|------------|-----------|------------|
| 2 | Pericia urbanismo | 1 | 0 | 1 |
| Pedagogia = 1 | Pedagogia | 1 | 0 | 1 |
| Psicologia = 2 | Psicologia | 2 | 0 | 2 |
| Total de Analistas | | 107 | 16 | 123 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

Tabela 58: Resumo de Cargos Comissionados MPMA 2013

| DESCRIÇÃO | CARGOS CRIADOS | % |
|--|----------------|------------|
| CARGOS DE INDICAÇÃO MEMBROS (Lei nº 8.824/2008) | 469 | 76,76 |
| DEMAIS CARGOS COMISSIONADOS | 142 | 23,24 |
| TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS | 611 | 100 |

Fonte: CGP/PGJ-MA, 2013

11.2 COORDENADORIA DE FOLHA DE PAGAMENTO

11.2.1 Número de servidores

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 59: Evolução do Número de Servidores

| ANO | MÊS | CATEGORIA | SERVIDORES | Obs: Em 2010 | CRESCIMENTO MÊS |
|--------------|-----|--------------|-------------|--------------|-----------------|
| 2013 | JAN | Comissionado | 372 | 127 | - |
| 2013 | JAN | Efetivo | 472 | 499 | - |
| 2013 | JAN | Membro | 304 | 251 | - |
| 2013 | JAN | Requisitado | 266 | 227 | - |
| TOTAL | | | 1414 | 1104 | - |

| | | | | | |
|--------------|-----|--------------|-------------|-------------|--------------|
| 2013 | DEZ | Comissionado | 423 | 128 | 13,71% |
| 2013 | DEZ | Efetivo | 465 | 499 | -1,48% |
| 2013 | DEZ | Membro | 301 | 275 | -0,99% |
| 2013 | DEZ | Requisitado | 330 | 224 | 24,06% |
| TOTAL | | | 1519 | 1126 | 7,43% |

CRESCIMENTO ANUAL: 105 7,43%

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

Observa-se um crescimento no número de servidores durante o ano de 2013 na ordem de 7,43%, aumentando consideravelmente o número de demandas à folha de

pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc, só relativo à folha principal.

11.2.2 Contracheques:

11.2.2.1 Impressos:

Em 2013, alcançamos a meta de disponibilizar 100% dos contracheques gerados pela Folha de Pagamento do Ministério Público no sítio eletrônico da instituição, tendo que imprimir uma quantidade ínfima de documentos dessa natureza.

11.2.2.2 Contracheques Online:

Tabela 60: Estatísticas de acesso no ano de 2013

| MES | Dados | Consulta liq | Contracheque 2ª via | Demons. IRPF | Ficha financeira | Mostra IRPF tre | Rel margem | Transp . folha ativos | Transp. folha inativos | Total Resultado |
|-----|-------------------|--------------|---------------------|--------------|------------------|-----------------|------------|-----------------------|------------------------|-----------------|
| 1 | Soma - Servidores | 714 | 948 | 49 | 195 | | 4 | 14 | 1 | 1.925 |
| | Soma - Acessos | 4.425 | 3.235 | 70 | 401 | | 8 | 23 | 1 | 8.163 |
| 2 | Soma - Servidores | 738 | 920 | 414 | 193 | | 2 | 13 | 1 | 2.281 |
| | Soma - Acessos | 4.502 | 2.995 | 674 | 432 | | 2 | 20 | 1 | 8.626 |
| 3 | Soma - Servidores | 700 | 941 | 520 | 203 | 62 | 1 | 9 | | 2.436 |
| | Soma - Acessos | 3.919 | 2.726 | 843 | 429 | 94 | 1 | 17 | | 8.029 |
| 4 | Soma - Servidores | 782 | 1.015 | 528 | 244 | 124 | 1 | 13 | | 2.707 |
| | Soma - Acessos | 4.835 | 3.809 | 817 | 625 | 186 | 1 | 19 | | 10.292 |
| 5 | Soma - Servidores | 855 | 1.003 | 55 | 146 | 7 | 1 | 12 | | 2.079 |
| | Soma - Acessos | 6.437 | 3.283 | 84 | 362 | 8 | 2 | 38 | | 10.214 |
| 6 | Soma - Servidores | 807 | 975 | 37 | 131 | 7 | 2 | 17 | | 1.976 |
| | Soma - Acessos | 4.132 | 2.846 | 51 | 301 | 13 | 6 | 26 | | 7.375 |
| 7 | Soma - Servidores | 673 | 894 | 31 | 131 | 4 | 2 | 11 | | 1.746 |
| | Soma - Acessos | 2.857 | 2.726 | 43 | 292 | 4 | 3 | 15 | | 5.940 |
| 8 | Soma - Servidores | 649 | 881 | 32 | 143 | 3 | 2 | 1 | | 1.711 |
| | Soma - Acessos | 3.089 | 2.578 | 46 | 382 | 9 | 3 | 1 | | 6.108 |
| 9 | Soma - Servidores | 685 | 910 | 26 | 174 | | 1 | 8 | 1 | 1.805 |
| | Soma - Acessos | 3.487 | 2.664 | 33 | 568 | | 1 | 14 | 1 | 6.768 |
| 10 | Soma - Servidores | 927 | 1.067 | 42 | 457 | 1 | 3 | 13 | | 2.510 |
| | Soma - Acessos | 6.718 | 3.847 | 62 | 2.892 | 2 | 5 | 29 | | 13.555 |
| 11 | Soma - Servidores | 814 | 910 | 32 | 232 | | 2 | 3 | | 1.993 |
| | Soma - Acessos | 5.257 | 2.768 | 46 | 882 | | 3 | 5 | | 8.961 |
| 12 | Soma - Servidores | 717 | 974 | 22 | 180 | 1 | 1 | 2 | | 1.897 |
| | Soma - Acessos | 3.336 | 3.656 | 35 | 438 | 1 | 4 | 4 | | 7.474 |

| | | | | | | | | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|--------------|--------------|------------|-----------|------------|----------|----------------|
| Total Soma – Servidores | 9.061 | 11.438 | 1.788 | 2.429 | 209 | 22 | 116 | 3 | 25.066 |
| Total Soma - Acessos | 52.994 | 37.133 | 2.804 | 8.004 | 317 | 39 | 211 | 3 | 101.505 |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

Em comparação ao ano anterior (2012), onde observamos um total de 87.657 acessos, houve um aumento de 13.848 acessos, ou cerca de 15,79%. Ou seja, um número cada vez maior de servidores utiliza o portal da folha online para acessar contracheques, fichas financeiras e demais documentos relativos à pagamento, com observância relevante ao portal da transparência. Com isso, alcançamos os seguintes resultados:

- Economia cada vez maior de papel, sendo desnecessária a impressão desse tipo de documento;
- Acesso rápido e comodidade cada vez maior para o servidor, principalmente no interior do estado;
- Transparência nos lançamentos de folha;
- Segurança institucional;
- Acompanhamento em tempo real por parte do servidor da confecção de sua folha, minimizando erros.
- Transparência para o público em geral, em cumprimento à Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

11.2.3 Consignações:

11.2.3.1 Consignações Ativas (com base no último mês do ano):

Tabela 61: Consignações realizadas em 2013

| # | Empresa | Lançamentos | Valor |
|----|-------------------------------|-------------|------------|
| 1 | ABEM - BRADESCO | 8 | 371,13 |
| 2 | AMPEM | 404 | 234.702,71 |
| 3 | ASFUPEMA | 624 | 30.958,33 |
| 4 | BANCO BMG S/A | 2 | 343,48 |
| 5 | BANCO CRUZEIRO DO SUL | 66 | 41.519,00 |
| 6 | BANCO DO BRASIL S/A | 577 | 507.343,67 |
| 7 | BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A | 8 | 9.965,24 |
| 8 | BRADESCO S/A | 6 | 2.869,88 |
| 9 | CAPEMISA | 1 | 603,07 |
| 10 | CEF / AQ.ANTEC/PAR | 2 | 345,09 |
| 11 | CEF / CASA PROPRIA | 24 | 4.427,36 |
| 12 | CEF / EMPRESTIMO | 216 | 280.949,40 |
| 13 | COOMAMP | 319 | 198.166,66 |
| 14 | FABIANO, FÁBIO E FABIANO ADV. | 442 | 41.311,66 |

| | ASS. | | |
|----------------------------|----------------------------|--------------|---------------------|
| 15 | FEPA (PROGRAMA MINHA CASA) | 2 | 711,94 |
| 16 | FUNBEN (SFH/GEMOR) | 2 | 196,35 |
| 17 | GBOEX | 2 | 248,84 |
| 18 | GOV.EST.P.PR.GRANDE | 1 | 107,00 |
| 19 | HSBC BANK BRASIL SA | 12 | 6.463,84 |
| 20 | ITAÚ UNIBANCO S.A. | 12 | 7.154,01 |
| 21 | MONGERAL | 7 | 1.067,75 |
| 22 | RSPP PREVIDÊNCIA | 15 | 276,27 |
| 23 | SIN. VIGILANTE - SFPVEMA | 1 | 1,36 |
| 24 | SINDSEMP/MA | 345 | 17.402,50 |
| 25 | SINTSEP | 1 | 87,40 |
| 26 | SOASB | 1 | 50,00 |
| TOTAL VOLUME MENSAL | | 3.100 | 1.387.643,94 |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

11.2.3.2 Evolução das Consignações:

Tabela 62: Evolução das Consignações realizadas em 2013

| MÊS | Lançamentos | Valor | Crescimento Lançamentos | Crescimento Valores |
|--------------|--------------|---------------------|-------------------------|---------------------|
| Jan | 3.159 | 1.379.537,56 | -% | -% |
| Dez | 3.100 | 1.387.643,94 | -1,90% | 0,58% |
| TOTAL | - | 2.767.181,50 | -1,90% | 0,58% |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

O volume de consignações permaneceu praticamente inalterado. Isso demonstra o controle rigoroso com a questão da margem consignável, além da estabilidade do nível de endividamento do servidor, que está dando prioridade ao pagamento de dívidas antigas ao invés de contrair novas.

11.2.4 Evolução da Folha

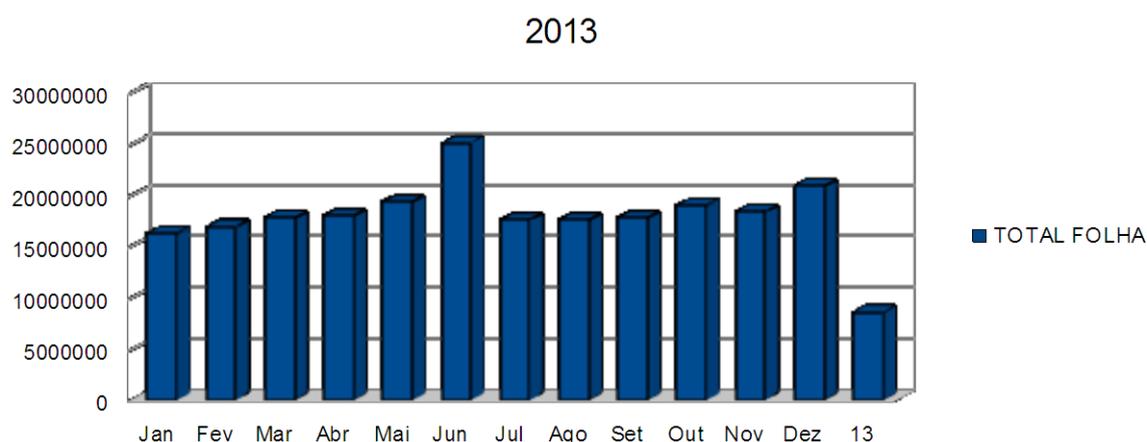
11.2.4.1 Valores do Ano.

Tabela 63: Demonstrativo da Folha de Pagamento de 2013

| Mês | Bruto Folha | Patronal INSS | Patronal Supsec | Patronal Ass. Saúde | Patronal FEPA | Patronal Funben | Salário Família | Verbas Exerc Anterior / Dec. Judiciais | TOTAL BRUTO (PESSOAL + ENCARGOS) | Auxílio Alimentação | TOTAL FOLHA |
|--------------|-----------------------|---------------------|------------------|---------------------|----------------------|-------------------|-----------------|--|----------------------------------|----------------------|-----------------------|
| Jan | 12.524.237,89 | 229.740,28 | 1.398,66 | 5.077,46 | 1.441.477,23 | 18.019,29 | 403,02 | 969.268,05 | 15.189.621,88 | 1.012.200,86 | 16.201.822,74 |
| Fev | 12.720.002,29 | 235.105,63 | 1.239,46 | 4.853,92 | 1.432.652,95 | 17.799,59 | 404,43 | 969.268,05 | 15.381.326,31 | 1.500.914,74 | 16.882.241,05 |
| Mar | 13.601.755,89 | 234.083,62 | 1.398,66 | 4.928,92 | 1.444.419,11 | 17.882,68 | 403,02 | 969.268,05 | 16.274.139,95 | 1.499.318,57 | 17.773.458,53 |
| Abr | 13.685.292,40 | 239.809,25 | 1.398,66 | 5.219,57 | 1.443.401,59 | 17.763,87 | 407,25 | 969.268,05 | 16.362.560,64 | 1.522.207,22 | 17.884.767,86 |
| Mai | 14.885.556,65 | 304.573,15 | 1.398,66 | 6.284,96 | 1.551.515,09 | 21.393,87 | 408,66 | 969.268,06 | 17.740.399,09 | 1.514.605,88 | 19.255.004,97 |
| Jun | 20.784.777,26 | 266.122,97 | 1.398,66 | 5.131,73 | 1.466.191,99 | 18.597,41 | 411,72 | 969.268,06 | 23.511.899,80 | 1.520.500,87 | 25.032.400,67 |
| Jul | 13.279.196,39 | 253.803,29 | 1.398,66 | 5.080,97 | 1.457.396,71 | 17.851,96 | 415,95 | 969.268,06 | 15.984.411,99 | 1.520.405,05 | 17.504.817,05 |
| Ago | 13.289.379,34 | 264.845,95 | 1.398,66 | 5.319,84 | 1.458.153,34 | 17.894,08 | 413,13 | 969.268,06 | 16.006.672,39 | 1.532.953,19 | 17.539.625,58 |
| Set | 13.398.837,64 | 298.612,02 | 1.398,66 | 6.203,72 | 1.460.108,82 | 17.515,19 | 414,54 | 969.268,06 | 16.152.358,65 | 1.557.843,40 | 17.710.202,05 |
| Out | 14.479.001,52 | 434.091,95 | 1.398,66 | 7.765,72 | 1.470.324,00 | 18.168,33 | 415,95 | 969.268,06 | 17.380.434,18 | 1.556.762,31 | 18.937.196,49 |
| Nov | 13.929.883,59 | 357.070,18 | 1.398,66 | 6.013,76 | 1.493.124,64 | 18.899,04 | 414,54 | 969.268,06 | 16.776.072,48 | 1.562.045,69 | 18.338.118,16 |
| Dez | 16.427.505,85 | 371.201,30 | 1.398,66 | 5.707,70 | 1.492.458,60 | 19.273,19 | 417,36 | 969.268,06 | 19.287.230,72 | 1.563.349,81 | 20.850.580,53 |
| 13 | 6.784.520,86 | 283.535,12 | 1.398,66 | 0 | 1.480.600,09 | 0 | 0 | 0 | 8.550.054,73 | 0 | 8.550.054,73 |
| TOTAL | 179.789.947,57 | 3.772.594,71 | 18.023,38 | 67.588,24 | 19.091.824,16 | 221.058,50 | 4.929,57 | 11.631.216,68 | 214.597.182,81 | 17.863.107,60 | 232.460.290,40 |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

Gráfico 4: Demonstrativo da Folha de Pagamento 2013



Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

11.2.4.2 Evolução da Remuneração:

Tabela 64: Evolução da Remuneração em 2013

| Categoria | Valor Jan | Valor Dez | % Aumento |
|------------------|----------------------|----------------------|------------------|
| Comissionado | 1.051.500,44 | 1.284.619,40 | 22,17% |
| Efetivo | 3.424.648,16 | 4.039.011,26 | 17,94% |
| Membro | 8.214.699,26 | 10.387.169,66 | 26,45% |
| Requisitado | 408.589,02 | 435.692,70 | 6,63% |
| TOTAL | 13.099.436,88 | 16.146.493,02 | 23,26% |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

Obs: Foi considerada toda a remuneração dos mesmos servidores presentes tanto na folha de janeiro quanto na folha de dezembro, desconsiderando-se a verba de terço constitucional de férias.

11.2.4.3 Evolução dos Vencimentos:

Tabela 65: Evolução dos Vencimentos em 2013

| Categoria | % Aumento ao longo do ano |
|------------------|----------------------------------|
| Comissionado | 27,20% |
| Efetivo | 6,00% |
| Membro | 5,00% |
| Requisitado | - |
| TOTAL | 38,20% |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

Obs: Aos comissionados foi concedido reajuste geral anual de 6% mais aumento de 20%.

11.2.5 Folhas Extras

11.2.5.1 Auxílio-Moradia Aposentados

Tabela 66: Folhas de Pagamento extras

| Ano | Mês | Membros | Valor |
|------------|------------|----------------|--------------|
| 2013 | 1 | 105 | 384.019,24 |
| 2013 | 2 | 106 | 386.917,69 |
| 2013 | 3 | 106 | 386.917,69 |
| 2013 | 4 | 106 | 386.917,69 |
| 2013 | 5 | 107 | 386.917,70 |
| 2013 | 6 | 108 | 389.711,34 |
| 2013 | 7 | 108 | 389.711,34 |
| 2013 | 8 | 108 | 389.711,34 |
| 2013 | 9 | 108 | 389.711,34 |
| 2013 | 10 | 108 | 389.711,34 |

| | | | |
|------|-----------|-----|------------|
| 2013 | 11 | 110 | 396.492,15 |
| 2013 | 12 | 110 | 396.492,15 |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

11.2.5.2 Bolsa-Estágio

Tabela 67: Demonstrativo de Remuneração da Bolsa-Estágio

| Ano | Mês | Estagiários | Valor | % Crescimento Estagiários | % Crescimento Valores |
|--------------|-----|-------------|-------------------|---------------------------|-----------------------|
| 2013 | 1 | 51 | 36.681,20 | - | - |
| 2013 | 2 | 46 | 33.952,00 | -10,87% | -8,04% |
| 2013 | 3 | 44 | 33.528,00 | -4,55% | -1,26% |
| 2013 | 4 | 45 | 31.800,80 | 2,22% | -5,43% |
| 2013 | 5 | 42 | 30.276,80 | -7,14% | -5,03% |
| 2013 | 6 | 40 | 30.759,40 | -5,00% | 1,57% |
| 2013 | 7 | 40 | 26.365,20 | 0,00% | -16,67% |
| 2013 | 8 | 32 | 20.955,00 | -25,00% | -25,82% |
| 2013 | 9 | 24 | 18.262,60 | -33,33% | -14,74% |
| 2013 | 10 | 24 | 15.138,40 | 0,00% | -20,64% |
| 2013 | 11 | 19 | 13.817,60 | -26,32% | -9,56% |
| 2013 | 12 | 17 | 10.718,80 | -11,76% | -28,91% |
| TOTAL | | | 302.255,80 | -7,14% | -9,56% |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

11.2.5.3 Policiais Reserva:

Tabela 68: Demonstrativo de Remuneração dos Policiais

| Ano | Mês | Servidores | Valor | % Crescimento | % Crescimento |
|------|-----|------------|-----------|---------------|---------------|
| 2013 | 1 | 16 | 28.692,67 | - | - |
| 2013 | 2 | 15 | 27.082,88 | -6,67% | -5,94% |
| 2013 | 3 | 16 | 28.469,69 | 6,25% | 4,87% |
| 2013 | 4 | 18 | 30.314,33 | 11,11% | 6,09% |
| 2013 | 5 | 18 | 31.177,12 | 0,00% | 2,77% |
| 2013 | 6 | 17 | 30.972,31 | -5,88% | -0,66% |
| 2013 | 7 | 17 | 31.384,39 | 0,00% | 1,31% |
| 2013 | 8 | 17 | 30.067,26 | 0,00% | -4,38% |
| 2013 | 9 | 16 | 29.261,86 | -6,25% | -2,75% |
| 2013 | 10 | 16 | 30.022,71 | 0,00% | 2,53% |
| 2013 | 11 | 16 | 29.261,86 | 0,00% | -2,60% |
| 2013 | 12 | 16 | 29.261,86 | 0,00% | 0,00% |

| | | | |
|--------------|-------------------|--------------|--------------|
| TOTAL | 355.968,94 | 0,00% | 0,00% |
|--------------|-------------------|--------------|--------------|

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

11.2.5.4 Parcela Autônoma de Equivalência (PAE):

Tabela 69: Demonstrativo de Pagamento do PAE

| Ano | Mês | SERVIDORES | Valor |
|--------------|------------|-------------------|----------------------|
| 2013 | 1 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 2 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 3 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 4 | 307 | 3.000.000,25 |
| 2013 | 5 | 1 | 10.345,11 |
| 2013 | 6 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 7 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 8 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 9 | 0 | 0,00 |
| 2013 | 10 | 308 | 5.999.999,93 |
| 2013 | 11 | 308 | 5.999.999,93 |
| 2013 | 12 | 308 | 8.000.000,08 |
| TOTAL | | | 23.010.345,30 |

Fonte: CFP/PGJ-MA, 2013

12 GESTÃO DE PROCESSOS DE TRABALHO

Processo é um conjunto de recursos e atividades inter-relacionadas e interativas que transformam insumos (entradas) em resultados para a Instituição. A Gestão de Processos de Trabalho visa otimizar as rotinas de trabalho e, conseqüentemente, aumentar a qualidade dos serviços prestados pelo Ministério Público do Maranhão, bem como estabelecer práticas que permitam gerir e acompanhar tais rotinas, para aperfeiçoá-las.

12.1 COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Coordenadoria de Serviços Gerais compreende a Seção de Manutenção e Serviços Gerais, a Seção de Transporte, a Seção de Segurança e a Seção de Análise de Custos.

Compete a este setor coordenar, acompanhar, fiscalizar, orientar e controlar a execução das atividades ligadas à gestão dos recursos logísticos e dos serviços gerais, tais como: portaria, vigilância, zeladoria, conservação e manutenção da Procuradoria-Geral de Justiça, Promotorias de Justiça da Capital e Promotorias de Justiça do interior do Estado do Maranhão. Esta CSG coordena as atividades de contratação de serviços, de administração, ampliações e adaptações de bens imóveis, assim como elaboração de termos de referência na sua área de atuação.

Para proporcionar um melhor ambiente de trabalho, esta Coordenadoria inspeciona periodicamente as condições das instalações físicas, elétricas, hidráulicas e sanitárias dos prédios, executa pequenos consertos e reparos de bens patrimoniais, bem como elabora, propõe, implanta e mantém o sistema interno de telecomunicação, e impõe um rígido controle para zelar pela guarda, manutenção e conservação de fotocopiadoras, máquinas de reprografia, fax, bebedouros, telefones, dentre outros equipamentos.

Esta Coordenadoria efetua a fiscalização dos serviços prestados por terceiros, no que se refere à limpeza, consertos e manutenção de máquinas, equipamentos e aparelhos, jardinagem, vigilância interna e externa do prédio-sede da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, bem como controla e gerencia as atividades de recepção e escalas de plantões dos vigilantes, manutenção de centrais de ar condicionado, manutenção de elevadores, locação de máquinas fotocopiadoras,

fornecimento de luz e água, serviços de telefonia fixa e móvel, serviço de postagem, manutenção de central telefônica etc.

Compete ao **Setor de Transporte**, seção vinculada à CSG, as seguintes atividades: manter regularizada a documentação da frota, bem como sua conservação, manutenção e recuperação, efetuar abastecimentos, controlar gastos com combustível, lubrificantes e peças, gerir e fiscalizar o contrato de locação de mão-de-obra (motoristas terceirizados) e também acompanhar e controlar o uso diário dos veículos oficiais.

Para a **Seção de Análise de Custos** fica atribuída a função de comparar gastos mensais ao longo do exercício com o objetivo de baixar custos, viabilizar as consultas pelos interessados acerca de despesas, informar a Administração Superior das medidas tomadas para redução dos custos, elaborar relatórios contendo as atividades trimestrais para melhor examinar os gastos, examinar as faturas mensais numa ação preventiva, evitando o aumento abusivo de valores faturados que comprometam o orçamento da Instituição.

A Coordenadoria de Serviços Gerais procurou atingir todas as metas e demandas surgidas em seu planejamento financeiro para o exercício de 2013, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido a não contratação em tempo hábil, através de licitação, de serviços como: instalação de forros e divisórias, serviços de segurança armada e limpeza de conservação predial para o interior, entre outros.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, houve um aumento bastante significativo de demandas com pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; descupinização e dedetização na capital e interior; reforma estrutural nos prédios da PGJ e Promotorias de Justiça do interior, conserto de portas e janelas de vidros, conserto de fax, telefone, fragmentadoras, cafeteiras, entre outros; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado, fornecimento e instalação de grades de ferro e alumínio, fornecimento e instalação de persianas, solicitação de instalação de processos licitatórios (placas de sinalização, película, chaves e carimbos, serviços gerais, motoristas, fotocopiadoras, segurança armada, gerenciamento de frota de veículos, locação de novos imóveis com melhor estrutura para abrigarem e funcionarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que ainda não possuem sede própria etc).

Tabela 70: Demonstrativo de Despesas Fixas– 2013

| DESPESAS FIXAS | VALOR |
|--|--------------|
| Contrato de Locação de Imóveis | 2.156.368,49 |
| Serviço de Limpeza e Conservação | 1.023.772,13 |
| Serviço de Motorista | 1.163.519,88 |
| Manutenção de Central de Ar Condicionado | 204.999,96 |
| Manutenção de Elevadores | 13.800,00 |

| | |
|--|---------------------|
| Locação de Máquinas Fotocopiadoras | 288.489,96 |
| Fornecimento de Luz | 1.023.570,99 |
| Fornecimento de Água e Esgoto | 195.391,13 |
| Serviço de Telefonia Fixa | 752.931,83 |
| Serviço de Telefonia Móvel | 564.597,49 |
| Serviço de Postagem | 383.008,85 |
| Manutenção de Central Telefônica | 103.999,71 |
| Serviço de Seguro Total de Veículos | 128.220,83 |
| Fornecimento de Combustível | 331.709,45 |
| Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ | 11.138,17 |
| TOTAL DESPESAS FIXAS | 8.334.380,70 |

Fonte: CSG/PGJ-MA, 2013

Tabela 71: Demonstrativo de Despesas Variáveis – 2013

| DESPESAS VARIÁVEIS | VALOR |
|---|-------------------|
| Manutenção de Veículos | 385.953,82 |
| Serviços: Elétrico, Pintura, Pedreiro, Hidráulico | 3.158,14 |
| Confecção de Placas de Inauguração e Identificação | 51.675,78 |
| Confecção de Chaves e Carimbos | 94.207,70 |
| Conserto de Fax, Telefone, Fragmentadora e Cafeteira | 22.794,30 |
| Fornecimento e Instalação de Portão de Alumínio Automatizado | 6.744,00 |
| Fornecimento e Instalação de Grades de ferro e Alumínio | 2.177,74 |
| Recuperação de Forro de Gesso | 75,00 |
| Conserto e Reparo do Poço Artesiano – PGJ | 250,00 |
| Serviço de Dedetização, Desbaratização e Descupinização | 66.879,90 |
| Instalação e Conserto de Ar Condicionado: Split e ACJ, Capital e Interior | 21.962,50 |
| Serviço de película | 8.920,80 |
| Serviços de personalização de veículos oficiais | 12.900,00 |
| Etiquetas | 2.000,00 |
| Suporte e manutenção extintores de incêndio | 7.677,00 |
| Fornecimento e Instalação de Persianas | 31.019,61 |
| TOTAL DE DESPESAS VARIÁVEIS | 718.396,29 |

Fonte: CSG/PGJ-MA, 2013

Tabela 72: Despesas com Veículos em 2013

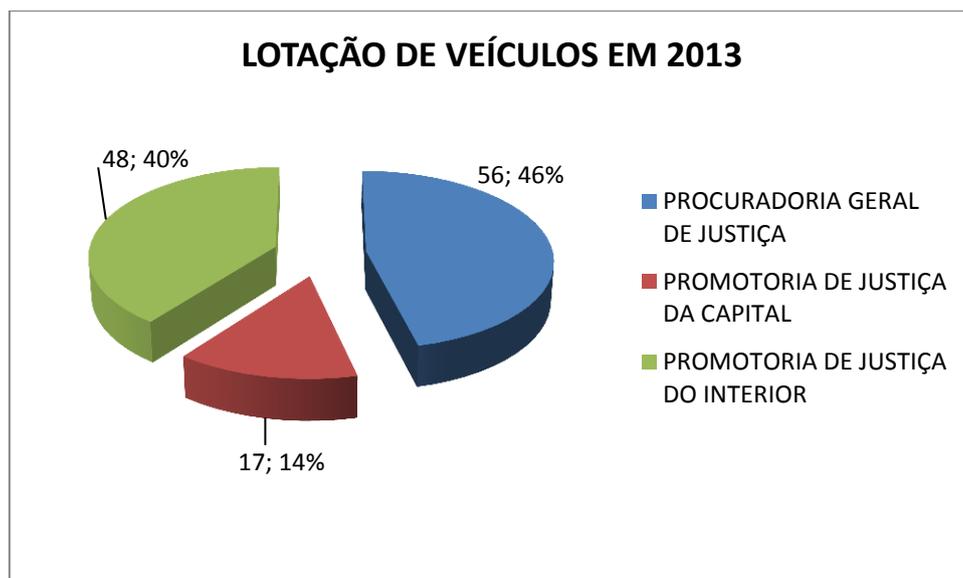
| DESPESAS – VEÍCULOS | VALOR |
|--|-------------------|
| Despesa seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ | 11.138,17 |
| Manutenção de Veículos (serviços) | 171.251,56 |
| Aquisição de Peças | 214.702,26 |
| Fornecimento de Combustível | 376.161,34 |
| Serviço de Seguro Total de Veículos | 128.220,83 |
| TOTAL DE DESPESAS VEÍCULOS | 901.474,16 |

Fonte: CSG/PGJ-MA, 2013

12.1.1 Dos veículos:

Em 2013, o Ministério Público operou com 121 veículos, assim distribuídos:

Gráfico 5: Distribuição de veículos da PGJ-MA

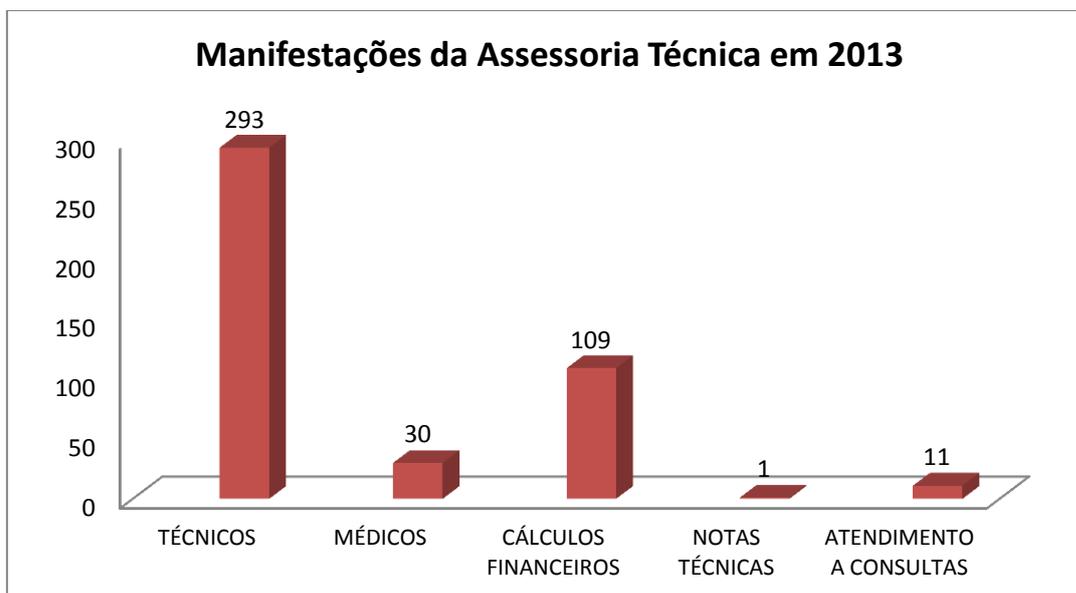


Fonte: CSG/PGJ-MA, 2013

12.2 ASSESSORIA TÉCNICA

Em 2013, a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça registrou 444 manifestações, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 6: Manifestações da Assessoria Técnica da PGJ-MA



Fonte: Assessoria Técnica/PGJ-MA, 2013

12.3 ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Em 2013 foram emitidas pela Assessoria de Controle Interno, **1.765 (mil setecentas e sessenta e cinco) manifestações** acerca da regularidade de processos administrativos, sobre os mais variados objetos: prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento), abono de permanência; aditivos/reajustes contratuais; ajuda de custo; empenho de despesas e pagamento à fornecedores; locação de imóveis; licitação(fase inicial/dispensa/inexigibilidade/adesão de ata de registro de preço); solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição; incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária; requisição de servidores; verbas indenizatórias; entre outros.

Tabela 73: Manifestações emitidas por grupo de análises em 2013

| GRUPO | QUANTIDADE | % |
|----------------------|-------------|------------|
| Excução Orçamentária | 1102 | 62 |
| Gestão de Pessoas | 375 | 21 |
| Licitações | 276 | 16 |
| Outros | 12 | 1 |
| TOTAL | 1765 | 100 |

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ-MA, 2013

Gráfico 7: Manifestações por grupo da Assessoria de Controle Interno da PGJ-MA



Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ-MA, 2013

Manifestações que tiveram como objeto de análise processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas.

Tabela 74: Análise de processos administrativos relativos à Gestão de Pessoas

| ASSUNTO | QUANT. |
|--|------------|
| Verbas Indenizatórias | 157 |
| Gratificações, Auxílios e Adicionais | 78 |
| Requisição de Servidores | 75 |
| Progressão Funcional e Promoção | 24 |
| Abono de Permanência | 12 |
| Incorporação e Averbação de Tempo de Serviço | 8 |
| Ajuda de Custo | 6 |
| Reajuste de vencimento-base e de gratificação de servidor à disposição | 5 |
| Reconsideração de Aposentadoria | 4 |
| Desconto em Folha de Pagamento e Insenção de IR | 4 |
| Remoção e Recondução | 2 |
| TOTAL | 375 |

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ-MA, 2013

Tabela 75: Processos administrativos relativos à licitação

| ASSUNTO | QUANT. | % |
|--------------------------------------|------------|------------|
| Inexigibilidade de Licitação | 87 | 32 |
| Licitação (Fase Interna) | 62 | 22 |
| Aditivos Contratuais | 47 | 17 |
| Locação de Imóveis | 26 | 9 |
| Dispensa de Licitação | 24 | 9 |
| Reajustes e Repactuações Contratuais | 16 | 6 |
| Adesão Registro de Preços | 14 | 5 |
| TOTAL | 276 | 100 |

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ-MA, 2013

Manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à execução orçamentária.

Tabela 76: Regularidade de processos administrativos relativos à execução orçamentária.

| ASSUNTO | QUANT. | % |
|-------------------------------------|-------------|------------|
| Pagamento | 529 | 48 |
| Adiantamento | 395 | 36 |
| Empenho | 170 | 15 |
| Prestação de Contas mensal do FEMPE | 8 | 1 |
| TOTAL | 1102 | 100 |

Fonte: Assessoria Controle Interno/PGJ-MA, 2013

12.4 ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA

A Assessoria de Auditoria Interna, enquanto unidade diferenciada na estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, foi criada e estruturada apenas no exercício de 2012, pelo Ato Regulamentar nº. 002/2012-GPGJ (Diário Oficial, Poder Judiciário, 14/02/2012), que alterou o Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ (Regimento Interno da PGJ/MA).

A existência de uma auditoria interna eficiente, atuante e com reais condições de trabalho contribui sobremaneira para a melhoria dos mecanismos de controle existentes e ajuda a prevenir erros e fraudes que podem levar a Instituição a dificuldades financeiras e operacionais.

Outrossim, é inexorável concluir que um trabalho adequado de auditoria interna é fundamental para que a Instituição mantenha o foco em seus objetivos,

porquanto impulsiona-a rumo a suas metas, minimizando reverses, reduzindo os riscos de perda de ativos e ajudando a assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras e sua conformidade com as leis e regulamentos.

As principais atividades desenvolvidas pela Assessoria de Auditoria Interna, ao longo do exercício de 2013.

- Elaboração e submissão à apreciação da Administração Superior, do Plano Anual de Auditoria Interna - 2013, bem como do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - 2012;
- Elaboração e encaminhamento à Administração Superior, dos Relatórios de Auditoria Interna relativos as Áreas de Licitações, Contratos Administrativos, Gestão de Pessoas, Folha de Pagamento, Gestão Patrimonial, com recomendações visando sanar as pendências verificadas ou aperfeiçoar os mecanismos de controle afins;
- Emissão de **03 (três) Notas de Auditoria**, pertinentes às áreas de licitações e contratos administrativos, folha de pagamento e gestão de pessoas respectivamente, visando sanar inadequações identificadas.
- Realização de reuniões técnicas, visando à aferição da situação de implementação das recomendações expedidas nos Relatórios de Auditoria Interna com o objetivo maior de promover o aperfeiçoamento das atividades inerentes às áreas auditadas;
- Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas da Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações resultantes dos trabalhos de auditoria realizados ou em andamento;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada pela Portaria nº. 0871/2013-GPGJ, contribuindo para o aperfeiçoamento da regulamentação interna vigente, objetivando racionalizar as ações de controle, notadamente quanto à revisão do Ato Regulamentar nº. 003/2007-GPGJ, que dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, o que resultou na publicação do Ato Regulamentar nº. 09/2013-GPGJ, disciplinando a matéria em questão;
- Participação nos estudos e atividades da comissão designada para o aperfeiçoamento da regulamentação atinente aos procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada (PA nº. 947AD/2013), o que resultou na publicação do Ato Regulamentar nº. 10/2013-GPGJ, disciplinando a matéria em questão;
- Participação na revisão do Termo de Cooperação entre este Ministério Público e a Secretaria de Estado de Gestão e Previdência, visando garantir, sem interrupção, o devido processamento e efetivação dos pagamentos de

proventos de aposentadoria aos membros e servidores aposentados deste Órgão Ministerial;

- Colaboração na edição de instrumentos normativos, tais como: Ato Regulamentar nº. 04/2013-GPGJ (dispõe sobre a concessão, a aplicação e a prestação de contas de adiantamento); Ordem de Serviço nº. 001/2013-DG (obtenção e tratamento dos dados necessários à retenção e recolhimento de ISS quando da contratação para realização de obras e serviços de engenharia nos municípios do Estado do Maranhão); Ordem de Serviço nº. 012/2013-DG (padronização dos processos administrativos referentes ao pagamento de verbas indenizatórias a membros e servidores); e Ordem de Serviço nº. 018/2013-DG (autuação tempestiva de processos administrativos relativos a certames licitatórios ou aditivos contratuais, aperfeiçoamento da redação dos termos contratuais, metodologia de contagem de prazos etc.);
- Acompanhamento e assessoramento dos trabalhos de auditoria do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão junto a esta Instituição, conduzidos pelo Auditor Estadual de Controle Externo Franklin Eduardo dos Santos Figueiredo, considerando a NOTA DE INSPEÇÃO Nº. 01/2013;
- Participação nos trabalhos da comissão designada pela Portaria nº. 5908/2013-GSPGJAAD, que determinou a instauração de Tomada de Contas Especial, na forma ali descrita; e
- Expedição de 58 (cinquenta e oito) memorandos versando sobre diversos assuntos, tais como solicitações à Administração Superior para melhor estruturar esta Assessoria, encaminhamento de documentos e relatórios àquela e realização de diligências diversas junto aos setores competentes visando subsidiar os respectivos trabalhos de auditoria.

12.5 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

As licitações realizadas contemplaram as modalidades de Pregão na forma Eletrônica e Presencial e Concorrência, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade, no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2013:

Tabela 77 – Licitações Realizadas no ano de 2013

| MODALIDADE | QUANTIDADE |
|-------------------|------------|
| Pregão Eletrônico | 28 |
| Pregão Presencial | 3 |
| Concorrência | 8 |
| Total | 39 |

Fonte: CPL/PGJ-MA, 2013

Gráfico 8: Licitações realizadas pela CPL



Fonte: CPL/PGJ-MA, 2013

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2013, foram concluídas **39 (trinta e nove)** licitações. Desse total, 28 (vinte e oito) foram na modalidade Pregões na forma Eletrônica; 03 (três) Pregões na forma Presencial, 08 (oito) Concorrências. Tivemos ainda 01 (uma) licitação fracassada.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e, ainda, as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **17 (dezesete)** Contratos Administrativos e **54 (cinquenta e quatro)** Atas de Registros de Preços.

Tabela 78 - valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2013

| Modalidade | Qtde. | Valor Estimado (R\$) - (A) | Valor Ofertado (R\$) - (B) | Economia (valor absoluto – R\$) - (C) | Economia (valor relativo - %) |
|--------------------------|-------|----------------------------|----------------------------|---------------------------------------|-------------------------------|
| Pregão Eletrônico | 28 | 46.550.644,33 | 32.541.250,66 | 14.009.393,67 | 30.09% |
| Pregão Presencial | 3 | 6.690.102,00 | 5.349.830,00 | 1.340.272,00 | 20.03% |
| Concorrência | 8 | 11.531.303,84 | 10.346.509,93 | 1.184.793,91 | 10.27% |

| | | | | | |
|--------------|-----------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|
| TOTAL | 39 | 64.772.050,17 | 48.237.590,59 | 16.534.459,58 | 25.52% |
|--------------|-----------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------|

Fonte: CPL/PGJ-MA, 2013

Conforme se verifica, na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 16.534.459,58 (dezesseis milhões, quinhentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e oito centavos)**, o que equivale 25,52% do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2013.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL no ano de 2013 realizou **25 (vinte e cinco)** enquadramentos de contratações por **dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93)**, num total de **R\$ 57.177,08 (cinquenta e sete mil, cento e setenta e sete reais e oito centavos)**, e **82 (oitenta e dois)** por **inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93)**, compreendendo o valor estimado de **R\$ 1.452.040,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil e quarenta reais)** destinados a fornecimento de água e energia elétrica, e **R\$ 333.793,48 (trezentos e trinta e três mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos)** para outros e serviços, tais como: licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores, além de **03 (três) adesões à Atas de Registro de Preços**, concedidas por outros Órgãos, no valor de **R\$ 2.792.258,00 (dois milhões, setecentos e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta e oito reais)**.

Para atender e melhorar as atividades precípuas do Órgão, desempenhadas nas Promotorias de Justiça do Estado, foram locados **43 (quarenta e três)** imóveis entre novos e renovações. A Procuradoria Geral de Justiça conta ainda com **26 (vinte e seis)** contratos de locação em plena vigência, para funcionamento das Promotorias de Justiça no interior, bem como da Escola Superior do Ministério Público, das Promotorias de Justiça da Capital e do Almoxarifado Central da PGJ, perfazendo o total de **68 (sessenta e oito)** contratos de locação de imóveis.

12.6 CHEFIA DE CERIMONIAL

A Chefia de Cerimonial tem-se firmado como importante agente na viabilização dos eventos do Ministério Público do Maranhão, tendo participação garantida nas ações estratégicas da Administração Superior, desde o planejamento até a implementação das ações e a avaliação dos resultados alcançados, dando importantes contribuições e, principalmente, tendo suas sugestões amplamente consideradas pela Administração Superior na definição das estratégias a serem aplicadas, na realização de suas ações e no estabelecimento e consolidação de importantes relações com membros, servidores, estagiários, prestadores de serviços, autoridades e a sociedade

em geral.

Atividades desenvolvidas no período:

- Planejamento, organização e execução de diversos eventos, tais como: solenidades de posses, inaugurações, audiências públicas, atos de assinaturas de documentos, cursos, conferências, congressos, seminários, simpósios, workshops, encontros, semanas, palestras, dentre outros;
- Estruturação e organização do espaço físico e recursos necessários à realização de eventos em geral;
- Requerimento de ornamentação (flores) para eventos, recursos materiais e outros que se fizerem necessários;
- Confeção e expedição de convites;
- Articulação com o cerimonial de órgãos externos nos âmbitos municipal e estadual, realizando contatos prévios, principalmente quando da participação de autoridades do Ministério Público em eventos externos, enfatizando as questões protocolares;
- Recepção, acompanhamento e organização protocolar de visitas oficiais de autoridades;
- Acompanhamento da agenda de eventos de iniciativa do Ministério Público;
- Manutenção e atualização de etiquetas de autoridades para envio de correspondência;
- Acompanhamento e assessoramento à Procuradora-Geral de Justiça e demais membros do Ministério Público nas diversas solenidades, eventos e atos oficiais e protocolares externos de que participem institucionalmente, informando sobre todos os dados complementares à organização e programação e fazendo a defesa da Instituição no que diz respeito à precedência e posição na composição de mesa de honra/diretora;
- Contato com fornecedores de serviços e materiais e acompanhamento da montagem de estrutura e ambientação;
- Organização e montagem de mesas de honra e diretora, obedecendo as regras de precedência e a forma de tratamento correspondentes a cada personalidade e providências relativas a reserva dos assentos, assim como a identificação e recepção de autoridades e convidados;
- Elaboração de roteiros e scripts das cerimônias;
- Confeção de cartões de nominata;
- Orientação do Mestre de Cerimônia contratado;
- Recepção e acomodação das autoridades durante o decorrer dos eventos e conferência da lista das autoridades presentes e encaminhamento da mesma à Presidência da Mesa;
- Coordenação e supervisão de pessoal de apoio, como recepcionistas, garçons, seguranças, motoristas, entre outros;

- Contato prévio com os departamentos e serviços de apoio envolvidos ou participantes dos eventos da organização;
- Correspondência eletrônica;
- Desempenho de outras atribuições compatíveis com o seu âmbito de atuação.
- Emissão de Passagens Aéreas.

Tabela 79: Comparativo de Eventos (2012-2013)

| EVENTOS | 2012 | 2013 |
|---|-----------|------------|
| Seminários, Lançamentos, Solenidades, Titularização, Aberturas, Congressos, Eleições, Encontros, Palestras, Oficinas, Campanhas | 27 | - |
| Ação Social | - | 2 |
| Solenidades | - | 3 |
| Encontros, Simpósios, etc. | - | 9 |
| Campanhas | - | 9 |
| Concurso | - | 1 |
| Caminhada | - | 1 |
| Eleição | - | 3 |
| Reunião | 4 | 30 |
| Pedra Fundamental | 3 | - |
| Posses | 7 | 3 |
| Inauguração/Reformas (Promotorias no Interior, Memorial, etc) | 6 | 5 |
| Audiências Públicas | 14 | 11 |
| Comemorações | 8 | 5 |
| Cursos, palestras, oficinas, fóruns e capacitações. | 2 | 26 |
| Acompanhamentos Externos | 14 | 12 |
| TOTAL GERAL | 84 | 120 |

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ-MA, 2013

Tabela 80: Quantitativo de Eventos (2012-2013)

| QUANTITATIVO DE EVENTOS REALIZADOS EM 2013 | |
|--|------------------------------------|
| Eventos internos | 108 |
| Acompanhamentos a eventos externos | 12 |
| TOTAL | 120 Eventos (43% > 2012) |

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ-MA, 2013

Tabela 81: Emissão de passagens áreas em 2013

| MÊS | BILHETES EMITIDOS | | | TOTAL |
|--------------------|-------------------|------------|-----------|------------|
| | MEMBROS | SERVIDORES | OUTROS | MENSAL |
| Janeiro | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Fevereiro | 12 | 4 | 2 | 18 |
| Março | 35 | 15 | 4 | 54 |
| Abril | 26 | 18 | 0 | 44 |
| Maiο | 29 | 27 | 5 | 61 |
| Junho | 22 | 13 | 1 | 36 |
| Julho | 18 | 13 | 0 | 31 |
| Agosto | 34 | 14 | 0 | 48 |
| Setembro | 34 | 12 | 11 | 57 |
| Outubro | 38 | 15 | 23 | 76 |
| Novembro | 28 | 17 | 10 | 55 |
| Dezembro | 10 | 0 | 1 | 11 |
| TOTAL ANUAL | 286 | 148 | 57 | 491 |

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ-MA, 2013

Tabela 82: Comparativo de emissão de passagens aéreas (2012-2013)

| QUANTITATIVO DE PASSAGENS AÉREAS | |
|---|------------|
| Passagens em 2012 (Agosto a Dezembro) * | 200 |
| Passagens em 2013 (Agosto a Dezembro) | 247 |
| Total Geral de Passagens em 2013 | 491 |

Fonte: Chefia de Cerimonial/PGJ-MA, 2013

* Período que passou para a Chefia de Cerimonial, representando um aumento de 23,5% de emissão de bilhetes.

13 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA

13.1 COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA

13.1.1 ACOMPANHAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS:

13.1.1.1 Construções e Reformas concluídas.

- Recuperação estrutural da sede das Promotorias de Justiça da Capital;
- Construção da sede da Promotoria de Justiça de São Bento;
- Reforma da sede das Promotorias de Justiça de Timon;
- Reforma de Instalações elétricas da Promotoria de Santo Antônio dos Lopes;

13.1.1.2 Construções parcialmente executadas

- Nova Sede da Procuradoria Geral de Justiça – 93%
- Nova sede das Promotorias de Justiça de Maracaçumé – 76,56%;
- Nova sede da Promotoria de Justiça de Pindaré-Mirim – 42,86%;
- Nova sede da Promotoria de Justiça de Gov. Eugênio Barros – 30,73%;
- Nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz – 0,00% (aguardando emissão de documentação para início das obras Alvará, Licenças etc.).

13.1.1.3 Reformas parcialmente executadas

- Instalações elétricas e lógicas das Promotorias de Justiça de Santa Inês – (aguardando mudança do prédio sede para outro imóvel);
- Instalações elétricas do prédio sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz – 73,77%;
- Aditivo para Instalações elétricas do prédio sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz.

13.1.1.4 Reformas por Manutenção Predial da Capital

- Prédio sede da PGJ (pinturas de paredes e forro de vários ambientes, aplicação de piso e revestimento em banheiros, aplicação de vaso

sanitário, substituição de torneiras e execução de pontos hidro-sanitários, recolocação de esquadrias, retirada de divisórias, revisões e instalação de pontos elétricos de luz e força, revisão de toda cobertura com correção de vazamentos);

- Sala para Motoristas;
- Memorial do Ministério Público;
- PJECCA;
- GAECO;
- Corregedoria;
- 2ª Promotoria da Infância e Juventude (Madre Deus);
- Promotorias de Justiça de São José de Ribamar.

13.1.1.5 Reformas por Manutenção Predial do Interior

- Promotorias de Justiça de Santo Antônio dos Lopes, Açailândia, Caxias, Santa Luzia, Icatu, Rosário, Santa Rita, Montes Altos, Estreito, Grajaú, Arari, Buriticupu, Itapecuru-Mirim, Anajatuba e Anexo da Promotoria de Justiça de Imperatriz.

13.1.1.6 Serviços de Engenharia

- Consultoria especializada em obra de reabilitação estrutural (PHD Engenharia LTDA);
- Levantamentos planialtimétricos e sondagem de terreno para construção das Promotorias de Justiça de: Coelho Neto, Governador Eugênio Barros, Colinas, Barra do Corda, Pindaré Mirim, Maracaçumé, São Bento, São João Batista e Paço do Lumiar.

13.1.2 PROJETOS ELABORADOS

13.1.2.1 Projeto de reformas e construções de sede de Promotorias

- Construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Paço do Lumiar (em licitação);
- Construção da nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz (licitado);
- Construção de nova sede da Promotoria de Justiça de Governador Eugênio Barros (em Construção);
- Construção da nova sede das Promotorias de Barra do Corda (incompleto);
- Construção da nova sede de Pindaré-Mirim (em construção);

- Construção da nova sede das Promotorias de Colinas (em construção);
- Reforma do prédio sede da Promotoria de Loreto (revisão do Projeto Básico);
- Reforma do prédio sede da Promotoria de Dom Pedro;
- Revisão geral do *layout* e Projeto Elétrico da nova sede da PGJ (em elaboração);
- Reforma geral da sede das Promotorias de Justiça da Capital (em licitação).

13.1.3 VISTORIAS REALIZADAS:

13.1.3.1 Avaliação de valor locativo de imóveis (Municípios)

- Timbiras, São Vicente Férrer, São Pedro da Água Branca, Loreto, Morros, São Luís (Escola Superior do MP), Santa Inês, Zé Doca, Poção de Pedras, Paulo Ramos, Itinga do Maranhão, Senador La Roque, Casas do Lusitana (Promotorias da Capital), Hotel Panorama Palace (Promotorias da Capital), Magalhães de Almeida, Pedreiras, Poção de Pedras e Coroatá.

13.1.3.2 Levantamentos para elaboração de laudo de perícias

- Ilha de Tauá Mirim (Rede Elétrica);
- Avenidas de Paço do Lumiar;
- Acessibilidade em Terminais de Integração;
- Acessibilidade na Escola Maple Bear Canadian School;
- Acessibilidade na Edifício Office Tower;
- Acessibilidade na Escola Crescimento;
- Acessibilidade no DETRAN;
- Vistoria na Casa de Detenção (CADET) São Luís;
- Vistoria na CCPJ Anil;
- Contrato de Locação de Galpão da SEDUC (Imperatriz-MA).

13.1.3.3 Levantamentos de situação de instalações elétricas

- Promotorias de Justiça de Santa Rita, Tutóia, Itapecuru-Mirim, São José de Ribamar, Vagem Grande, Chapadinha, Urbano Santos, São Bernardo e sede da PGJ São Luís.

13.1.3.4 Vistorias de obras em execução durante o ano

- Recuperação estrutural do prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital;
- Novo prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça;
- Promotorias de Justiça de São Bento, Timon, Maracaçumé, Gov. Eugênio Barros, Pindaré-Mirim e Sistema de Abastecimento de Água das Promotorias de Justiça de Açailândia (Poço).

14 GESTÃO DE BENS PATRIMONIAIS

A Gestão de Bens Patrimoniais engloba as atividades de controle, utilização, guarda e conservação dos bens permanentes do Ministério Público, tanto os bens móveis quanto os imóveis, compreendendo, ainda, o planejamento de aquisição e reposição de materiais de consumo, ambos através da abertura do competente procedimento administrativo ou, em caráter excepcional, mediante compra direta; elaboração de mapas de cotação; realização de recebimento de materiais.

14.1 COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os arts. 69 e seguintes do Ato Regulamentar nº 02/2008-GPGJ, a Coordenadoria de Administração é a unidade administrativa incumbida de coordenar e acompanhar a execução das atividades de: aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como diversas outras atribuições compatíveis com a natureza de suas atividades.

Cumpre, igualmente, à Coordenadoria de Administração, prestar, no âmbito de suas atribuições, informações e assistência à comissão permanente de licitações; organizar, controlar o consumo de materiais e estabelecer níveis de estoque adequados; emitir relatórios para controle de consumo de materiais e velar pela manutenção do almoxarifado.

Registre-se, outrossim, importante incumbência da Coordenadoria de Administração, consistente na orientação das demais unidades operacionais, quanto à forma de requisição e utilização de materiais; fornecendo descrições completas de materiais, facilitando a realização dos pedidos.

Importante ainda destacar a tarefa de identificação dos **bens móveis**, com afixação de plaquetas, para fins de inventário; a deflagração e acompanhamento de processos administrativos tendentes a viabilizar a alienação de tais bens, considerados em desuso ou inservíveis, nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012-GPGJ; além da orientação sobre a utilização dos materiais permanentes;

14.1.1 Dos recursos financeiros despendidos em 2013

Visando-se a plena desincumbência dos misteres institucionais regimentalmente cometidos à Coordenadoria de Administração, foram empregados, durante o exercício financeiro de 2013, recursos orçamentários da ordem de **R\$ 6.980.585,14** (seis milhões, novecentos e oitenta mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quatorze centavos) para a aquisição de **materiais permanentes**, e o montante de **R\$ 2.583.066,23** (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, sessenta e seis reais e vinte e três centavos) para **materiais de consumo**.

14.1.2 Das melhorias implementadas em 2013

Almejando o cumprimento das metas previstas para o exercício de 2013, a Coordenadoria de Administração buscou viabilizar o suprimento das necessidades de materiais de consumo e permanente das novas sedes da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, das Promotorias de Justiça de entrância inicial, intermediária e final, assim como às Procuradorias de Justiça e diversas unidades administrativas sediadas no prédio da Procuradoria-Geral de Justiça.

No presente exercício financeiro, a Coordenadoria de Administração, em parceria com a Diretoria-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, e dos membros do Ministério Público detentores de carga patrimonial, atuantes nas Unidades de Execução situadas na capital e interior do Estado, em conformidade com as disposições da Ordem de Serviços nº 01/2012-GPGJ, publicada em 16 de agosto de 2012, conferiu plena eficácia à política institucional de desfazimento de bens inservíveis, dando um salto qualitativo e quantitativo sem precedentes.

Apenas para ilustrar o avanço obtido, antes do advento do ato normativo acima citado, da criação da Seção de Patrimônio, que passou a acompanhar diariamente a tramitação dos procedimentos administrativos relacionados ao desfazimento de bens, instruindo-os com a documentação necessária para a sua apreciação por parte da Instituição Ministerial, e da criação da Assessoria Jurídica da Administração, alguns destes chegavam a tramitar por vários meses, e em casos extremos, até mesmo anos.

Todavia, o quadro até então instalado, sofreu drásticas transformações no final do exercício financeiro de 2012, valendo registrar, que com o aperfeiçoamento dos tramites processuais pertinentes, somente no exercício financeiro de 2013, cerca de 24 (vinte e quatro) procedimentos administrativos deflagrados para o viabilizar o desfazimento de bens inservíveis, foram inaugurados e concluídos já no mesmo exercício, havendo ainda vários outros em vias de serem concluídos, tendo sido **doados a instituições beneficentes, mais de 1.000 (mil) itens**, contemplando, até este momento, **24 (vinte e quatro) instituições beneficentes**, o que resulta em uma média superior à de 02 (dois) procedimentos administrativos instaurados e concluídos por mês, algo jamais ocorrido no âmbito desta Procuradoria-Geral de Justiça.

A agilidade implementada no trâmite dos procedimentos administrativos

relacionados ao desfazimento de bens inservíveis traz vários benefícios não apenas para a Instituição Ministerial, como para toda a sociedade, pois que libera as Promotorias de Justiça espalhadas por todo o estado do ônus de manter em suas sedes materiais sem qualquer utilização, o mesmo podendo ser dito quanto ao espaço útil dos galpões destinados ao funcionamento dos almoxarifados da instituição, cuja retirada de materiais inservíveis implica em melhor eficiência na armazenagem de novos materiais, facilitando até mesmo o planejamento da aquisição de materiais, especialmente os de natureza permanente que ocupam quantidade significativa de espaço. Beneficia ainda entidades de interesse social, com a entrega, mediante doação, de bens passíveis de serem utilizados no atingimento de suas funções estatutárias, em total sintonia com o interesse público primário.

Acresça-se, ainda, o fato de que as Promotorias de Justiça do Interior passaram a ter autonomia para designar comissões presididas pelos respectivos diretores, encarregadas da avaliação e classificação dos bens a serem doados, além da destinação dos mesmos a entidades beneficentes situadas nas próprias comarcas, sem a necessidade de prévia remessa de tais bens para guarda nos almoxarifados da capital e posterior destinação a entidades beneficentes aqui instaladas.

No presente exercício financeiro, foi dada continuidade aos trabalhos de inventários de materiais de consumo e permanente, conforme estabelece o art. 58 da Ordem de Serviço nº 012/2005, que regulamenta a realização de inventários no âmbito do Ministério Público, com especial destaque à regularização da documentação relativa aos bens imóveis de propriedade de nossa instituição, tendo sido envidados esforços no sentido de obtenção das escrituras públicas de doação de imóveis, renovação de contratos de cessão de uso e assinatura de novos instrumentos congêneres a este último.

Tabela 83: Renovações de cessão de uso efetuadas entre o final do exercício de 2012 e o exercício 2013.

| ITEM | COMARCA | PRAZO DA CESSÃO |
|------|-------------------------|---|
| 1 | ANAJATUBA | Cessão de Uso por 5 anos em 14/08/13 |
| 2 | COROATÁ | Cessão de Uso por 5 anos em EM 14/08/2013 |
| 3 | JOÃO LISBOA | Cessão de Uso por 5 anos em em 16/01/2013 |
| 4 | TIMBIRAS | Cessão de Uso por 5 anos em 19/07/2013 |
| 5 | MIRADOR | Cessão de Uso por 5 anos em 14/08/2013 |
| 6 | PASTOS BONS | Cessão de Uso por 5 anos em 15/07/2013 |
| 7 | PORTO FRANCO | Cessão de Uso por 5 anos em 16/01/2013 |
| 8 | SÃO JOAO BATISTA | Cessão de Uso por 5 anos em 01/08/2013 |
| 9 | LORETO | Cessão de Uso por 5 anos em 19/07/2013 |

| | |
|--------------|---|
| TOTAL | 09 (nove) cessões de uso renovadas em 2013 |
|--------------|---|

Fonte: CAD/PGJ-MA, 2013

Por fim, ainda no que diz respeito a inventários, a Seção de Patrimônio praticamente concluiu um mega trabalho de envio, recebimento e processamento de informações constantes dos formulários de pré-inventários dos bens pertencentes a todas as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão, culminando no **levantamento da situação patrimonial de mais de 40.000 (quarenta mil) itens de material permanente**, e atualização dos registros patrimoniais do SIAGEM, etapa essa de fundamental importância para o cumprimento das Novas Normas de Contabilidade Pública, sobretudo no que diz respeito à realização de depreciação de bens.

14.1.3 Aquisição de Material Permanente

A Procuradoria Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou **4.522 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois) itens**, valendo destacar a aquisição de **828** (oitocentos e vinte e oito) itens mobiliários (poltronas e cadeiras); **915** (novecentos e quinze) livros e revistas; **03** (três) elevadores; **500** (quinhentos computadores); **383** (trezentos e oitenta e três estabilizadores); **502** (quinhentos e dois) nobreaks; **89** (oitenta e nove) condicionadores de ar; **15** (quinze) veículos, **300** (trezentos) estrados de plástico; **01** (um) gerador de energia elétrica; **386** (trezentos e oitenta e seis) impressoras; **67** (sessenta e sete) racks/informática, dentre outros.

Tabela 84: Materiais permanentes adquiridos em 2013

| TRIMESTRES | EQUIP. DE INFORM. | EQUIP. ELETRO-ELETRÔN. | MOBÍLIA | VEÍCULOS | DIVERSOS |
|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| 1° | 843.250,00 | 87.656,00 | 214.926,90 | 175.900,00 | 70.425,96 |
| 2° | 380.818,00 | 57.593,76 | 170.061,08 | 0 | 16.781,80 |
| 3° | 1.693.400,00 | 57.920,00 | 622.758,76 | 428.706,50 | 0 |
| 4° | 1.463.444,00 | 81.509,70 | 175.433,00 | 396.380,00 | 43.619,68 |
| TOTAL | 4.380.912,00 | 284.679,46 | 1.183.179,74 | 1.000.986,50 | 130.827,44 |
| TOTAL GERAL R\$ | | | | | 6.980.585,14 |

Fonte: CAD/PGJ-MA, 2013

Tabela 85: Detalhamento dos materiais permanentes adquiridos em 2013

| MATERIAIS PERMANENTES ADQUIRIDOS 2013 | | |
|--|-------------|--------------------|
| ITEM | QTD. | VALOR GERAL |
| AR CONDICIONADO | 89 | 88.584,00 |
| ARMÁRIO | 10 | 7.080,00 |
| ARQUIVO | 5 | 3.750,00 |
| BOMBA SUBMERSA | 1 | 180,00 |
| CADEIRAS/LONGARINA | 245 | 153.896,00 |
| CENTRAL TELEFÔNICA | 21 | 20.816,70 |
| CERCA ELÉTRICA | 2 | 9.003,00 |
| COMPUTADOR | 500 | 1.660.000,00 |
| ELEVADOR | 3 | 600.000,00 |
| ESTANTE | 18 | 6.168,00 |
| ESTABILIZADOR | 383 | 122.560,00 |
| ESTRADO DE PLÁSTICO | 300 | 29.904,00 |
| FAX/TELEFONE | 270 | 60.140,00 |
| FRAGMENTADORA | 15 | 35.100,00 |
| GERADOR | 1 | 67.500,00 |
| IMPRESSORA | 386 | 308.077,00 |
| LEITOR CÓDIGO DE BARRAS | 5 | 700,00 |
| LIVROS/REVISTA | 915 | 109.495,75 |
| LIXEIRA | 6 | 1.855,00 |
| MESA | 2 | 478,00 |
| NOBREAK | 502 | 298.800,00 |
| POLTRONA | 583 | 373.568,08 |
| PORTÃO/MOTOR/CONTROLE | 2 | 2.400,00 |
| QUADRO | 25 | 1.708,10 |
| RACK | 67 | 688.403,00 |
| SERVIDOR DE APLICAÇÃO DE 1U | 10 | 428.820,00 |
| STORAGE | 22 | 447.974,00 |
| SWITCH | 12 | 329.674,00 |
| TELA DE PROTEÇÃO | 2 | 2.370,00 |
| TELEVISÃO | 2 | 2.180,00 |

| | | |
|------------------------------------|--------------|---------------------|
| TOLDO/PERSIANA | 91 | 21.154,25 |
| UNIDADE DE FITA MAGNÉTICA | 2 | 95.904,00 |
| VEÍCULOS | 15 | 1.000.986,50 |
| VENTILADOR | 12 | 1.355,76 |
| TOTAL | 4.522 | 6.980.585,14 |
| VEÍCULOS ADQUIRIDOS EM 2013 | | |
| ITEM | QTD. | VALOR GERAL |
| PALIO WEEKEND | 10 | 428.706,50 |
| RANGER | 3 | 291.000,00 |
| SW4 | 1 | 175.900,00 |
| VAN | 1 | 105.380,00 |
| TOTAL | 15 | 1.000.986,50 |

Fonte: CAD/PGJ-MA, 2013

14.1.4 Aquisição de Material de Consumo

Foram empregados durante o exercício de 2013, para a aquisição de materiais de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, recursos no montante de **R\$ 2.583.066,23 (dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, sessenta e seis reais e vinte e três centavos)**, sendo: **R\$ 31.607,79** (trinta e um mil, seiscentos e sete reais e setenta e nove centavos) em alimentos e bebidas; **R\$ 370.014,28** (trezentos e setenta mil, quatorze reais e vinte e oito centavos) em combustíveis e lubrificantes; **R\$ 509.137,60** (quinhentos e nove mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos) em expediente; **R\$ 51.377,10** (cinquenta e um mil, trezentos e setenta e sete reais e dez centavos) em impressos; **R\$ 990.123,29** (novecentos e noventa mil, cento e vinte e três reais e vinte e nove centavos) na compra de suprimentos de informática; **R\$ 206.048,00** (duzentos e seis mil e quarenta e oito reais) para compra de peças para veículos; além de **R\$ 424.758,17** (quatrocentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos) para aquisição de outros materiais de consumo.

Tabela 86: Lista de Materiais de Consumo adquiridos em 2013

| TRIM. | ALIM.E BEBIDAS | COMB. E LUBRIF. | EXPED. | IMPRESSOS | SUPRIM. DE INFORMÁTICA | OUTROS MAT. DE CONSUMO | PEÇAS PARA VEÍCULOS |
|-------|-------------------|--------------------|-----------|-----------|---------------------------|------------------------------|------------------------|
| 1° | 4.400,92 | 69.787,93 | 27.606,10 | 3.730,00 | 142650 | 86.641,80 | 33.838,00 |
| 2° | 12.186,76 | 98.852,35 | 83.966,00 | 30.584,20 | 28.233,30 | 59.897,19 | 34.056,00 |

| | | | | | | | |
|--------------------|------------------|-------------------|-------------------|------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| 3° | 4.259,91 | 97.251,00 | 166.951,50 | 13.483,95 | 85.175,00 | 217.985,96 | 81.543,00 |
| 4° | 10.760,20 | 104.123,00 | 230.614,00 | 3.578,95 | 734.064,99 | 60.233,22 | 56.611,00 |
| SUB-TOTAL | 31.607,79 | 370.014,28 | 509.137,60 | 51.377,10 | 990.123,29 | 424.758,17 | 206.048,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | | | 2.583.066,23 |

Fonte: CAD/PGJ-MA, 2013

15 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Gestão da Tecnologia da Informação ou Gestão da TI é a administração da infraestrutura de hardware, software, banco de dados, telecomunicações e pessoas, visando alinhar essa infraestrutura (TI) às atividades fins do Ministério Público, reduzindo seus custos e a depender do core business alcançar vantagem competitiva ou prestar melhores serviços.

15.1 COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CMTI

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação relacionados ao *software* e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações, e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

15.1.1 COORDENADORIA

15.1.1.1 Processos Licitatórios, Adesões e Aquisições

Acompanhamento de processos licitatórios, adesões a Atas de Registro de Preços e aquisições:

Aquisição de baterias seladas para *nobreaks* de pequeno porte

Beneficiário (s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Empenho emitido. Material já recebido e utilizado nos *nobreaks* dos *desktops*.

Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida a desktops utilizados no MPMA.

Aquisição de 200 carteiras funcionais para Membros

Resultado(s) obtido(s): Processo concluído. Empenho emitido. Em fase de coleta de informações atualizadas de membros para emissão das carteiras.

Impactos: Carteiras com tecnologia nova que inclui novo padrão ICP-BRASIL (V2) e sensor de proximidade.

Contratação de Serviços Fábrica de Software

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Contrato celebrado. Empenho emitido. Início dos trabalhos visando a implantação do Sistema de DIGIDOC, sistema virtual de procedimentos administrativos.

Impactos: Melhoria no desenvolvimento de sistemas informatizados.

Celebrado 2º Aditivo ao contrato n. 037/2011 (Rede de dados INFOVIA)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Contrato celebrado. Empenho emitido.

Impactos: Garantia da conectividade e bom andamento de serviço essencial para as atividades das áreas meio e fim do MPMA.

Aquisição de 05 leitores de código de barras

Beneficiário(s): Promotoria de Justiça da Infância e Juventude do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Empenho emitido. Aguardando entrega dos leitores.

Impactos: Melhoria no atendimento às demandas da sociedade para com a Promotoria de Justiça.

Contratação de serviços de comunicação baseado em SMS Institucional

Resultado(s) obtido(s): Aguardando conclusão de certame licitatório.

Impactos: Melhoria no alcance das informações institucional através de canal de comunicação baseado em mensagens SMS.

Aquisição de 383 (trezentos e oitenta e três) impressoras e

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Impressoras e tonners devidamente entregues pela contratada. Equipamentos já distribuídos aos setores requisitantes, em atendimento ao Ato Regulamentar n. 04/2012-GPGJ.

Impactos: Melhoria dos serviços prestados.

Aquisição de Equipamentos de Infraestrutura de TI

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Concluída licitação. Equipamentos devidamente recebidos, com base nos pedidos realizados através dos PAs 4358AD/2013, 4359AD/2013 e 4362AD/2013, configurados e em fase de entrega e instalação dos softwares gerenciais e de controle (DIGIDOC e SIMP).

Impactos: Melhoria da experiência dos usuários na utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área fim do Ministério Público através de mecanismos de armazenamento para grandes volumes de dados.

Aquisição de Impressoras do Tipo Plotter

Beneficiário(s): Coordenadoria de Obras Engenharia e Arquitetura, Grupo Estadual de Combate a Organizações Criminosas e CMTI;

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Equipamentos devidamente recebidos através do PA 5478AD/2013, já instalados e em pleno funcionamento no GAECO, COEA e na CCOM.

Impactos: Melhoria dos serviços prestados e economia de tempo e financeira (impressões de plantas AUTOCAD em A0 eram feitas através de adiantamento).

Serviços de Comunicação e Colaboração baseada em nuvem

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Serviço já contratado, migrado e em pleno funcionamento. Realizada migração de todas as contas de e-mails de membros e servidores, feita ampla divulgação no site do MPMA, além de palestra proferida em dez/2013, durante a Semana Nacional do Ministério Público.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos serviços de e-mail, comunicação interna, videoconferência, armazenamento de arquivos Institucionais e, por consequência, a disponibilidade e continuidade dos serviços disponibilizados em ambiente colaborativo baseado em nuvem.

Aquisição de Grupo Gerador

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Equipamento devidamente recebido através de solicitação formal oriunda do PA 6613AD/2013 (Ata de Registro de Preços), já instalado e em pleno funcionamento na subestação do prédio sede da PGJ.

Impactos: Melhoria da disponibilidade da Infraestrutura do Datacenter da Procuradoria-Geral de Justiça e, por consequência, dos serviços de tecnologia da informação disponibilizados por estes.

Contratação de empresa para implantação do Sistema de Informação do

Ministério Público (SIMP)

Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Serviço contratado. Aguardando assinatura do contrato para início das atividades.

Impactos: Virtualização de processos judiciais e extrajudiciais garantindo maior confiabilidade, segurança, celeridade e controle de informações judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

Aquisição de 2000 carteiras funcionais para Membros

Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Gerada Ata de Registro de Preços. Pedidos para confecção das carteiras funcionais já iniciado.

Impactos: Carteiras com tecnologia nova que inclui novo padrão ICP-BRASIL (V2) e sensor de proximidade.

Aquisição de Licenças de *Software ORACLE*

Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Feito o primeiro pedido com base na Ata de Registro de Preços gerada. Aguardando o envio das licenças solicitadas.

Impactos: Segurança, confiabilidade e disponibilidade de informações judiciais e extrajudiciais através de armazenamento em sistema de gerenciamento de banco de dados de grande porte.

Aquisição de baterias seladas para *nobreak* de grande porte

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Baterias entregues e já instaladas nos *nobreaks*, atualmente em funcionamento no GAECO e nas Promotorias de Justiça da Capital.

Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida aos equipamentos de tecnologia da informação das centrais das Promotorias de Justiça da Capital e GAECO.

Aquisição de *nobreak* trifásico para DataCenter **Beneficiário(s):** Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Material entregue e devidamente instalado, estando em pleno funcionamento.

Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida ao Datacenter da Procuradoria-Geral de Justiça, possibilitando a instalação dos equipamentos de grande porte recém instalados.

Elaboração de Projeto Executivo de Cabeamento Estrutura, CFTV, Elétrica de TI, Controle de Acesso e Sonorização *In Door* para o novo prédio sede da PGJ

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura do contrato.

Impactos: Garantia de qualidade na elaboração dos projetos executivos, necessários para construção e instalação do ambiente de CFTV, segurança institucional, controle de acesso, elétrica de TI e sonorização *indoor* do novo prédio sede da PGJ/MA.

Aquisição de licenças *Windows Server* e *Sql Server* para DataCenter

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Licenças já disponibilizadas e em fase de instalação.

Impactos: Garantia de disponibilidade de serviços computacionais para manutenibilidade na qualidade dos serviços de tecnologia da informação.

Aquisição de baterias seladas para *nobreak* de pequeno porte

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura da Ata de Registro de Preços.

Impactos: Garantia de qualidade na energia fornecida aos equipamentos desktops que funcionam nas promotorias e setores do MPMA.

15.1.1.2 Processos, demais documentos e ações administrativos:

Tabela 87: Movimentação Processual

| MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL EM 2013 | |
|---|------|
| Processos Recebidos | 571 |
| Processos Despachados | 566 |
| Processos em andamento | 36 |
| Ofícios enviados | 689 |
| Memos enviados | 398 |
| Despachos encaminhados | 514 |
| Chamados abertos para atendimento a usuários | 2516 |
| Chamados encerrados para atendimento a usuários | 2526 |

Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2013

15.1.1.3 Outros procedimentos gerenciais:

Cadastramento do MPMA junto a ACJUS – Autoridade Certificadora do Judiciário e Ministério Público

Beneficiário(s): Membros e Servidores do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Efetivação do Cadastramento e autorização do MPMA para fazer uso dos certificados AC-JUS.

Impactos: Melhoria na identificação de membros e servidores no mundo virtual, através de uma autoridade certificadora que adiciona informações como função, lotação, matrícula e órgão, funcionando como uma identidade funcional digital.

Notificação – Descumprimento de Cláusulas Contratuais (Empresa DATAVOICE - PE)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Notificação encaminhada e aplicação de multa contratual.

Impactos: Melhoria na experiência e cumprimento das obrigações pactuada em contrato.

Rescisão de Contrato e aplicação de multa e sanções administrativas – Descumprimento de cláusulas contratuais (Empresa RG Sistemas)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Contrato rescindido. Solicitada aplicação de todas as sanções administrativas e multa no valor de 30% do contrato.

Impactos: Melhoria na experiência e cumprimento de ações inerentes às obrigações contratuais.

Formalização da necessidade de elaboração de termo de cooperação técnica visando interoperabilidade de dados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Encaminhado para a SECINST.

Impactos: Garantia da confiabilidade das informações encaminhadas pela Secretaria de Segurança, de forma online, através do SIMP.

Estudo acerca do uso do *MS Project* por parte da COEA

Beneficiário(s): Servidores da COEA e Administração Superior do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Análise realizada. Aguardando resultados de certames licitatórios para tomada de decisões.

Impactos: Rapidez e qualidade no fornecimento de informações acerca do andamento das obras e construções no âmbito do MPMA.

Participação da III Mostra de Software do CNMP

Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo, e sociedade.

Resultado(s) obtido(s): Durante a reunião foram apresentadas diversas soluções de softwares utilizadas pelos Ministérios Públicos.

Impactos: Troca de informações e experiências adquiridas.

Participação de reunião no CPTI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do CNMP

Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.

Resultado(s) obtido(s): Definidas ações para o grupo de interoperabilidade, com a criação de questionário para mapeamento das realidades ministeriais.

Impactos: Padronização das ações do Ministério Público Brasileiro.

Telefones inteligentes

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Aguardando a disponibilização de aparelhos telefônicos com tecnologia android.

Impactos: Melhoria na comunicação e colaboração entre membros do MPMA.

Requisitos operacionais para implantação do E-CIDADE – PA 5634AD/2013

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Notificação para que os setores administrativos que utilizarão o E-CIDADE detalhem os requisitos mínimos para o uso do sistema por parte dos referidos setores. Requisitos elaborados pelos setores e disponibilizados em termo de referência.

Impactos: Melhoria e otimização das rotinas administrativas da área meio do MPMA.

Coleta de sugestões para possíveis melhorias e adaptações do DIGIDOC

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Envolvimento de cada setor detentor do conhecimento específico do negócio oportunizando manifestações acerca de adequações e da inclusão de novas funcionalidades ou eventuais correções necessárias para a operação segura e adequada do sistema eletrônico de processos administrativos DIGIDOC.

Impactos: Melhoria na experiência e cumprimento de ações inerentes às obrigações contratuais.

Solicitação de Providências referente à problema elétrico no prédio sede da PGJ

Beneficiário(s): Servidores do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Solicitação de apuração das responsabilidades junto aos gestores do contrato face ao evento de sobrecarga ocorrida na manhã do dia 19/08/2013, resultado da manutenção corretiva ocorrida, onde uma série de equipamentos de informática foram danificados, a saber: 04 (quatro) placas-mãe de computadores positivo; 12 (doze) *nobreaks* de pequeno porte; e, 01 (um) *nobreak* de grande porte utilizado no Datacenter do GAECO.

Impactos: Garantia da qualidade da energia elétrica fornecida.

Estudo acerca da Adoção da Orientação Técnica TI CONTROLE n. 01/2010

Beneficiário(s): Administração Superior do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Proposta encaminhada para a Procuradora-Geral de Justiça. Em fase final de análise.

Impactos: Rapidez na coleta de propostas comerciais válidas, proporcionando maior celeridade na elaboração de termos de referência.

Solicitação de espaço em estacionamento da PGJ/MA e reparo na estrutura de cabeamento lógico

Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.

Resultado(s) obtido(s): Possibilitou a instalação e funcionamento do grupo gerador adquirido.

Impactos: Melhoria na qualidade da energia elétrica fornecida ao DataCenter da PGJ, além de uma maior qualidade na transmissão de informações através da rede lógica interna.

Participação no 4º Congresso de Gestão do MP e da reunião no CPTI – Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do CNMP

Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.

Resultado(s) obtido(s): Apresentada a resolução 162/CNMP, além das definições de ações para os grupos que compõe o CPTI.

Impactos: Padronização das ações na área de gestão do Ministério Público Brasileiro.

Carteiras funcionais para Membros e Servidores – Aprovação de *Layout*

Beneficiário(s): O Ministério Público como um todo.

Resultado(s) obtido(s): Aprovado novo *layout*. Solicitação inicial de 160 (cento e sessenta) carteiras para Membros. Aguardando assinatura de contrato para confecção das referidas carteiras.

Impactos: Melhoria no uso de certificados digitais e na identidade funcional de Membros e Servidores.

15.1.2 SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Sistema de OUVIDORIA

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Sistema desenvolvido, e em pleno funcionamento.

Impactos: Melhoria e qualidade no atendimento e acompanhamento das demandas dos cidadãos, e integração com demais ouvidorias no âmbito do Ministério Público brasileiro, viabilizando o compartilhamento de informações.

Reformulação do Portal Institucional

Beneficiário(s): Membros, Servidores e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Disponibilizada nova identidade visual mais objetiva e enxuta.

Impactos: Objetividade no fornecimento de informações para a sociedade.

Mudança do domínio mp.ma.gov.br para mpma.mp.br

Beneficiário(s): Membros, servidores e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Domínio totalmente migrado, com a mudança nos endereços de todos os sistemas web, portal institucional, intranet e contas de e-mail.

Impactos: Melhor acessibilidade, identificação virtual independente, e atendimento à Resolução CNMP nº 91/2013.

Criação do Formulário eletrônico CNMP – Questionário do Grupo de Trabalho Interoperabilidade

Beneficiário(s): Ministério Público brasileiro.

Resultado(s) obtido(s): Formulário eletrônico desenvolvido. Encaminhado para representante de TI de cada Ministério Público. Aguardando coleta de informação dos representantes para consolidação dos dados e apresentação de diagnóstico.

Impactos: Melhoria e padronização na troca de informações entre os Ministérios Públicos e o Judiciário.

Nova intranet – <http://apps.mp.ma.gov.br/intranet/>

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Disponibilizado em ambiente de produção, conforme determinação da SECINST.

Impactos: Melhoria da comunicação interna e da disponibilização de novos serviços institucionais.

Portais setoriais – <http://apps.mp.ma.gov.br/cmti/>

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Criados portais setoriais para cada unidade da área

meio do MPMA. Realizado treinamento com todos os representantes de cada área.

Impactos: Melhoria da comunicação interna e da disponibilização dos serviços institucionais.

Criação de Hotsite – Fórum permanente do MPMA

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Hotsite criado. Formulário de inscrições online. Incluído informações sobre a PEC37 e novo formato do Fórum permanente, conforme informações repassadas pela SECINST.

Impactos: Melhoria na troca de experiências entre membros do MPMA e debate acerca das situações atuais.

Criação de Hotsite – Oficina sobre Improbidade Administrativa realizada entre MPMA e CGU

Beneficiário(s): Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Hotsite criado. Formulário de inscrições online. Incluído informações acerca da oficina.

Impactos: Melhoria na troca de experiência entre Membros do MPMA e CGU.

Sistema de E-CIDADE

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Elaborado termo de referência contendo todos os requisitos demandados formalmente pelo setores administrativos que receberão o referido sistema.

Impactos: Melhoria e integração das ações de execução e controle das informações de compras, financeiro, licitação, folha de pagamento e recursos humanos.

Sistema de Controle de Portarias e Substituição de Membros

Beneficiário(s): Membros, Corregedoria do MPMA e Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Resultado(s) obtido(s): Desenvolvimento em fase de conclusão.

Impactos: Melhoria no controle das ações internas do MPMA.

DIGIDOC

Beneficiário(s): Membros e Servidores.

Resultado(s) obtido(s): Criação da comissão responsável pela implantação do sistema DIGIDOC; revisão das tabelas de assuntos e mapeamento de fluxo inicial; e, disponibilização de ambiente de homologação.

Impactos: Melhoria e celeridade na tramitação de processos administrativos.

Aquisição de Certificado Digital A1 para Servidor (Equipamento)

Beneficiário(s): Membros, servidores e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Em fase de assinatura de contrato para fornecimento por parte do SERPRO.

Impactos: Melhoria no uso do sistema de interceptação telefônica.

Implantação do Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP

Beneficiário(s): Ministério Público brasileiro.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura de contrato.

Impactos: Melhoria e controle informatizado dos processos judiciais/extrajudiciais recebidos e encaminhados pelas Promotorias de Justiça.

Aquisição de Licenças e Serviços ORACLE

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Licitação concluída. Aguardando assinatura de contratos.

Impactos: Melhoria no gerenciamento das bases de dados dos sistemas informatizados da Instituição.

Protocolo de Inquéritos Policiais

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Concluído. Aguardando homologação da Secretaria para Assuntos Institucionais.

Impactos: Melhoria no gerenciamento e controle entre as promotorias de justiça e delegacias.

15.1.3 Outras implementações

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações:

Tabela 88: Outras demandas da CMTI em 2013

| SISTEMAS | DEMANDA | USUÁRIO |
|------------------------------------|---|---------|
| Requisição de Materiais de Consumo | Criação de Relatório de Notas Fiscais Emitidas; inclusão de novos parâmetros nos relatórios de pedidos detalhados e pedidos recebidos no setor. | CAD |

| | | |
|---|--|--|
| Catálogo de Móveis | Criação, no portal setorial da CAD, de relatório contendo informações e fotos de todos os móveis disponíveis para entrega. | CAD |
| Distribuição de processos das Promotorias da Capital | Alteração e melhorias no sistema de protocolo para atendimento ao Ato nº 195/2012- GPGJ referente à Resolução nº09/2012-CPMP | P. Capital |
| Implantação do sistema GAECO Atua | Sistema desenvolvido para atividades inerentes ao GAECO. | GAECO |
| Banco Nacional de Projetos do CNMP | Disponibilização de Sistema de Cadastro de Projetos do CNMP | Membros do MPMA |
| Sistema de Registro de Ocorrências | Registro de ocorrências relacionadas a lei maria da penha. | 16ª Promotoria Especializada de Defesa da Mulher |
| Procedimento de Inquérito Policial | Criação de ambiente para início dos trabalhos de desenvolvimento do referido sistema. | Membros do MPMA |
| Requisição de Materiais de Consumo | Disponibilização de página informativa e desativação do sistema de requisição de materiais, durante período de inventário. | CAD |
| Internet | Estatística de notícias do ano de 2013 do site do MPMA para elaboração do relatório de atividades da CCOM; | CCOM, SECINST e CGP |
| | Inclusão de matérias no site do MPMA solicitadas pela Coordenadoria de Comunicação incluindo páginas do programa de rádio; | |
| | Inclusão de novos relatórios de obras em andamento do MPMA na página da transparência; | |
| | Inclusão de novos documentos na página de concursos de servidores; | |
| | Elaboração e publicação de páginas referente à Semana Nacional do MP e Escala de plantão durante período de recesso. | |

Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2013

15.1.4 SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES

Atividades desenvolvidas em 2013:

VPN GAECO - SEMIT

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Conclusão e implantação da rede virtual entre o MPMA e a Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação.

Impactos: Melhorias na experiência de ações preventivas.

Suporte aos 118 (cento e dezoito) links de dados ativos

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): *Links* supervisionados e mantidos, destacando-se as atividades de detecção de problemas, abertura e acompanhamento de reparos nos mesmos, solicitação e acompanhamento de alteração de configuração em roteadores da rede do *Parquet*, solicitação e acompanhamento de mudança de endereços de *links* de Promotorias de Justiça (recentemente, Morros, São Pedro da Água Branca, Timbiras, Cururupu, São Bernardo, Cedral, Timon, Tasso Fragoso, etc).

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à conexão de dados de todos os setores do Ministério Público.

Preparação de DataCenter para Instalação física dos novos equipamentos adquiridos (Blade e Storage)

Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Equipamentos devidamente instalados e configurados. Aguardando a aquisição dos *softwares* de virtualização e licenças microsoft para ativação e utilização em ambiente de produção.

Impactos: Melhoria na qualidade dos serviços de tecnologia da informação.

Elaboração de estudo, Termos de Referência, análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas para a aquisição de Sistema de Grupo Gerador, Serviço de Comunicação e colaboração baseado em nuvem, projetos executivos para construção da infraestrutura de rede lógica (cabearamento estruturado), elétrica de TI, CFTV, Controle de acesso e sonorização “in door”, nobreaks trifásicos

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Termos de referência elaborados e já encaminhados. Solicitação de realização de certame licitatório.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos serviços e qualidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade das ações das áreas meio e fim do MPMA.

Mudança de Endereço da Infraestrutura do circuito de dados (INFOVIA) que serve as Promotorias de Justiça da Capital

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Solicitação de mudança de endereço junto a empresa contratada devidamente realizada. Recebimento de informação, por parte da empresa, acerca de cobrança para realização de mudança de endereço, no valor de R\$ 20.000,00. Encaminhamento da situação para a Administração Superior do MPMA tomar as devidas providências. Aguardando retorno quanto ao prazo para conclusão dos serviços.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários quanto a utilização dos sistemas institucionais e dos serviços da área meio e fim do MPMA.

Instalação de circuito em Magalhães de Almeida

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Disponibilização de serviço de conectividade através de *link* satélite. Solicitação de instalação de circuito na localidade (em andamento).

Impactos: Melhorias na comunicação e colaboração.

Suporte aos 118 (cento e dezoito) links de dados ativos

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): *Links* supervisionados e mantidos, destacando-se as atividades de detecção de problemas, abertura e acompanhamento de reparos nos mesmos, solicitação e acompanhamento de alteração de configuração em roteadores da rede *parquet*, solicitação e acompanhamento de mudança de endereços de *links* de Promotorias de Justiça (recentemente, Loreto, ...etc).

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à conexão de dados de todos os setores do Ministério Público.

Suporte aos diversos setores do MPMA (PGJ e Promotorias da Capital e Interior)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Setores atendidos com suporte local (apoio à instalação de novos pontos de rede, configurações equipamentos, etc.) e remoto aos usuários na solução de problemas.

Impactos: Manutenção das condições de trabalho quanto à infraestrutura de tecnologia da informação de todos os setores do

Ministério Público.

Migração das Caixas Postais do e-mail Institucional Expresso para o Office365

Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Caixas postais migradas e preparação para uso do gerenciador de domínios AD (Microsoft).

Impactos: Melhoria na qualidade da comunicação e colaboração interna de Membros e Servidores.

Elaboração de estudo, Termo de Referência, análise de Atas de Registro de Preços e solicitação de propostas para a execução da infraestrutura de rede lógica (cabearamento estruturado), elétrica de TI, CFTV, Controle de acesso e sonorização “in door” para o novo prédio sede da PGJ

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Aguardando a elaboração e entrega do Projeto Executivo por parte da Contratada.

Impactos: Melhoria da disponibilidade dos serviços e qualidade dos equipamentos servidores e, por consequência, da disponibilidade e continuidade das ações das áreas meio e fim do MPMA.

Rede lógica do Prédio Sede das Promotorias de Justiça da Capital (Hotel Panorama)

Beneficiário(s): Servidores e membros do MPMA.

Resultado(s) obtido(s): Concluída a infraestrutura de rede lógica com base em estudo previamente definido pela CMTI; e realizada a instalação e preparação dos *switches*. Aguardando a mudança de endereço.

Impactos: Melhoria na experiência e funcionamento da rede lógica interna das Promotorias de Justiça da Capital.

15.1.5 SEÇÃO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE EQUIPAMENTOS E SEÇÃO DE ATENDIMENTO E SUPORTE AO USUÁRIO

Tabela 89: Equipamentos que se encontram em estoque e aquisições

| EQUIPAMENTOS | DISTRIBUÍDOS | ESTOQUE |
|-------------------|--------------|---------|
| Scanner | 16 | 0 |
| Impressoras Laser | 76 | 375 |
| Plotter | 3 | 0 |

| | | |
|---|-----|-----|
| Monitor LG | 56 | 22 |
| Computadores DELL | 226 | 375 |
| Nobreaks | 102 | 449 |
| Estabilizadores | 177 | 385 |
| Switch 8 portas | 15 | 16 |
| Switch 24 portas | 1 | 8 |
| Switch 26 portas | 4 | 6 |
| Switch 50 portas | 0 | 27 |
| Access Point (Roteador Wireless) | 3 | 60 |
| Grupo Gerador | 1 | 0 |
| Leitor de Código de Barras | 5 | 0 |
| Servidor de Aplicação 1U | 10 | 0 |
| Storage e Unidade de Expansão | 22 | 0 |
| Unidade de Fita Magnética (Backup) | 02 | 0 |

Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2013

15.1.6 Atendimento a usuários em 2013

Gráfico 9: atendimentos realizados em 2013



Fonte: CMTI/PGJ-MA, 2013

16 ATOS NORMATIVOS

16.1 LEIS - INSTITUCIONAIS

1. [LEI COMPLEMENTAR Nº 155, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 - Cria cargos de Promotor de Justiça, altera o Anexo Único da Lei Complementar Estadual nº 13/1991 \(Lei Orgânica do Ministério Público\) e dá outras providências.](#)
2. [LEI Nº 9.808, DE 30 DE ABRIL DE 2013 - Adequa os subsídios dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão ao novo subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com art. 108, da Lei Complementar Estadual nº 13/91.](#)

16.2 LEIS - SERVIDORES

1. [LEI Nº 9.925, DE 25 DE SETEMBRO DE 2013 - Altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.077/2004, de 7 de janeiro de 2004, fixa os valores dos cargos comissionados e das funções de confiança no Ministério Público do Maranhão e dá outras providências.](#)
2. [LEI Nº 9.885, DE 2 DE AGOSTO DE 2013 - Cria cargos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando o Anexo II e o Anexo VI da Lei Estadual nº 8.077/2004 e dá outras providências.](#)
3. [LEI Nº 9.809, DE 30 DE ABRIL DE 2013 - Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão para o exercício de 2013, altera anexos da Lei nº 8.077/2004, e dá outras providências.](#)
4. [LEI Nº 9.785, DE 3 DE ABRIL DE 2013 - Altera dispositivos das Leis Estaduais nºs 9.397/2011, de 14 de junho de 2011 e 9.517/2011, de 6 de dezembro de 2011, e dá outras providências. \(Redenominação de cargos\).](#)

16.3 RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES

1. [RESOLUÇÃO Nº 020/2013 - CPMP, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013. Altera a Resolução Nº 06/1998-CPMP, de 1º de julho de 1998, e a Resolução Nº 05/2003-CPMP, de 23 de março de 2003, que dispõem sobre o Grupo de Apoio aos Promotores de Justiça com Atuação no Tribunal do Júri.](#)
2. [RESOLUÇÃO Nº 019/2013-CPMP, DE 05 DE SETEMBRO DE 2013. Dispõe sobre reorganização das atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final, altera e revoga dispositivos e Anexos das Resoluções nº\(s\) 04/2010, 02/2011, 05/2011, 07/2012, todas do Colégio de Procuradores do Ministério Público do](#)

Estado do Maranhão, e dá outras providências.

3. RESOLUÇÃO Nº 18/2013 - CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a eleição destinada à composição da lista trílice para escolha do Ouvidor do Ministério Público, para o biênio 2013/2015.
4. RESOLUÇÃO Nº 17/2013 - CPMP, DE 29 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a eleição destinada à escolha dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, para o biênio 2013/2015.
5. RESOLUÇÃO Nº 16/2013 - CPMP, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012. Dá nova redação ao artigo 3º, caput, da Resolução 09/2010- CPMP e art. 5º, caput, da resolução nº 11/2010-CPMP.
6. RESOLUÇÃO Nº 15/2013 - CPMP, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2012. Dá nova redação ao artigo 3º, caput e parágrafo único da Resolução 04/2004 - CPMP. (Programa Memória)
7. RESOLUÇÃO Nº 14/2013 - CPMP, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Disciplina o processo de escolha do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Maranhão para 2013
8. RESOLUÇÃO Nº 13/2013 - CPMP, DE 16 DE JANEIRO DE 2013. Cria, na estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça, o Gabinete de Integração Operacional, institui a Câmara de Coordenadores dos CAOP's e dá outras providências.
9. RESOLUÇÃO Nº 12/2013 - CPMP, DE 15 DE JANEIRO DE 2013. Cria o Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação e dá outras providências.

16.4 RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR

1. RESOLUÇÃO Nº 02/2013 - CSMP, DE 16 DE JANEIRO DE 2013. Aprova, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o pagamento da Gratificação por Prestação de Serviço Extraordinário de que trata o art. 74, XIV da Lei Estadual nº 6.107/94.
2. RESOLUÇÃO Nº 003/2013 - CSMP, DE 08 DE JULHO DE 2013. Aprova o Regulamento do Concurso para Promotor de Justiça Substituto

16.5 ATOS REGULAMENTARES - GPGJ

1. [ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2013 - GPGJ/CGMP, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013. Dispõe sobre a criação e funcionamento do Grupo de Promotores de Justiça Itinerante - GPI, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.](#)
2. [ATO REGULAMENTAR Nº 18/2013-GPGJ, DE DEZEMBRO DE 2013. Estabelece os procedimentos de segurança aproximada de Membros, de seus familiares e de servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão. ÓRGÃO EMISSOR: Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJMA. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste Ato Regulamentar é indeterminado, a partir da data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2013. TEREZINHA DE JESUS GUERREIRO BONFIM Procuradora-Geral de Justiça, em exercício.](#)
3. [ATO REGULAMENTAR Nº 17/2013 - GPGJ, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2013. Estabelece os critérios para pagamento da Direção de Promotoria aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 134-A, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 148/2012, de 05 de setembro de 2012.](#)
4. [ATO REGULAMENTAR Nº 14/2013-GPGJ, DE 02 DE OUTUBRO DE 2013. Dispõe sobre o Adicional de Qualificação – AQ, de caráter permanente, destinado aos servidores estáveis do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art. 17-B, “caput” da Lei 8.077/2004.](#)
5. [ATO REGULAMENTAR Nº 13/2013-GPGJ, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013. Proceder as adaptações devidas, relativamente às designações das Promotorias de Justiça de Entrância Final, da Comarca da Capital, havidas em decorrência da nova distribuição de atribuições, por força da Resolução nº 19/2013 - CPMP, conforme disposto no Anexo Único, parte integrante deste Ato.](#)
6. [ATO REGULAMENTAR Nº 12/2013 - GPGJ, DE 09 DE AGOSTO DE 2013. Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2013/2014.](#)
7. [ATO REGULAMENTAR Nº 11/2013 - GPGJ, DE 08 DE AGOSTO DE 2013. Dispõe sobre a regulamentação do Processo de escolha para Direção das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Maranhão.](#)
8. [ATO REGULAMENTAR Nº 10/2013 - GPGJ, DE 11 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre os procedimentos e rotinas a serem adotados na contratação ou prorrogação contratual relativa à prestação de serviços de natureza continuada.](#)

9. [ATO REGULAMENTAR Nº 09/2013 - GPGJ, DE 11 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre os procedimentos e rotinas na contratação de bens e serviços, nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação e dá outras providências.](#)
10. [ATO REGULAMENTAR Nº 07/2013 - PGJ, DE 25 DE ABRIL DE 2013. Dispõe sobre a organização dos órgãos administrativos e de execução do Ministério Público Estadual.](#)
11. [ATO REGULAMENTAR Nº 06/2013 - GPGJ, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2013. Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 01/2008-GPGJ/CGMP que dispõe sobre as regras e procedimentos a serem adotados pelos órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça para a concessão, a suspensão, a interrupção e a alteração da escala de férias dos membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências. \(VER ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2008-GPGJ\)](#)
12. [ATO REGULAMENTAR Nº 05/2013 - GPGJ, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013. Fixa o valor do auxílio-alimentação destinado aos Membros do Ministério Público do Estado do Maranhão, na forma do art.132-A, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, com a redação dada pela Lei Complementar Estadual nº 148/2012, de 05 de setembro de 2012.](#)
13. [ATO REGULAMENTAR Nº 04/2013 - GPGJ, DE 23 DE JANEIRO DE 2013. Regulamenta a forma da concessão, da aplicação e da prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.](#)
14. [ATO REGULAMENTAR Nº 03/2013 - GPGJ, DE 15 DE JANEIRO DE 2013. Disciplina o programa de estágio não obrigatório para estudantes de ensino superior e de ensino profissional, no que se refere a vagas, seleção, investidura, direitos e deveres, vedações, bolsa e dispensa no Ministério Público Estadual e dá outras providências \(art. 46, da Lei Complementar nº 013/91\).](#)
15. [ATO REGULAMENTAR Nº 02/2013 - GPGJ, DE 02 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o cumprimento do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Maranhão, objetivando agilização de procedimentos investigativos, mediante a utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias\(SIMBA\).](#)
16. [ATO REGULAMENTAR Nº 01/2013 - GPGJ, DE 02 DE JANEIRO DE 2013. Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2013 e dá outras providências.](#)

16.6 ORDENS DE SERVIÇO - GPGJ

1. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2013-DG, DE 21 DE JANEIRO DE 2013. Determina à Coordenação de Obras, Engenharia e Arquitetura obter informações necessárias à aferição, retenção e recolhimento do ISS.](#)
2. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 02/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o afastamento de membros por até 3 dias - diárias e passagens.](#)
3. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o afastamento de membros - licenças de direito/especial e particular.](#)
4. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata de licença médica de membros.](#)
5. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata das férias de membros](#)
6. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 06/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre diárias cumulativas para membros](#)
7. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 07/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre o afastamento de servidores - licenças](#)
8. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 08/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata de licença médica de servidores](#)
9. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 09/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Trata de férias de servidores](#)
10. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre a avaliação de desempenho / aprovação em estágio probatório de servidores](#)
11. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 11/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013. Dispõe sobre progressão e promoção funcional de servidores](#)

12. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 12/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013.](#) Dispõe sobre [verbas indenizatórias a membros e servidores](#)
13. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 13/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013.](#) Dispõe sobre [contratação de bens e serviços por dispensa e inexigibilidade de licitação](#)
14. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 14/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013.](#) Dispõe sobre [pagamento decorrente da contratação de bens e serviços](#)
15. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 15/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013.](#) Dispõe sobre [licitação para contratação de bens e serviços](#)
16. [ORDEM DE SERVIÇO Nº 16/2013-DG, DE 31 DE JANEIRO DE 2013.](#) Dispõe sobre [locação de imóvel para funcionar como unidade ministerial](#)

16.7 RECOMENDAÇÕES - GPGJ

1. [RECOMENDAÇÃO Nº 01/2013-GPGJ, DE 10 DE JULHO DE 2013.](#) Dispõe sobre [requerimento a ser realizado nas audiências de instrução e julgamento de crimes de roubo cometidos no interior do transporte coletivo urbano nas Comarcas de São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, visando a reunião de acervo probatório a ser encaminhado à Procuradoria Regional do Trabalho – 16ª Região](#)
2. [RECOMENDAÇÃO Nº 02/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.](#) Dispõe sobre [reorganização das atribuições das Promotorias de Justiça de Entrância Final, altera e revoga dispositivos e Anexos das Resoluções nº\(s\) 04/2010, 02/2011, 05/2011, 07/2012, todas do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.](#)
3. [RECOMENDAÇÃO Nº 003/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.](#) OBJETO: [Reiteração dos termos do Provimento nº 01/1999 – CGMP](#)
4. [RECOMENDAÇÃO Nº 004/2013, DE 28 DE AGOSTO DE 2013.](#) OBJETO: [Procedimento para gozo de férias](#)
5. [RECOMENDAÇÃO Nº 05/2013, DE 04 DE SETEMBRO DE 2013.](#) [Recomenda aos Promotores de Justiça das Promotorias de Justiça de Infância e Juventude, com atribuições nos feitos de atos infracionais e de execução de medida socioeducativa,](#)

para que adotem as providências em face do acompanhamento dos atos obrigatórios no processamento dos atos infracionais e do processo de execução das medidas socioeducativas

17 ANEXOS

- 17.1 INFORMAÇÕES AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP (RESOLUÇÃO Nº 74/2011);
- 17.2 LISTA DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA.

17.1 INFORMAÇÕES AO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO – CNMP (RESOLUÇÃO Nº 74/2011)

| ANO 2013 | |
|--|------------------|
| I – GESTÃO DE PESSOAS | RESPOSTAS |
| I – 1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA existentes | 351 |
| I – 1.1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 1º INSTÂNCIA providos | 270 |
| I – 2 - N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA existentes | 31 |
| I – 2.1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 2º INSTÂNCIA providos | 31 |
| I – 3 - N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA existentes | 0 |
| I – 3.1 - N.º de cargos de MEMBROS DE 3º INSTÂNCIA providos | 0 |
| I – 4 - N.º de cargos de Servidores de carreira existentes | 579 |
| I – 5 - N.º de cargos de Servidores de carreira providos | 464 |
| I – 6 - N.º de Cargos em Comissão existentes | 582 |
| I – 7 - N.º de Cargos em Comissão providos | 551 |
| I – 8 - N.º de cargos providos com outros servidores que não de carreira ou cargo em comissão | 317 |
| I – 9 - N.º de vagas existentes para estagiários (Direito) | 86 |
| I – 10 - N.º de vagas existentes para estagiários (outras áreas) | 46 |
| I – 11 - N.º de Membros inativos | 91 |
| I – 12 - N.º de Servidores inativos | 20 |
| I – 13 - Remuneração média de Membros ativos | 22.515 |
| I – 14 - Remuneração média de Membros inativos | 22.208 |
| I – 15 - Remuneração média de Servidores ativos | 4.052 |
| I – 16 - Remuneração média de Servidores inativos | 3.616 |
| II – GESTÃO ESTRUTURAL | RESPOSTAS |
| II –1 - Área total ocupada pelo Ministério Público | 84.950 |
| II –2 - N.º de sedes do Ministério Público: | |
| II –2.1 – Locadas | 70 |
| II –2.2 – Cedidas | 17 |
| II –2.3 – Próprias | 38 |
| III – DADOS ORÇAMENTÁRIOS | RESPOSTAS |
| III –1 - Orçamento do Estado/União | 13.079.221.314 |
| III –2 - Despesa executada pelo Estado/União | |
| III –3 - Orçamento do Ministério Público - Receitas próprias – Fundos | 1.368.906,49 |
| III –4 - Orçamento do Ministério Público - Recursos previstos na Lei Orçamentária | 364.547.016,94 |
| III –5 - Despesa total executada pelo Ministério Público | 327.248.785,26 |
| III –6 - Despesa de custeio executada pelo Ministério Público | 52.974.192,76 |
| III –7 - Despesa de custeio - DIÁRIAS executada pelo Ministério Público | 900.123,09 |
| III –8 - Despesa de capital executada pelo Ministério Público | 37.444.803,15 |
| III –9 - Despesa de capital - Tecnologia da Informação executada pelo Ministério Público | 6.066.252,83 |
| III –10 - Despesa de pessoal executada pelo Ministério Público | 236.829.789,35 |
| III –11 - Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 1º quadr. | 1,62 |
| III –12 - Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 2º quadr. | 1,69 |

| | |
|--|------------------|
| III –13 - Percentual do total da despesa com pessoal para apuração do limite sobre a RCL - 3º quadr. | 1,79 |
| IV – GESTÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | RESPOSTAS |
| IV - 1 - Governança de Tecnologia da Informação: | |
| IV – 1.1 - Possui Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 1.2 - Possui Plano Diretor de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 1.3 - Possui Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 1.4 - Possui Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV - 2 - Recursos alocados em Tecnologia da Informação: | |
| IV – 2.1 - Orçamento alocado em Tecnologia da Informação | 13.744.955 |
| IV – 2.2 - Valor investido em capacitação em Tecnologia da Informação | 80.110 |
| IV - 3 - Equipe de TI | |
| IV – 3.1 - Suporte a usuários | 6 |
| IV – 3.2 - Quantidade de servidores efetivos | 4 |
| IV – 3.3 - Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV – 3.4 - Quantidade de comissionados | 2 |
| IV – 3.5 - Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 4 - Suporte à infraestrutura | |
| IV – 4.1 - Quantidade de servidores efetivos | 4 |
| IV – 4.2 - Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV – 4.3 - Quantidade de comissionados | 0 |
| IV – 4.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 5 - Desenvolvimento de sistemas | |
| IV – 5.1 - Quantidade de servidores efetivos | 5 |
| IV – 5.2 - Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV – 5.3 - Quantidade de comissionados | 1 |
| IV – 5.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 6 - Banco de dados | |
| IV – 6.1 - Quantidade de servidores efetivos | 0 |
| IV – 6.2 - Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV – 6.3 - Quantidade de comissionados | 0 |
| IV – 6.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 7 - Segurança | |
| IV – 7.1 - Quantidade de servidores efetivos | 0 |
| IV – 7.2 - Quantidade de terceirizados | 0 |
| IV – 7.3 - Quantidade de comissionados | 0 |
| IV – 7.4 - Quantidade de cedidos a outros órgãos | 0 |
| IV - 8 - Qualificação | |
| IV – 8.1 - Quantidade de servidores com nível médio | 3 |
| IV – 8.2 - Quantidade de servidores com nível superior | 12 |
| IV – 8.3 - Quantidade de servidores com pós-graduação (lato sensu) | 3 |
| IV – 8.4 - Quantidade de servidores com mestrado | 2 |
| IV – 8.5 - Quantidade de servidores com doutorado | 0 |
| IV - 3 - Infraestrutura | |

| | |
|---|-------|
| IV – 3.1 – Internet | |
| IV – 3.1.2 - Quantidade de sedes com link de velocidade menor que 1MB | 106 |
| IV – 3. 1.3 - Quantidade de sedes com link de velocidade entre 1MB e 16MB | 12 |
| IV – 3. 1.4 - Quantidade de sedes com link de velocidade maior que 16MB | 2 |
| IV – 3. 1.5 - Quantidade de sedes sem acesso à internet | 3 |
| IV – 3. 1.6 - Quantidade de sedes com acesso compartilhado | 1 |
| IV – 3.2 - Parque computacional | |
| IV – 3.2.1 – Microcomputadores | 2.438 |
| IV – 3.2.1.2 - Quantidade de microcomputadores com menos de 4 anos | 1500 |
| IV – 3.2.1.3 - Quantidade de microcomputadores com mais de 4 anos | 938 |
| IV – 3.3 - Servidores de rede | |
| IV – 3.3.1 - Quantidade de servidores de rede com menos de 4 anos | 10 |
| IV – 3.3.2 - Quantidade de servidores de rede com mais de 4 anos | 10 |
| IV – 3.4 - Equipamentos portáteis | |
| IV – 3.4.1 - Quantidade de portáteis com menos de 4 anos | 696 |
| IV – 3.4.2 - Quantidade de portáteis com mais de 4 anos | 234 |
| IV – 3.5 - Quantidade de impressoras jato de tinta | 0 |
| IV – 3. 6 - Quantidade de Impressoras laser | 1.123 |
| IV – 3. 7 - Quantidade de multifuncionais | 37 |
| IV – 3. 8 - Quantidade de ativos de rede | 156 |
| IV – 3. 9 - Quantidade de scanners | 413 |
| IV – 3. 10 - Quantidade de unidades de storage | 3 |
| IV – 3. 11 - Quantidade de certificados digitais distribuídos | 87 |
| IV - 4 - Sistemas de Informação | |
| IV – 4. 1 - Sistemas de Apoio | |
| IV – 4.1.1 - Apoio ao funcionamento interno | |
| IV – 4. 1.1.1 - Sistema de Atendimento ao Usuario (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.1.2 - Sistema de Controle de Atividades (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.1.3 - Sistema de Controle de Visitas (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.1.4 - Controle de Acesso (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.1.5 - Questionário Eletrônico (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.1.6 - Controle de Processos Administrativos (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.1.7 - Mala Direta (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.1.8 - Sistema de Controle de Arquivo (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4.1.2 - Sistemas para Gestão de Pessoas | |
| IV – 4. 1.2.1 - Controle de Pagamento de Pessoal (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.2.2 - Folha de Pagamento (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.2.3 - Contracheque na Intranet (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.2.4 - Controle do auxilio alimentação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.2.5 - Ponto Eletrônico (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.2.6 - Controle de Férias (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.2.7 - Controle de Frequência (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.3 - Evolução Funcional | |
| IV – 4. 1.3.1 - Alocação e Movimentação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.3.2 - Acompanhamento de Carreira, Remoções e Promoções | 0 |

| | |
|---|---|
| (1 = sim e 0 = não) | |
| IV – 4. 1.3.3 - Avaliação de Desempenho (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.3.4 - Cadastro de Atividades Funcionais (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.3.5 - Registro de Capacitação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.3.6 - Gestão de Concursos (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.3.7 - Controle dos estagiarios (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.3.8 - Ficha Conceito e Ficha Conceito Estágio Probatório (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.3.9 - Gastos com Passagens Aéreas e Hotéis (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.3.10 - Procedimentos relativos a improbidade administrativa (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.4 - Sistemas para Gestão de Patrimonio | |
| IV – 4. 1.4.1 - Ativo imobilizado (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.4.2 - Coletor de Dados Patrimoniais (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.4.3 - Sistema de Controle de Equipamentos (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.4 - Gerenciamento de ativos, internet, link e servidores (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.5 - Sistema de Almoxarifado e Materiais (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.6 - Sistema de Controle de Frotas (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.7 - Licitações (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.8 - Sistema de Controle de Convênios (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.9 - Sistema de Controle de Contratos (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.4.10 - Controle de Gastos com Combustíveis e Manutenção de Veículos (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.5 - Sistemas para Gestão Financeira | |
| IV – 4. 1.5.1 – Orçamento | 1 |
| IV – 4. 1.5.2 - Gestão de Custos (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.5.3 - Gestão de Contratos (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.5.4 - Contabilidade (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.6 - Sistemas para Gestão de Acervos | |
| IV – 4. 1.6.1 - Biblioteca (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.6.2 - GED (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 4. 1.7 - Sistema de Votação Eletrônica (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4. 1.8 - Sistema para Gestão do Planejamento Estratégico (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV - 2 - Ferramentas de automação de escritórios | |
| IV – 2.1 - Editor de textos, planilha eletrônica (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 2.2 - Correio Eletrônico (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 2.3 - Mensagem Instantâneas (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 2.4 - Ferramenta de colaboração (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 2.5 - Agenda integrada e compartilhada (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 3 - Portal Intranet (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 4 - Portal Internet (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 5 - Portal da transparência (1 = sim e 0 = não) | 1 |
| IV – 6 - Ferramentas de Pesquisa / Indexação (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 7 - Sistemas de BI e Gerenciais (1 = sim e 0 = não) | 0 |
| IV – 8 - Ferramentas para Desenvolvimento de Sistemas (1 = sim e 0 = | 0 |

| | |
|--|---|
| não) | |
| IV – 9 - Ouvidoria (1 = sim e 0 = não) | 1 |

17.2 - LISTA DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – 2013

17.2.1 PROCURADORES (AS) DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – 2013

1. Ana Lídia de Mello e Silva Moraes
2. César Queiroz Ribeiro
3. Clodenilza Ribeiro Ferreira
4. Domingas de Jesus Froz Gomes
5. Eduardo Daniel Pereira Filho
6. Eduardo Jorge Hiluy Nicolau
7. Flávia Tereza de Viveiros Vieira
8. Francisco das Chagas Barros de Sousa
9. Iracy Martins Figueiredo Aguiar
10. Joaquim Henrique de Carvalho Lobato
11. José Antônio Oliveira Bents
12. José Henrique Marques Moreira
13. Krishnamurti Lopes Mendes França
14. Lígia Maria da Silva Cavalcanti
15. Marco Antônio Anchieta Guerreiro
16. Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro
17. Maria dos Remédios Figueiredo Serra
18. Maria Luíza Ribeiro Martins
19. Mariléa Campos dos Santos Costa
20. Paulo Roberto Saldanha Ribeiro
21. Raimundo Nonato de Carvalho Filho
22. Regina Lúcia de Almeida Rocha
23. Regina Maria da Costa Leite
24. Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
25. Sâmara Ascar Sauaia
26. Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
27. Selene Coelho de Lacerda
28. Suvamy Vivekananda Meireles
29. Teodoro Peres Neto
30. Terezinha de Jesus Guerreiro Bonfim
31. Themis Maria Pacheco de Carvalho

17.2.2 PROMOTORES (AS) DE JUSTIÇA DISTRIBUÍDOS POR ENTRÂNCIA – 2013

ENTRÂNCIA FINAL (TOTAL: 114)

1. Abel José Rodrigues Neto
2. Adélia Maria Souza Rodrigues Morais
3. Agamenon Batista de Almeida Júnior
4. Alineide Martins Rabelo Costa
5. Ana Luíza Almeida Ferro
6. Ana Teresa Silva de Freitas
7. Andria Márcia Ribeiro de Souza
8. Antônio Augusto Nepomuceno Lopes
9. Araceles Lima Ribeiro
10. Arnaldo Jorge de Castro Ferreira
11. Carlos César Silva Lindoso
12. Carlos Alberto Garcia
13. Carlos Augusto da Silva Oliveira
14. Carlos Henrique Rodrigues Vieira
15. Carlos Jorge Avelar Silva
16. Cássius Guimarães Chai
17. Christiane de Maria Ericeira Silva
18. Cláudio Alberto Gabriel Guimarães
19. Cláudio José Sodré
20. Cláudio Luiz Frazão Ribeiro
21. Cláudio Rebelo Correa Alencar
22. Cristiane Gomes Coelho Maia Lago
23. Danilo José de Castro Ferreira
24. Doracy Moreira Reis Santos
25. Ednarg Fernandes Marques
26. Eliane da Costa Ribeiro Azor
27. Elyjeane Alves Carvalho
28. Emmanuella Souza Barros Bello Peixoto
29. Esdras Liberalino Soares Júnior
30. Fanny de Sousa Brandes

31. Fátima Maria Sousa Arôso Mendes
32. Fernanda Helena Nunes Ferreira
33. Fernanda Maria Gonçalves de Carvalho
34. Francisco de Aquino da Silva
35. Gilberto Câmara França Júnior
36. Giorgionni Matos Lauande Fonseca
37. Giselle Silva da Cunha Arôso
38. Gladston Fernandes de Araújo
39. Haroldo Paiva de Brito
40. Herberth Costa Figueiredo
41. Ilana Franco Bouéres Laender Moraes
42. Ironilde Sousa Ribeiro
43. João Leonardo Sousa Pires Leal
44. José Alexandre Rocha
45. José Augusto Cutrim Gomes
46. José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
47. José de Ribamar Sanches Prazeres
48. José Lucíolo Gorayeb Santos
49. José Osmar Alves
50. Justino da Silva Guimarães
51. Karla Adriana Holanda Farias Vieira
52. Laert Pinho de Ribamar
53. Lana Cristina Barros Pessoa
54. Lena Cláudia Ripardo Pauxis
55. Lindonjonson Gonçalves de Sousa
56. Lítia Teresa Costa Cavalcanti
57. Lize de Maria Brandão de Sá Costa
58. Lúcia Cristiana Silva Chagas
59. Luís Carlos Correia Duarte
60. Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
61. Luiz Muniz Rocha Filho
62. Luiz Gonzaga Martins Coelho
63. Lusival Santos Gaspar Dutra
64. Márcia Haydée Porto de Carvalho
65. Márcia Lima Buhatem
66. Márcia Moura Maia
67. Márcio Thadeu Silva Marques
68. Marco Aurélio Batista Barros
69. Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
70. Marco Aurélio Ramos Fonseca
71. Marcos Valentim Pinheiro Paixão
72. Maria da Glória Mafra Silva
73. Maria da Graça Peres Soares Amorim
74. Maria de Fátima Santana Borges
75. Maria de Jesus Rodrigues Araújo Heilmann
76. Maria de Lourdes Sousa Ribeiro
77. Maria do Socorro Assunção Gomes
78. Maria do Socorro Viégas Reis Leite
79. Maria Luciane Lisboa Belo
80. Maria Teresa Pestana Chaves Barros
81. Marinete Ferreira Silva Avelar
82. Martha Helena Costa Ribeiro
83. Maruschka de Mello e Silva
84. Moema Figueiredo Viana Pereira
85. Nacor Paulo Pereira dos Santos
86. Norimar Gomes Nascimento Campos
87. Núbia Zeíle Pinheiro Gomes
88. Orfileno Bezerra Neto
89. Orlando Pacheco de Andrade Filho
90. Oziel Costa Ferreira Neto
91. Paulo Roberto Barbosa Ramos
92. Paulo Silvestre Avelar Silva
93. Pedro Lino Silva Curvelo
94. Raimundo Nonato Sousa Cavalcante
95. Raquel Silva de Castro
96. Ricardo Henrique de Almeida
97. Rodolfo Soares dos Reis
98. Ronald Pereira dos Santos
99. Rosanna Conceição Gonçalves
100. Ruy Antônio Vieira de Carvalho
101. Samaroni de Sousa Maia
102. Sarah Albuquerque de Sousa Santos
103. Sebastiana de Cássia Araújo Muniz
104. Selma Regina Souza Martins
105. Sidneya Madalena M Nazareth Liberato
106. Sirlei Castro Aires Rodrigues
107. Susete Marques Palmeira
108. Tarcísio José de Sousa Bonfim
109. Theresa Maria Muniz R. de La Iglesia
110. Valdenir Cavalcante Lima
111. Vicente de Paulo Silva Martins
112. Washington Luiz Maciel Cantanhede
113. Willer Siqueira Mendes Gomes
114. Zanony Passos Silva Filho

ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA (TOTAL: 92)

1. Albert Lages Mendes
2. Alessandro Brandão Marques
3. Aline Silva Albuquerque
4. Alline Matos Pires
5. Ana Carolina Cordeiro de Mendonça Leite
6. Ana Cláudia Cruz dos Anjos
7. André Charles Alcântara Martins Oliveira
8. André Luís Lopes Rocha
9. Antônio Borges Nunes Júnior
10. Antônio Coelho Soares Júnior
11. Antônio de Pádua Luz
12. Antônio Lisboa de Castro Viana Júnior
13. Camila Gaspar Leite
14. Carla Mendes Pereira Alencar
15. Carla Tatiana Pereira de Jesus
16. Carlos Henrique Brasil Teles de Menezes
17. Carlos Rafael Fernandes Bulhão
18. Carlos Róstão Martins Freitas
19. Carlos Serra Martins
20. Cristiane Carvalho Melo Monteiro
21. Dailma Maria de Melo Brito
22. Domingos Eduardo da Silva
23. Douglas Assunção Nojosa
24. Edilson Santana de Sousa
25. Eduardo Borges Oliveira
26. Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça
27. Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
28. Eveline Barros Malheiros
29. Fábio Henrique Meireles Mendes
30. Fábio Menezes de Miranda
31. Fabíola Fernandes Faheína Ferreira
32. Fernando Antônio Berniz Aragão
33. Fernando Evelim de Miranda Menezes
34. Flávia Valéria Nava Silva
35. Francisco Teomário Serejo Silva
36. Frank Teles de Araújo
37. Frederik Bacellar Ribeiro
38. Gabriela Brandão da Costa Tavernard
39. Geraulides Mendonça Castro
40. Giovanni Papini Cavalcanti Moreira
41. Glauce Mara Lima Malheiros
42. Gleudson Malheiros Guimarães
43. Guaracy Martins Figueiredo
44. Gustavo Antônio Chaves Dias
45. Gustavo de Oliveira Bueno
46. Henrique Helder de Lima Pinho
47. Herlane Maria Fernandes de Carvalho
48. Ilana Franco Bouéres Laender Morais
49. Ilma de Paiva Pereira
50. Isabelle de Carvalho Fernandes Saraiva
51. Jadilson Cirqueira de Sousa
52. Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
53. João Marcelo Moreira Trovão
54. Joaquim Ribeiro de Sousa Júnior
55. John Derrick Barbosa Braúna
56. Jorge Luís Ribeiro de Araújo
57. José das Chagas Leitão Júnior
58. José Jailton Andrade Cardoso
59. Klicia Luiza Castro de Menezes
60. Lays Gabriella Pedrosa Souza
61. Leonardo Rodrigues Tupinambá
62. Letícia Teresa Sales Freire
63. Linda Luz Matos Carvalho
64. Luís Samarone Batalha Carvalho
65. Márcio José Bezerra Cruz
66. Marco Antônio Camardella da Silveira
67. Marco Antônio Santos Amorim
68. Maria José Lopes Corrêa
69. Moisés Caldeiras Brant
70. Nadja Veloso Cerqueira
71. Nahyma Ribeiro Abas
72. Newton de Barros Bello Neto
73. Pablo Bogéa Pereira Santos
74. Patrícia Espínola Passos Silva
75. Paulo José Miranda Goulart
76. Raimundo Benedito Barros Pinto
77. Raquel Chaves Duarte Sales
78. Raquel Pires de Castro
79. Reginaldo Júnior Carvalho
80. Rodrigo de Vasconcelos Ferro

81. Rosalvo Bezerra de Lima Filho
82. Samara Cristina Mesquita Pinheiro
83. Samira Mercês Santos
84. Sandra Soares Pontes
85. Sandro Pofahl Bísvaro
86. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida

87. Sérgio Henrique Furtado Coelho
88. Sérgio Ricardo Souza Martins
89. Simone Chrystine Santana Valadares
90. Uiuara de Melo Medeiros
91. Vicente Gildásio Leite Júnior
92. Wlademir Soares de Oliveira

ENTRÂNCIA INICIAL (TOTAL: 61)

1. Aarão Carlos Lima Castro
2. Alenilton Santos da Silva Júnior
3. Ana Virgínia Pinheiro Holanda de Alencar
4. Benedito de Jesus Nascimento Neto
5. Bianka Sekeff Salem Rocha
6. Carlos Augusto Ribeiro Barbosa
7. Carlos Augusto Soares
8. Carlos Pinto de Almeida Júnior
9. Celso Antônio Fernandes Coutinho
10. Cláudio Borges dos Santos
11. Clodoaldo Nascimento Araújo
12. Clodomir Bandeira Lima Neto
13. Cristiane dos Santos Donatini
14. Crystian Gonzalez Boucinhas
15. Elisete Pereira dos Santos
16. Érica Éllen Beckman da Silva
17. Fábio Murilo da Silva Portela
18. Fernando José Alves Silva
19. Francisco de Assis Silva Filho
20. Francisco de Assis Silva Júnior
21. Francisco Fernando de Miranda Menezes Filho
22. Gabriel Sodré Gonçalves
23. Hagamenon de Jesus Azevedo
24. João José e Silva Veras
25. José Carlos Faria Filho
26. José Emanuel da Silva e Sousa
27. José Márcio Maia Alves
28. Juarez Medeiros Filho
29. Julio Aderson Borralho Magalhaes Segundo
30. Karina Freitas Chaves
31. Karine Guará Brusaca Pereira

32. Karini Kirimes Viegas
33. Larissa Socrátes de Bastos
34. Laura Amélia Barbosa
35. Leonardo Santana Modesto
36. Lícia Ramos Cavalcante
37. Lindemberg do Nascimento Malagueta Vieira
38. Lúcio Leonardo Fróz Gomes
39. Luís Eduardo Souza e Silva
40. Maria Cristina Lima Lobato Murillo
41. Maria do Nascimento Carvalho Serra
42. Marina Carneiro Lima
43. Michelle Adriane Saraiva Silva
44. Nelson Nedes Ribeiro Guimarães
45. Ossian Bezerra Pinho Filho
46. Paloma Ribeiro Gonçalves de Pinho Reis
47. Patrícia Fernandes Costa Ferreira
48. Paulo Roberto da Costa Castilho
49. Raimundo Nonato Leite Filho
50. Reinaldo Campos Castro Júnior
51. Renato Igor Viturino Aragão
52. Ricardo Misko Campeiro
53. Rita de Cassia Pereira Souza
54. Rodrigo Ronaldo Martins Rebelo da Silva
55. Romero Lucas Rangel Piccoli
56. Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
57. Sílvia Menezes de Miranda
58. Tharles Cunha Rodrigues Alves
59. Valéria Chaib Amorim de Carvalho
60. Weskley Pereira de Moraes
61. Williams Silva de Paiva